UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Presidente Prudente

DESENVOLVIMENTO DO ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: análise da dinâmica territorial recente da agropecuária brasileira (2006-2012) e da participação da agricultura camponesa na produção do campo (2006)

Orientando: Edson Sabatini Ribeiro

Orientador: Eduardo Paulon Girardi

Presidente Prudente – SP

2015

EDSON SABATINI RIBEIRO

DESENVOLVIMENTO DO ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: análise da dinâmica territorial recente da agropecuária brasileira (2006-2012) e da participação da agricultura camponesa na produção do campo (2006)

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP, para obtenção de título de Bacharel em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi.

Presidente Prudente - SP
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Ribeiro, Edson Sabatini.
S--- Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira: análise da dinâmica territorial recente da agropecuária brasileira (2006-2012) e da participação da agricultura camponesa na produção do campo (2006) / Edson Sabatini Ribeiro. - Presidente Prudente: [s.n], 2015
159 f.

Orientador: Eduardo Paulon Girardi
Trabalho de conclusão (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Produção agropecuária. 2. Agricultura camponesa. 3. Políticas públicas. 4. AQAB. Girardi, Eduardo Paulon. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

EDSON SABATINI RIBEIRO

DESENVOLVIMENTO DO ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA:

análise da dinâmica territorial recente da agropecuária brasileira (2006-2012) e da participação da agricultura camponesa na produção do campo (2006)

COMISSÃO JULGADORA

MONOGRAFIA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE

BACHAREL EM GEOGRAFIA

Presidente e orientador: Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi

2º Examinador: Ms. Valmir José de Oliveira Valério

3º Examinador: Ms. Estevan Leopoldo Freitas Coca

Presidente Prudente, 18 de dezembro de 2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao Conhecimento, desejando que todas as pessoas tenham acesso a ele de uma forma ampla, geral e irrestrita, pois, somente por meio da sua disseminação será possível formar uma sociedade esclarecida, crítica e atuante na construção e condução do seu destino.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família; aos meus filhos Lucas e Marco que me apoiaram em todos os momentos, especialmente à minha esposa Sandra Ribeiro da Silva, que se tornou cúmplice de longas horas de estudos, privações e de passagens angustiantes quando o tempo que dispomos para executar as tarefas parece ser curto demais.

Agradeço ao professor Eduardo Paulon Girardi por ter aceitado ser meu orientador durante a minha graduação. Sua atenção, amizade, críticas, sugestões e indicações contribuíram, decisivamente, para meu aprendizado e aprimoramento.

Agradeço a todos os professores da FCT-UNESP, campus Presidente Prudente, que ao longo do curso de Geografia, sempre demonstraram muito carinho e atenção com a minha pessoa. Aos colegas de classe, especialmente à Bruna Dienifer Souza Sampaio, que partilhando das mesmas dificuldades, me incentivaram a seguir em frente, e a todos com quem tive contato e convivência, pois, interferiram positivamente na construção de quem sou neste momento.

LISTA DE MAPAS

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E POLÍTICA DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA – FPA, 54ª LEGISLATURA 2011/2014.

MAPA 01 – Representação estadual da Frente Parlamentar da Agropecuária…30
MAPA 02 – Espacialização política da Frente Parlamentar da Agropecuária.....31

LAVOURA TEMPORÁRIA

MAPA 03 – Quantidade produzida de algodão em 2012..... 35
MAPA 04 – Quantidade produzida de arroz em 2012..... 37
MAPA 05 – Quantidade produzida de cana-de-açúcar em 2012..... 39
MAPA 06 – Quantidade produzida de feijão em 2012..... 41
MAPA 07 – Quantidade produzida de fumo em 2012..... 43
MAPA 08 – Quantidade produzida de mandioca em 2012..... 45
MAPA 09 – Quantidade produzida de milho em 2012..... 47
MAPA 10 – Quantidade produzida de soja em 2012..... 49
MAPA 11 – Quantidade produzida de trigo em 2012..... 51

LAVOURA PERMANENTE

MAPA 12 – Quantidade produzida de banana em 2012..... 53
MAPA 13 – Quantidade produzida de café em 2012..... 55
MAPA 14 – Quantidade produzida de castanha de caju em 2012..... 57
MAPA 15 – Quantidade produzida de coco-da-baía em 2012..... 59
MAPA 16 – Quantidade produzida de laranja em 2012..... 61
MAPA 17 – Quantidade produzida de uva em 2012..... 63

PECUÁRIA E PRODUÇÃO ANIMAL

MAPA 18 – Distribuição territorial da avicultura em 2012..... 65
MAPA 19 – Distribuição territorial do rebanho bovino em 2012..... 67

MAPA 20 – Distribuição territorial do rebanho bubalino em 2012..... 69
MAPA 21 – Distribuição territorial de equino, asinino e muar em 2012..... 71
MAPA 22 – Distribuição territorial do rebanho ovino e caprino em 2012..... 74
MAPA 23 – Distribuição territorial do rebanho suíno em 2012..... 77
MAPA 24 – Distribuição territorial da produção de ovos de galinha em 2012..... 79
MAPA 25 – Distribuição territorial da produção de leite de vaca em 2012..... 81
MAPA 26 – Relação entre vacas ordenhadas e o rebanho bovino em 2012..... 83

SILVICULTURA

MAPA 27 – Distribuição territorial da produção de carvão vegetal na silvicultura-2012..... 86
MAPA 28 – Distribuição territorial da produção de lenha na silvicultura-2012..... 88
MAPA 29 – Distribuição territorial da produção de madeira em tora para celulose e papel na silvicultura-2012..... 90
MAPA 30 – Distribuição territorial da produção de madeira em tora exceto para celulose e papel na silvicultura-2012..... 92

EXTRAÇÃO VEGETAL

MAPA 31 - Quantidade produzida de babaçu na extração vegetal em 2012 (amêndoas)..... 94
MAPA 32 - Quantidade produzida de carvão vegetal na extração vegetal em 2012..... 96
MAPA 33 - Quantidade extraída de castanha-do-pará na extração vegetal em 2012..... 98
MAPA 34 - Quantidade produzida de látex na extração vegetal em 2012..... 100
MAPA 35 - Quantidade produzida de lenha na extração vegetal em 2012..... 102
MAPA 36 - Quantidade produzida de madeira em tora na extração vegetal em 2012..... 104

AGRICULTURA CAMPONESA

MAPA 37 - Quantitativo de cabeças de aves na Agricultura Camponesa e não Camponesa - 2006..... 123
MAPA 38 - Quantitativo de cabeças de bovinos na Agricultura Camponesa e não Camponesa - 2006..... 125
MAPA 39 - Produção de leite na Agricultura Camponesa e não Camponesa - 2006..... 127
MAPA 40 - Estabelecimentos com horticultura na Agricultura Camponesa e não Camponesa - 2006..... 129
MAPA 41 - Quantitativo de suínos na Agricultura Camponesa e não Camponesa - 2006..... 131
MAPA 42 - Valor da extração vegetal na Agricultura Camponesa e não Camponesa - 2006..... 133
MAPA 43 - Número de estabelecimentos na Agricultura Camponesa e não Camponesa - 2006..... 135
MAPA 44 - Área ocupada pelos estabelecimentos na Agricultura Camponesa e não Camponesa - 2006..... 137
MAPA 45 - Pessoal ocupado na Agricultura Camponesa e não Camponesa - 2006..... 139

LISTA DE GRÁFICOS

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA

GRÁFICO 1 - Númerode políticos representantes da FPA(2014)..... 28
GRÁFICO 2 - Partidos políticos e número de representantes na FPA(2014)..... 29

LAVOURA TEMPORÁRIA

GRÁFICO 3 - Produção de algodão em toneladas em 2012..... 36
GRÁFICO 4 - Produção de arroz em toneladas em 2012..... 38

GRÁFICO 5 - Produção de cana-de-açúcar em toneladas em 2012..... 40
GRÁFICO 6 - Produção de feijão em toneladas em 2012..... 42
GRÁFICO 7 - Produção de fumo em toneladas em 2012..... 44
GRÁFICO 8 - Produção de mandioca em toneladas em 2012..... 46
GRÁFICO 9 - Produção de milho por toneladas em 2012..... 48
GRÁFICO 10 - Produção de soja em toneladas em 2012..... 50
GRÁFICO 11 - Produção de trigo em toneladas em 2012..... 52

LAVOURA PERMANENTE

GRÁFICO 12 - Produção de banana em toneladas em 2012..... 54
GRÁFICO 13 - Produção de café em toneladas em 2012..... 56
GRÁFICO 14 - Produção de castanha de caju em toneladas em 2012..... 58
GRÁFICO 15 - Produção de coco-da-baía em toneladas em 2012..... 60
GRÁFICO 16 - Produção de laranja em toneladas em 2012..... 62
GRÁFICO 17 - Produção de uva em toneladas em 2012..... 64

PECUÁRIA E PRODUÇÃO ANIMAL

GRÁFICO 18 - Quantidade produzida de aves, em cabeças em 2012..... 66
GRÁFICO 19 - Quantidade de cabeças no rebanho bovino em 2012..... 68
GRÁFICO 20 - Produção de rebanho bubalino em cabeças em 2012..... 70
GRÁFICO 21 - Produção de equinos, asininos e muares em 2012 72
GRÁFICO 22 - Produção de ovino e caprino em 2012..... 75
GRÁFICO 23 - Produção de suínos em 2012..... 78
GRÁFICO 24 - Produção de ovos de galinha em 2012..... 80
GRÁFICO 25 - Produção de leite de vaca em 2012..... 82
GRÁFICO 26 - Quantidade de cabeças de vacas ordenhadas em 2012..... 86
GRÁFICO 27 - Evolução do processo industrial UHT..... 85

SILVICULTURA

GRÁFICO 28 - Quantidade produzida de carvão vegetal de origem na silvicultura 2012..... 87

GRÁFICO 29 - Produção de Lenha com origem na silvicultura em 2012..... 89
GRÁFICO 30 - Produção de madeira em tora para celulose e papel, com origem na silvicultura em 2012..... 91
GRÁFICO 31 - Produção de madeira em tora para outras finalidades, com origem na silvicultura em 2012..... 93

EXTRAÇÃO VEGETAL

GRÁFICO 32 - Quantidade produzida de babaçu na extração vegetal em 2012 (amêndoas).....95
GRÁFICO 33 - Quantidade extraída de carvão vegetal na extração vegetal em 2012.....97
GRÁFICO 34 - Quantidade produzida de castanha-do-pará na extração vegetal em 2012.....99
GRÁFICO 35 - Quantidade produzida de látex na extração vegetal em 2012....101
GRÁFICO 36 - Quantidade produzida de lenha na extração vegetal em 2012...103
GRÁFICO 37 - Quantidade produzida madeira em tora na extração vegetal em 2012.....105

AGRICULTURA CAMPONESA E NÃO CAMPONESA

GRÁFICO 38 - Efetivo de cabeças de aves na Agricultura Camponesa e não Camponesa - 2006.....124
GRÁFICO 39 - Efetivo de cabeças de bovinos na Agricultura Camponesa e não Camponesa - 2006.....126
GRÁFICO 40 - Produção de leite na Agricultura Camponesa e não Camponesa - 2006.....128
GRÁFICO 41 - Distribuição dos estabelecimentos com horticultura na Agricultura Camponesa e não Camponesa - 2006.....130
GRÁFICO 42 - Efetivo de cabeças de suínos na Agricultura Camponesa e não Camponesa - 2006.....132
GRÁFICO 43 - Valor da produção com a extração vegetal na Agricultura Camponesa e não Camponesa - 2006.....134

GRÁFICO 44 - Distribuição numérica dos estabelecimentos na Agricultura Camponesa e não Camponesa - 2006.....136
GRÁFICO 45 - Distribuição da área ocupada pelos estabelecimentos com Agricultura Camponesa e não Camponesa - 2006.....138
GRÁFICO 46 - Distribuição do pessoal ocupado na Agricultura Camponesa e não Camponesa - 2006.....140

LISTA DE TABELAS

LAVOURA TEMPORÁRIA

Tabela 01 - Dez microrregiões maiores produtoras de algodão em 2012..... 36
Tabela 02 - Dez microrregiões maiores produtoras de arroz em 2012..... 38
Tabela 03 - Dez microrregiões maiores produtoras de cana em 2012..... 40
Tabela 04 - Dez microrregiões maiores produtoras de feijão em 2012..... 42
Tabela 05 - Dez microrregiões maiores produtoras de fumo em 2012..... 44
Tabela 06 - Dez microrregiões maiores produtoras de mandioca em 2012..... 46
Tabela 07 - Dez microrregiões maiores produtoras de milho em 2012..... 48
Tabela 08 - Dez microrregiões maiores produtoras de soja em 2012..... 50
Tabela 09 - Dez microrregiões maiores produtoras de trigo em 2012..... 52

LAVOURA PERMANENTE

Tabela 10 - Dez microrregiões maiores produtoras debanada em 2012..... 54
Tabela 11 - Dez microrregiões maiores produtoras de café em 2012..... 56
Tabela 12 - Dez microrregiões maiores produtoras de castanha de caju em 2012..... 58
Tabela 13 - Dez microrregiões maiores produtoras de coco-da-baía em 2012... 60
Tabela 14 - Dez microrregiões maiores produtoras de laranja em 2012..... 62
Tabela 15 - Dez microrregiões maiores produtoras devam em 2012..... 64

PECUÁRIA E PRODUÇÃO ANIMAL

Tabela 16 - Dez maiores microrregiões com rebanhos de aves em 2012..... 62
Tabela 17 - Dez maiores microrregiões com rebanho bovino em 2012..... 68
Tabela 18 - Dez maiores microrregiões com rebanho bubalino em 2012..... 70
Tabela 19 - Dez maiores microrregiões com rebanho equino em 2012..... 72
Tabela 20 - Dez maiores microrregiões com rebanho asinino em 2012..... 72
Tabela 21 - Dez maiores microrregiões com rebanho muar em 2012..... 73
Tabela 22 - Dez maiores microrregiões com rebanho ovino em 2012..... 75
Tabela 23 - Dez maiores microrregiões com rebanho caprino em 2012..... 76
Tabela 24 - Dez maiores microrregiões com rebanho suíno em 2012..... 78
Tabela 25 - Dez maiores microrregiões produtoras de ovos de galinha em 2012..... 80
Tabela 26 - Dez maiores microrregiões produtoras de leite de vaca em 2012.... 82
Tabela 27 - Dez maiores microrregiões com rebanho de vacas ordenhadas em 2012..... 84

SILVICULTURA

Tabela 28 - Dez maiores microrregiões produtoras de carvão vegetal na silvicultura em 2012..... 87
Tabela 29 - Dez maiores microrregiões produtoras de lenha na silvicultura em 2012..... 89
Tabela 30 - Dez maiores microrregiões produtoras de madeira em tora para celulose e papel na silvicultura em 2012..... 91
Tabela 31 - Dez maiores microrregiões produtoras de madeira em tora exceto para celulose e papel na silvicultura em 2012..... 93

EXTRAÇÃO VEGETAL

Tabela 32 - Dez maiores microrregiões produtoras de babaçu na extração vegetal (amêndoas) em 2012..... 95
Tabela 33 - Dez maiores microrregiões produtoras de carvão vegetal na extração vegetal em 2012..... 97

Tabela 34 - Dez maiores microrregiões produtoras de castanha-do-pará na extração vegetal em 2012.....99
Tabela 35 - Dez maiores microrregiões produtoras de látex na extração vegetal (coagulado e líquido) em 2012.....101
Tabela 36 - Dez maiores microrregiões produtoras de lenha na extração vegetal em 2012.....103
Tabela 37 - Dez maiores microrregiões produtoras de madeira em tora na extração vegetal em 2012.....105

AGRICULTURA CAMPONESA

Tabela 38 – Dados da Agricultura Camponesa e não Camponesa, metodologia da FAO e MDA..... 114
Tabela 39 – Tipologia da Agricultura Camponesa estabelecia pela FAO..... 120
Tabela 40 - Configuração da Agricultura Patronal na metodologia da FAO..... 122
Tabela 41 - Dez maiores microrregiões produtoras de frango na Agricultura Camponesa em 2006..... 124
Tabela 42 - Dez maiores microrregiões produtoras de frango na Agricultura não Camponesa em 2006..... 124
Tabela 43 - Dez maiores microrregiões produtoras de bovino na Agricultura Camponesa em 2006..... 126
Tabela 44 - Dez maiores microrregiões produtoras de bovino na Agricultura não Camponesa 2006..... 126
Tabela 45 - Dez maiores microrregiões produtoras de leite de vaca na Agricultura Camponesa 2006..... 128
Tabela 46 - Dez maiores microrregiões produtoras de leitem de vaca na Agricultura não Camponesa em 2006..... 128
Tabela 47 - Dez maiores microrregiões produtoras de horticultura na Agricultura Camponesa em 2006..... 130
Tabela 48 - Dez maiores microrregiões produtoras de horticultura na Agricultura não Camponesa em 2006..... 130
Tabela 49 - Dez maiores microrregiões produtoras de suínos na Agricultura Camponesa em 2006..... 132
Tabela 50 - Dez maiores microrregiões produtoras de suínos na

Agricultura não Camponesa em 2006.....132
Tabela 51 - Dez maiores microrregiões por valor com extração vegetal na Agricultura Camponesa em 2006.....134
Tabela 52 - Dez maiores microrregiões por valor com extração vegetal na Agricultura não Camponesa em 2006.....134
Tabela 53 - Dez maiores microrregiões com estabelecimentos na Agricultura Camponesa em 2006.....136
Tabela 54 - Dez maiores microrregiões com estabelecimentos na Agricultura não Camponesa em 2006.....136
Tabela 55 - Dez maiores microrregiões com áreas ocupadas na Agricultura Camponesa em 2006.....138
Tabela 56 - Dez maiores microrregiões com áreas ocupadas na Agricultura não Camponesa em 2006.....138
Tabela 57 - Dez maiores microrregiões com pessoal ocupado na Agricultura Camponesa em 2006.....140
Tabela 58 - Dez maiores microrregiões com pessoal ocupado na Agricultura não Camponesa em 2006.....140

Sumário

Resumo 17

Introdução 19

1 – Procedimentos metodológicos e resultados obtidos 22

2 - Breves considerações paradigmáticas 25
2.1 – Estabelecendo diferenciações 25
2.2 – Uma questão política 28

3 – Configuração territorial do campo brasileiro 37
3.1 - Lavoura temporária 37
3.2 - Lavoura permanente 55
3.3 - Pecuária e produto animal 67
3.4 – Silvicultura 89
3.5 - Extração vegetal 98

4 - Análise pontual dos dados apurados 111
4.1 - Lavoura temporária 112
4.2 - Lavoura permanente 113
4.3 - Pecuária e produção animal 114
4.4 - Silvicultura 114
4.5 - Extrativismo vegetal 115

5 - A Agricultura Camponesa 116
5.1 – A construção e a institucionalização do conceito 116
5.2 – Alguns parâmetros sobre a Agricultura Camponesa e não Camponesa 130

6 - Considerações finais 152

Referências bibliográficas 154

Resumo

Esta monografia é parte dos trabalhos desenvolvidos na Iniciação Científica visando à atualização e aprimoramento do Atlas da Questão Agrária Brasileira – AQAB. Pelo pioneirismo e abrangência do trabalho-matriz, o objetivo desta primeira parte se concentrou no desenvolvimento dos temas ligados à produção agropecuária, sendo elaborados mapas com dados da Produção Agrícola Municipal-PAM 2012; Pesquisa Pecuária Municipal-PPM 2012; Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2012, todos analisados a partir de revisão bibliográfica e da interpretação conjunta de tabelas e Gráficos. *Pari passu*, por serem assuntos correlatos este tema permitiu o desenvolvimento de estudos sobre a Agricultura Camponesa. Grande porção dos alimentos servidos à população é produzida pelos camponeses. Suas características são seu modo de produção no campo voltado para o sustento da família, a maneira de como as atividades se desenvolvem no núcleo familiar, a luta pela sua reprodução social e pela terra, a prática da policultura, a preservação do meio ambiente e da diversidade genética das espécies. O excedente da produção é comercializado no mercado para atender outras demandas familiares, não supridas pela produção em suas propriedades. Entendemos que ambos os termos; C*amponês* ou A*gricultor Familiar*, referem-se ao mesmo sujeito, porém, com interpretações diferentes sobre seu modo de reprodução social e relações com o mercado. Nesta monografia os termos oficiais *Agricultor* e *Agricultura familiares* serão referenciados como Camponês e Agricultura Camponesa, sujeitos históricos ligados às lutas pela terra e a Reforma Agrária. A abordagem baseará em informações bibliográficas, mapas, tabelas e gráficos, além de algumas referências legais. As análises do capítulo sobre a Agricultura Camponesa terão como base de coleta de dados, o Censo Agropecuário de 2006, elaborado pelo IBGE.

Palavras-chave: Produção Agropecuária. Agricultura Camponesa. Políticas Públicas. AQAB.

Abstract

This monograph is part of the works developed in the Scientific Initiation aimed at updating and improving the Atlas of Brazilian Agrarian Question - AQAB. For pioneering and scope of work-matrix, the objective this first part focused on the development of issues related to agricultural production, being drawn maps with data from the Municipal Agricultural Production-PAM 2012; Municipal Livestock Research-PPM 2012; Production of Vegetable Extraction and Forestry-2012, all analyzed from bibliographic review and joint interpretation of tables and graphs. *Pari passu*, this topic allowed the development of studies on peasant farms, because they are correlated subjects. Peasant farmers produce large portion of the food served to the population. Its features are its mode of production in the field, the way in which the activities take place within the family, the struggle for their social reproduction and by the earth, the practice of polyculture, preservation of the environment and the genetic diversity of species. The surplus production is sold on the market to meet other family demands unmet by production on their properties. We understand that both terms; Peasant or Farmer, refer to the same subject, but with different interpretations of their way of social reproduction and market relations. This monograph official terms Farmer and family farmer will be referred to as peasant and peasant farmer, historical subjects linked to the struggle for land and agrarian reform. The base approach to bibliographic information, maps, tables and graphs, as well as some legal references. Analyses of the chapter on Peasant Farmer will have to collect database, the Agricultural Census 2006, prepared by IBGE.

Keywords: Agricultural Production. Peasant farming. Public policy. AQAB

Introdução

Esta monografia de bacharelado é o resultado final de pesquisas realizadas na Iniciação Científica, no período entre 2012 a 2015 no contexto do projeto de atualização e aprimoramento do Atlas da Questão Agrária Brasileira (AQAB), coordenado pelo Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi e inserido no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Assim, o objetivo central neste trabalho que apresentamos é a atualização e ampliação do Atlas, especificamente dos mapas e dados referentes ao capítulo da Agropecuária, e que participa da composição da questão agrária brasileira como um todo. Perfilando com esse objetivo, a pesquisa realizará o mapeamento e análise de alguns dados sobre a agricultura familiar/camponesa disponibilizados no Censo Agropecuário 2006 do IBGE. Esses dois vieses estão articulados com a meta de contribuir no aprimoramento do Atlas, configurando um único objetivo.

Para desenvolver o trabalho tomamos como referência teórica o Paradigma da Questão Agrária (FERNANDES, 2005), que busca compreender o campo a partir de suas conflitualidades[1]. No que concerne à cartografia, tomamos como referência os embasamentos postulados por Girardi (2008).

O Atlas da Questão Agrária Brasileira foi um estudo pioneiro na abordagem da questão agrária brasileira ao trazer para o debate político o mapeamento das dinâmicas que se interligam e estão na raiz dos problemas do campo brasileiro. Ele foi publicado exclusivamente on-line (www.fct.unesp.br/nera/atlas) em 2008 e, desde 05/03/2009, já teve mais de 80 mil acessos provenientes de mais de 60 países[2]. Seu conteúdo é pesquisado pelos mais diversos setores da sociedade como jornais, movimentos socioterritoriais, editoras de materiais didáticos, órgãos governamentais e em trabalhos acadêmicos dos mais variados níveis. Porém, até a presente data o

[1] Segundo Bernardo Mançano Fernandes, "A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais (FERNANDES, 2005, p.2).

[2] Informações obtidas através das estatísticas geradas pelo Google Analytics.

Atlas ainda não passou por uma atualização, embora desde a sua publicação vários estudos e novas pesquisas foram produzidas pelas fontes originárias. Este é um dos aspectos que justificam e dão relevância aos resultados apresentados nesta monografia.

O AQAB foi elaborado partindo do pressuposto da Cartografia Geográfica Crítica - CGC, cuja base é a leitura crítica do mapa e da cartografia desenvolvida por J. B. Harley (GIRARDI, 2008; 2011). Também são utilizadas as três abordagens cartográficas desenvolvidas por J. Bertin, que são: a Semiologia Gráfica, a Visualização Cartográfica e a Modelização Gráfica (GIRARDI, 2008; 2011). Para a CGC, o Mapa deve ser compreendido como um instrumento de análise geográfica e parte inerente ao discurso geográfico, desenvolvendo dessa forma, um debate construtivo com outras formas de pensar sobre a questão agrária (GIRARDI, 2008).

A Cartografia é um dos principais instrumentos de pesquisa do Geógrafo. O domínio das noções básicas desta disciplina e, principalmente, dos métodos cartográficos investigativos é indispensável a ele. Esse conhecimento é premente na atualidade devido à demanda pela proteção ambiental e a disseminação de formas automatizadas de mapeamento, dentre as quais os programas de cartomática e os Sistemas de Informações Geográficas (SIG's). São ferramentas que o Geógrafo necessita conhecer, em especial da Cartografia Geográfica, para não perder uma importante forma de estudar e representar o objeto de estudo eminentemente geográfico – o espaço.

Como destacamos, um dos objetivos consiste no mapeamento e análise da Agricultura Camponesa. Para essa análise os dados mostrados foram colhidos no Censo Agropecuário de 2006, do IBGE. O instituto precisou fazer adaptações em sua metodologia para se adequar ao enquadramento legal dado pela Lei 11.326/2006, que foi promulgada naquele mesmo ano, porque todo o trabalho de coleta de dados já estava sendo desenvolvido em campo.

A estrutura da monografia está disposta da seguinte maneira: a introdução da uma visão geral sobre os temas que são aqui abordados; os procedimentos metodológicos e os resultados obtidos estão descritos no capítulo 1; no capítulo 2 apresentamos uma revisão bibliográfica inserindo considerações e apresentando as principais características, noções e conceitos sobre as discussões acadêmicas, desenvolvidas no âmbitos dos paradigmas que norteiam

as linhas de pesquisa do tema, no entanto, sem um aprofundamento conceitual tendo em vista que essa não é a proposta desta monografia.

No capítulo 3 é apresentada a distribuição espacial da produção de alguns dos principais produtos agropecuários. Isso ocorre por meio da elaboração dos mapas, gráficos e tabelas, fornecendo elementos para as análises. Também fornece subsídios para, no capítulo 4, apresentarmos uma análise pontual dos dados levantados em relação a cada tipo de atividade pesquisada.

A partir do capítulo 5 analisamos a Agricultura Camponesa trazendo elementos sobre a construção do termo *agricultura e agricultor familiar*, bem como a institucionalização pelo Estado brasileiro sobre o que entendeu como conceito desses termos. Uma discussão bibliográfica é então desenvolvida, culminando com a elaboração e apresentação de mapas, gráficos e tabelas acerca de alguns produtos e realidades existentes e que estão mais próximos do camponês.

Finalizando a monografia, no capítulo 6 são tecidas as considerações finais e, logo após, está descrita toda a bibliografia que embasou o desenvolvimento deste trabalho.

1 – Procedimentos metodológicos e resultados obtidos

Como a proposta desta monografia é a atualização do capítulo sobre a agropecuária do AQAB e a análise da Agricultura Camponesa e, tendo em vista a extensão e o volume do trabalho, demarcamos as tarefas a serem desenvolvidas, obedecendo ao critério de temas. O ponto inicial foi a leitura do Atlas da Questão Agrária Brasileira, disponível em http://www.fct.unesp.br/nera/atlas.

Terminada a leitura deu-se início às pesquisas dos dados para a atualização dos bancos de dados que formou a base dos novos mapas. Assim, foi acessado o *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e nele, o *link* SIDRA, de onde foram retiradas todas as informações para elaboração dos bancos de dados utilizados na confecção dos mapas, gráficos e tabelas.

Em relação à área da agricultura temporária e agricultura permanente, os dados vieram do IBGE - Pesquisa Agrícola Municipal – PAM 2012. Para a área da pecuária e produção animal foram utilizados os dados do IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal – PPM 2012. Os dados apresentados no campo da silvicultura e da extração vegetal foram colhidos do IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2012.

Posteriormente, os dados foram compilados em uma planilha do programa *Excel* gerado em arquivo *csv,* o qual deve ser transformado em *xls.* Nesse novo formato de arquivo são feitas as alterações necessárias para permitir a leitura pelo programa de cartomática *Philcarto*.

Passo seguinte, partimos para a elaboração dos mapas utilizando o programa *Philcarto.* Os mapas são gerados através de uma base cartográfica do próprio programa *Philcarto*, e vetorizada com o uso do *software* SPRING, seguindo com a importação do banco de dados que, juntos, formam a visualização cartográfica desejada. Em seguida este mapa é gravado em formato *AI,* utilizando-se o programa *Adobe Illustrator*, disponível na sala do grupo de pesquisas do NERA-Unesp e nessa base são feitas as diagramações necessárias para finalizar o mapa que se deseja. Os mapas são exportados para o formato jpg os quais serão publicados no portal do Atlas da Questão Agrária Brasileira (www.fct.unesp.br/nera/atlas), quando as suas demais áreas analisadas também estiverem atualizadas.

Para a construção das tabelas utilizamos a base do banco de dados, em formato *Excel,* importada do *site* do IBGE. Devidamente reconfigurada ela serviu para montar as tabelas e os Gráficos. Para a montagem das tabelas ela foi reconfigurada para apresentar em ordem decrescente os dados, iniciando pela coluna que expressa os dados do ano de 2012 e, tomando o cuidado de selecionar todas as colunas para manter as informações corretamente dentro de cada campo correspondente.

Para montar os gráficos fizemos inicialmente a soma total em cada coluna onde estavam os anos representados, recolhidos os totais juntamente com os anos correspondentes em outra tabela e, nesta nova foi montado o gráfico desejado. Para cada uma das tabelas e dos gráficos os procedimentos acima tiveram que se repetir, em um trabalho cansativo, mas bem ilustrativo das novas realidades que se deseja expressar.

É importante também destacar que para a elaboração das tabelas foram considerados os dados do ano de 2012. Dessa forma, a tabela no *Excel* teve todas as suas colunas selecionadas e, por meio do comando “dados; classificar por”, eles foram organizados de forma decrescente, tomando-se o cuidado de fazê-lo com extensão a todas as colunas, evitando que ficassem desordenados.

Na sequência, foram selecionados os dez primeiros e maiores valores, com todas as informações correspondentes a cada um, recortados e fixados em uma nova tabela intitulada “dados para tabela”. Feita essa montagem, ela foi novamente selecionada, copiada e colada no documento do *Word*, seguindo uma sequência de apresentação logo abaixo dos gráficos, e esses, por sua vez, foram colocados logo abaixo dos mapas.

A orientação na montagem das tabelas utilizando o ordenamento dos dados a partir das informações do ano de 2012 deve-se a um dos objetivos do projeto, ou seja, atualizar o Atlas. Dessa forma, partindo do ano 2012 é possível ver como se comportou a produção nos anos anteriores, o que permite elaborar uma análise mais detalhada devido à proximidade com o gráfico e o mapa logo acima.

A estrutura da montagem em ordem sequencial de mapas, gráficos e tabelas, foi pensada considerando-se um entendimento de que as três informações são complementares entre si, ou seja, em um primeiro momento o leitor vê um mapa que lhe traz o conhecimento sobre a distribuição espacial dos

dados representados; na sequência vem o gráfico que lhe permite conhecer, ano após ano, o comportamento evolutivo ou involutivo dos dados expressados no mapa e, por fim, a tabela revela as microrregiões e estados onde foram mais intensos os processos de mudanças.

Desta forma, acredita-se que o presente trabalho disponibiliza as informações necessárias para compreender os processos de ocupação espacial, expansão da agropecuária e os territórios eleitos para a reprodução capitalista do agronegócio, utilizando-se dos atributos visual, temporal e estatístico.

Para a Agricultura Camponesa foi tomado um procedimento semelhante porém, os mapas foram estilizados com a cor vermelha, para designar as representações da Agricultura Camponesa, e com a cor azul para designar as representações da Agricultura não Camponesa. Em relação aos gráficos também foi adotado o mesmo sistema de cores. Em relação às tabelas, o sistema de classificação seguiu o modelo anteriormente utilizado tendo em vista que o objetivo é, exatamente, apresentar os mais dinâmicos elementos nos dois modelos de produção.

A análise da Agricultura Camponesa e não Camponesa partiu de um referencial teórico que procurou apresentar, sem um aprofundamento teórico, duas posições sobre o assunto. Assim, sua contextualização abrangeu os dois mais significativos discursos ideológicos sobre o tema, ou seja, o Paradigma do Capitalismo Agrário, que entende ser o camponês um resquício de um modelo produtivo no campo que está em extinção, denominando então o pequeno produtor rural de agricultor familiar, inserido no mercado e praticando uma agricultura para atendê-lo.

O outro entendimento sobre o campo está no Paradigma da Questão Agrária que entende ser o camponês e o agricultor familiar o mesmo sujeito, porém, o camponês traz à memória a luta pela terra, a produção baseada no uso da mão de obra familiar e voltada ao suprimento das necessidades do núcleo familiar, esporadicamente alguma contratação de força de trabalho por tempo curto, a prática da policultura preservando a diversidade genética das espécies, maiores cuidados com o meio ambiente e a luta pela reforma agrária.

Sem a pretensão de abranger todo o vasto campo de análise desse tema, a discussão se baseia em dados do último censo agropecuário do IBGE, de 2006.

2 - Breves considerações paradigmáticas

2.1 – Estabelecendo diferenciações

Neste capítulo pretendemos trazer para o debate os pontos de vista de vários autores que se dedicam ao estudo da questão agrária. Ainda que pareça ser um caso de semântica quando se fala em agricultura familiar e agricultura camponesa, a diferença entre camponês e agricultor familiar é uma questão conceitual. Nesse caso, conceitualmente, há um debate paradigmático que analisa o campo pelo Paradigma da Questão Agrária – PQA e entende que o termo camponês tem significado histórico da reprodução social na terra (FERNANDES, 2004), seguindo uma linha de orientação teórica marxista. Para o PQA, camponês e agricultor familiar são sinônimos para designar o agricultor que utiliza a mão de obra familiar para trabalhar a terra e retirar dela os meios para a manutenção do grupo familiar.

Ocorre que a linha dialógica do PQA entende ser o camponês aquele que produz através da mão-de-obra do seu grupo familiar e busca através da produção (excedente vendável ou culturas exclusivamente mercantis) suprir outras necessidades, se tornando dessa forma um produtor de alimentos para a população (FERNANDES, 2005).

A outra corrente - Paradigma do Capitalismo Agrário - PCA - entende ser o agricultor familiar aquele que, apesar de pequeno agricultor, adota padrões de produção e estratégias determinadas prioritariamente pelo mercado capitalista, praticando dessa forma uma agricultura dentro das normas do mercado, ou seja, é a linha de pensamento que rompe com a corrente marxista na maneira de compreender a questão agrária (FERNANDES, 2005).

Segundo a interpretação de Fernandes (2005) sobre o trabalho desenvolvido por Abramovay (1992) que fundamenta o PCA, este paradigma estabelece diferenças e entende que o camponês é o agricultor praticante de uma agricultura arcaica, resquícios de um modo de produção e reprodução social que será absorvido por novas práticas, e terá sua existência ligada a lembranças de um tempo pretérito que foi suplantado pelo modo capitalista de produção, incompatível com a modernidade e a industrialização da agricultura.

Abramovay (1992) define o agricultor familiar como aquele que participa das políticas atuais de desenvolvimento do campo, via livre mercado, tem

competitividade e racionalidade econômica se inserindo no mercado e, portanto, devendo receber por parte do Estado, as políticas de apoio e fomento ao aumento da produção agrícola.

Segundo Lamarche (1993), o termo Agricultor/Agricultura familiar surgiu em decorrência de mudanças estruturais que aconteceram ao longo de um período histórico que se estende do início do século XIX, quando os camponeses franceses começaram a ganhar poder e espaço na produção, política e sociedade francesas, atingindo seu ápice em meados desse mesmo século.

Ele chama de Revolução Agrícola o movimento dos camponeses na aquisição de máquinas e tecnificação da produção do campo, o que provocou profunda mudanças não apenas na forma de se produzir, mas também nas regras de comercialização e comportamento do camponês, notadamente na reprodução social. Os filhos desses camponeses foram enviados para estudarem em centros avançados e voltavam com conhecimentos técnicos que alteram o entendimento de comercialização, inserindo o mercado como o objeto moderador da produção. Também não se viam como camponês, pois o termo trazia uma grande conotação com as condições precárias existentes desde a Idade Média, onde eles eram a parte pauperizada da sociedade e responsáveis por manterem os estoques de alimentos da aristocracia (LAMARCHE, 1993).

Aos poucos vão surgindo os termos “Agricultura e Agricultor Familiares”, como uma nova forma de expressar esse distanciamento do camponês, de sua maneira de reprodução social e de aproximação e submissão da produção aos interesses do mercado. Lamarche, assim como Mendras, adotam os termos agricultura e agricultor familiares, reforçando, dessa forma, a corrente do pensamento do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA).

O PCA adota o modelo da agropecuária capitalista (embora o sujeito não seja um capitalista, já que a produção e a apropriação são coletivas no grupo familiar), subordinando-se ainda mais às instabilidades do mercado e sujeitando-o às políticas neoliberais de reforma agrária determinadas pelo Banco Mundial e FMI, facilitando a penetração e monopolização da produção do campo voltadas para o agronegócio (GIRARDI, 2008a).

O Brasil é caracterizado pelas desigualdades sociais e regionais resultantes da concentração da riqueza. Os problemas oriundos da questão agrária relativos à produção no campo, à vida e reprodução

camponesa, compõem o conjunto de questões estruturais que barram outro modelo de desenvolvimento para o país (GIRARDI, 2008a). Essa realidade mantém características contraditórias em favor de um pequeno número de privilegiados que detém os meios de produção e controla a política e as finanças. Sérias críticas a essas práticas estão presentes no entendimento adotado por Fernandes (2005, p.4) ao afirmar que:

> A questão agrária está presente no nosso cotidiano há séculos. [...] nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos.

Com apenas 15,8% da população rural (2006) e a extinção de 1,5 milhão de postos de trabalho no campo no período de 1996-2006, o Brasil se tornou o quinto maior exportador mundial de produtos agropecuários, especialmente soja, açúcar e álcool, suco de laranja, café, papel e celulose, fumo, algodão e milho, além de ser o maior exportador mundial de carnes (GIRARDI, 2008a).

Ao lado desses índices, convivemos com indicadores de extrema desigualdade social e concentração da riqueza e terras promovidas no país por séculos. Essa realidade é agravada pelo quadro de violência no campo, através da expulsão do camponês desterritorializando-o para, em um movimento seguinte, promover o seu retorno à terra, mas dessa vez, como um assalariado, sofrendo assim a exploração da sua mão-de-obra por meio de uma baixa remuneração (OLIVEIRA, 2007). No entanto, dados ainda mais elucidativos do poder que o agronegócio vem adquirindo, amparado pelas políticas públicas, são apresentados por Teixeira (2013, p.13):

> O agronegócio responde, atualmente, por 22,15% do PIB brasileiro, conforme dados da ESALQ/USP. As exportações correspondentes no ano de 2012 somaram 96 bilhões de dólares, o que equivale a cerca de 40% do total nacional. Nesse mesmo ano, o saldo da balança comercial brasileira foi de 19.4 bilhões de dólares. Esse resultado foi possível graças, principalmente, ao desempenho da balança do agronegócio que alcançou superávit de 79.4 bilhões de dólares. O segundo setor com melhor saldo comercial foi o mineral que registrou superávit de 27.4 bilhões de dólares. Mesmo sendo quase três vezes menor que o superávit do agronegócio, esse resultado do setor mineral foi dez vezes superior ao registrado há dez anos. Juntos, minério e agronegócio foram responsáveis por cerca de 70% do valor total exportado pelo país em 2012.

Sob a ótica da geração de divisas para o país, tais dados afirmam ser praticamente impossível negar os benefícios que o agronegócio proporciona à balança comercial brasileira. Em uma sociedade na qual os interesses econômicos conflitam com as necessidades alimentares da população, esses valores são diuturnamente reforçados e alardeados pela grande mídia a serviço do capital, conforme expõe Fernandes (2005, p.38): “A apologia ao agronegócio, realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, é uma forma de criar uma espécie de blindagem desse modelo, procurando *invisibilizar* suas conflitualidades*”*. Qualquer forma de entendimento questionador das suas benesses cai no descrédito.

2.2 – Uma questão política

O Governo tem interesses no desenvolvimento do agronegócio porque ele gera divisas com a exportação e possibilita o cumprimento de compromissos assumidos com organizações financeiras internacionais. Assim, faz investimentos vultosos nessa área para atrair o apoio político que ele representa, conforme descreve Calgaro:

> Como parte da estratégia para atrair o voto do agronegócio, a presidente Dilma Rousseff, ao lado do ministro da Agricultura, Neri Geller, lançou nesta segunda-feira (19), na cidade de Lucas do Rio Verde – MT, o Plano Agrícola e Pecuário 2014/15, conhecido como “Plano Safra”, com um aumento de 14,7% em relação à temporada anterior, totalizando R$ 156,1 bilhões (ante R$ 136 bilhões). Num discurso com ataques indiretos ao período governado pelo PSDB, a petista reiterou compromisso com a área e ressaltou o aumento na produção da safra e nos investimentos feitos pela União. “Na safra anterior à chegada do presidente Lula, tínhamos colhido 96,8 milhões de toneladas de grãos (...)”. “Na safra que estamos encerrando, nós iremos colher 191,2 milhões de toneladas de grãos”, comparou. (AGÊNCIA ESTADO, 2014, apud GALGARO, 2014.).

Como pode ser percebido, os movimentos do Governo são bastante expressivos para agradar ao agro empresariado, tanto nas altas somas envolvidas para este setor, quanto ao próprio lugar em que se realiza as ações. Neste caso, a escolha da cidade de Lucas do Rio Verde é emblemática por ser nessa área que ocorre a maior produção de soja. O Plano Safra é didático para essa discussão e revela como os recursos governamentais são repassados diretamente para o chamado agronegócio, sem beneficiar a esmagadora maioria da população brasileira.

O agronegócio é a aliança entre os latifundiários, que representa um dos setores mais reacionários da burguesia, e os monopólios imperialistas. O problema fundiário no país representa um empecilho ao desenvolvimento econômico e social do Brasil e o latifúndio é o principal fator deste problema (GIRARDI, 2008a). Apesar de representar uma pequena parcela da população do campo e das propriedades agrícolas, porém ocupando a maior parcela quando considerada a área, a grande e média propriedades recebem quase que a totalidade dos recursos governamentais destinados à agricultura e à pecuária.

Em 2013 o Plano Safra destinou R$ 136 bilhões ao agronegócio. Para a agricultura familiar o valor foi de R$ R$ 22,3 bilhões para o fortalecimento da Agricultura Familiar. A distribuição desses recursos foram da seguinte forma: Crédito Pronaf - R$ 18 bilhões, Seguro da Agricultura Familiar - SEAF - R$ 480 milhões, Programa Garantia-Safra - R$ 412 milhões, Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) - R$ 90 milhões, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) R$ 1,2 bilhão em compras da agricultura familiar (MDA: R$ 148 milhões + MDS: R$ 1,08 bilhão), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – R$ 1,1 bilhão em compras da agricultura familiar (FNDE), Assistência Técnica e Extensão Rural - R$ 542 milhões, Programa de Garantia de Preço Mínimo – PGPM | R$ 347 milhões, Fomento às atividades produtivas rurais do Plano Brasil sem Miséria: R$ 81 milhões (MDS). Ou seja, a agricultura familiar recebeu apenas 22,3% do valor que foi destinado aos latifundiários e médios produtores, mesmo ela representando aproximadamente 83% das propriedades agrícolas e fornecendo mais de 70% da alimentação dos brasileiros.

No entanto, outras forças se movem em sentido contrário, buscando espaço para serem ouvidas na tentativa de mostrar que, na realidade, o pequeno agricultor necessita de maior amparo dos governantes. Essas forças precisam abrir caminho mostrando união e objetivos claros, mas também se faz necessário politizar ao máximo a questão agrária e não deixar que seja transformada em apenas uma questão econômica, conforme indica Sauer:

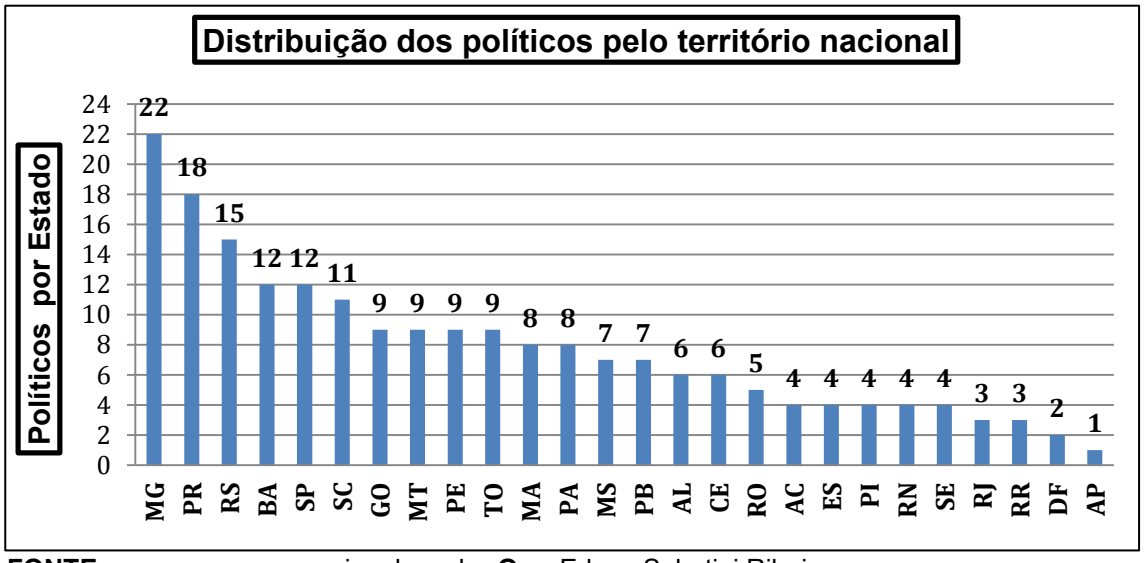
> Em 2012, mais de duas dezenas de entidades do campo e organizações sindicais, camponesas, indígenas e quilombolas reuniram mais de três mil lideranças no *Encontro nacional unitário de trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas.* Esse encontro não foi realizado só para celebrar os 50 anos do *I Congresso*

> *Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas* – evento ocorrido em Belo Horizonte em 1961 -, mas especialmente para reafirmar a atualidade da democratização do acesso à terra, portanto, da luta "por terra, território e dignidade" no campo brasileiro (Declaração, 2012), procurando pressionar o Executivo federal a ampliar as políticas de assentamentos (SAUER, 2013, p. 69).

A questão do acesso à terra tem se mostrado um problema político com reflexos sociais de grande dimensão. As elites conseguem se articular e manter um ambiente propício às suas pretensões, isso explica o porquê das mudanças, aparentemente, serem para beneficiar aqueles que estão no poder, tanto econômica quanto politicamente.

No campo político, quando seus interesses estão ameaçados, se unem, independente das suas matrizes políticas ou de sua distribuição geográfica. Nesse ambiente de disputas, o Congresso Nacional é o divisor de águas quando a questão é a manutenção do *status quo* e dos privilégios econômicos e fundiários, pois sua mobilização possibilitou a criação da Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA. Na 54ª (2011-2014) legislatura do Congresso ela era composta por deputados e senadores, de quase todos os partidos, e o seu lema é "unidos em defesa do setor agropecuário" distribuídos em 216 deputados federais e 17 senadores (FPA, 2014).

Gráfico 1 - Representação estadual dos políticos da FPA, na 54ª legislatura.



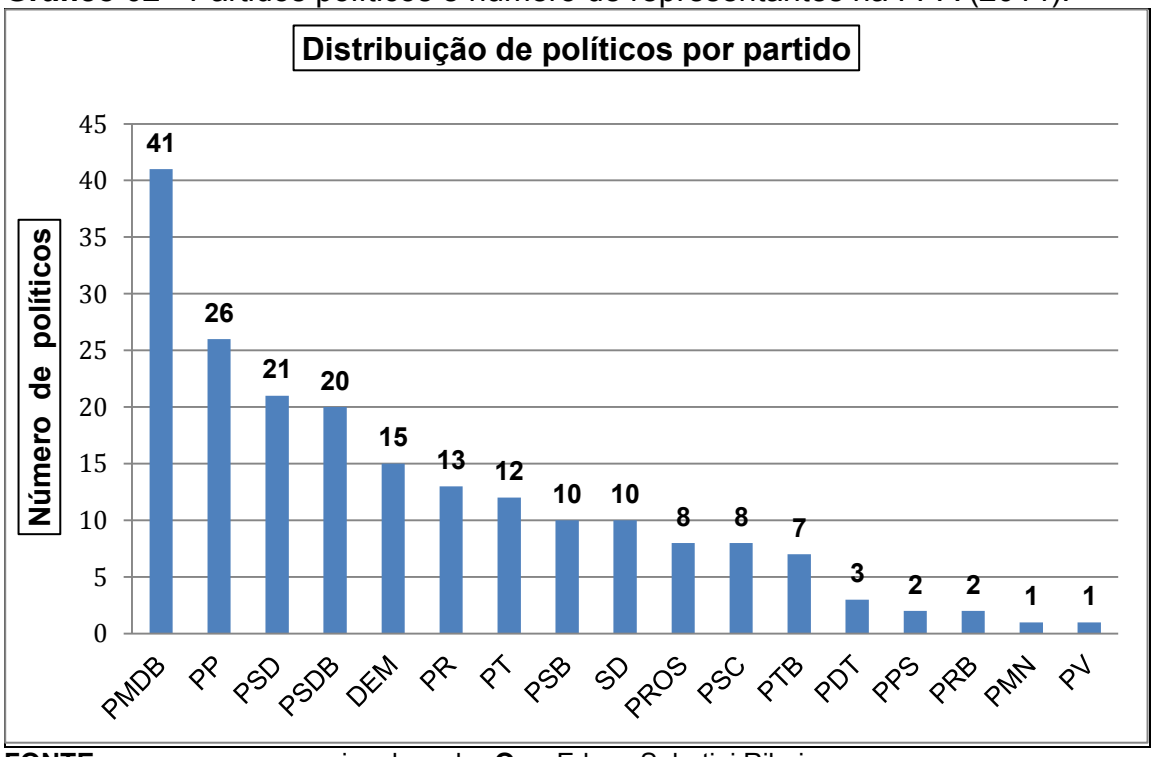
FONTE: www.congressonacional.gov.br; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

Os dados reforçam o entendimento de que os ruralistas não seguem as orientações dos partidos ou referência estadual específica. Eles não compõem a base ou a oposição ao governo, mas defendem o agronegócio onde e quando ele

estiver e for necessário guiando-se, com predominância, pela orientação de um núcleo operativo, independente de qualquer corrente político-ideológica. Formam, portanto, um grupo semelhante a um partido político sem nenhuma relação ou obrigação com as propostas dos partidos a que pertencem, mas apartidário cujos interesses são a defesa da propriedade privada, a manutenção de financiamentos públicos e todas as possibilidades de preservação dos seus privilégios.

Somente dentro da lógica da reprodução capitalista é possível entender a participação de políticos que pertencem a partidos constituídos sob o prisma da preservação ambiental, e lutam para que não haja expansão do desmatamento, como é o caso da pecuária que precisa de grandes áreas para pastos, e da monocultura desenvolvida com o agronegócio.

Gráfico 02 - Partidos políticos e número de representantes na FPA (2014).



FONTE: www.congressonacional.gov.br; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

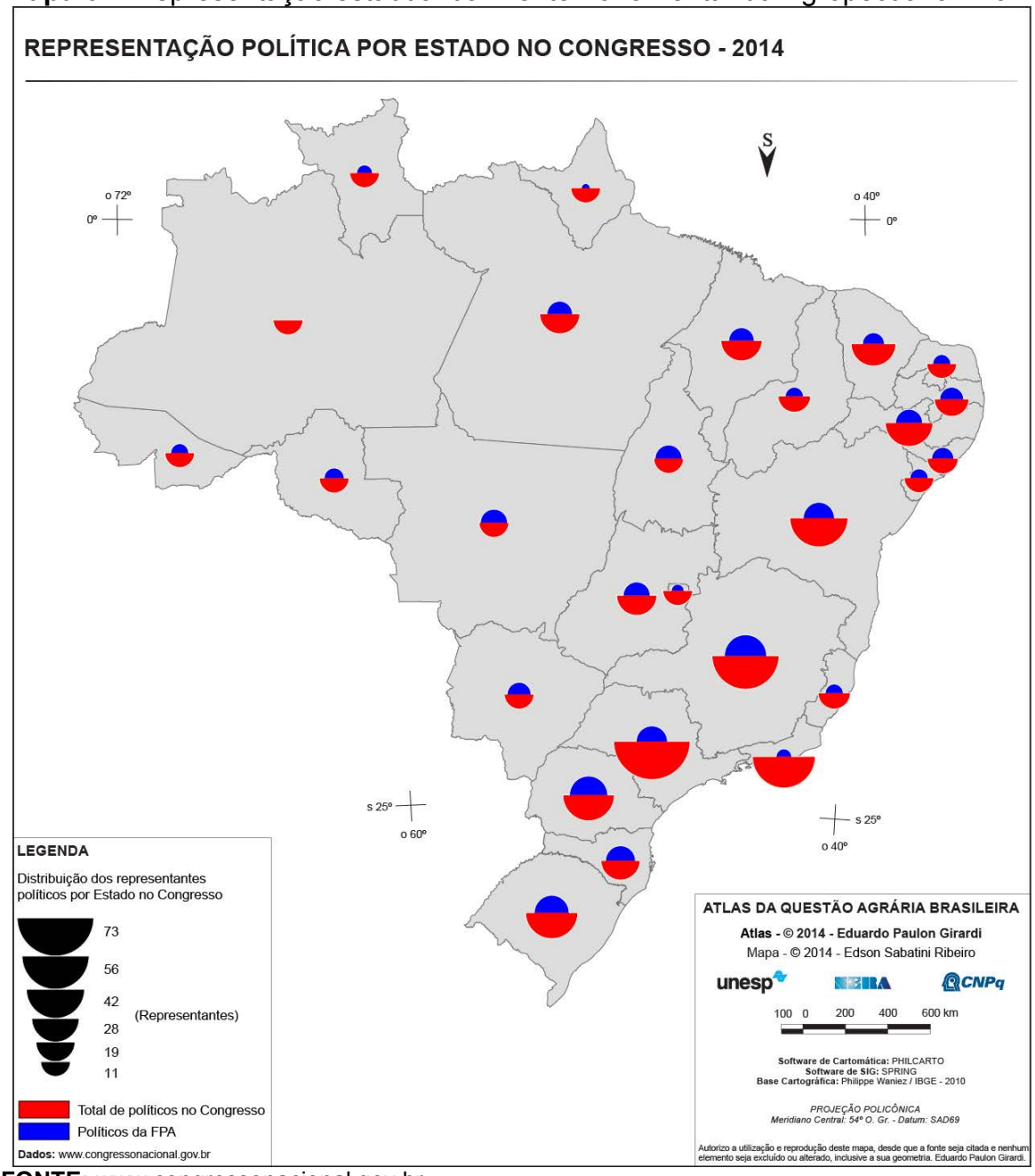
Assim, faz sentido um representante do Partido Verde-PV, que foi constituído dentro da visão ambientalista, possuir representante na Frente Parlamentar do Agronegócio. Essa pluralidade partidária possibilita abranger quase todo o território de tal forma que:

> O único Estado que não tem um parlamentar membro da Frente é o Amazonas. Minas Gerais lidera a representação, seguido por Paraná e

> Rio Grande do Sul. Na mesorregião Centro Sul do Brasil, estão 88 dos deputados membros, ou 55% do total, no Nordeste estão 51 deputados, ou 32% do total e na Região Norte, 22 deputados, ou 14% do total. A maior representação vem justamente das regiões onde se observa o maior avanço capitalista e neoliberal da agricultura brasileira, dando suporte à defesa da agenda de modernização conservadora do agronegócio (INTINI; FERNANDES, 2013, p. 89-90).

A distribuição territorial de políticos pertencentes à FPA pode ser percebida no mapa 01.

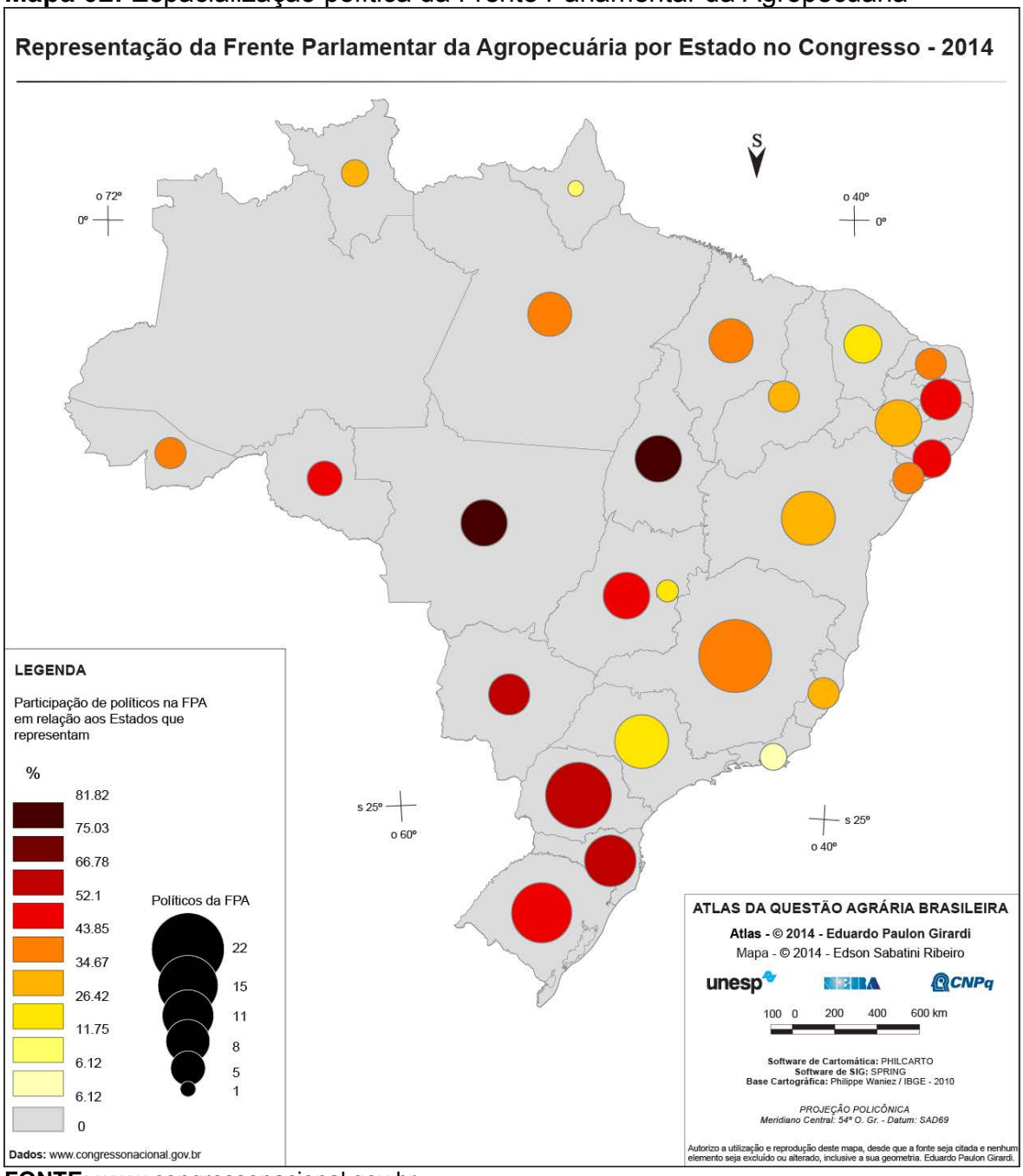
Mapa 01: Representação estadual da Frente Parlamentar da Agropecuária - 2014



FONTE: www.congressonacional.gov.br

Essa união pode ser percebida na representação cartográfica 02, onde estão distribuídas espacialmente as realidades estaduais e a participação relativa dos políticos que defendem os interesses do agronegócio.

Mapa 02: Espacialização política da Frente Parlamentar da Agropecuária



FONTE: www.congressonacional.gov.br

Esses objetivos em comum suplantam as ideologias partidárias e se tornam o amálgama que une e da forças para se defenderem, como é o caso da criação da Frente Parlamentar da Agricultura – FPA, o que é um fato demonstrado por Intini e Fernandes:

> Segundo dados disponibilizados pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar da Agropecuária conta com a participação de 161 deputados e 11 senadores. No entanto, se adotados outros critérios, além da auto declaração, tais como as votações em Plenário e a defesa do ambiente das Comissões de interesses do agronegócio esta articulação supera a casa de 200 parlamentares (INTINI; FERNANDES, 2013, p. 88).

O discurso e a prática dos membros da Frente Parlamentar da Agropecuária são coerentes. É possível perceber que eles estão distribuídos por dezessete partidos políticos, das mais variadas tendências. Certamente o número dos que compõem a bancada ruralista é ainda maior do que apresenta a FPA.

Não há discurso convincente sem argumentos plausíveis. De fato, a defesa do agronegócio tomada por esses políticos não tem outro caráter que não seja o de homiziar seus reais interesses. Para tornar a realidade verossímil, os políticos aparecem como os guardiões em defesa do agricultor camponês com um discurso ideológico das benfeitorias promovidas pelo agronegócio no campo quando, de fato, estão defendendo seus próprios interesses. Fernandes (2005) revela com maestria essa realidade ao afirmar:

> A preocupação das instituições com o desenvolvimento territorial é importante, sem dúvida. Todavia, essa preocupação tem um sentido pouco explicitado, que é o controle político do debate público para a construção de teorias, métodos, metodologias e ideologias que visam o controle territorial. A geografia política do debate amplo que está acontecendo hoje, em toda a América Latina, revela uma “monocultura institucional” (grifo do autor), ou seja, a construção das referências teóricas para as definições de desenvolvimento territorial tem como ponto de partida e de chegada, o pensamento consensual (FERNANDES, 2005, p. 40).

Ser consensual, para Fernandes (2005), significa possuir um pensamento neoliberal que tenta homiziar a realidade quando são desconsideradas as suas contradições, justamente o que produz a conflitualidade. Essa ação invalida vários espaços e organizações sociais utilizando para isso, as ONGs e a grande mídia, devidamente aparelhadas para desestimular movimentos populares bem como as comunidades rurais, numa tentativa de “domesticar” essas comunidades fazendo-as aceitarem a ideia de um desenvolvimento sustentável, sem oferecerem oposição.

Tais “aparelhos” também trabalham a serviço do agronegócio no sentido de criar um comportamento subalterno e servil ao mercado. Este, por sua vez, procura convencer que ele é a essência do desenvolvimento territorial. Esse é o

pensamento consensual, que procura desconstruir qualquer ideia de oposição, ao mesmo tempo em que incute “[...] modelos e padrões de comportamento e visão do mundo” (FERNADES, 2005, p. 40).

As forças políticas e econômicas que estão por trás da ação de monopolização das terras e, principalmente, da produção do campo por meio do cultivo de grãos possuem todo um aparato tecnológico, incluindo a mídia que exalta essa condição, notadamente no caso da soja para a exportação em imensos volumes. Ela fundamenta o discurso dos benefícios advindos da implantação do agronegócio, apresentando efusivamente os saldos da balança comercial positivo conseguido graças à exportação desse produto (FERNANDES, 2005).

Dessa forma, os meios midiáticos são utilizados massivamente para reforçar a necessidade de expansão da sua produção. Concomitantemente, ela provoca o achincalhamento dos movimentos sociais, que lutam pela terra para produzirem alimentos servidos na alimentação diária da população, e do camponês para sua própria sobrevivência e reprodução enquanto classe social. Essa maneira de agir por parte dos grandes meios de comunicação demonstra que o objetivo é a defesa dos interesses da elite agrária, e que Oliveira desvenda afirmando que:

> Com o mito do papel da soja no mercado mundial, a mídia tratou de esconder também, o óbvio: não é a soja o principal grão no mercado mundial. Ao contrário, entre os grãos mais importantes do mercado mundial estão os principais alimentos da humanidade: arroz, milho e trigo. A produção desses, individualmente, supera a casa dos 600 milhões de toneladas cada, enquanto que a soja produz apenas 200 milhões de toneladas, ficando em quarto lugar. Entretanto, quem vê como a mídia tem tratado a produção de soja, parece que ela é a principal cultura do mundo. É importante frisar que essa posição tem o objetivo de mostrar igualmente a importância das grandes empresas do agronegócio. Assim, idolatram as empresas multinacionais e nacionais dos grãos e de outros setores, tais como: ADM, Cargill, Bunge, Louis Dreyfus, Amaggi, Caramuru, Cutrale, Citrosuco, Votorantin, Nestlé, Danone, Aracruz, Friboi, Bertin, etc. (OLIVEIRA, 2007, p. 148).

É importante desmistificar essas construções ideológicas sobre o agronegócio, porque o discurso apregoado o mostra como sendo a solução para os problemas do campo, ao mesmo tempo em que reforça a ideia de ele ser a melhor forma para promover o abastecimento da população. Os sujeitos que o

criaram pretenderam-no hegemônico e único, definindo-o como neoliberal, segundo as afirmações de Marcos Sawaya Jank, em reportagem do jornal Estado de São Paulo, citado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira:

> O conceito de “agribusiness” foi desenvolvido por Ray Goldberg, em 1957, nos EUA. Foi traduzido para o Brasil, e proposto como “complexo agroindustrial” ou “agronegócio” por Ney Bittencourt, Ivan Wedekin e Luiz A. Pinazza, nos anos 1980, com enorme repercussão nos meios empresariais e acadêmico. O agronegócio nada mais é do que um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores, agricultores familiares ou patronais, fazendeiros ou assentados. (JANK, 2005, apud OLIVEIRA, 2007, p. 149).

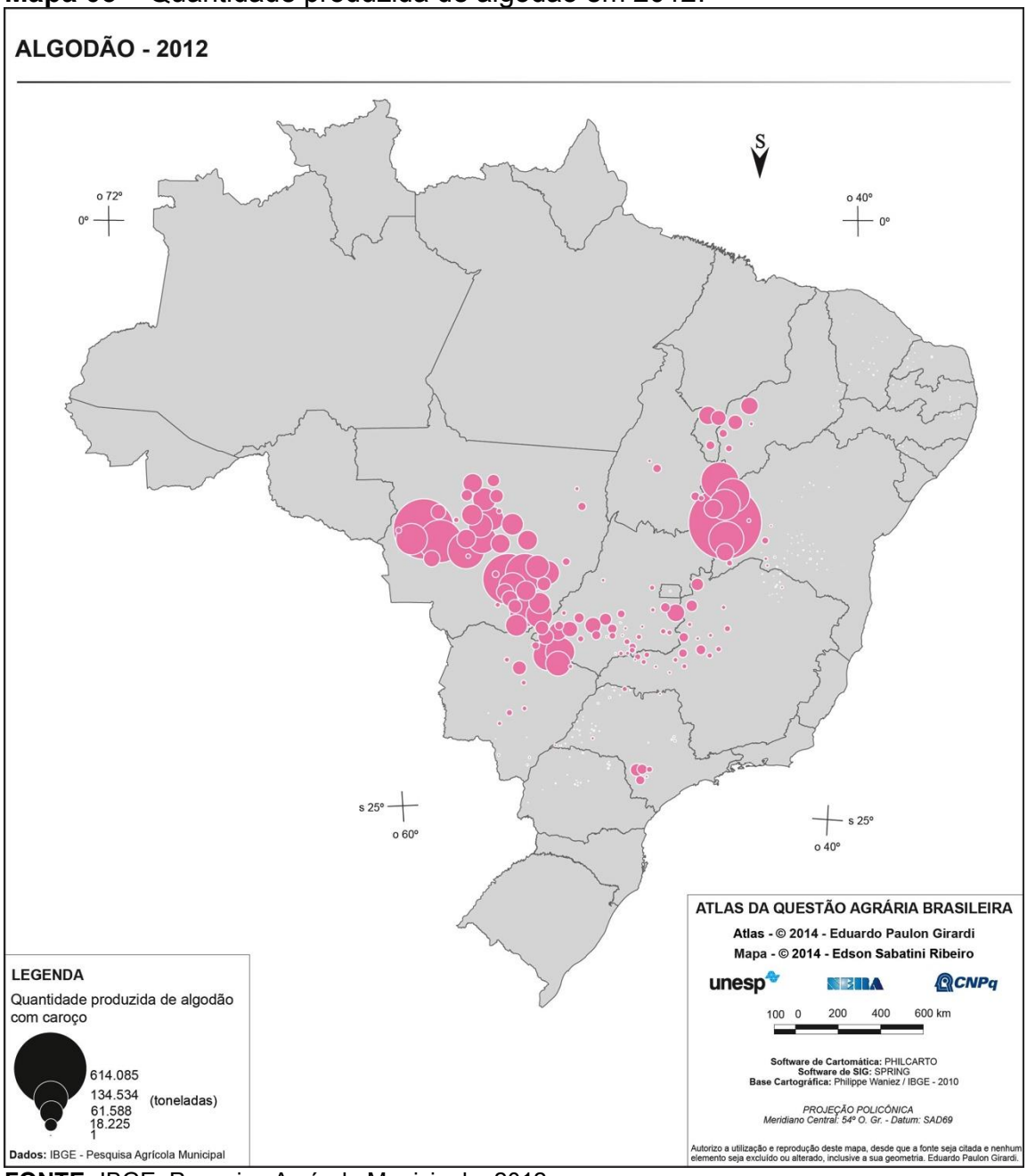
Malgrado aqui neste espaço não termos a pretensão de nos aprofundarmos na análise dos paradigmas da questão agrária porque fugiria dos objetivos propostos, mas, esclarecida a concepção de “agronegócio”, é possível ampliarmos o debate paradigmático proposto pelos pensadores do PQA e do PCA, enquanto alternativa de qual seria o modelo mais adequado para a nossa realidade. Nesse sentido, acreditamos que os mapas, gráficos, e tabelas apresentados pelo Atlas da Questão Agrária Brasileira, serão extremamente úteis para a introdução de novos questionamentos, mas também de propostas que viabilizem a partilha da terra enquanto meio para distribuir mais igualitariamente a renda obtida no campo. Lembramos que essas representações estão contemplando os dois tipos de agricultura ou seja, a agricultura camponesa e o agronegócio.

3 – Configuração territorial do campo brasileiro

3.1 - Lavoura temporária

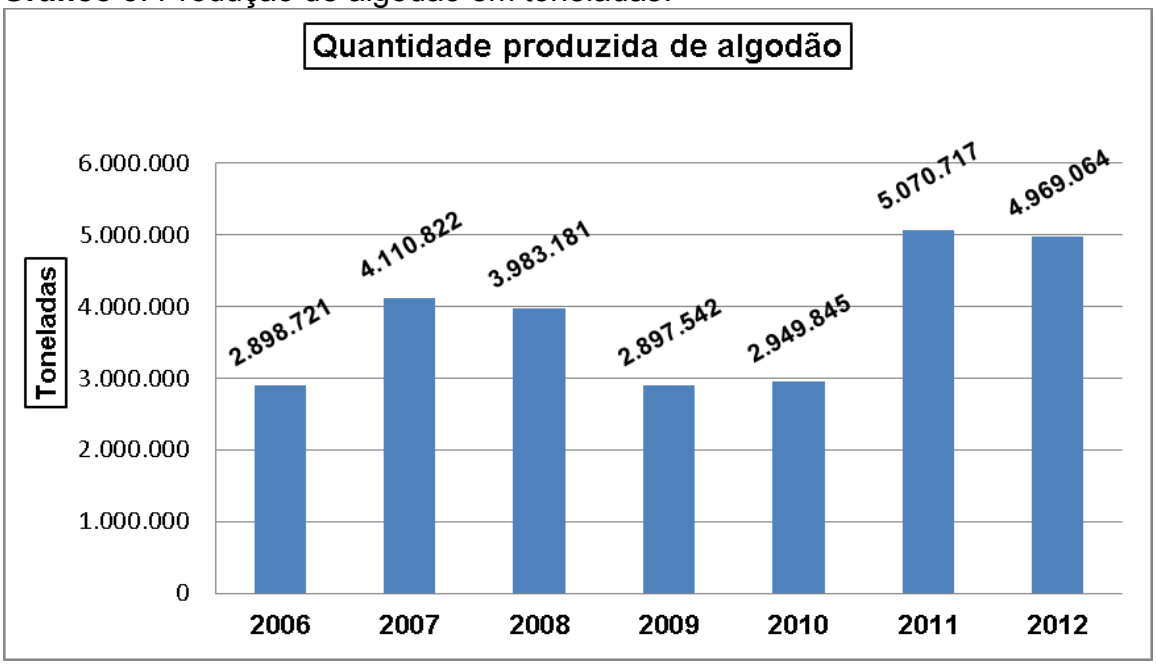
São chamadas de lavouras temporárias aquelas que todos os anos se renovam o plantio, ou seja, seu ciclo de vida: plantar, nascer, crescer e produzir se completa num período menor que em um ano, geralmente entre 3 a 6 meses em média, como as hortaliças, cereais e leguminosas. Neste capítulo apresentaremos os produtos que têm grande volume de produção e peso econômico, e estão representados no Atlas da Questão Agrária Brasileira.

Mapa 03 – Quantidade produzida de algodão em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal – 2012.

Gráfico 3: Produção de algodão em toneladas.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 01: Dez microrregiões maiores produtoras de algodão (Toneladas).

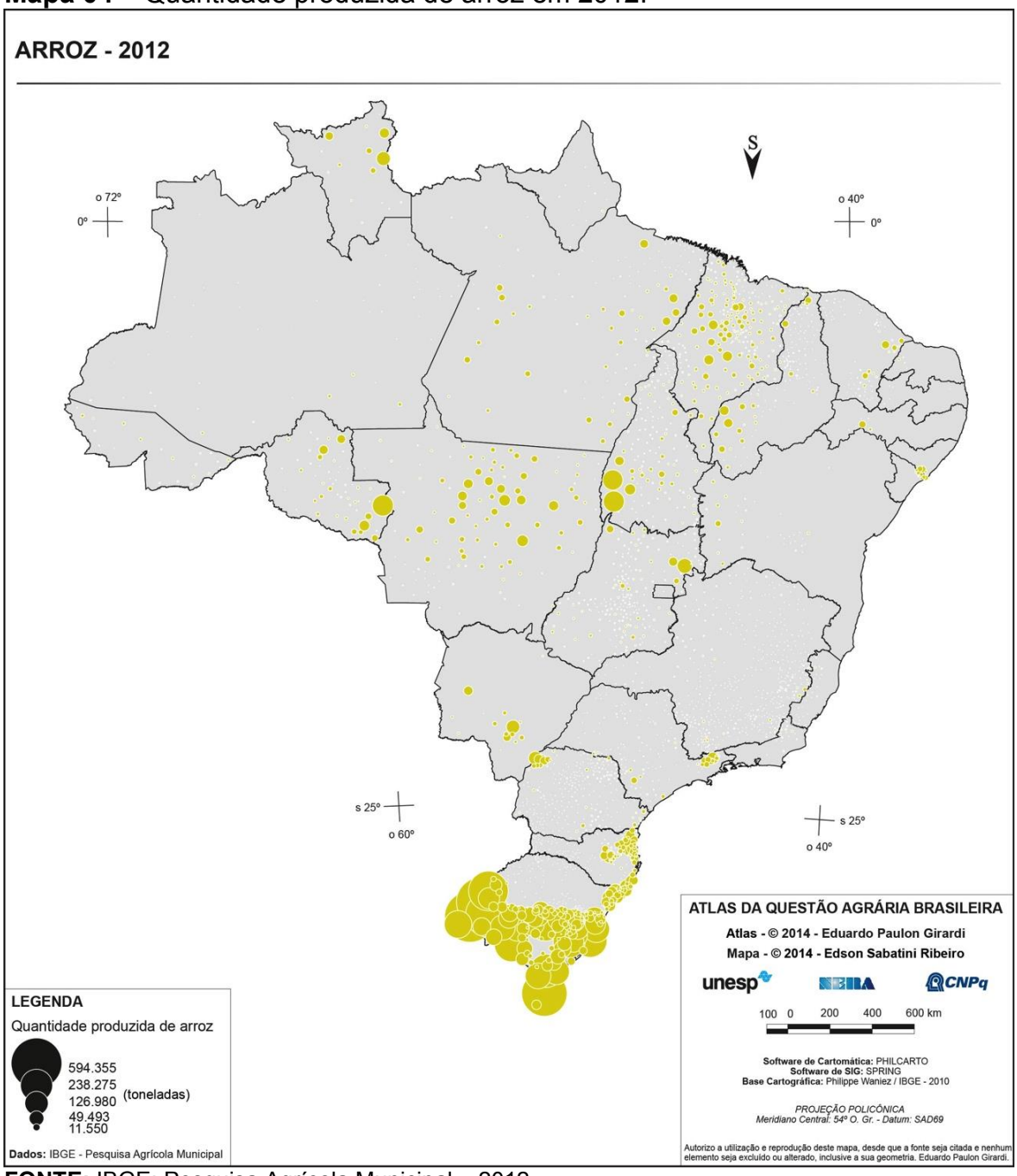
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Barreiras - BA	701.722	988.899	966.088	730.703	814.334	1.242.225	1.063.856
Parecis - MT	385.049	578.629	554.679	423.068	346.298	759.446	908.707
Primavera do Leste - MT	337.239	503.285	406.909	271.256	274.276	484.539	480.942
Alto Teles Pires - MT	164.206	337.013	335.719	184.073	225.928	385.080	436.433
Rondonópolis - MT	260.716	261.320	273.274	201.377	235.943	317.319	322.601
Sudoeste de Goiás - GO	79.857	189.548	203.697	156.799	110.277	238.688	228.187
Sta. Maria da Vitória - BA	75.913	107.887	169.987	141.833	146.978	249.841	181.115
Cassilândia - MS	71.559	141.060	150.443	118.183	114.203	173.895	175.691
Canarana - MT	68.706	124.123	97.046	94.413	67.671	132.349	138.896
Alto Araguaia - MT	93.808	173.700	163.292	120.146	157.889	170.941	129.660

FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

O algodão brasileiro experimentou uma evolução na qualidade das suas fibras e o país passou de importador a exportador. É uma das principais *commodities* do agronegócio. No entanto, em 2012 a produção sofreu uma queda em decorrência da diminuição da área plantada, ocasionada pelos altos preços de outras *commodities* como a soja e o milho, o que levou o agricultor a dar preferência a elas na hora do plantio. Essa instabilidade e redução prejudicam as exportações pela insegurança que causam aos compradores do produto. O Estado de Mato Grosso continua como o maior produtor nacional, seguido pela

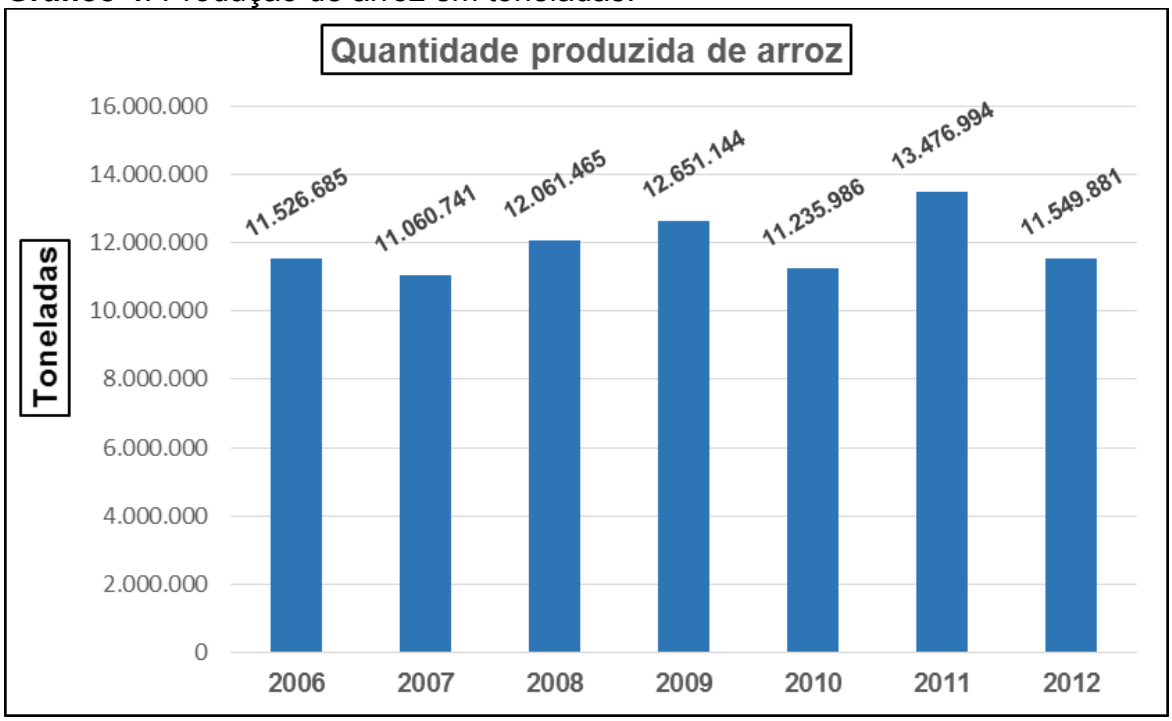
Bahia e Goiás, como se observa no mapa 03. Também é possível acompanhar as oscilações da produção pelo gráfico 03, ocasionadas pela crise mundial a partir de 2008 e pelo preço mais vantajoso de outras culturas, reduzindo o volume das exportações e, consequentemente, o plantio e a produção internos.

Mapa 04 – Quantidade produzida de arroz em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal – 2012.

Gráfico 4: Produção de arroz em toneladas.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 02: Dez microrregiões maiores produtoras de arroz (Toneladas)

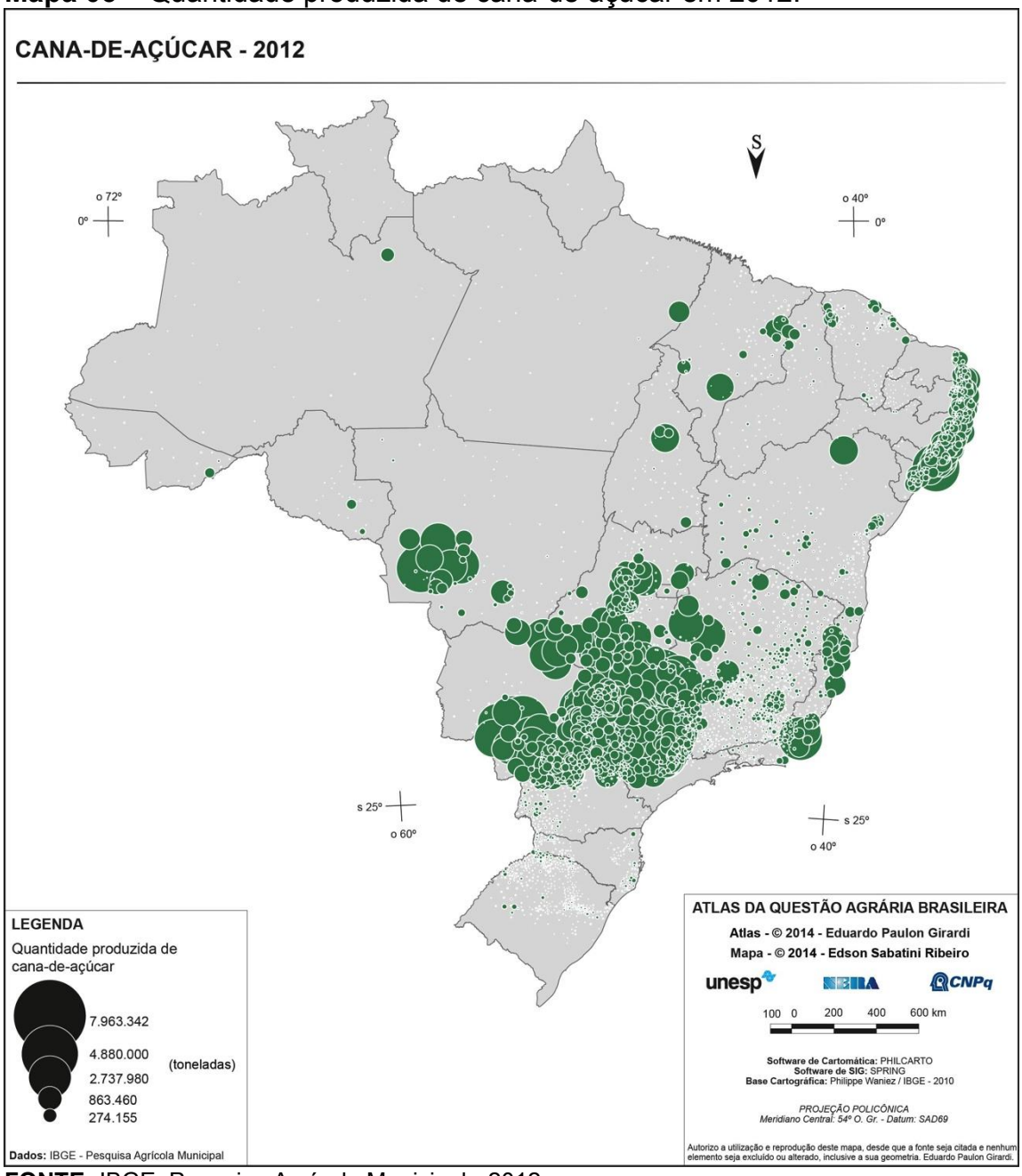
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Campanha Ocidental - RS	2.223.461	1.834.968	2.275.116	2.423.111	2.064.615	2.749.567	2.380.657
Osório - RS	567.506	559.469	591.477	632.007	608.908	673.286	725.067
Litoral Lagunar - RS	451.312	494.195	548.916	627.202	640.817	781.031	665.072
Camaquã - RS	407.903	461.157	470.612	532.237	496.760	582.731	570.741
Campanha Central - RS	456.146	371.367	470.558	471.759	416.540	541.090	433.115
Santa Maria - RS	414.742	426.002	455.533	458.382	327.398	524.937	420.539
Jaguarão - RS	353.455	384.476	414.046	440.815	404.943	505.428	411.032
Campanha Meridional - RS	465.060	282.056	464.995	588.239	517.377	677.136	399.532
Cachoeira do Sul - RS	385.527	402.275	422.705	435.157	285.755	473.892	399.341
Araranguá - SC	339.508	312.860	343.760	346.559	333.662	319.011	375.386

FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

O arroz está entre os cereais mais consumidos no mundo. No entanto, o Brasil teve sua área de produção diminuída, nos estados do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, onde é plantada a variedade de sequeiro necessitando importar o produto para atender o consumo interno. Segundo o IBGE, o estado do Rio Grande do Sul é o maior produtor nacional, onde predomina a produção do arroz irrigado, com 64,3% da produção nacional, mas a produção nacional não

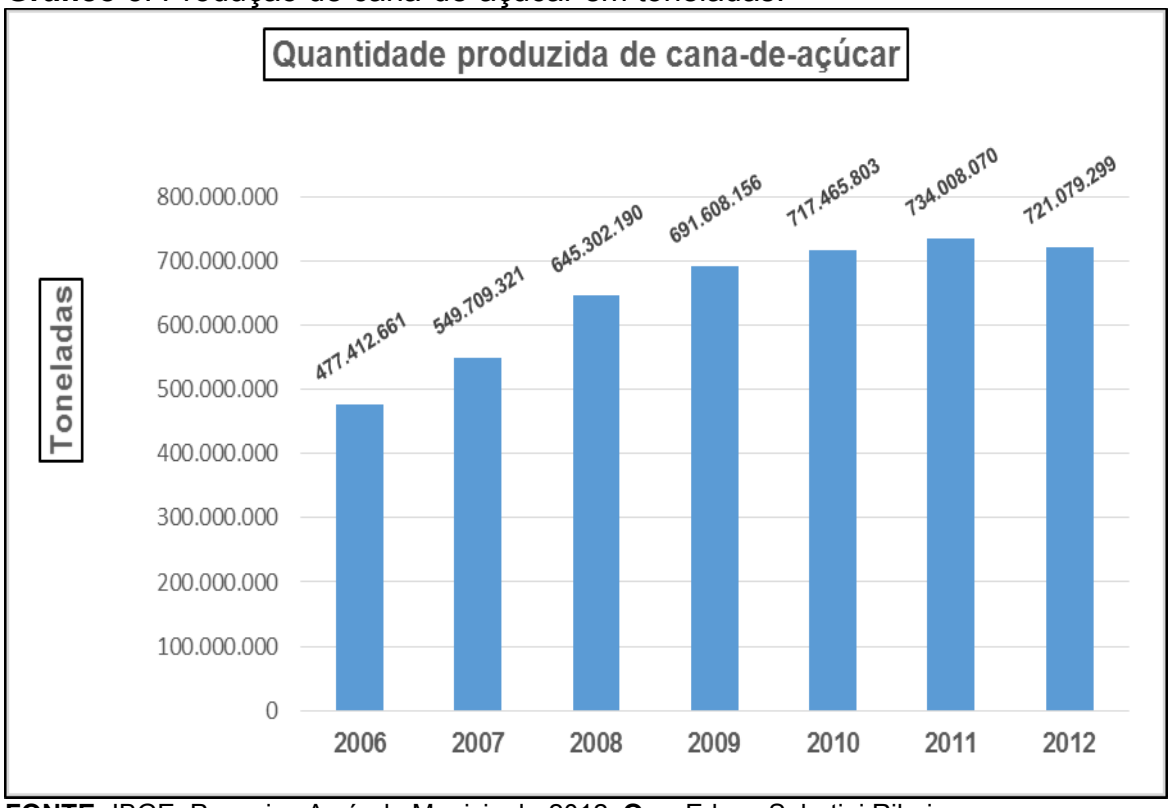
atende o mercado interno e houve a necessidade de importar 800 mil toneladas. Além da diminuição da área plantada, a falta de uma política de apoio ao campesinato e garantia de preços mínimos são apontados como fatores desestimuladores na produção deste grão.

Mapa 05 – Quantidade produzida de cana-de-açúcar em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012;

Gráfico 5: Produção de cana-de-açúcar em toneladas.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 03: Dez microrregiões maiores produtoras de cana-de-açúcar (Toneladas).

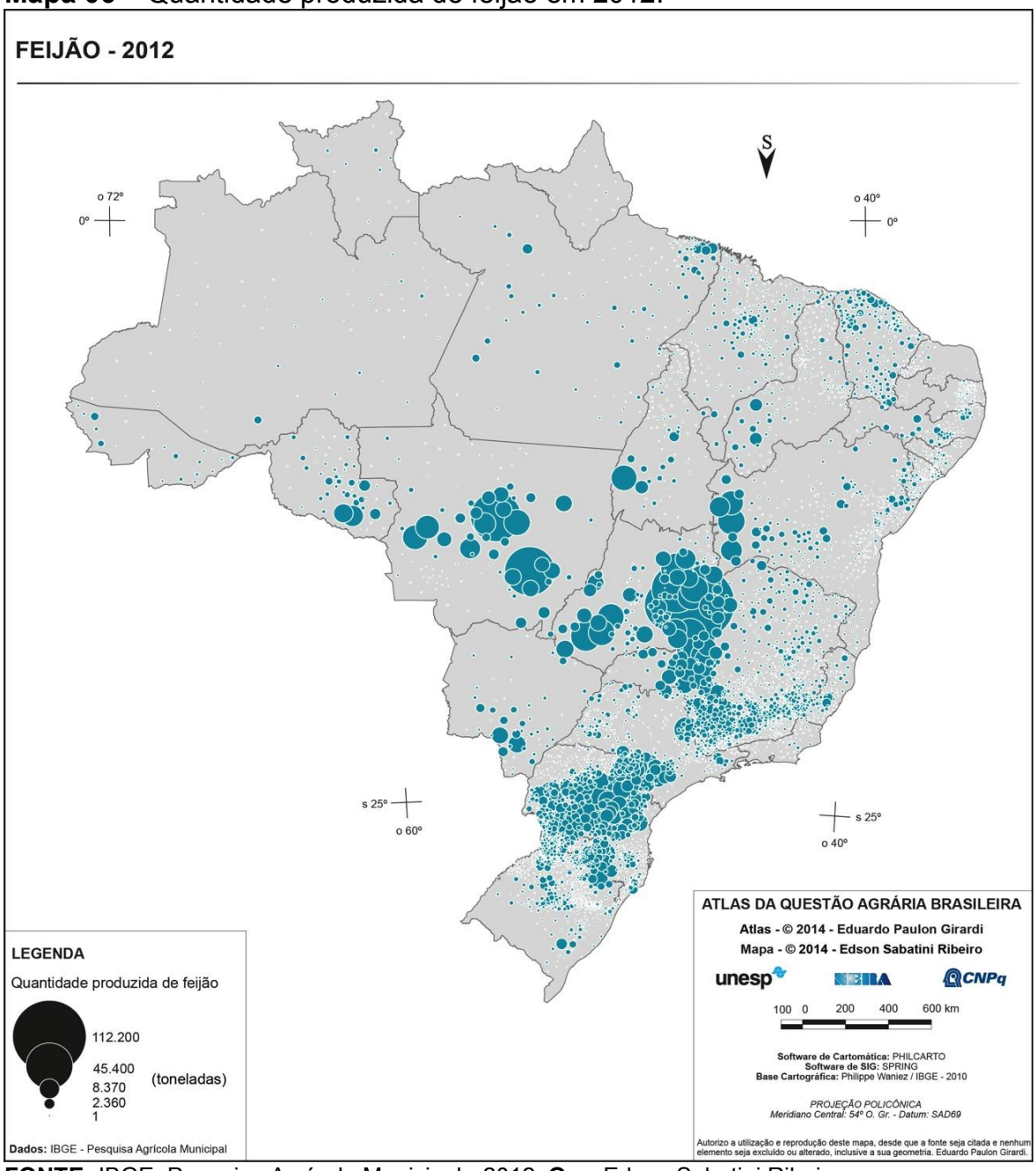
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
São José do Rio Preto - SP	15.889.541	21.101.970	25.730.922	27.853.100	31.464.950	31.612.389	32.288.440
São Joaquim da Barra - SP	24.926.590	28.693.520	31.304.406	28.495.100	29.472.976	28.916.680	27.505.702
Araraquara - SP	14.302.946	17.624.210	23.106.530	21.221.520	20.815.660	23.710.829	22.565.800
Ribeirão Preto - SP	21.824.910	22.695.475	27.042.628	28.311.085	26.856.731	26.120.246	22.459.245
Presidente Prudente - SP	9.422.347	9.287.749	13.668.690	16.139.484	18.718.459	19.264.974	22.070.550
Jaboticabal - SP	19.395.250	20.340.250	20.862.442	21.502.320	21.469.100	21.337.110	21.107.750
Dourados - MS	4.663.093	7.347.512	10.487.928	12.869.759	18.133.630	18.361.366	21.064.511
Assis - SP	15.800.230	16.617.560	19.572.561	18.991.561	19.203.585	18.521.776	18.050.475
Jaú - SP	15.453.450	16.831.936	18.239.280	18.202.135	18.078.254	18.555.288	17.217.372
Meia Ponte - GO	3.465.320	4.641.929	6.707.077	10.465.077	9.657.841	13.878.113	16.869.020

FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

A lavoura de cana-de-açúcar continua em expansão no Brasil. As áreas em produção continuam com progressivo aumento, embora em menor ritmo nos estados das regiões Centro-Oeste e Sudeste. Mato Grosso do Sul, São Paulo, Goiás e Mato Grosso foram os estados com maior acréscimo de áreas na parcela

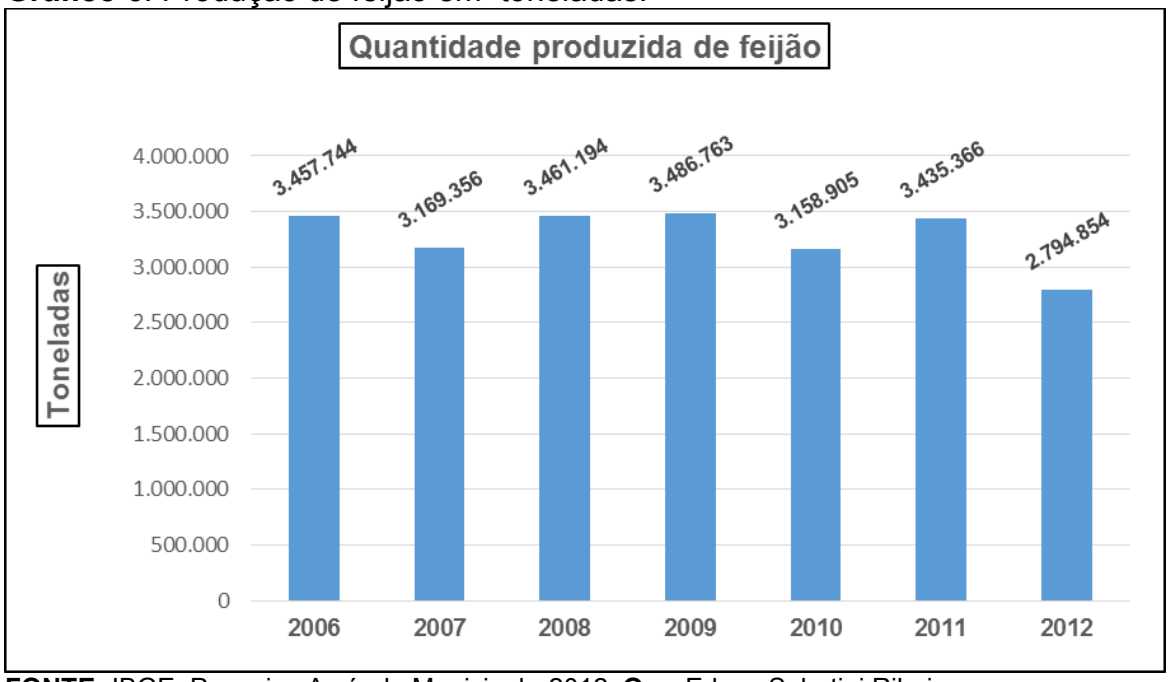
de colheita para a indústria, conforme representados no mapa 05. O Estado de São Paulo é líder na produção canavieira, seguido pelo Estado de Mato Grosso do Sul e Goiás. Este crescimento representa a consolidação das novas plantas inauguradas recentemente, ao mesmo tempo em que expande a monocultura canavieira.

Mapa 06 – Quantidade produzida de feijão em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Gráfico 6: Produção de feijão em toneladas.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 04: Dez microrregiões maiores produtoras de feijão (Toneladas).

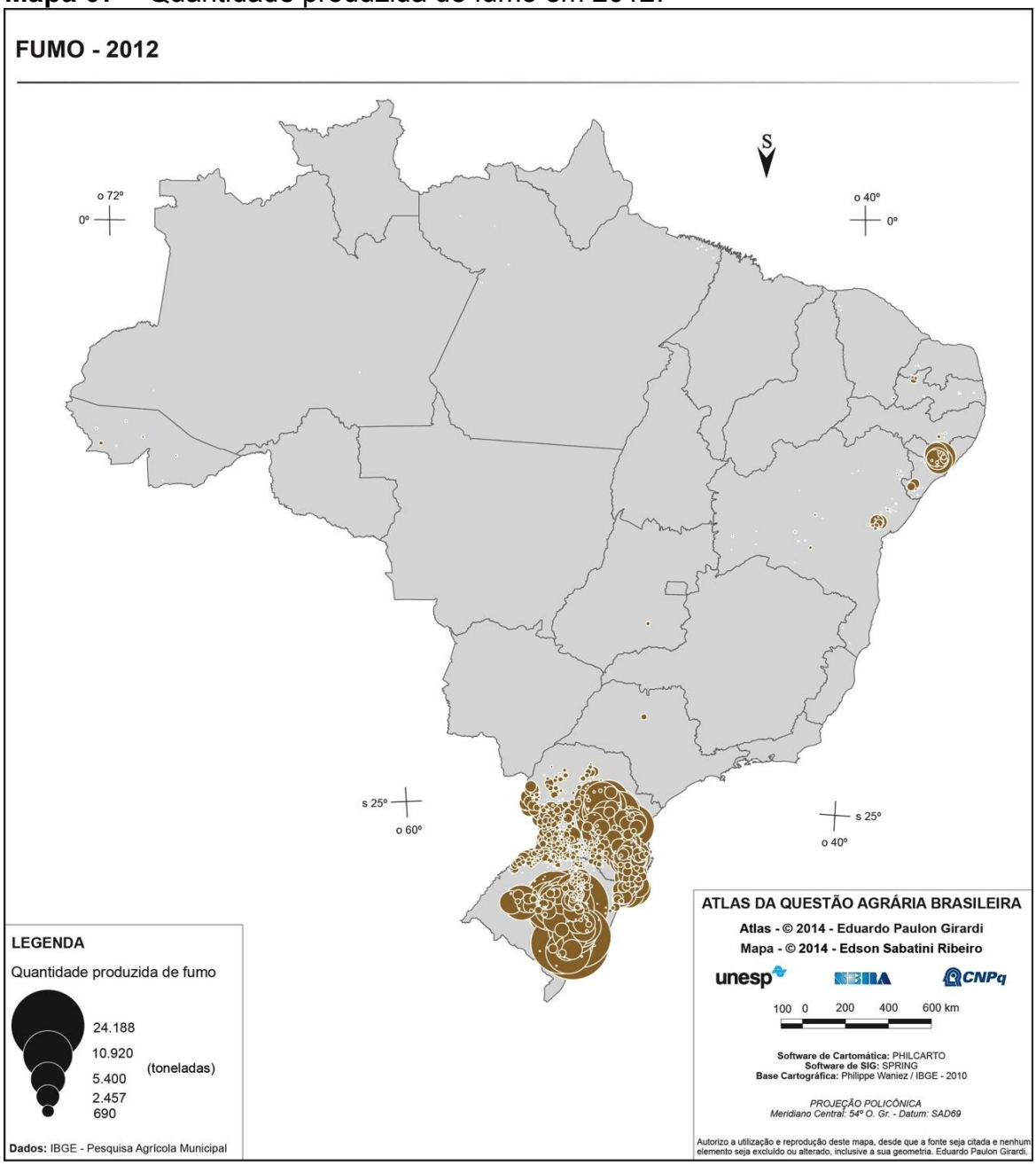
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Unaí - MG	117.084	147.732	175.280	177.720	190.177	174.141	178.845
Entorno de Brasília - GO	143.977	157.613	116.325	135.908	160.602	161.378	178.394
Paracatu - MG	47.290	43.261	60.183	84.844	95.201	85.858	103.028
Alto Teles Pires - MT	1.557	15.695	25.473	77.977	48.480	77.129	91.385
Prudentópolis - PR	91.928	78.477	95.755	96.930	101.613	114.303	71.238
Ponta Grossa - PR	42.335	56.734	72.490	86.320	62.947	66.880	71.133
Telêmaco Borba - PR	48.247	46.669	62.806	59.418	85.236	74.319	64.767
Itapeva - SP	87.143	63.214	96.060	123.484	90.855	67.286	63.165
Primavera do Leste - MT	13.524	19.695	32.040	47.118	37.973	49.314	57.939
Sudoeste de Goiás - GO	29.050	24.850	35.855	51.515	44.876	52.456	55.700

FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

O feijão é parte da cesta básica da alimentação do brasileiro. Porém, sua produção vem caindo, estando prevista a importação para suprir o consumo nacional. O total de área cultivada com feijão na safra 2011/12 deve ficar ao redor de 3,67 milhões de hectares, 8,0% menor do que foi cultivado na safra 2010/11. Considerando a área semeada e a produtividade esperada, a produção de feijão na safra 2011/12 deve ser de 3,137 milhões de toneladas, com queda de 595,4 mil toneladas em relação à safra anterior (CONAB, 2012).

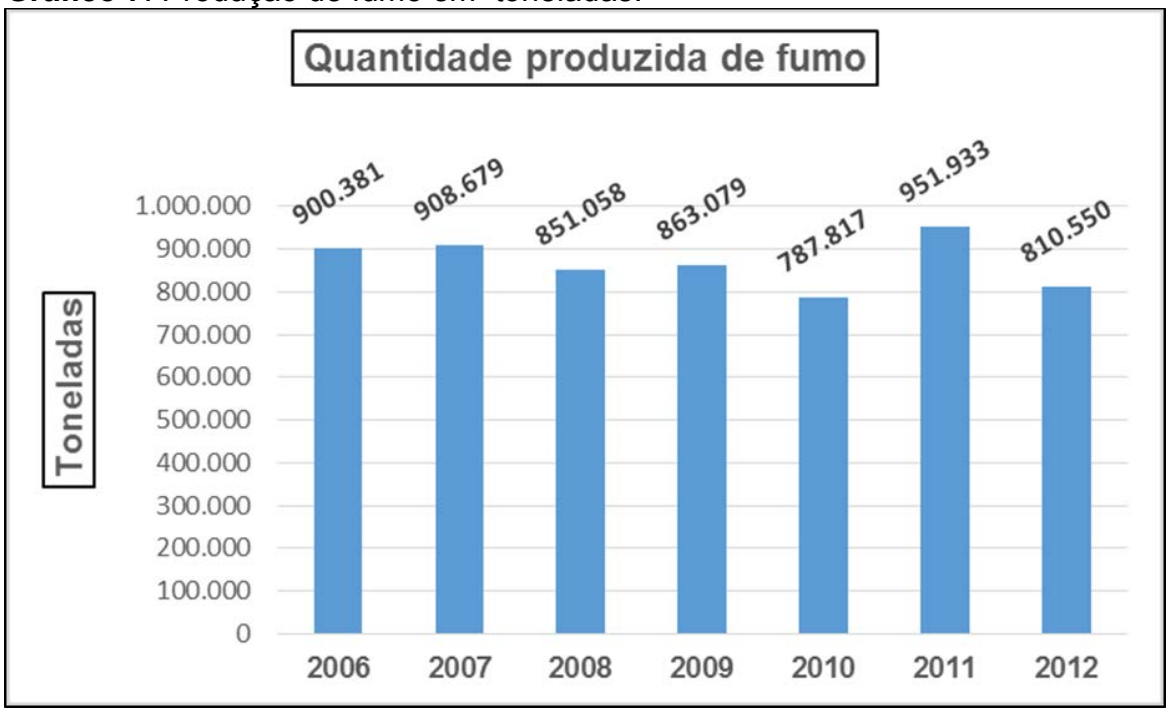
Essa lavoura é praticada em pequenas propriedades, que sofrem com a falta de uma política de apoio à produção, mas também é pratica em grandes propriedades que se beneficiam do crédito oficial dada as facilidades oferecidas ao grande produtor. A produção se concentra nos estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, áreas que estão sendo incorporadas pela produção de cana-de-açúcar, milho e soja, para atender ao mercado externo, reduzindo a produção de alimento para a população brasileira.

Mapa 07 – Quantidade produzida de fumo em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Gráfico 7: Produção de fumo em toneladas.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 05: Dez microrregiões maiores produtoras de fumo (Toneladas).

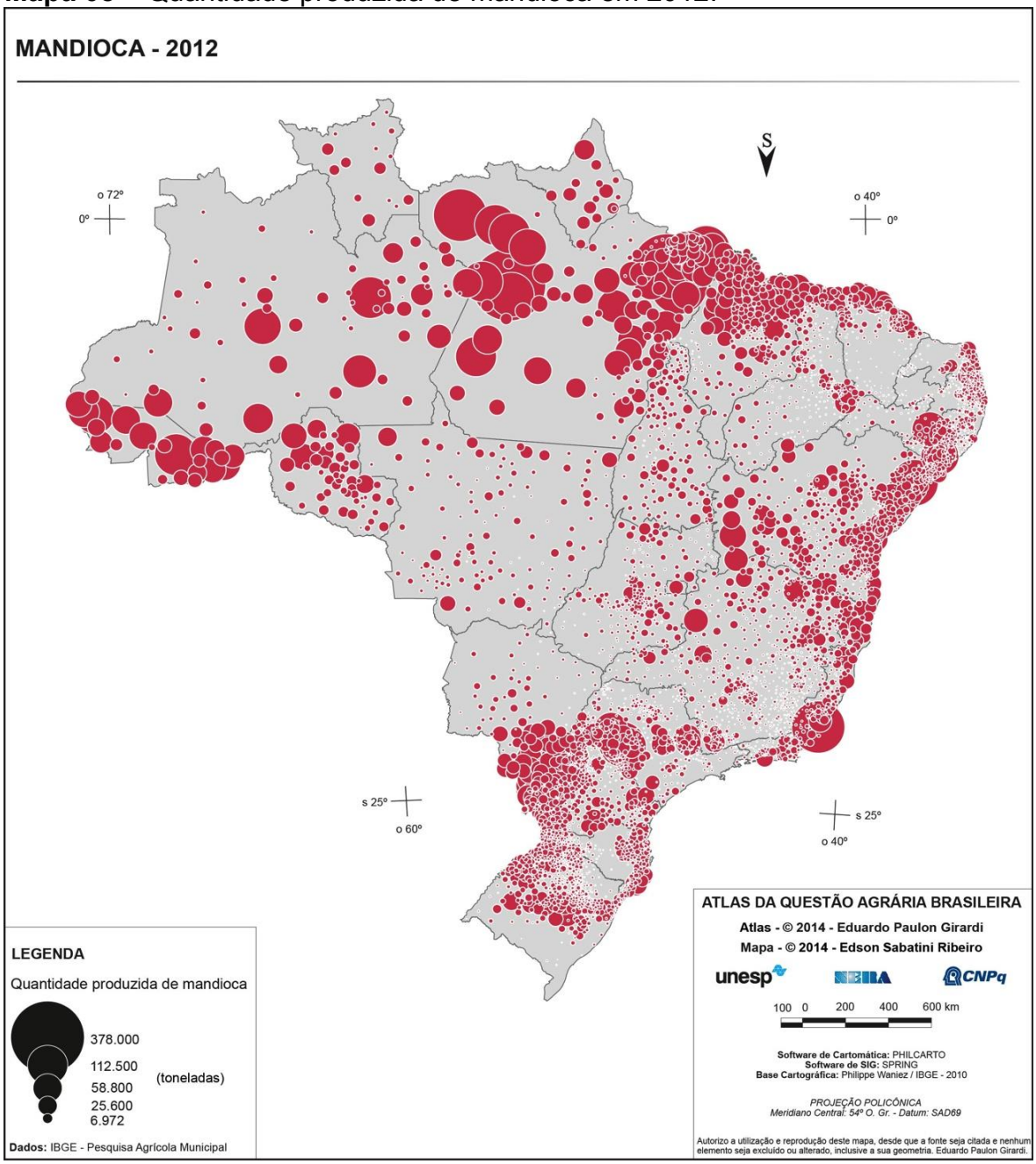
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Santa Cruz do Sul - RS	150.092	156.873	147.028	146.263	117.706	172.988	135.137
Canoinhas - SC	60.470	66.311	58.867	56.041	72.570	71.068	68.953
Pelotas - RS	59.954	55.714	50.024	53.328	41.888	62.675	56.821
Rio do Sul - SC	44.210	44.572	37.999	34.720	43.140	44.635	44.324
Camaquã - RS	49.554	47.870	48.846	49.310	34.600	46.417	44.015
Prudentópolis - PR	32.232	32.480	32.976	37.137	39.574	43.167	37.533
Cachoeira do Sul - RS	30.486	32.435	34.254	31.026	25.216	36.667	28.250
Irati - PR	24.071	24.640	23.847	24.059	26.931	30.032	28.153
Ituporanga - SC	30.323	32.480	27.918	27.962	30.288	31.265	27.840
Rio Negro - PR	21.509	20.946	20.180	20.466	22.771	21.725	21.725

FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

A produção de fumo é uma atividade agrícola relevante no Brasil. Pesquisas sobre o funcionamento da cadeia do tabaco mostraram que os preços do fumo variam menos que os da soja, do milho e do feijão. Com o milho e o feijão, o faturamento por hectare é de R$ 6 mil, enquanto que o tabaco rende R$ 16 mil por hectare. A produção anual de todos os tipos de folhas de fumo foi de aproximadamente 810 mil toneladas na safra 2012. A maior parte da produção de fumo se da no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com de 95%. Nos

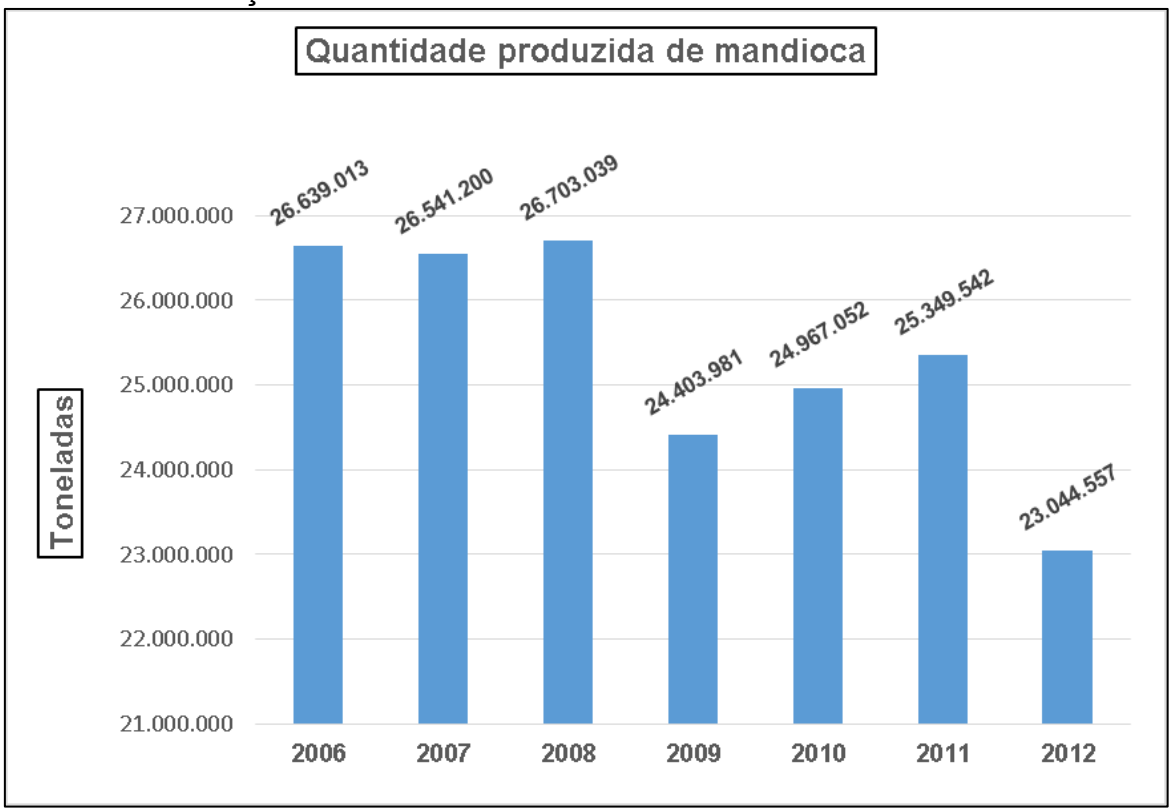
estados da Bahia e Alagoas, na região Nordeste estão os 5% restantes da produção. Estimativas indicam que a produção de fumo seja a fonte de renda de aproximadamente 222 mil famílias nesses estados. O Brasil é o segundo maior país produtor e o maior exportador de fumo do mundo (SINDITABACO, 2012).

Mapa 08 – Quantidade produzida de mandioca em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Gráfico 8: Produção de mandioca em toneladas.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 06: Dez microrregiões maiores produtoras de mandioca (Toneladas).

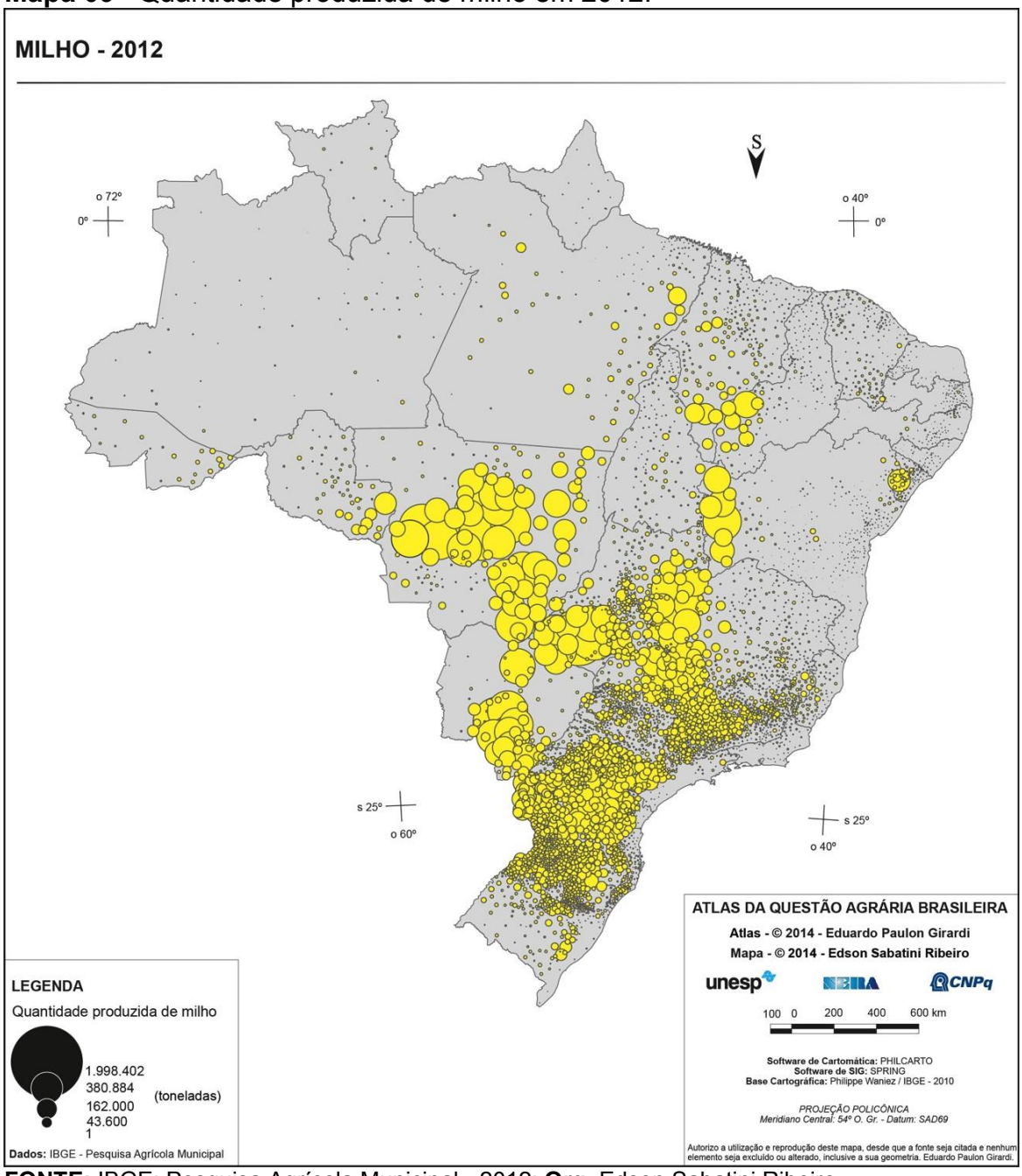
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Paranavaí - PR	1.215.901	735.005	860.348	1.060.495	998.666	1.191.608	905.807
Santarém - PA	599.300	502.950	648.950	636.550	667.050	777.610	797.250
Guamá - PA	946.840	928.620	829.466	803.641	882.705	854.830	768.940
Umuarama - PR	465.001	398.260	334.379	390.072	742.743	643.879	723.888
Toledo - PR	526.800	525.058	550.642	547.737	654.500	659.930	607.270
Tomé-Açu - PA	854.366	1.195.200	874.200	833.900	691.200	647.100	589.400
Bragantina - PA	368.680	374.248	402.078	434.510	456.453	472.385	499.250
Óbidos - PA	272.000	273.000	287.000	289.000	382.000	338.000	454.000
Iguatemi - MS	291.430	282.584	373.474	268.708	343.850	404.130	437.634
Cianorte - PR	252.680	227.333	211.077	354.081	314.115	342.099	411.954

FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Produzida em todo o território nacional, a mandioca tem sua produção concentrada em pequenas propriedades. Tem havido diminuição da área a ser plantada, devido ao aumento expressivo nos custos de produção em algumas áreas por conta da menor oferta de terra para arrendamento e aumento nos custos da mão-de-obra. A rentabilidade do setor de grãos, em especial, também

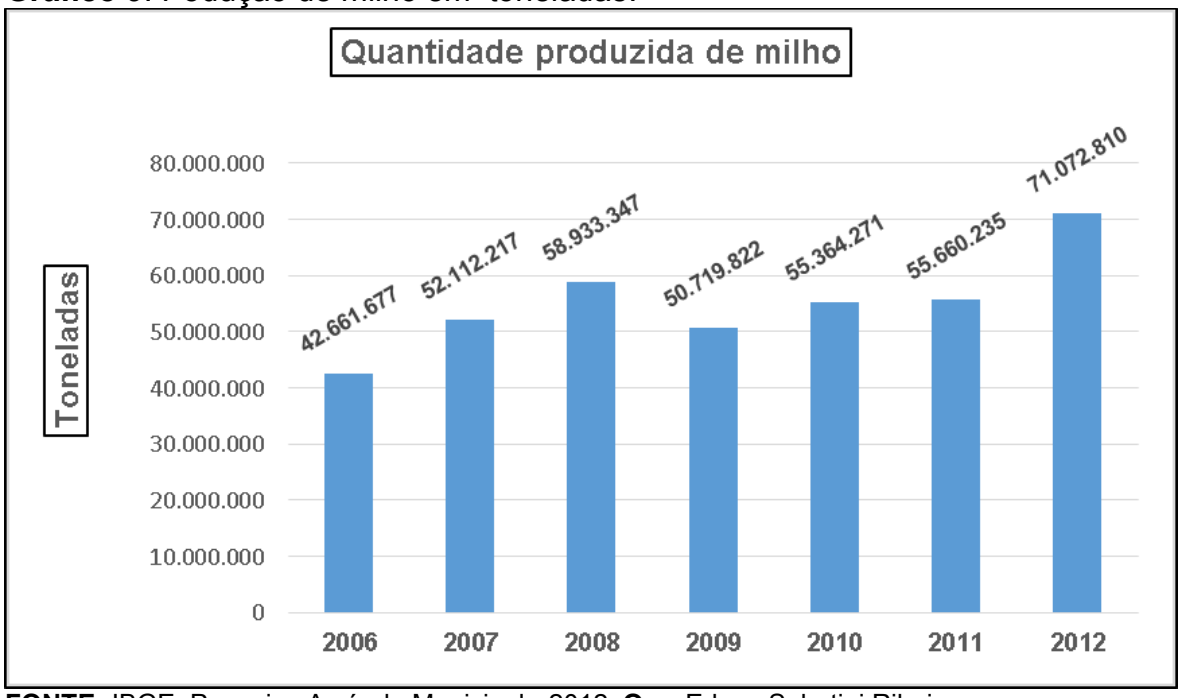
influenciou na decisão de plantio de mandioca. Dados apontam que a quantidade produzida neste ano foi 12% inferior à de 2011. Houve queda da produção em consequência do clima desfavorável no Nordeste. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2012, a produção nordestina foi 24,5% menor que a de 2011, influenciando a diminuição na oferta brasileira. Neste ano, a produção de mandioca no Brasil deverá ser de aproximadamente 23 milhões de toneladas.

Mapa 09– Quantidade produzida de milho em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Gráfico 9: Podução de milho em toneladas.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 07: Dez microrregiões maiores produtoras de milho (Toneladas).

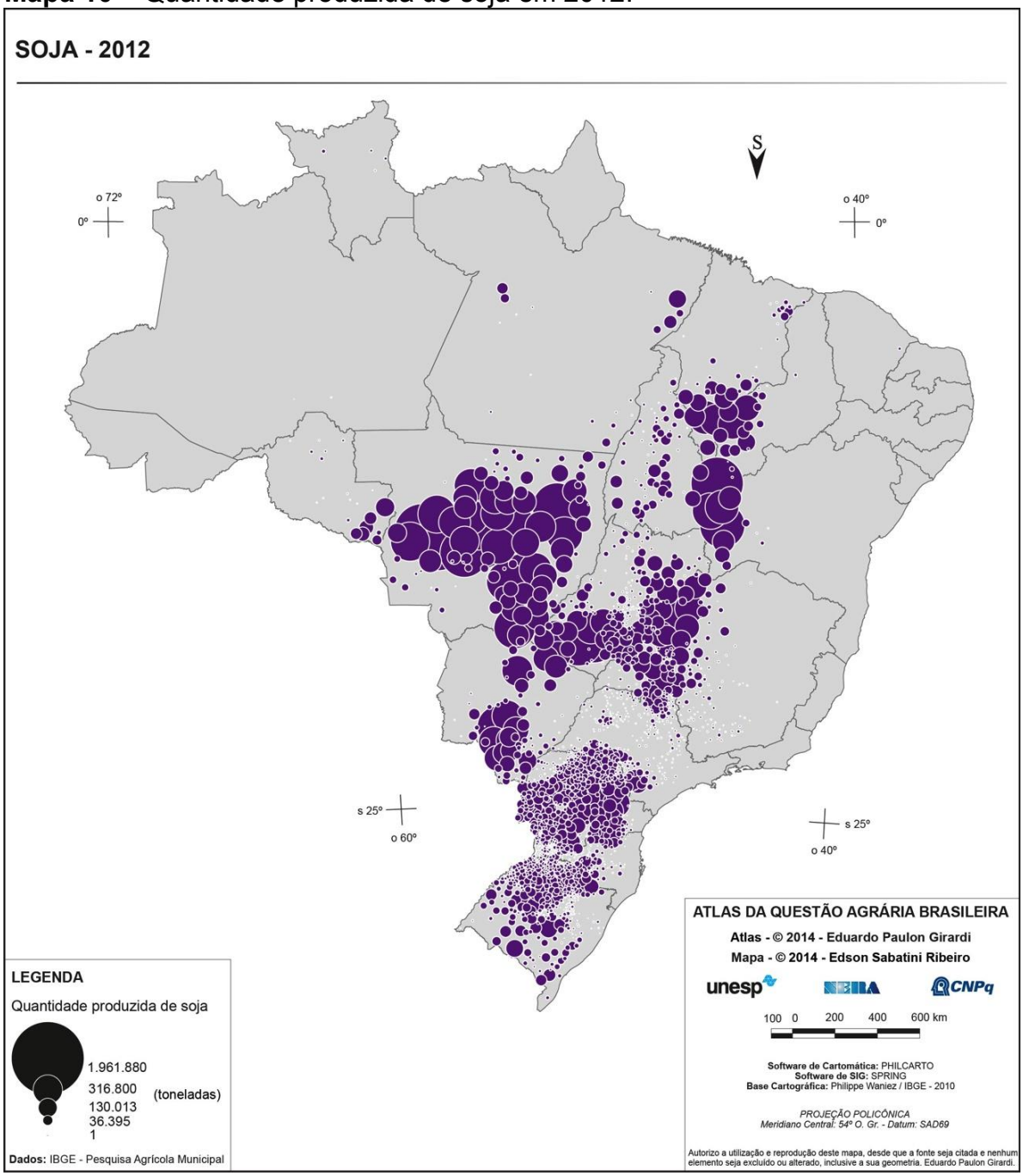
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Alto Teles Pires - MT	1.674.380	2.583.183	2.911.341	3.127.044	3.222.357	2.758.474	5.666.374
Sudoeste de Goiás - GO	1.462.382	1.833.649	2.251.306	2.345.886	2.432.010	3.291.212	4.534.582
Dourados - MS	1.410.717	1.700.082	2.018.464	977.563	2.051.522	2.057.816	3.744.735
Parecis - MT	797.935	1.228.524	1.706.266	1.814.824	1.352.298	1.250.009	2.474.719
Toledo - PR	993.811	1.851.102	1.527.087	1.304.193	1.885.565	1.740.229	2.326.771
Sinop - MT	136.600	270.262	432.028	414.235	606.458	565.934	1.423.424
Barreiras - BA	394.780	767.391	978.160	1.089.500	1.090.901	1.114.919	1.363.176
Entorno de Brasília - GO	426.648	632.860	826.394	874.442	753.442	826.525	1.313.220
Cascavel - PR	893.840	995.571	964.639	729.727	810.656	659.255	1.213.248
Canarana - MT	98.735	156.121	298.304	372.849	407.050	568.340	1.101.730

FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de milho, totalizando 71,1 milhões de toneladas na safra 2012. Cultivado em diferentes sistemas produtivos, a produção nacional do milho é relativamente dispersa no país, mas é plantado principalmente nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, conforme se observa no mapa 09, acima. Em 2012, a produção brasileira de milho cresceu 27,7% e superou a da soja com 65,9 milhões de toneladas, que era líder desde 2002, mas teve queda de 12,0% na produção, por falta de chuvas, principalmente nas

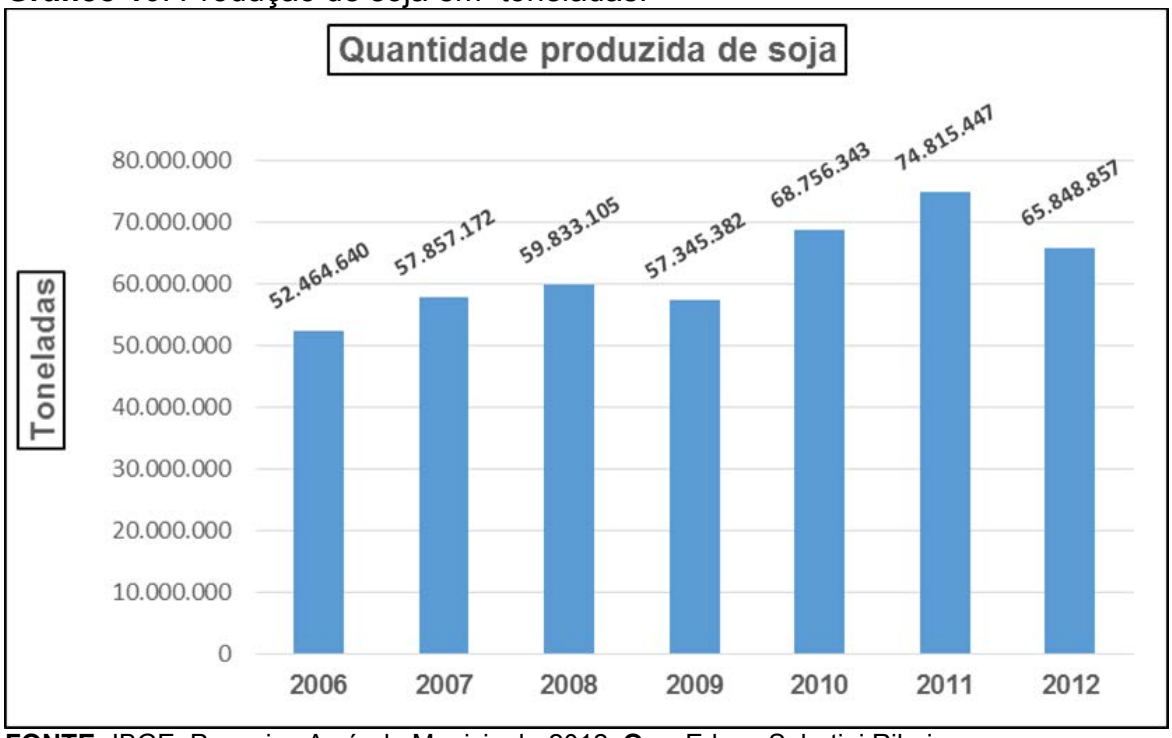
Regiões Sul e Nordeste. A grande produção se deve às áreas destinadas ao agronegócio, porém o milho é uma cultura praticada também pelos pequenos produtores, mas esses não têm o mesmo amparo do governo que é dado ao agronegócio.

Mapa 10 – Quantidade produzida de soja em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Gráfico 10: Produção de soja em toneladas.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 08: Dez microrregiões maiores produtoras de soja (Toneladas).

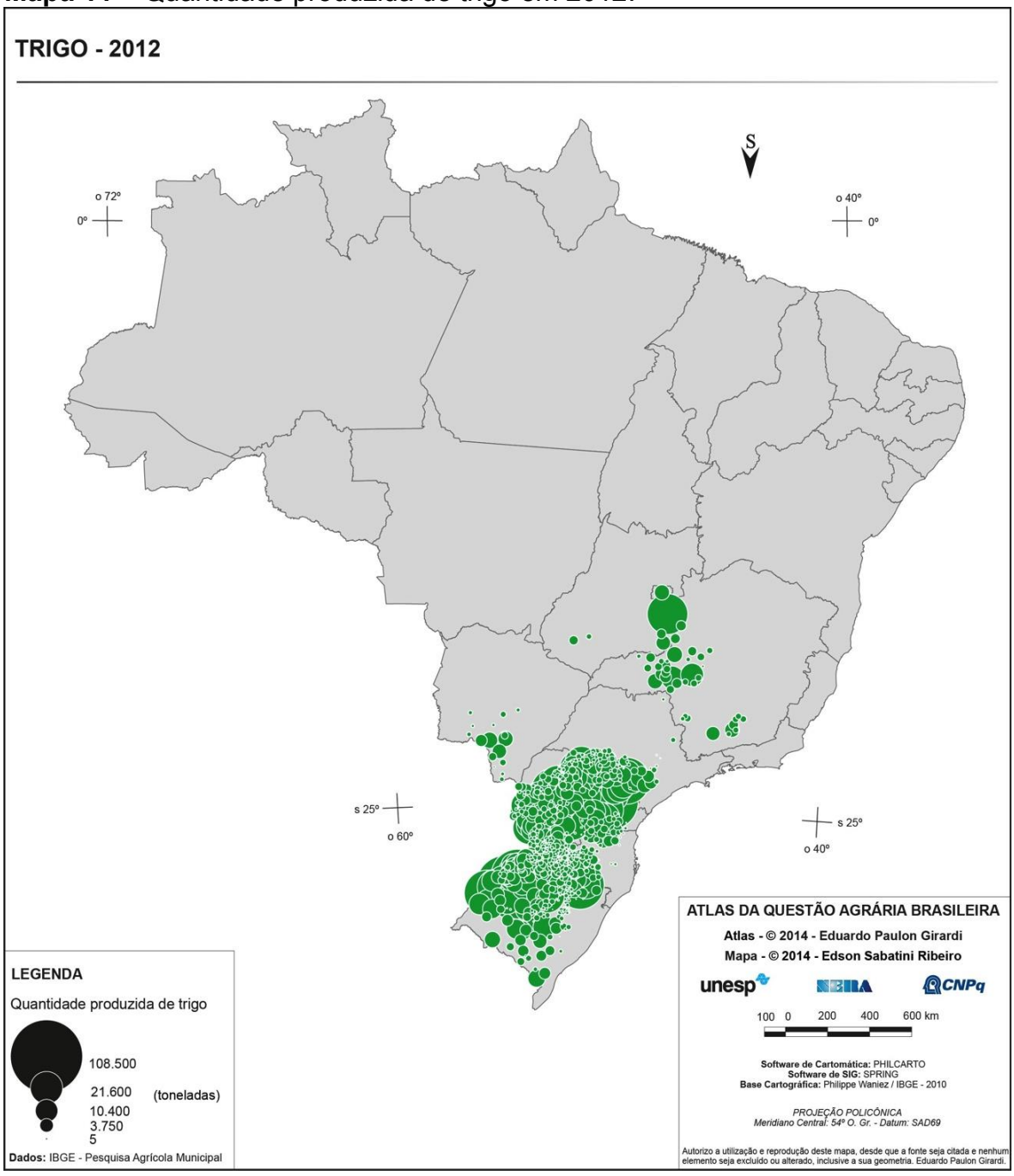
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Alto Teles Pires - MT	5.275.448	5.108.445	5.813.414	5.749.555	5.892.690	6.664.597	6.355.726
Parecis - MT	3.303.762	3.313.297	3.573.018	3.584.180	3.531.483	3.523.326	3.768.991
Sudoeste de Goiás - GO	2.645.894	2.592.468	2.948.210	3.024.745	3.080.312	3.315.048	3.419.608
Barreiras - BA	1.653.000	1.896.904	2.293.698	2.021.732	2.599.562	2.899.680	2.894.546
Dourados - MS	2.320.978	2.837.983	2.670.510	2.091.071	3.113.385	3.121.153	2.441.605
Canarana - MT	1.344.829	1.368.278	1.594.991	1.635.536	1.893.167	2.130.362	2.301.125
Sinop - MT	960.887	797.718	973.752	1.173.000	1.225.259	1.392.576	1.582.014
Arinos - MT	712.637	613.318	986.714	803.182	878.405	1.268.588	1.349.925
Primavera do Leste - MT	933.160	987.280	1.058.190	1.121.100	1.209.190	1.317.702	1.334.700
Rondonópolis - MT	862.830	1.031.209	1.122.648	1.188.047	1.242.319	1.251.547	1.272.246

FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Atualmente a produção de soja no Brasil é liderada pelos estados de Mato Grosso, com 29,2% da produção nacional; Paraná com, 18,4%; Rio Grande do Sul com 14,0%, e Goiás, 10,8%, conforme se observa no mapa 10 acima. Mas, a produção de soja está evoluindo também para novas áreas no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia que, em 2012, responderam por 10,4% da produção brasileira. É a *commodity* que mais se destaca na balança comercial brasileira, e

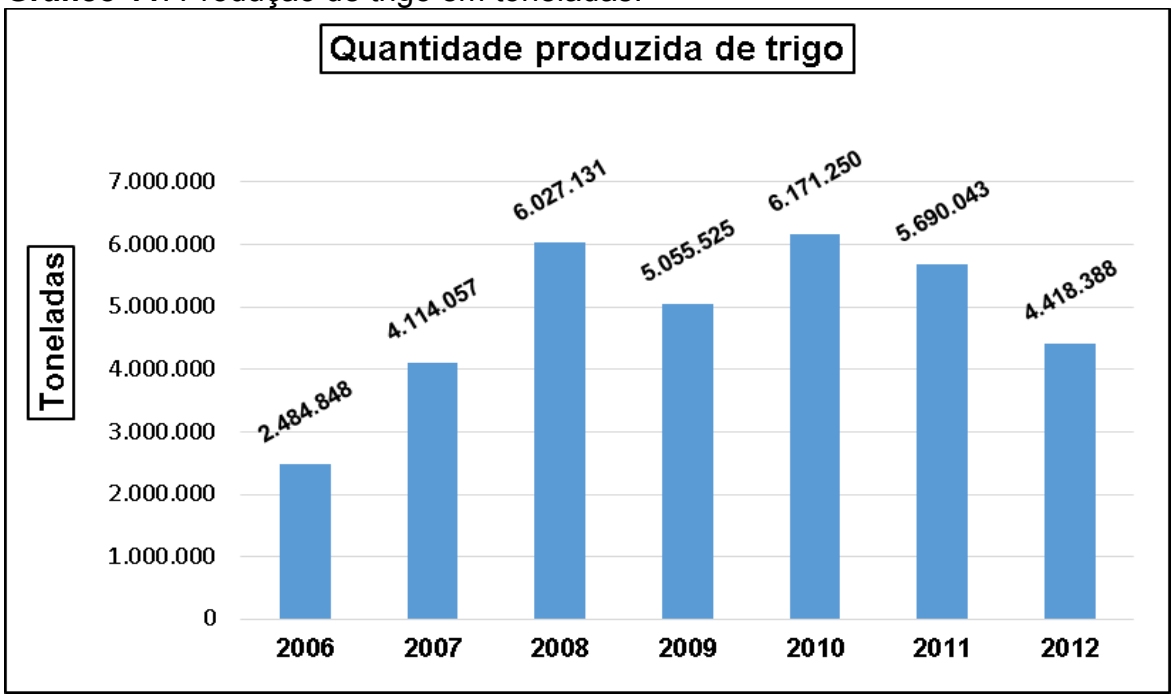
é a cultura agrícola brasileira que mais cresceu nas últimas três décadas, correspondendo a 49% da área plantada em grãos no país. O aumento da produtividade está associado aos avanços tecnológicos, ao manejo e eficiência dos produtores, mas também aos vultosos investimentos efetuados pelo governo brasileiro.

Mapa 11 – Quantidade produzida de trigo em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal – 2012.

Gráfico 11: Produção de trigo em toneladas.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 09: Dez microrregiões maiores produtoras de trigo (Toneladas).

NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Santo Ângelo - RS	39.607	210.757	324.048	298.500	305.700	487.933	366.778
Cruz Alta - RS	54.202	192.078	261.279	185.154	220.932	347.755	202.722
Santiago - RS	42.567	109.740	158.538	136.772	132.469	190.367	172.298
Campo Mourão - PR	109.158	101.265	206.905	173.683	212.640	165.351	169.273
Telêmaco Borba - PR	58.043	88.585	182.604	125.200	176.560	202.095	155.200
Ijuí - RS	39.760	167.115	224.630	208.840	228.530	305.752	151.053
Guarapuava - PR	86.801	99.695	191.709	148.045	171.545	165.685	136.708
Carazinho - RS	42.328	120.040	146.835	105.181	149.920	194.439	132.030
Apucarana - PR	43.344	64.190	121.206	93.130	131.265	100.128	131.563
Ponta Grossa - PR	48.500	71.450	126.142	118.200	165.900	169.904	130.100

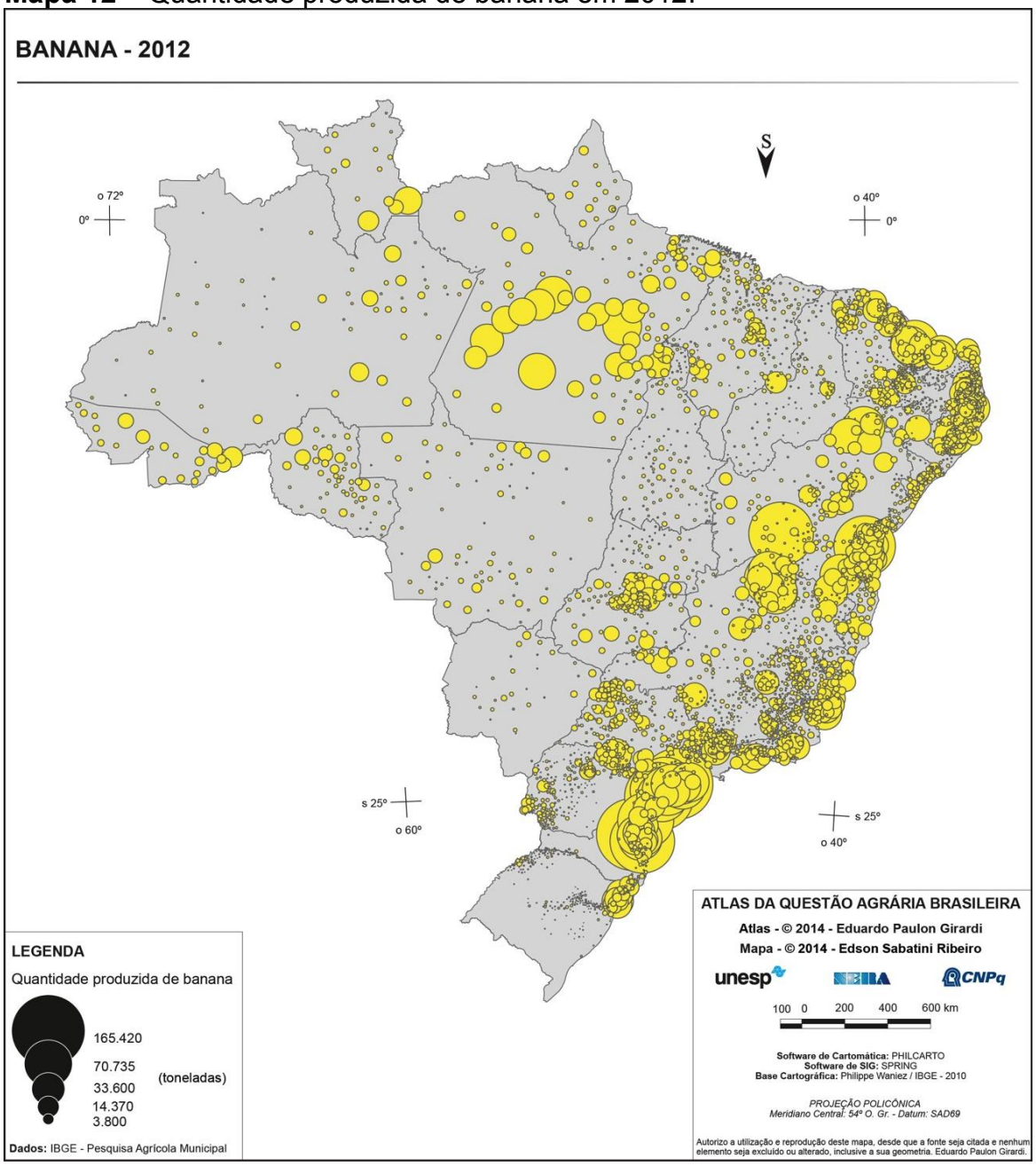
FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

O trigo é o segundo cereal mais produzido no mundo. Atualmente a produção de trigo no país concentra-se na região Sul, nos estados de Paraná, 43,2% e Rio Grande do Sul, 47,4%. Somados, Paraná e o Rio Grande do Sul devem ser responsáveis por 91,3% da produção nacional de trigo na safra atual, com 4,05 milhões de toneladas. A participação de outros estados é da ordem de 9,4%, e tem sido crescente, especialmente de Minas Gerais e Goiás. Mesmo assim o Brasil deve manter-se como um dos maiores importadores mundiais.

3.2 - Lavoura permanente

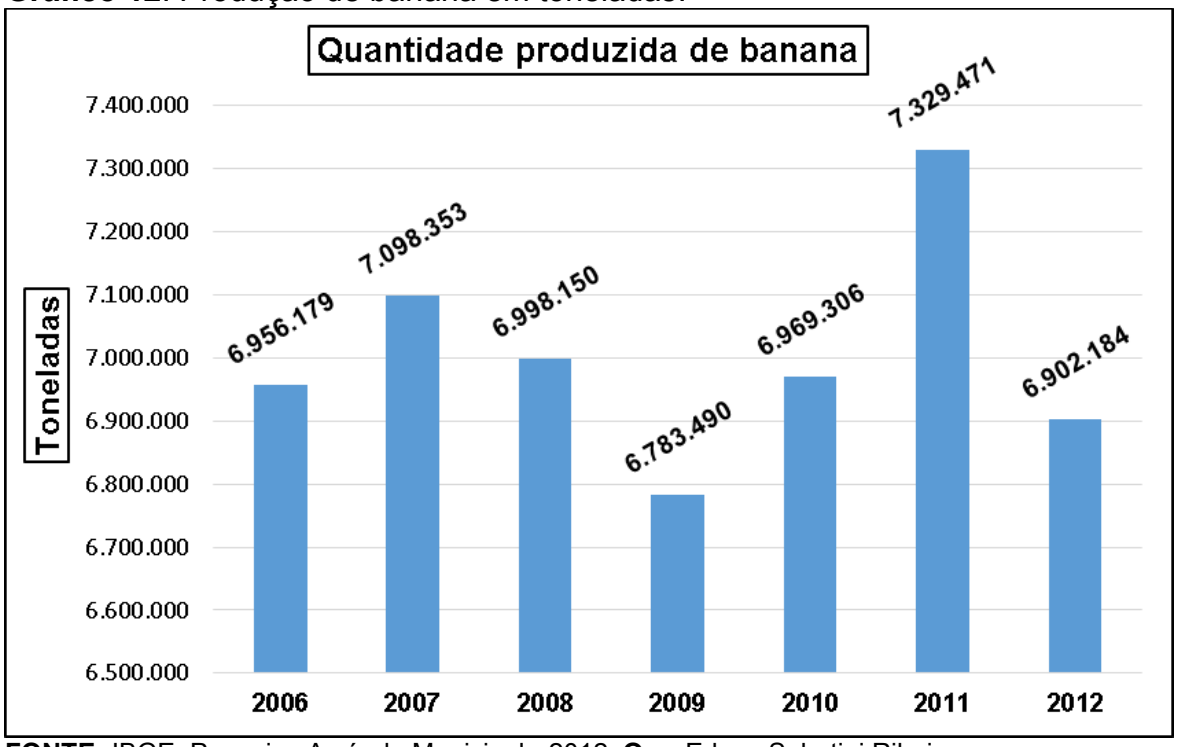
Lavoura Permanente é a área plantada ou em preparo para plantio de culturas de longa duração, isto é, aquelas que após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos consecutivos. Assim apresentaremos abaixo algumas culturas que representam esse tipo de produção, na qual há maior participação de pequenos produtores, embora algumas delas são expressivamente exploradas pelo agronegócio, como é o caso da laranja e o café.

Mapa 12 – Quantidade produzida de banana em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal – 2012.

Gráfico 12: Produção de banana em toneladas.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 10: Dez microrregiões maiores produtoras de banana (Toneladas).

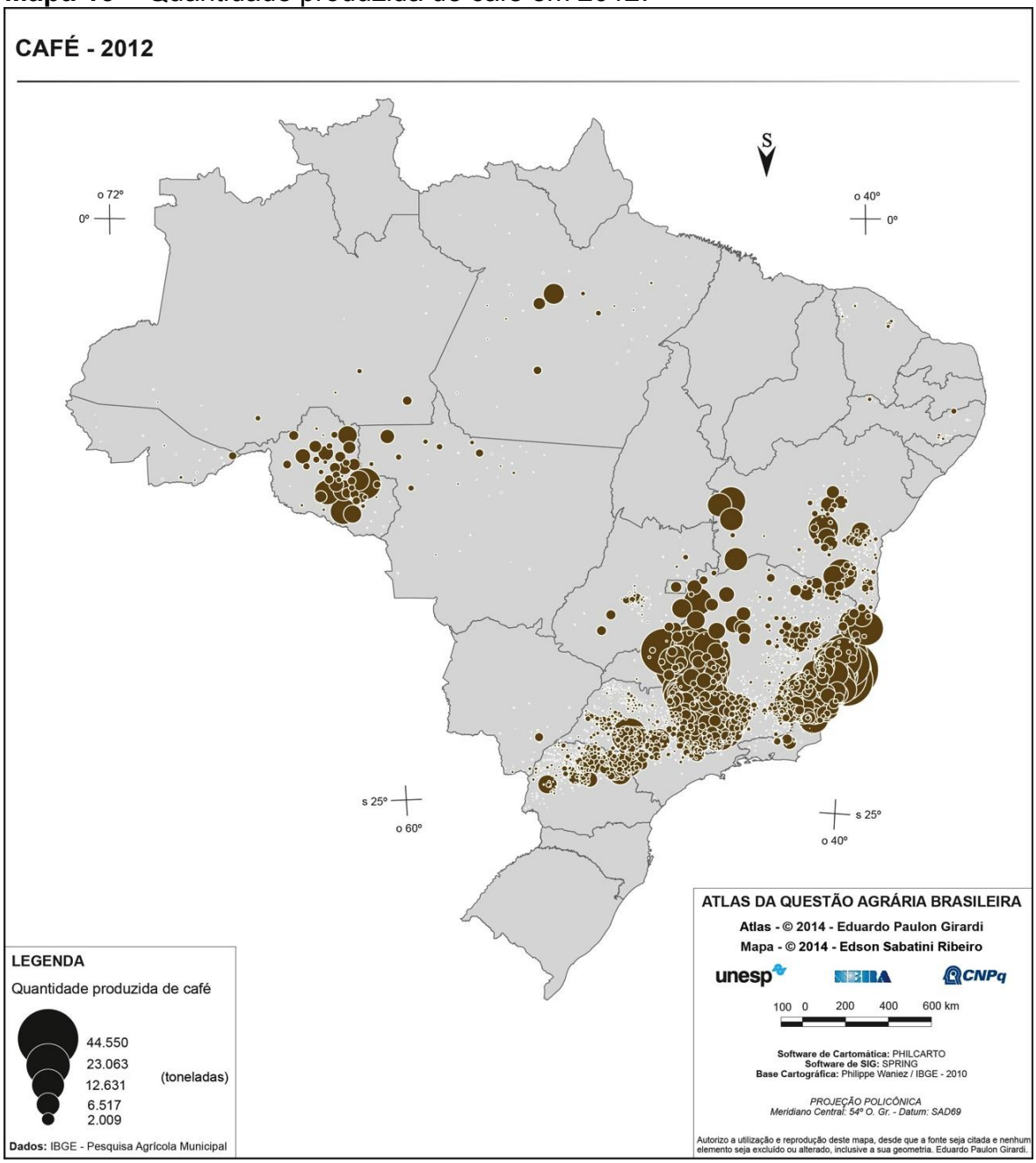
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Registro - SP	719.522	649.755	738.715	819.780	715.140	800.766	756.351
Joinville - SC	320.925	361.814	289.557	329.256	340.544	343.011	383.366
Ilhéus-Itabuna - BA	444.843	478.701	459.946	312.631	305.351	345.620	362.318
Itanhaém - SP	232.100	225.483	222.981	220.775	203.877	204.742	204.742
Janaúba - MG	122.362	105.228	105.268	176.999	187.823	181.835	190.869
Altamira - PA	153.723	158.772	145.869	103.300	135.132	148.852	166.868
Baixo Jaguaribe - CE	58.017	60.880	59.332	64.676	78.572	115.354	146.176
Paranaguá - PR	139.750	132.874	139.106	133.178	124.827	112.920	137.368
Blumenau - SC	127.433	125.428	99.322	98.844	136.210	138.083	135.919
Bom Jesus da Lapa - BA	107.020	148.810	157.220	123.420	183.551	200.224	129.859

FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

A cultura da banana está disseminada por todo o território nacional, mas é nas regiões próximas ao litoral que há maior produção, notadamente nas regiões Sudeste e Sul. É um produto de lavoura permanente e que sofre oscilações variáveis no total produzido, mas que, na média, mantém uma regularidade ao longo do período histórico analisado. Sua cultura atende o mercado interno que consome 95% da produção e também externo, com exportações de 5% da produção total. O Brasil é o terceiro maior produtor mundial,

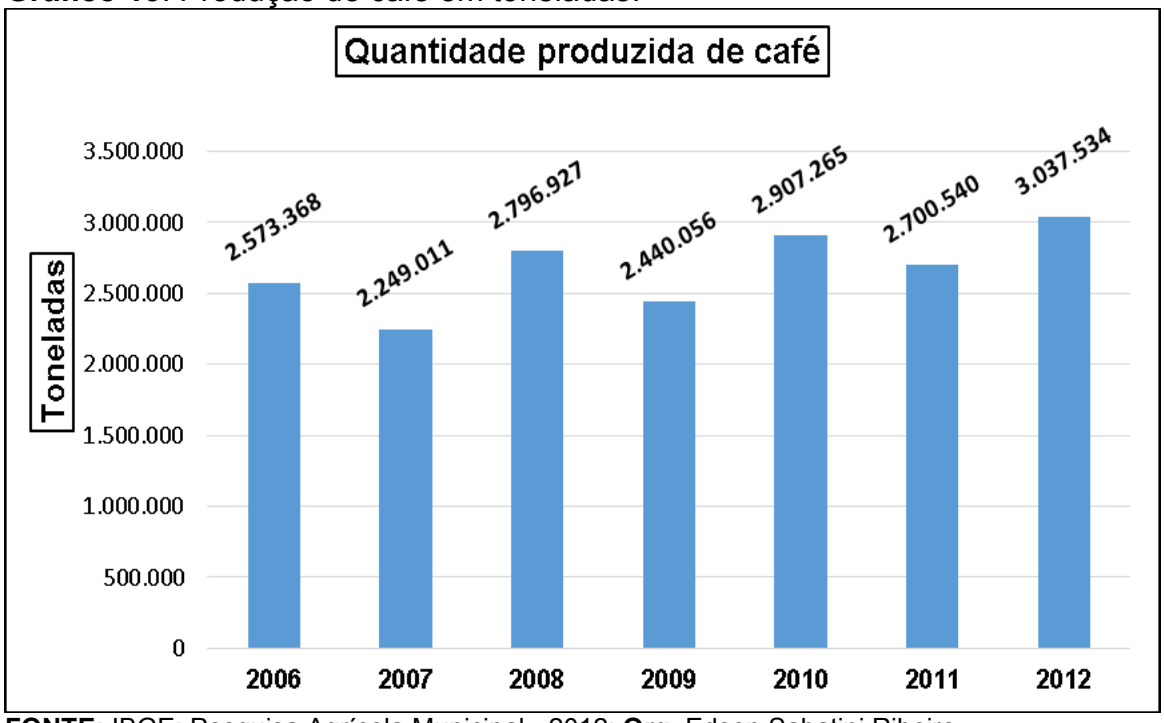
atrás da Índia e da China, com São Paulo liderando seguido por Bahia, Santa Catarina e Minas Gerais. Essa cultura não requer um relevo plano para a sua produção, se adaptando bem em relevos acidentados.

Mapa 13 – Quantidade produzida de café em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal – 2012.

Gráfico 13: Produção de café em toneladas.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 11: Dez microrregiões maiores produtoras de café (Toneladas).

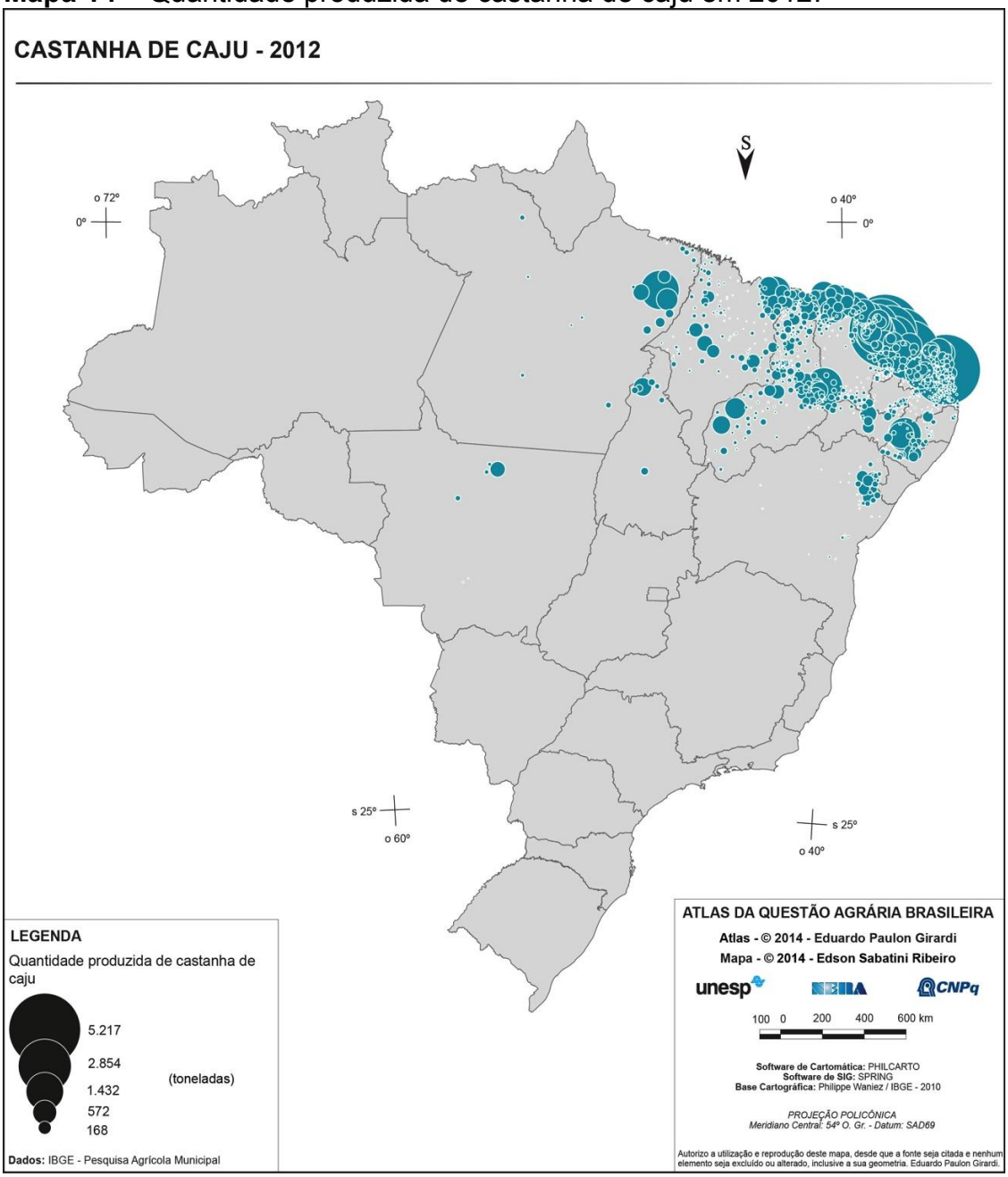
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Varginha - MG	164.034	101.240	154.972	145.690	173.413	166.621	182.112
Patrocínio - MG	104.751	74.414	107.588	97.241	151.656	95.705	167.866
São Sebastião do Paraíso - MG	134.025	69.810	167.651	78.034	147.631	91.375	161.265
Nova Venécia - ES	79.184	117.366	113.702	120.745	120.431	135.344	149.879
Manhuaçu - MG	121.382	123.625	152.313	143.091	159.845	163.114	149.078
Linhares - ES	95.890	98.440	100.611	89.005	100.897	110.154	127.883
Alfenas - MG	110.870	62.452	112.835	81.885	117.388	89.554	103.775
Colatina - ES	47.354	64.007	55.223	62.173	50.976	80.052	90.765
Patos de Minas - MG	65.925	44.264	60.867	57.813	72.948	65.431	77.946
Alegre - ES	66.760	60.988	67.596	62.958	74.307	71.988	76.392

FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

O Brasil é o maior produtor mundial de café. Conforme pode ser observado no Gráfico 13 acima, em 2012 houve um crescimento de aproximadamente 16,1% sobre o volume anterior, atribuído aos investimentos realizados pelos produtores, mas também em decorrência do que se chama de alta bienalidade, um fenômeno que acontece ano sim, ano não, elevando ou derrubando a produção, também possível de ser observado no citado Gráfico. Os estados com as maiores produções são Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo,

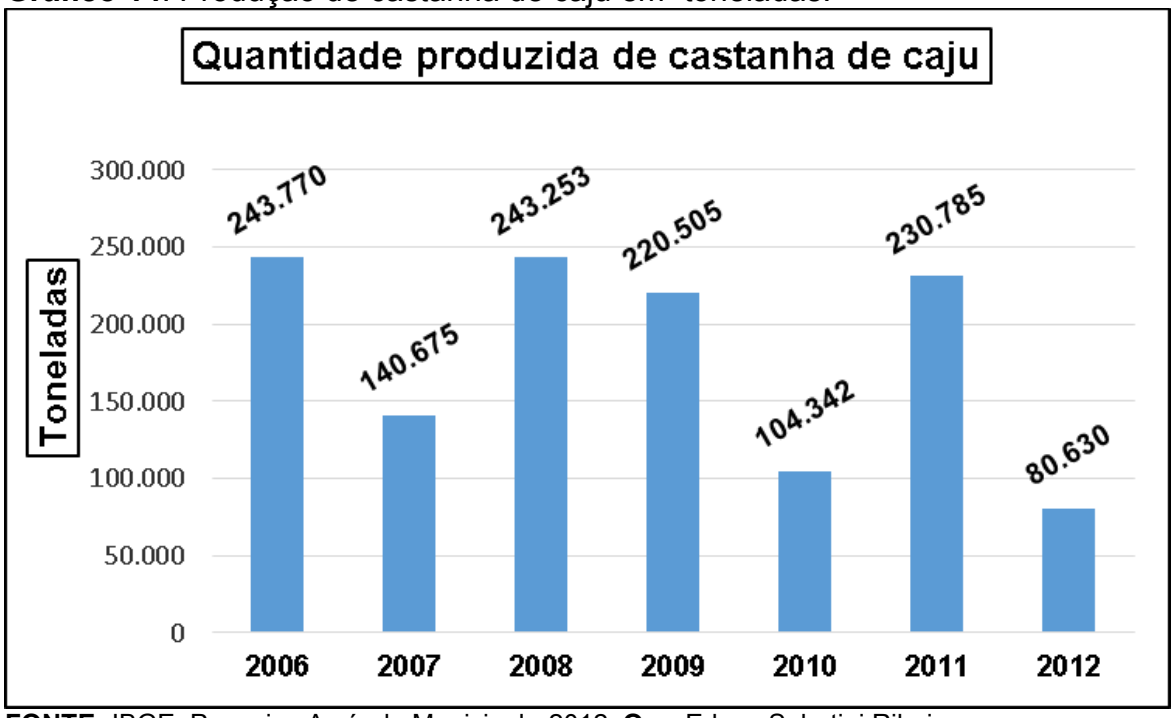
Bahia, Paraná e Rondônia, sendo que MG produz 70% da variedade *arábica*, que representa 75,2% da produção nacional, e o Espírito Santo produz o tipo *robusta*, com 25% do total. Também é uma cultura que não demanda relevo plano, se adaptando bem em terrenos mais acidentados. Essa cultura ocupa atualmente 2,34 milhões de hectares plantados em todo o território nacional.

Mapa 14 – Quantidade produzida de castanha de caju em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Gráfico 14: Produção de castanha de caju em toneladas.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 12: Dez microrregiões maiores produtoras de castanha de caju (Toneladas).

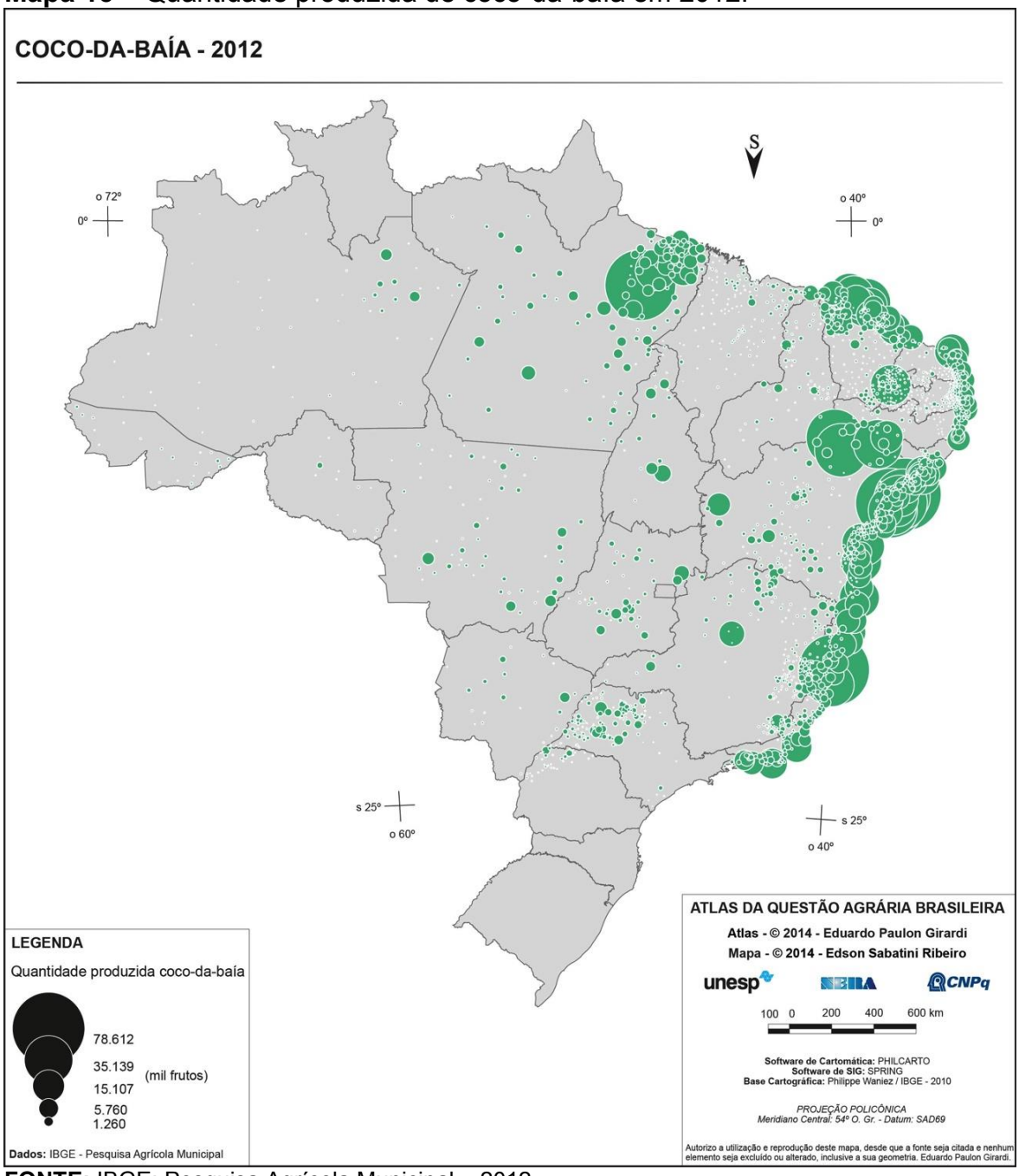
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Litoral de Aracati - CE	9.357	3.829	8.372	8.041	5.745	12.573	8.636
Cascavel - CE	14.896	9.001	13.424	8.891	7.401	11.344	8.468
Macaíba - RN	4.467	4.478	4.178	4.478	2.880	8.590	5.122
Mossoró - RN	15.418	9.316	11.396	16.396	7.298	19.382	4.636
Litoral de Camocim e Acaraú - CE	36.720	9.932	31.227	26.829	6.268	27.378	4.137
Chorozinho - CE	17.285	9.398	15.614	15.171	4.662	11.845	3.739
Pio IX - PI	16.828	9.608	22.035	17.981	3.957	17.122	3.091
Baixo Jaguaribe - CE	8.631	3.417	10.369	9.777	3.211	9.956	3.060
Pacajus - CE	7.761	2.802	6.302	2.964	1.560	6.792	2.600
Vale do Ipanema - PE	2.810	2.810	3.060	3.070	2.870	3.720	1.856

FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Os três maiores estados brasileiros produtores da castanha-de-caju são Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. No ano de 2012 a safra brasileira teve uma quebra de mais de 70% em decorrência das fortes estiagens e obrigou o país a importar o produto *in natura* da África, beneficiá-lo e exportar para os Estados Unidos e Europa, tradicionais compradores do produto brasileiro. Os estados produtores reclamam da falta de apoio do governo, para a implementação de obras que amenizariam o problema da seca, prejudica a produção e exportação,

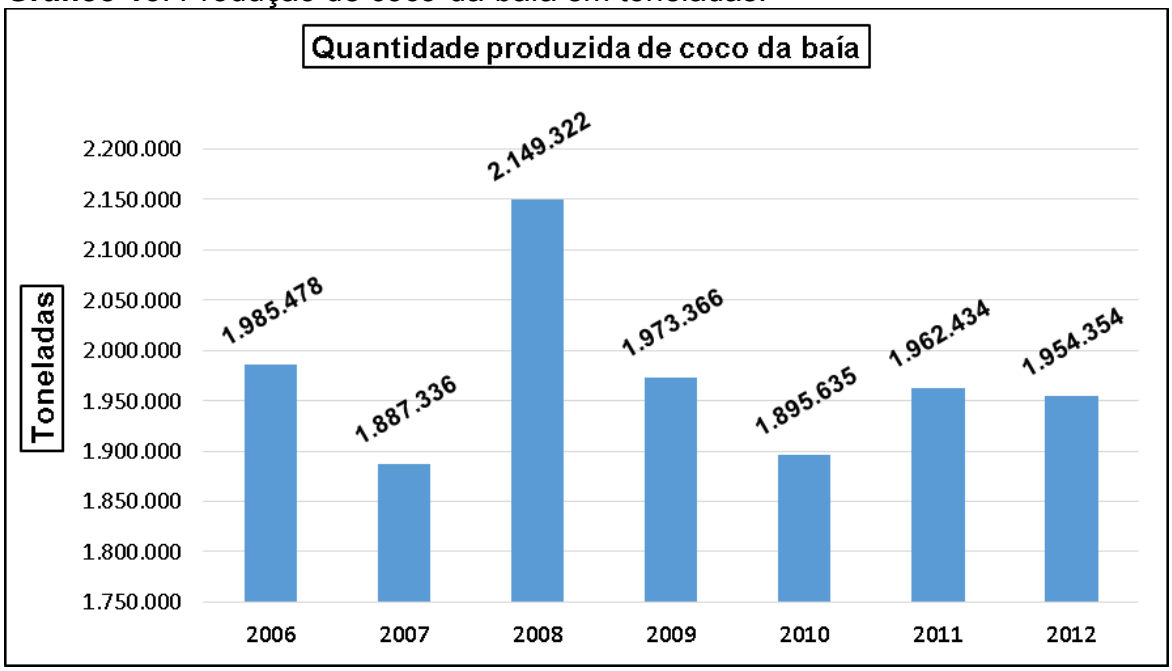
além de causar danos sociais, vez que essa indústria emprega mão de obra local para a colheita dos frutos e o desemprego é consequência direta da quebra da safra, além de permitir perda de mercado externo e encarecer o produto para o consumo interno. Os maiores produtores internacionais são o Vietnã, Nigéria e Índia.

Mapa 15 – Quantidade produzida de coco-da-baía em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal – 2012.

Gráfico 15: Produção de coco-da-baía em toneladas.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 13: Dez microrregiões maiores produtoras de coco-da-baía (Toneladas).

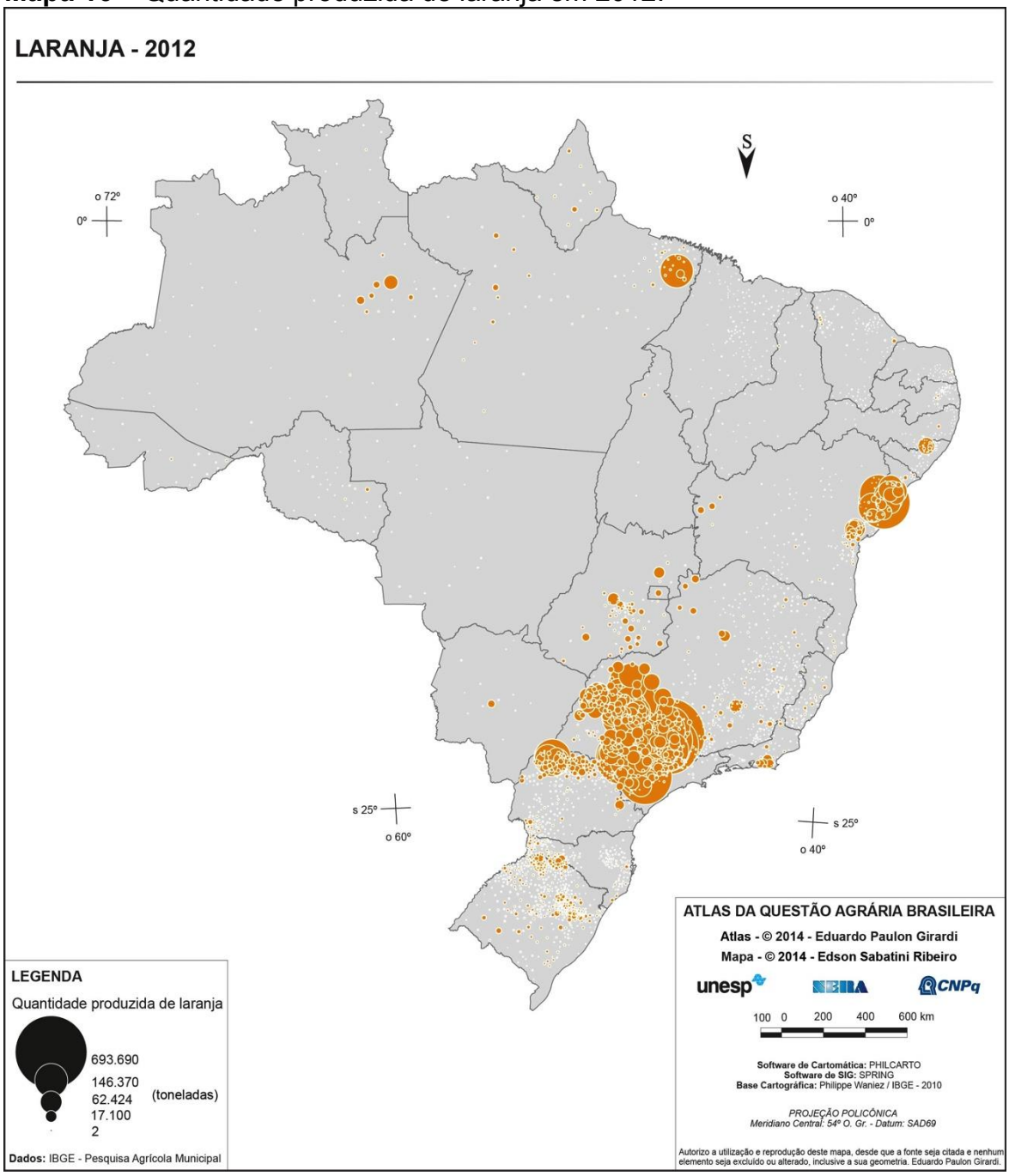
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Estância - SE	32.299	32.531	173.087	173.087	155.209	154.440	153.139
Entre Rios - BA	270.412	232.660	226.660	107.148	97.880	112.054	112.070
Tomé-Açu - PA	105.340	108.720	108.720	104.226	102.536	106.200	108.963
São Mateus - ES	95.368	89.950	89.950	89.950	87.510	60.992	89.428
Alagoinhas - BA	105.251	73.493	80.893	85.945	85.430	83.566	84.610
Valença - BA	51.898	54.415	64.310	56.695	60.875	71.525	83.300
Porto Seguro - BA	65.422	66.007	68.435	63.578	66.161	66.704	69.780
Ilhéus-Itabuna - BA	34.035	42.286	49.745	42.150	47.292	60.123	65.135
Itapipoca - CE	56.607	37.070	59.118	59.593	60.197	62.220	63.922
Litoral de Camocim e Acaraú - CE	56.802	40.739	56.826	58.302	61.159	62.439	63.134

FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Originário do sudeste asiático, o coco foi introduzido no Brasil pelo litoral baiano e se disseminou pelo litoral nordestino que, atualmente, responde por 95% da produção nacional. Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Alagoas, sempre foram grandes produtores. Porém, atualmente Pará, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, estão assumindo importância como produtores. O coqueiro é uma das principais oleaginosas do mundo, com uma produção de 4.723 milhões de toneladas de frutos secos, sendo Indonésia e Filipinas os principais produtores, enquanto que o Brasil ocupa a nona posição no

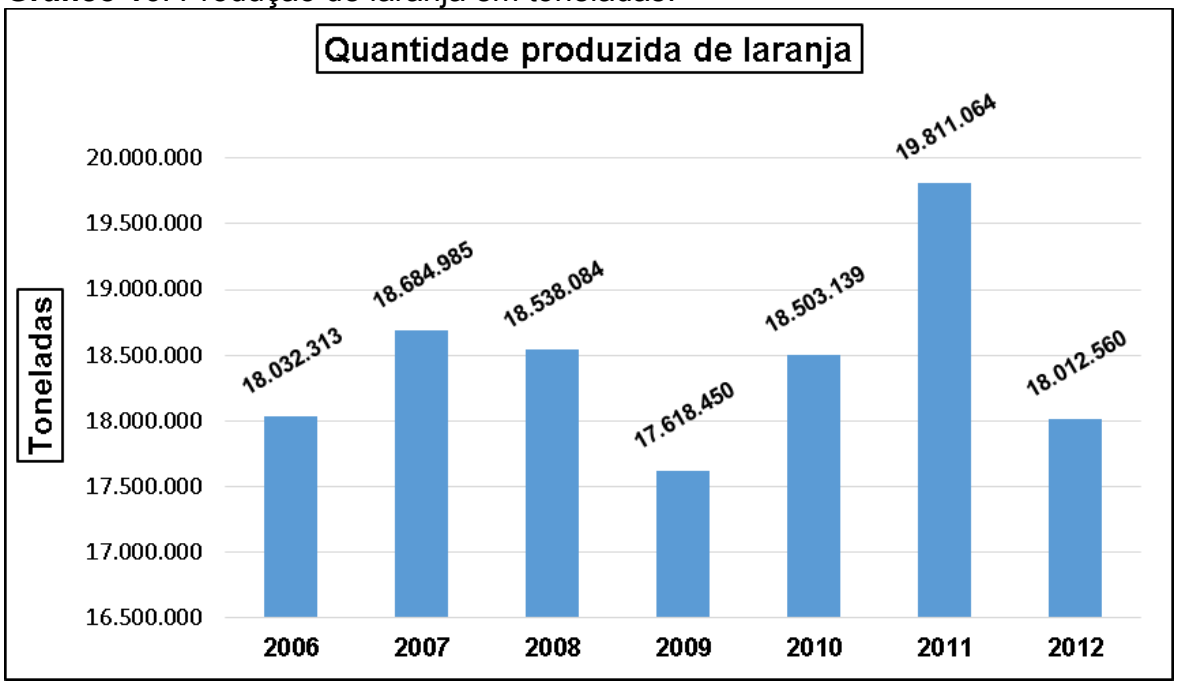
ranking mundial. No Brasil, o cultivo do coqueiro representa significativa importância social e econômica, visto que 75% das propriedades produtoras possuem área inferior a 10 ha.

Mapa 16 – Quantidade produzida de laranja em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal – 2012.

Gráfico 16: Produção de laranja em toneladas.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 14: Dez microrregiões maiores produtoras de laranja (Toneladas).

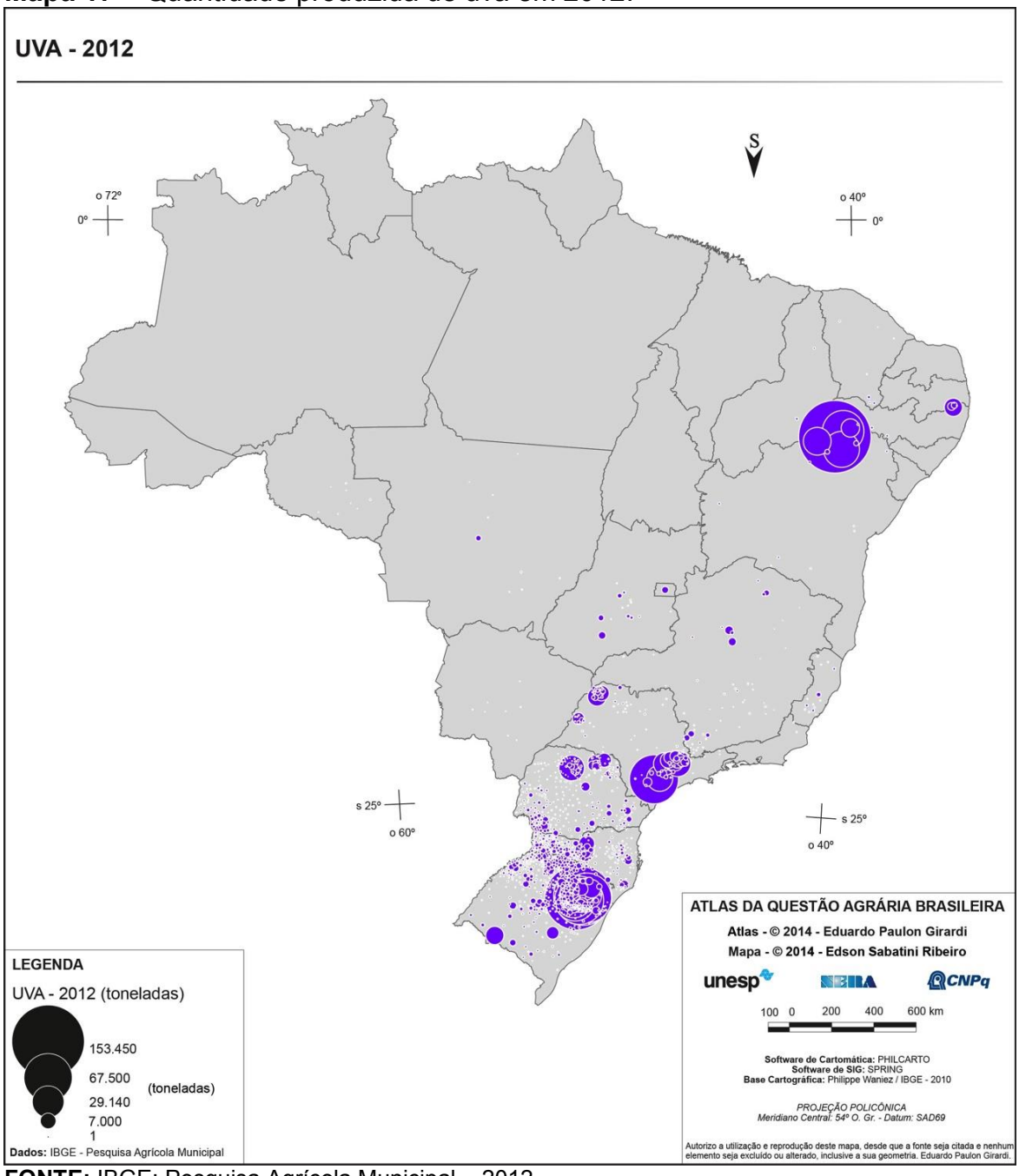
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Araraquara - SP	2.560.197	2.496.685	2.044.268	1.620.991	1.985.531	2.073.277	1.436.535
São João da Boa Vista - SP	688.700	968.316	808.793	757.861	892.937	838.589	1.155.322
São José do Rio Preto - SP	1.503.819	1.398.826	1.423.674	1.024.835	925.451	1.153.426	1.058.239
Avaré - SP	151.309	102.572	158.338	479.436	829.446	877.646	945.886
Moji Mirim - SP	864.383	684.772	837.442	803.069	709.773	877.296	887.751
Jaboticabal - SP	1.092.178	984.199	1.041.922	871.198	833.165	804.297	737.097
Bauru - SP	390.214	350.621	382.354	380.334	390.093	771.127	639.352
Limeira - SP	780.838	845.875	764.435	880.685	771.874	866.503	590.384
Barretos - SP	698.007	547.584	547.584	524.667	504.339	586.075	574.855
Botucatu - SP	285.707	460.594	558.296	590.750	634.994	636.208	558.888

FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

O Brasil é o maior produtor mundial de suco de laranja. De cada cinco copos consumidos no mundo, três são produzidos no Brasil. Os Estados Unidos também são grandes produtores, porém, sua produção é quase que exclusivamente para o consumo interno. Essa condição coloca o Brasil à mercê das flutuações cambiais mundiais, ou seja, o preço está sujeito às variações do mercado que tanto pode ser favorável, quanto desfavorável. O suco de laranja não é exatamente uma *commodity*, pois já passou por processamento industrial,

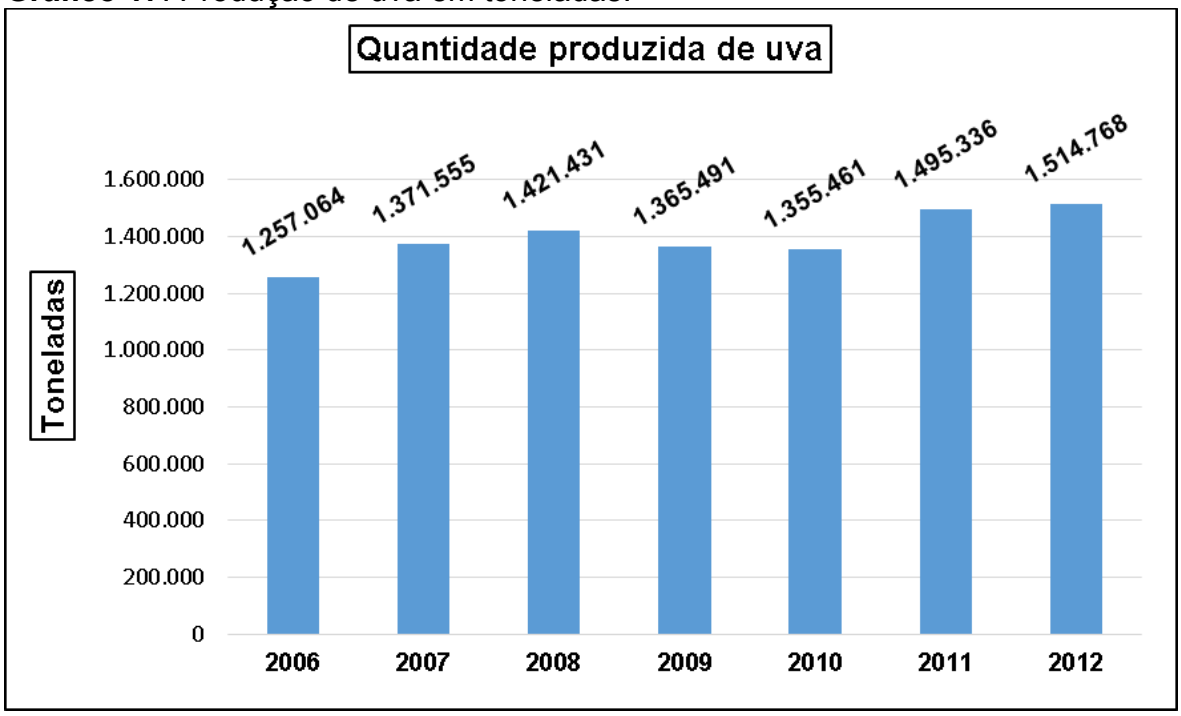
mas tem origem direta de uma *commodity*, que é a laranja. São Paulo é o maior produtor nacional e um dos maiores do mundo, mas a produção está concentrada em poucas empresas, monopolizando o mercado. A laranja é cultivada por pequenos agricultores que são obrigados a fornecerem aos monopólios, se submetendo ao seu poder de manipulação tanto da produção quanto dos preços.

Mapa 17 – Quantidade produzida de uva em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal – 2012.

Gráfico 17: Produção de uva em toneladas.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 15: Dez microrregiões maiores produtoras de uva (Toneladas)

NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Caxias do Sul - RS	473.079	540.328	596.586	566.444	530.545	625.130	630.654
Petrolina - PE	151.346	164.818	159.668	153.188	188.408	201.980	213.790
Piedade - SP	69.946	82.441	69.731	68.822	75.599	93.752	89.957
Juazeiro - BA	114.840	117.430	95.660	89.302	77.309	64.335	61.565
Guaporé - RS	29.818	33.654	38.415	35.834	36.872	47.537	45.715
Joaçaba - SC	26.662	34.111	32.298	40.094	40.453	36.586	39.394
Jundiaí - SP	38.280	43.134	39.095	40.766	41.923	41.923	34.128
Vacaria - RS	18.584	21.667	24.081	18.564	25.172	31.441	33.944
Campinas - SP	20.599	20.394	19.311	15.893	16.622	22.553	27.025
Jales - SP	24.365	11.929	23.076	21.104	26.736	26.514	26.273

FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Também classificada dentro da lavoura permanente por não necessitar de plantio anual, a atividade viticultora brasileira ocupa, atualmente, área de 81 mil hectares, com vinhedos desde o extremo Sul até regiões próximas à Linha do Equador. Duas regiões se destacam: o Rio Grande do Sul por contribuir, em média, com 777 milhões de quilos de uva por ano, e os polos de frutas de

Petrolina/ PE e de Juazeiro/BA, no Submédio do Vale do São Francisco, responsável por 95% das exportações nacionais de uvas finas de mesa. No semiárido brasileiro esta atividade se iniciou em meados da década de 1980, com o uso de variedades adaptadas àquela região, pelas pesquisas desenvolvidas via Embrapa, destinadas às exportações.

3.3 - Pecuária e produto animal

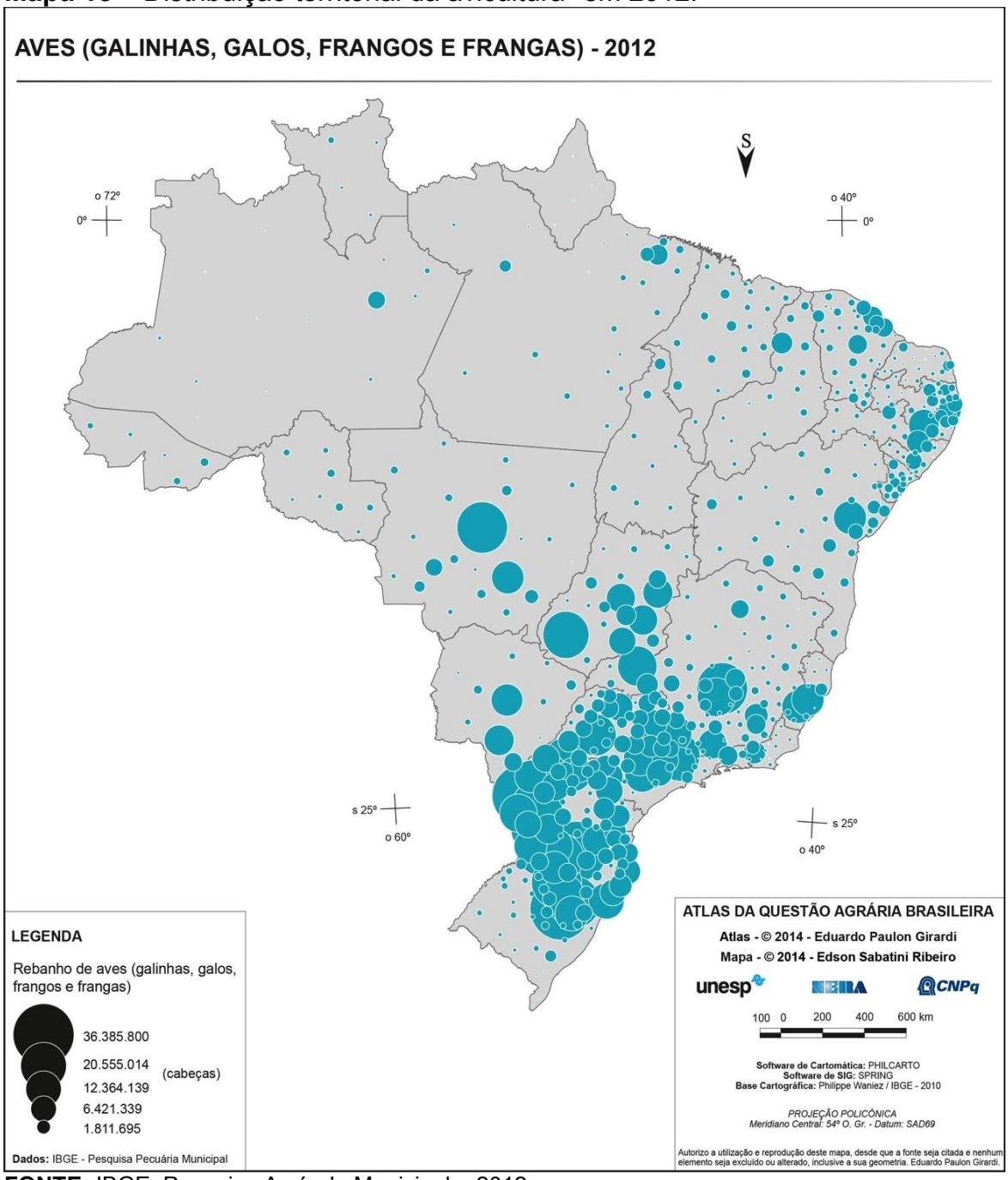
A produção pecuária corresponde ao conjunto de técnicas utilizadas e destinadas à criação e reprodução de animais domésticos com fins econômicos, esses animais são comercializados e abastecem o mercado consumidor. A pecuária integra a agricultura, pois ambas são desenvolvidas em um mesmo lugar e em determinados momentos uma atividade depende da outra.

Um exemplo disso é a ração para bovinos, a produção leiteira que necessita de cana-de-açúcar e capim cultivados e, às vezes, as fezes dos animais servem como adubos naturais no cultivo de algumas culturas, como hortas.

Dentre as muitas fontes de renda derivadas da pecuária destaca-se a produção de carne, leite e ovos. A carne exerce a principal função na produção agroindustrial, nesse sentido os animais consumidos são: bovinos, suínos, bufalinos, ovinos, caprinos e galináceos ou aves em geral.

A segunda importante produção está ligada à produção leiteira, nesse caso são derivados de bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos. O terceiro tipo de produção mais importante é a de ovos, provenientes da criação de galináceos e, por último, os animais de montaria, ou seja, equinos, muares e asininos.

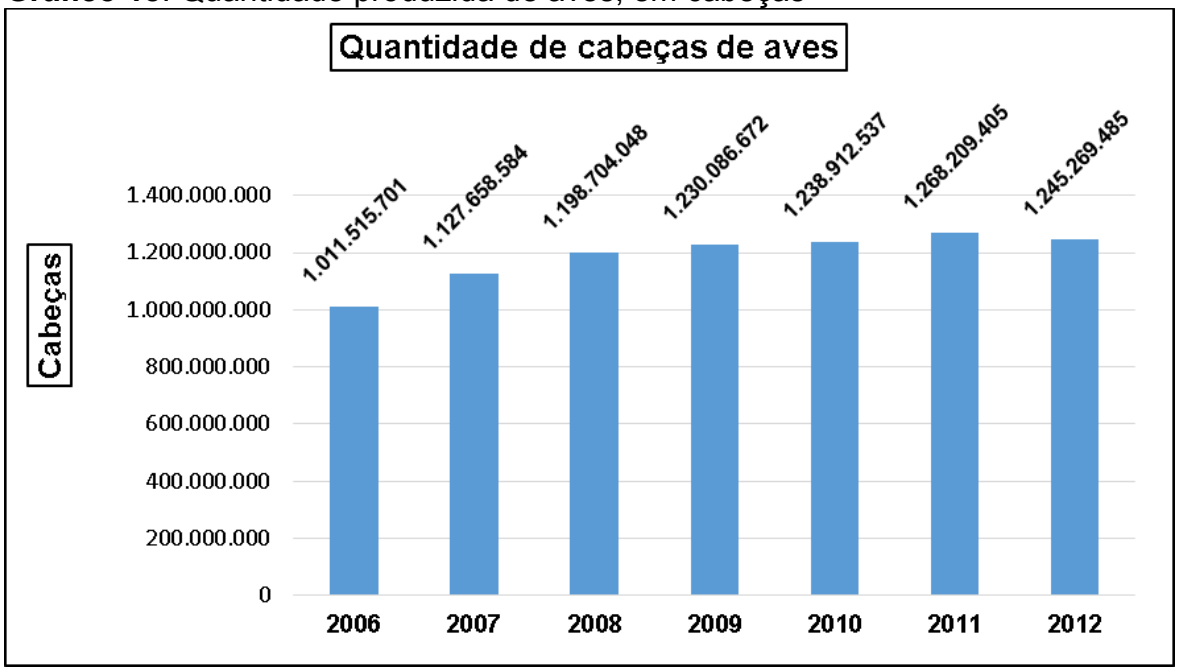
Mapa 18 – Distribuição territorial da avicultura[3] em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal – 2012.

[3] Neste caso é composto por galinhas, galos, frangos, frangas e pintos.

Gráfico 18: Quantidade produzida de aves, em cabeças



FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 16: Dez microrregiões maiores produtoras de rebanhos de aves (Cabeças)

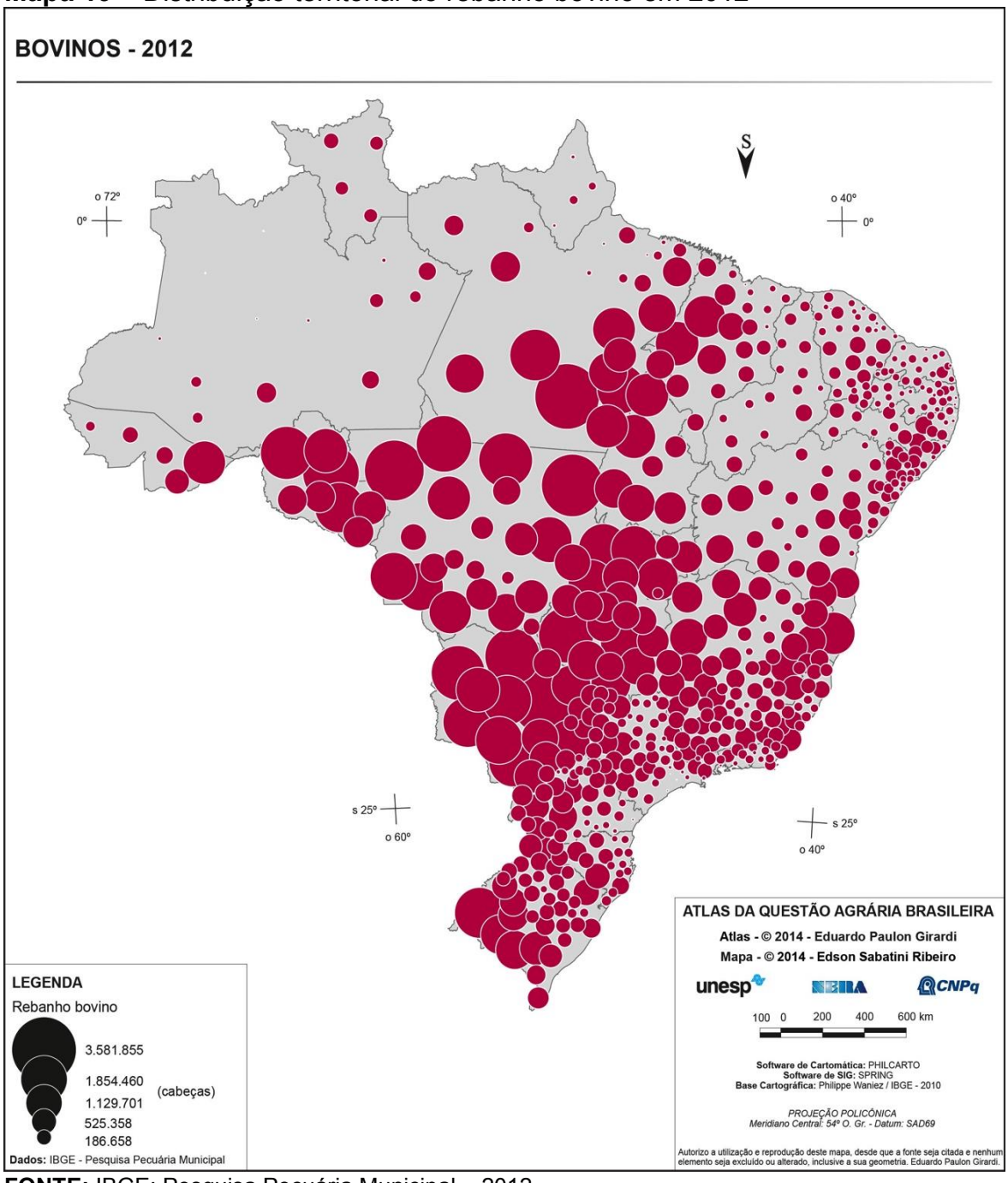
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Lajeado-Estrela - RS	28.997.701	30.464.037	28.637.757	30.512.353	39.422.758	37.440.580	36.385.800
Toledo - PR	26.015.528	31.968.773	40.927.526	33.864.777	39.947.658	34.548.008	35.344.043
Joaçaba - SC	31.028.765	39.148.515	38.929.637	38.530.769	34.319.562	34.156.570	34.731.768
Chapecó - SC	31.216.346	38.009.186	35.042.243	35.857.263	34.194.189	35.572.616	27.577.349
Francisco Beltrão - PR	27.667.846	29.264.148	30.407.807	36.289.866	32.556.898	28.365.556	26.198.539
Caxias do Sul - RS	27.136.924	29.408.856	29.485.083	28.690.231	28.159.834	27.740.183	25.631.813
Cascavel - PR	24.505.038	30.795.502	29.210.620	26.634.373	27.003.742	29.144.055	25.497.283
Pará de Minas - MG	13.763.640	13.708.217	13.109.425	17.078.673	17.174.512	25.196.482	25.330.070
Alto Teles Pires - MT	3.440.201	3.900.052	14.765.617	19.751.638	15.534.488	22.472.187	25.086.464
Passo Fundo - RS	19.968.346	18.589.624	21.484.711	20.786.583	20.806.806	22.631.491	24.580.557

FONTE: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Em 2012 o consumo *per capita* de carne de frango foi de 45 quilos, contra 47,4 quilos em 2011. A queda é explicada pela redução na produção. A produção de carne de frango, principal produto avícola, foi de 12.645 milhões de toneladas, o que representa uma queda de 3,17% em relação a 2011 conforme o Gráfico 18, acima demonstra. A redução na produção foi reflexo da disparada, ano passado, dos preços do milho e da soja, que representam os principais custos do setor. O

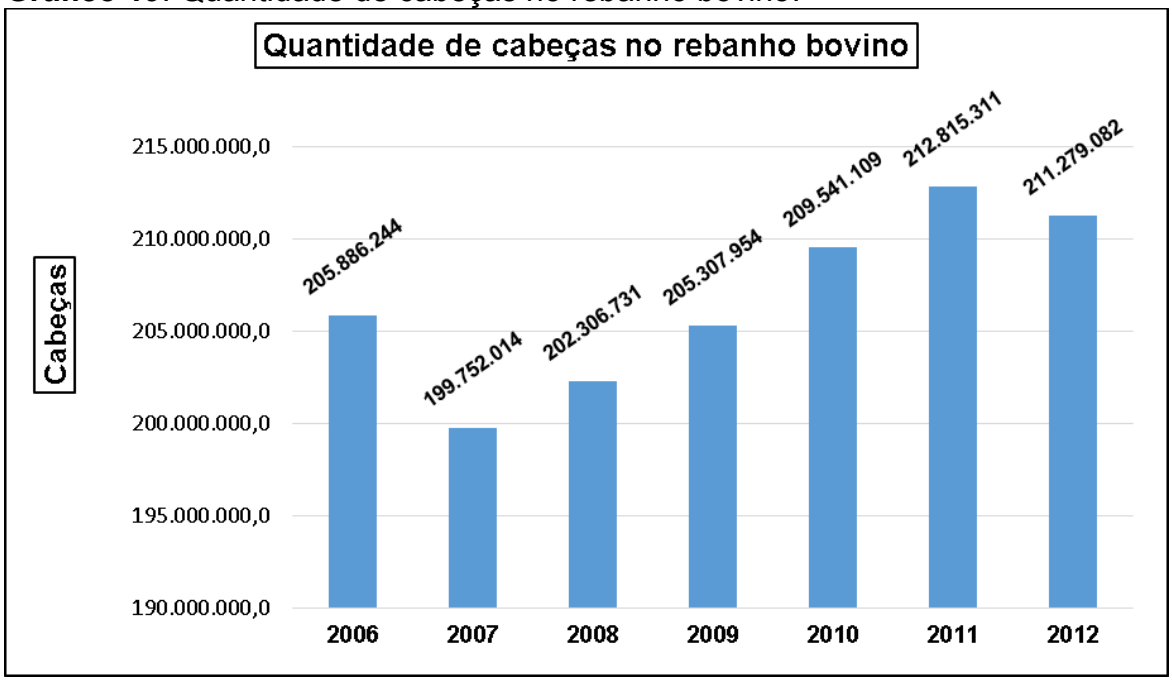
Brasil manteve a posição de maior exportador mundial e de terceiro maior produtor de carne de frango, atrás dos Estados Unidos e da China. Paraná, com 28,7% de participação, e Santa Catarina, com 26,1%, lideraram as exportações de carne de frango em 2012 em volumes. O Rio Grande do Sul respondeu por 18,5% dos embarques e São Paulo por 7%.

Mapa 19 – Distribuição territorial do rebanho bovino em 2012



FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal – 2012.

Gráfico 19: Quantidade de cabeças no rebanho bovino.



FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 17: Dez microrregiões maiores produtoras de rebanho bovino (Cabeças)

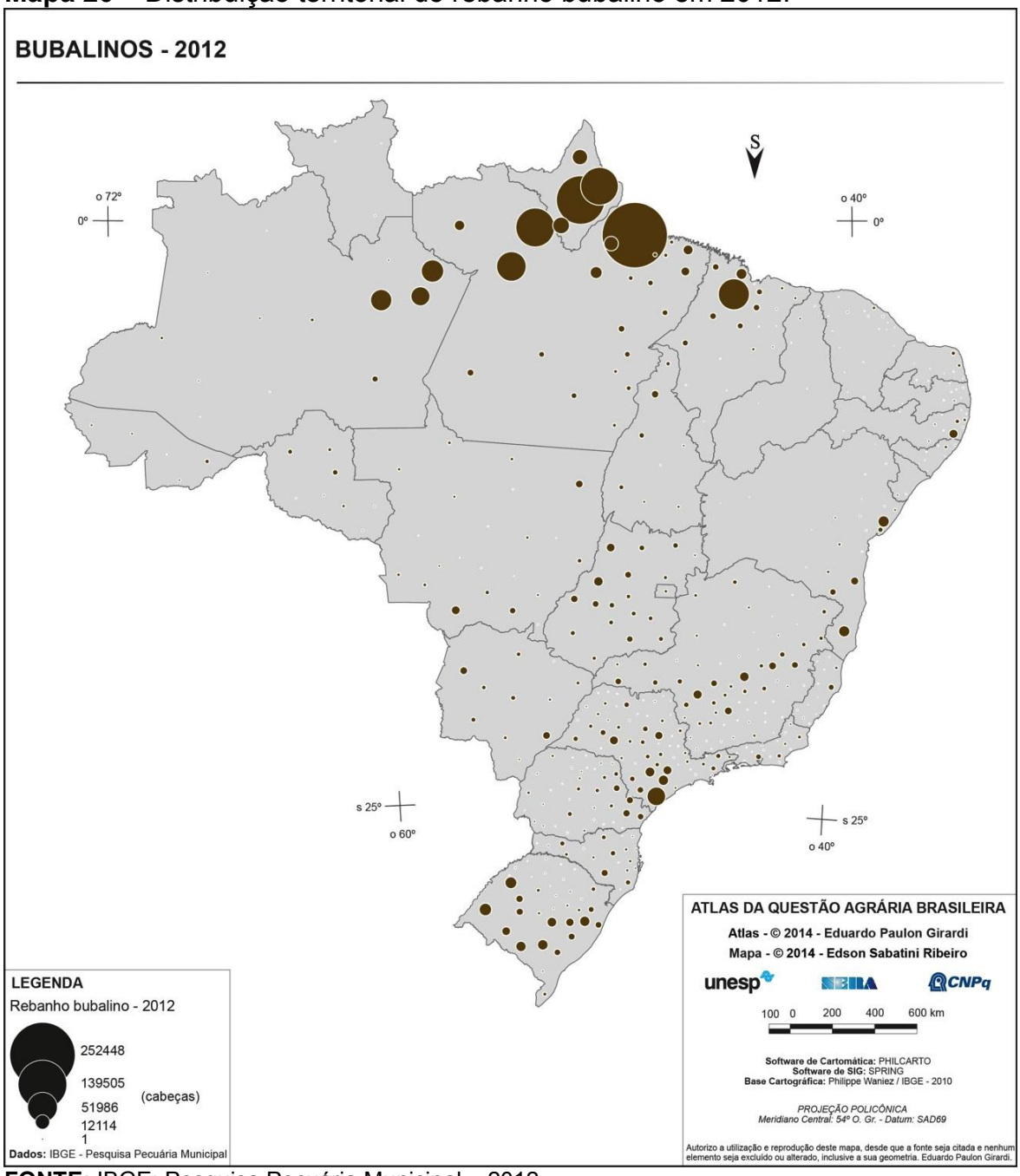
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
São Félix do Xingu - PA	2.855.142	2.545.033	2.861.281	3.115.521	3.304.001	3.445.437	3.581.855
Três Lagoas - MS	4.061.283	3.657.187	3.703.465	3.645.140	3.705.270	3.461.981	3.390.802
Norte Araguaia - MT	2.828.382	2.783.268	2.704.033	3.006.838	3.167.743	3.346.190	3.265.708
Aripuanã - MT	2.453.596	2.415.800	2.543.130	2.711.019	2.842.647	2.954.867	3.074.943
Ji-Paraná - RO	2.756.933	2.601.306	2.605.866	2.662.519	2.697.828	2.841.447	2.754.378
Alta Floresta - MT	2.119.756	2.193.953	2.311.743	2.424.138	2.591.331	2.643.090	2.656.473
Alto Taquari - MS	2.809.516	2.655.918	2.672.753	2.638.440	2.725.610	2.583.507	2.610.899
Sudoeste de Goiás - GO	2.484.200	2.516.250	2.548.960	2.611.394	2.578.720	2.570.895	2.600.993
Colíder - MT	2.160.613	2.092.159	2.216.227	2.381.864	2.534.381	2.526.574	2.493.050
Baixo Pantanal - MS	2.712.980	2.494.596	2.601.255	2.806.032	2.638.251	2.417.049	2.489.352

FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

O rebanho bovino brasileiro é de 211.279 milhões de cabeças (2012), com variação de -0,7% sobre 2011 e ocupa a segunda posição no ranking mundial, ficando atrás somente da Índia, atentando para o fato que o rebanho indiano se preserva por questões ligadas à religião e não comercial. O Brasil ocupa também a segunda posição mundial na produção de carne bovina, sendo os Estados Unidos o maior produtor. Em termos regionais o rebanho bovino sofreu redução em diversas regiões com exceção somente na região norte do País, embora tenha reduzido o ritmo de crescimento. A Região Norte teve este

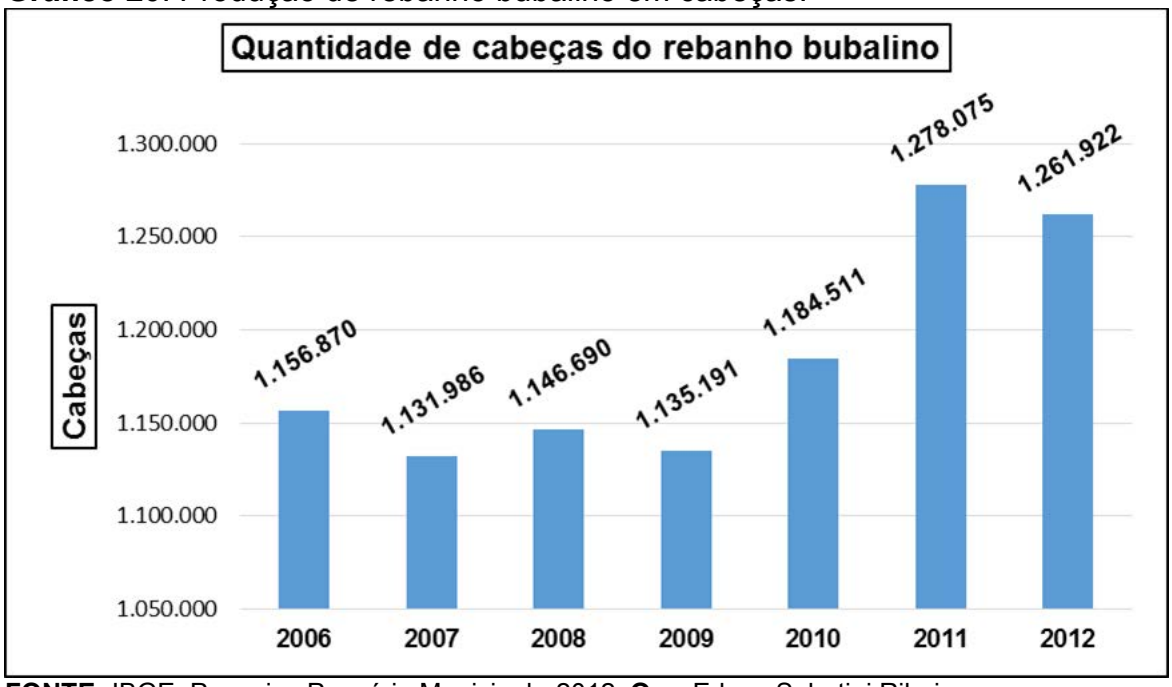
aumento alavancado, sobretudo pelo Acre (3,3%), Pará (1,9%), e Tocantins (0,7%), de acordo com o Gráfico 19 e a representação cartográfica 19. O Sudeste e o Centro-Oeste também sustentaram crescimento, embora em proporção menor do que o Norte, e registrando reduções no efetivo. No Nordeste foi registrada a maior queda (-4,5%), sendo as maiores em Pernambuco (-24,2%), Bahia (-3,9%), Paraíba (-28,6%) e Rio Grande do Norte (-18,1%). Maranhão, Ceará e Piauí registraram aumentos em seus efetivos de bovinos.

Mapa 20 – Distribuição territorial do rebanho bubalino em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal – 2012.

Gráfico 20: Produção de rebanho bubalino em cabeças.



FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 18: Dez microrregiões maiores produtoras de rebanho bubalino (Cabeças)

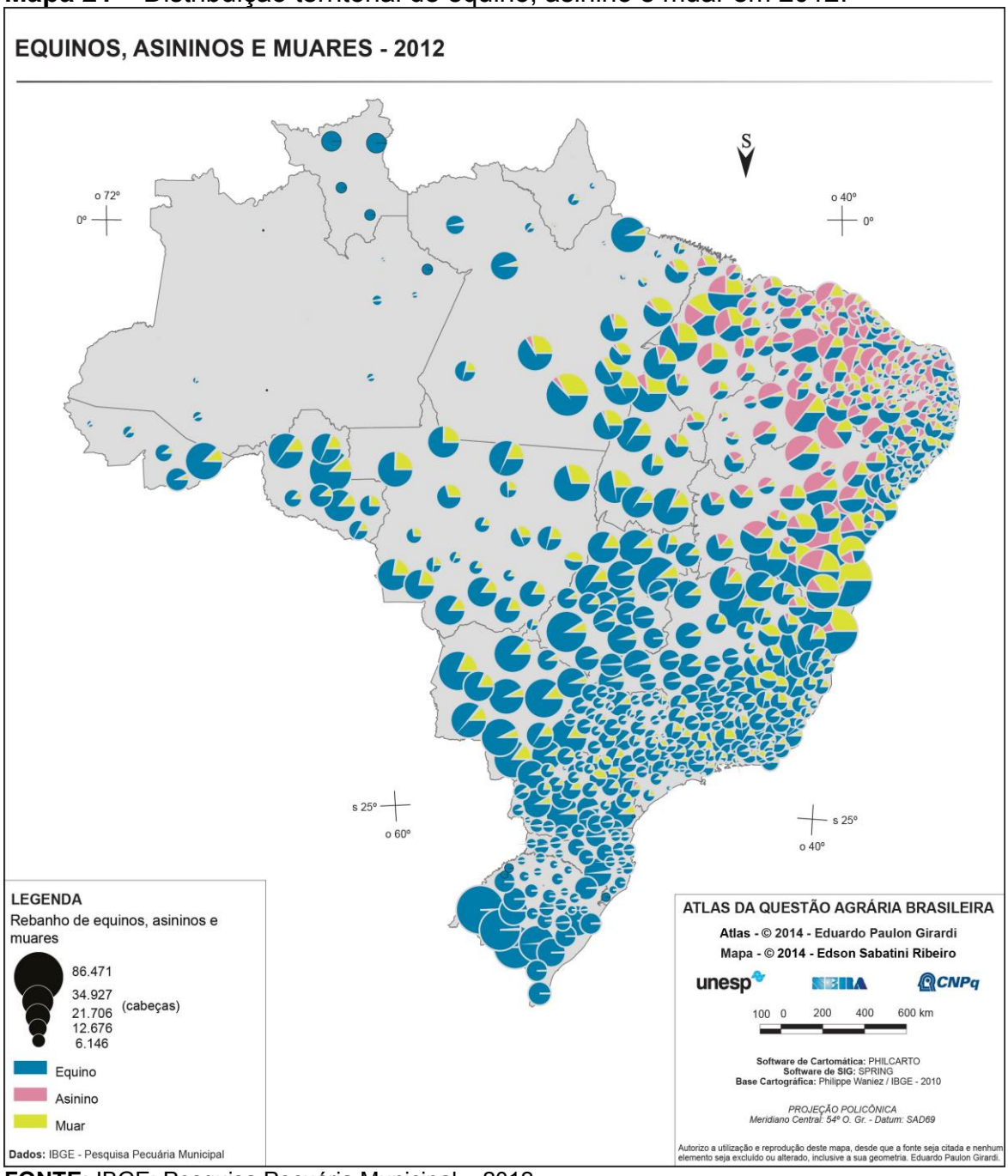
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Arari - PA	243.400	254.487	257.400	249.369	263.088	292.499	252.448
Macapá - AP	105.631	108.595	107.442	108.957	114.957	129.053	139.505
Almeirim - PA	58.653	70.823	73.598	77.277	81.543	86.046	89.444
Amapá - AP	72.100	73.909	72.443	69.529	73.788	78.827	84.078
Baixada Maranhense - MA	61.038	51.927	60.694	55.928	55.111	59.781	57.433
Santarém - PA	58.355	47.225	48.578	48.073	50.653	47.859	51.986
Parintins - AM	25.018	18.173	27.606	27.953	34.242	35.523	29.564
Manaus - AM	6.453	12.446	14.605	15.110	14.865	24.053	26.766
Itacoatiara - AM	17.589	9.898	10.359	10.494	8.652	16.444	21.360
Registro - SP	15.135	16.223	16.286	15.873	17.350	18.766	20.592

FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

O rebanho de búfalos foi o que teve o crescimento mais expressivo no país entre 2010 e 2011, com aumento de 7,8%, sendo registrados 1,278 milhão de bubalinos, dos quais 38% se encontram no estado do Pará. O Amapá, com 18,4% do rebanho nacional, e o Maranhão, com 6,5%, também concentram número significativo de búfalos, conforme se pode observar na representação cartográfica número 20. No entanto, em 2012 houve uma pequena queda, mas que não foi suficiente para desestimular a bubalinocultura. Isso porque o búfalo se

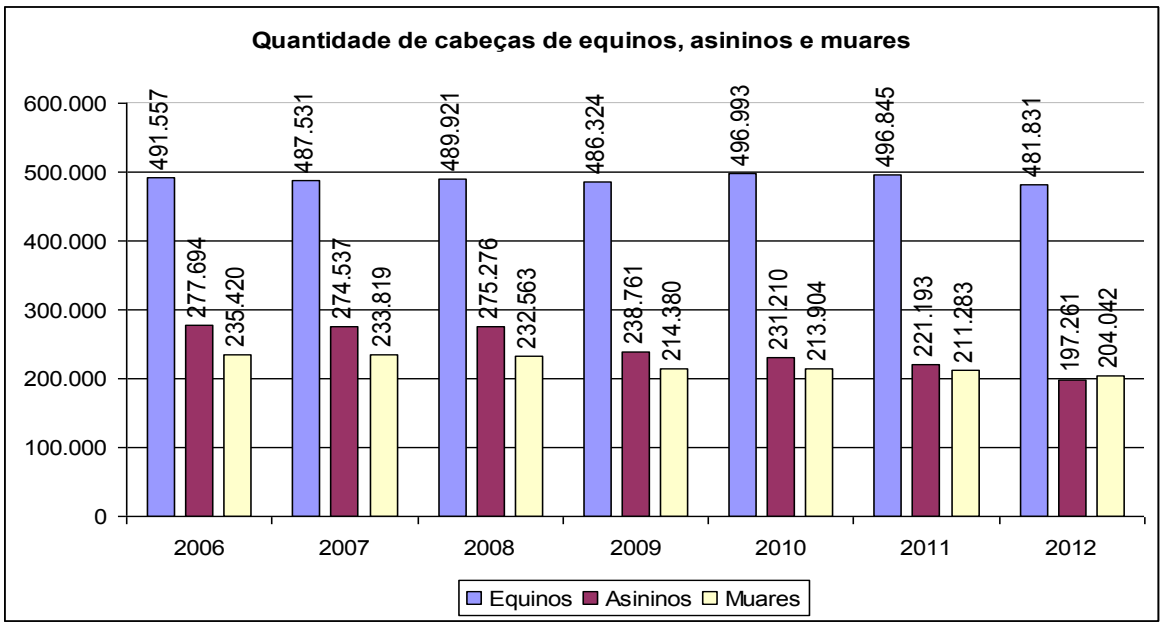
adapta facilmente em qualquer ambiente. A produção e o consumo de leite de búfalo vêm crescendo em função da demanda por alimentos como queijos e manteiga. Os elevados teores de gordura e sólidos totais no leite de búfala aumentam o rendimento na fabricação dos derivados em relação ao leite de vaca. A carne desse animal também é apreciada porque possui menores índices de gordura, colesterol, calorias e contém mais proteína e minerais que a dos bovinos.

Mapa 21 – Distribuição territorial de equino, asinino e muar em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal – 2012.

Gráfico 21: Produção de equinos, asininos e muares



FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 19: Dez microrregiões maiores produtoras de rebanho equino (Cabeças)

NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Camp. Ocidental - RS	62.280	57.899	61.604	64.362	63.882	71.183	68.288
Camp. Meridional - RS	44.451	44.663	45.544	45.490	51.353	51.028	52.200
Camp. Central - RS	41.316	44.033	48.867	41.667	49.082	53.195	50.889
Montes Claros - MG	53.240	49.541	49.668	48.756	50.722	47.235	48.729
Ji-Paraná - RO	39.996	45.636	44.778	45.617	46.516	47.034	47.805
Entor.de Brasília - GO	52.660	53.200	51.250	53.500	52.220	50.891	46.439
Sudoes. de Goiás - GO	46.530	47.390	47.100	46.070	43.432	45.449	45.195
Feira de Santana - BA	61.759	60.648	56.606	57.797	58.201	50.772	43.448
Três Lagoas - MS	43.199	41.006	41.428	41.311	41.430	40.746	40.370
Dourados - MS	46.126	43.515	43.076	41.754	40.155	39.312	38.468

FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 20: Dez microrregiões maiores produtoras de rebanho asinino (Cabeças)

NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Petrolina - PE	31.202	33.055	34.240	32.000	29.770	31.169	25.620
Alto Médio Canindé - PI	47.283	47.005	47.248	28.521	27.081	25.671	25.132
Jequié - BA	31.493	31.966	32.292	26.821	27.568	25.817	24.199
Feira de Santana - BA	28.781	29.654	30.181	29.301	28.569	25.170	21.485
Campo Maior - PI	24.248	24.201	24.268	21.493	20.427	20.515	19.594
S. Quixeramobim - CE	24.760	22.985	21.162	20.437	20.388	19.812	18.267
Juazeiro - BA	36.279	30.485	31.202	28.810	26.228	23.839	17.592
Jacobina - BA	18.868	20.311	20.217	19.689	19.833	18.659	16.952
Sobral - CE	14.877	14.999	15.036	15.239	15.365	15.549	14.217
Vit. da Conquista - BA	19.903	19.876	19.430	16.450	15.981	14.992	14.203

FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 21: Dez microrregiões maiores produtoras de rebanho muar (Cabeças)

NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
São Mateus - ES	71.539	70.846	68.658	57.059	58.133	56.091	54.760
Baixo Jaguaribe - CE	23.844	23.980	23.087	20.958	21.707	23.819	22.666
Itaituba - PA	22.662	22.402	22.351	21.832	21.729	21.840	21.405
Porto Seguro - BA	12.585	13.689	12.865	15.449	13.386	17.731	18.130
M. Merid. Pernambucana - PE	27.875	27.991	28.500	20.514	20.800	19.007	17.792
Aquidauana - MS	15.131	15.382	15.592	15.803	15.106	15.092	15.239
Bodoquena - MS	18.589	19.552	19.672	19.579	19.591	17.191	15.196
Picos - PI	14.214	9.945	11.615	12.596	13.005	13.020	13.173
Ariquemes - RO	16.624	16.715	16.817	16.857	17.412	14.746	13.142
São José do Rio Preto - SP	12.357	13.317	13.406	13.733	13.035	12.746	12.539

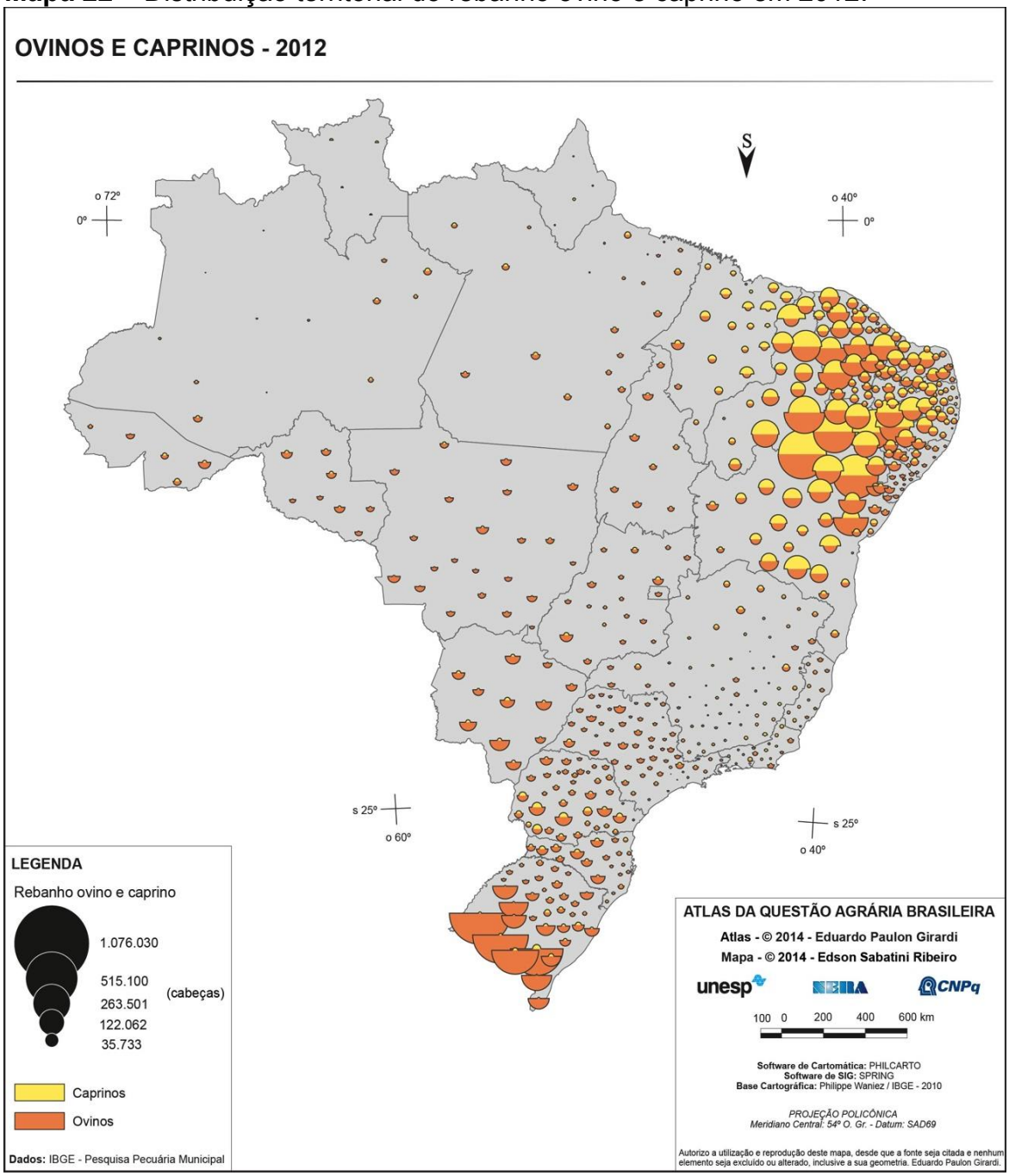
FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

O efetivo de equinos foi de cinco milhões de cabeças, em 2012, apresentando certa estabilidade. O plantel encontra-se concentrado no Sudeste (24,4%) e no Nordeste (24,3%). Os maiores efetivos encontram-se nos estados de Minas Gerais (14,3%), Bahia (10,1%) e Rio Grande do Sul (8,6%).

O efetivo de asininos (jumentos, jegue, asnos), em 2011, foi de 974,5 mil animais, uma queda de 2,7% em relação a 2011. O efetivo destes animais encontrava-se bastante concentrado no Nordeste do país, especialmente Bahia (26,1%), seguida de Ceará (19,8%) e Piauí (12,2%). Os municípios de Petrolina (PE), Feira de Santana (BA) e Boa Viagem (CE) são aqueles que têm os maiores efetivos.

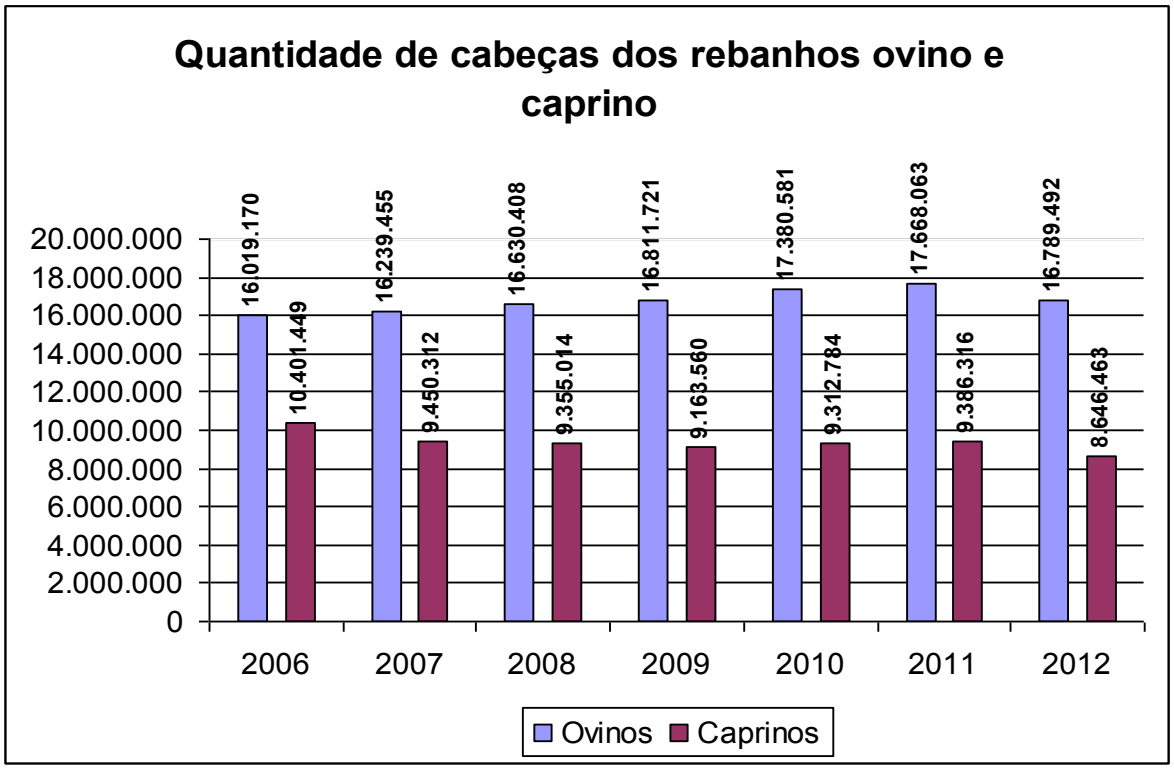
O efetivo de muares (burros, mulas) apresentou leve queda percentual com relação ao registrado em 2011. No total, são 1,3 milhão de cabeças. O Estado da Bahia participa com 21,6% do efetivo nacional, seguido por Minas Gerais (12,4%) e Pará (8,3%). Destacaram-se os municípios de São Félix do Xingu (PA), Novo Repartimento (PA) e Una (BA).

Mapa 22 – Distribuição territorial do rebanho ovino e caprino em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal – 2012.

Gráfico 22: Produção de ovino e caprino.



FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 22: Dez microrregiões maiores produtoras de rebanho ovino (Cabeças)

NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Campanha Ocidental - RS	808.008	779.494	822.315	812.846	814.238	825.469	855.198
Campanha Central - RS	702.655	773.630	791.289	710.487	717.998	778.983	711.486
Serras de Sudeste - RS	576.265	583.778	609.495	616.912	615.065	616.002	639.614
Juazeiro - BA	776.095	607.454	587.685	643.016	654.074	631.312	545.183
Campanha Meridional - RS	481.022	466.426	520.603	480.893	487.684	481.354	509.132
Euclides da Cunha - BA	476.879	474.580	431.993	441.992	481.120	492.000	474.344
Petrolina - PE	287.070	308.900	320.000	340.597	385.156	468.988	401.930
Alto Médio Canindé - PI	458.397	419.010	426.768	454.831	454.773	455.572	383.839
Sertão de Crateús - CE	292.112	296.267	298.264	301.948	296.046	300.468	296.392
Feira de Santana - BA	330.352	346.342	404.095	411.171	443.516	395.667	283.249

FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 23: Dez microrregiões maiores produtoras de rebanho caprino (Cabeças)

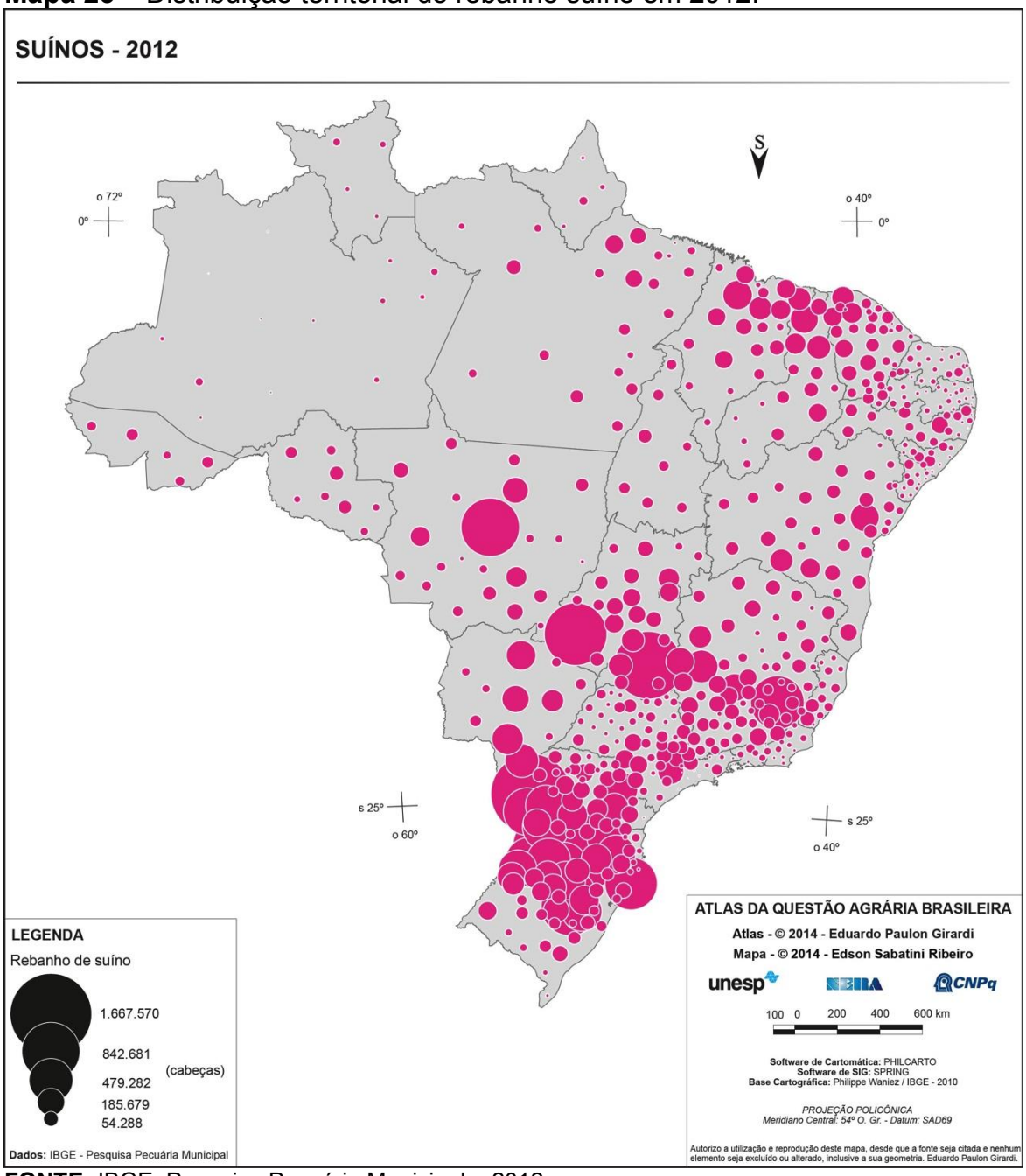
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Juazeiro - BA	1.748.041	985.076	929.420	831.575	831.975	740.786	530.847
Itaparica - PE	445.700	295.250	357.100	343.600	351.646	380.047	460.397
Euclides da Cunha - BA	515.502	488.433	379.000	369.585	405.097	406.480	382.430
Petrolina - PE	296.010	314.700	313.100	302.800	318.830	377.030	368.414
Sertão do Moxotó - PE	324.000	351.500	391.800	410.000	433.500	480.788	341.545
Alto Médio Canindé - PI	258.228	247.374	245.217	261.795	260.497	258.827	234.517
Campo Maior - PI	264.276	262.450	262.141	258.924	255.223	256.490	232.269
Senhor do Bonfim - BA	243.150	236.359	229.720	237.718	248.050	240.067	219.282
Baixo Parnaíba Piauiense - PI	164.476	175.178	176.457	187.751	190.222	186.807	182.531
São Raimundo Nonato - PI	204.358	199.164	195.202	207.865	206.701	205.686	175.402

FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro.

A caprinocultura e a ovinocultura têm se destacado no agronegócio brasileiro. A criação de caprinos, com rebanho estimado em 14 milhões de animais, distribuído em 436 mil estabelecimentos agropecuários, colocou o Brasil em 18º lugar do *ranking* mundial de exportações. Grande parte do rebanho caprino encontra-se no Nordeste, com ênfase para Bahia, Pernambuco, Piauí e Ceará.

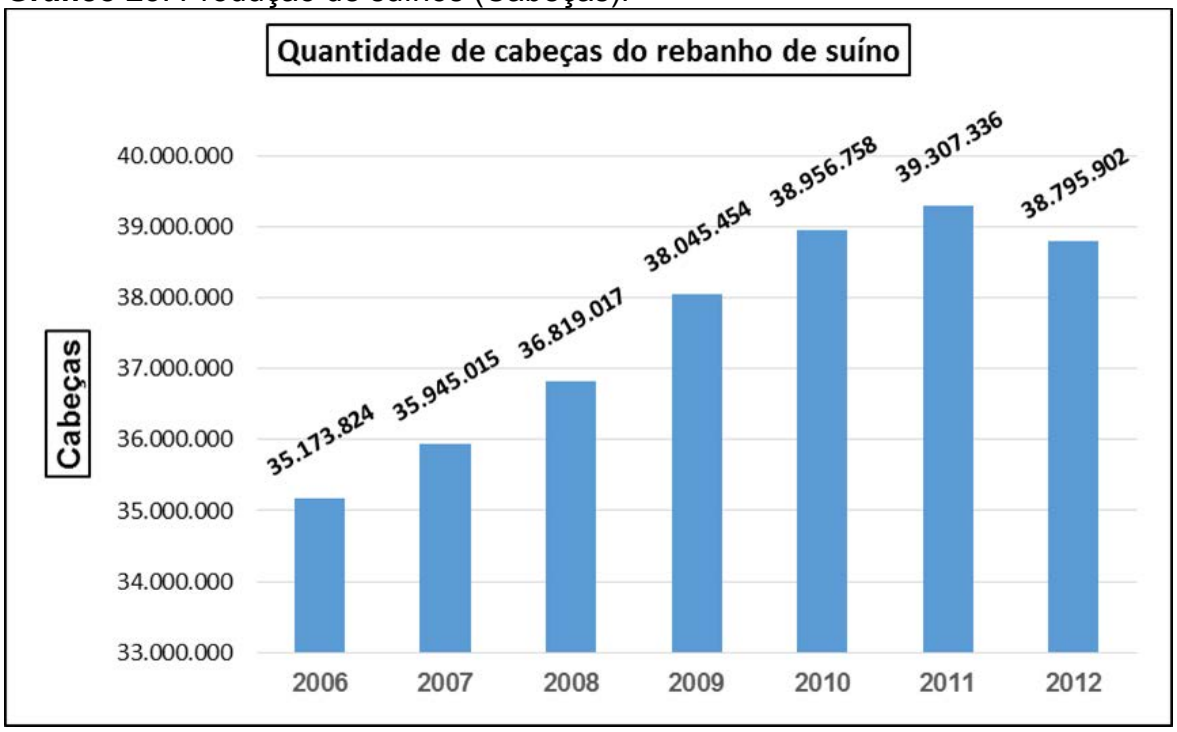
A ovinocultura tem representatividade na região Nordeste e no estado do Rio Grande do Sul. Tem maior representatividade nos estados da Bahia, Ceará, Piauí e Pernambuco, Rio grande do Norte, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul. A produção anual alcança 11 milhões de toneladas de lã, principalmente no Rio Grande do Sul, com cadeia produtiva formada por 35 mil pequenos e médios estabelecimentos agropecuários. A ovinocultura leiteira no País apresenta potencial para a produção de queijos finos, muito valorizados no mercado.

Mapa 23 – Distribuição territorial do rebanho suíno em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal – 2012.

Gráfico 23: Produção de suínos (Cabeças).



FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 24: Dez microrregiões maiores produtoras de rebanho suíno (Cabeças).

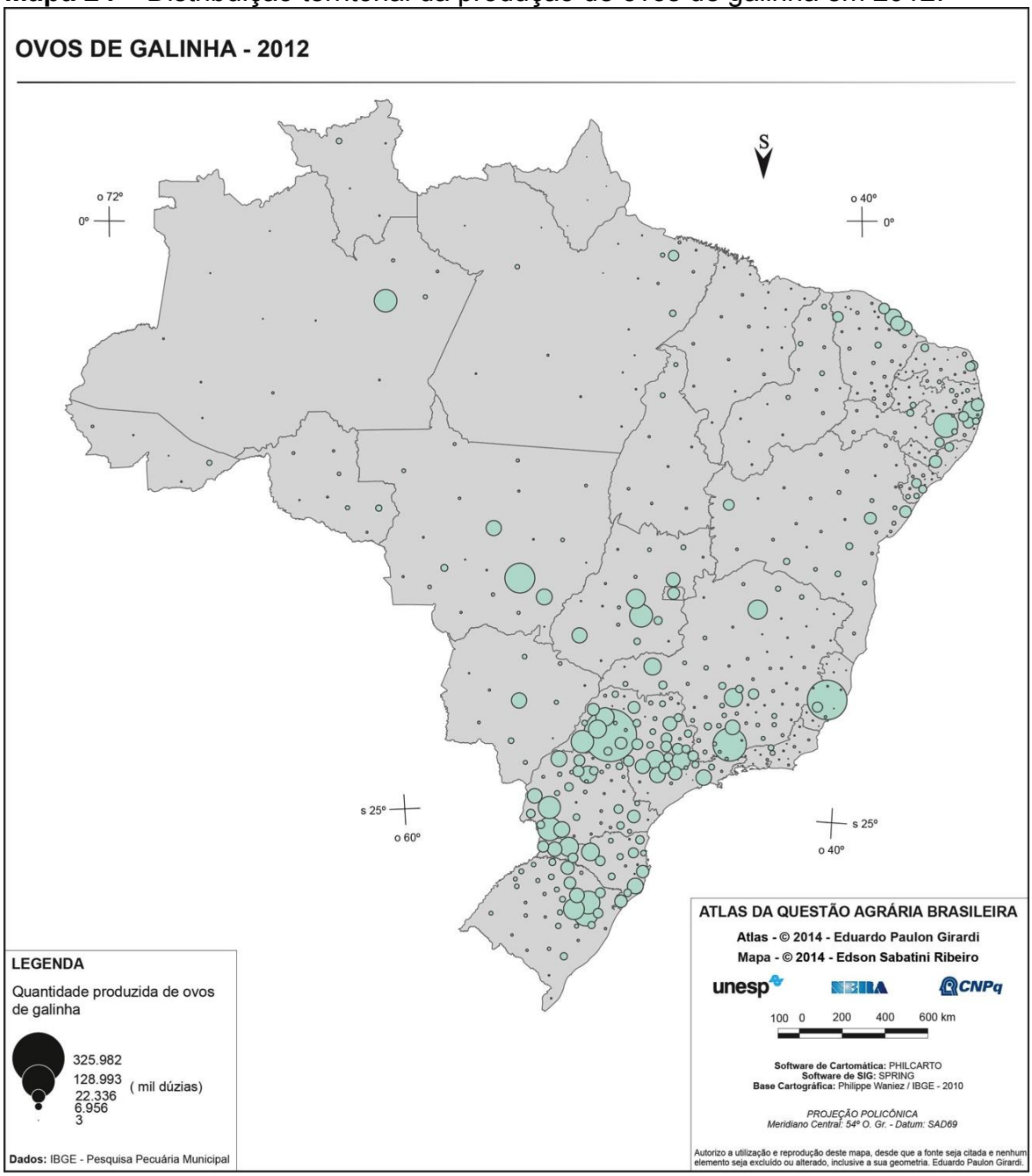
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Concórdia - SC	2.098.732	1.979.168	2.174.366	2.128.574	1.989.585	1.869.716	1.667.570
Toledo - PR	947.642	1.100.543	1.157.615	1.244.470	1.245.387	1.515.309	1.617.549
Joaçaba - SC	1.149.513	1.046.816	1.133.430	1.372.364	1.442.511	1.552.052	1.534.126
Uberlândia - MG	679.298	826.821	877.427	966.024	1.291.955	1.145.969	1.162.505
Chapecó - SC	955.326	1.040.791	1.060.405	1.051.718	1.092.618	1.114.723	991.586
Sudoeste de Goiás - GO	525.770	530.125	598.155	880.070	968.390	968.728	990.220
Alto Teles Pires - MT	353.757	406.684	560.262	790.040	958.849	862.895	861.790
Lajeado-Estrela - RS	513.007	711.447	523.259	571.370	835.213	808.418	842.681
Ponte Nova - MG	449.341	485.654	497.824	529.240	517.225	625.591	724.145
São Miguel do Oeste - SC	591.404	705.768	743.621	703.398	746.162	739.454	695.450

FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

A suinocultura no Brasil é uma atividade exercida, em sua maioria, de forma integrada à indústria, sendo os produtores independentes a parcela menor representando menos de 25% da produção total. O rebanho brasileiro de suínos atingiu a marca de 38,7 milhões de cabeças em 2012. O Brasil tem o quarto maior rebanho suíno do mundo, sendo que a região Sul é a mais dinâmica na produção de carne suína com participação de 60% do total em 2012. Destaques para Minas Gerais e Rio Grande do Sul que tiveram um incremento do rebanho próximo a

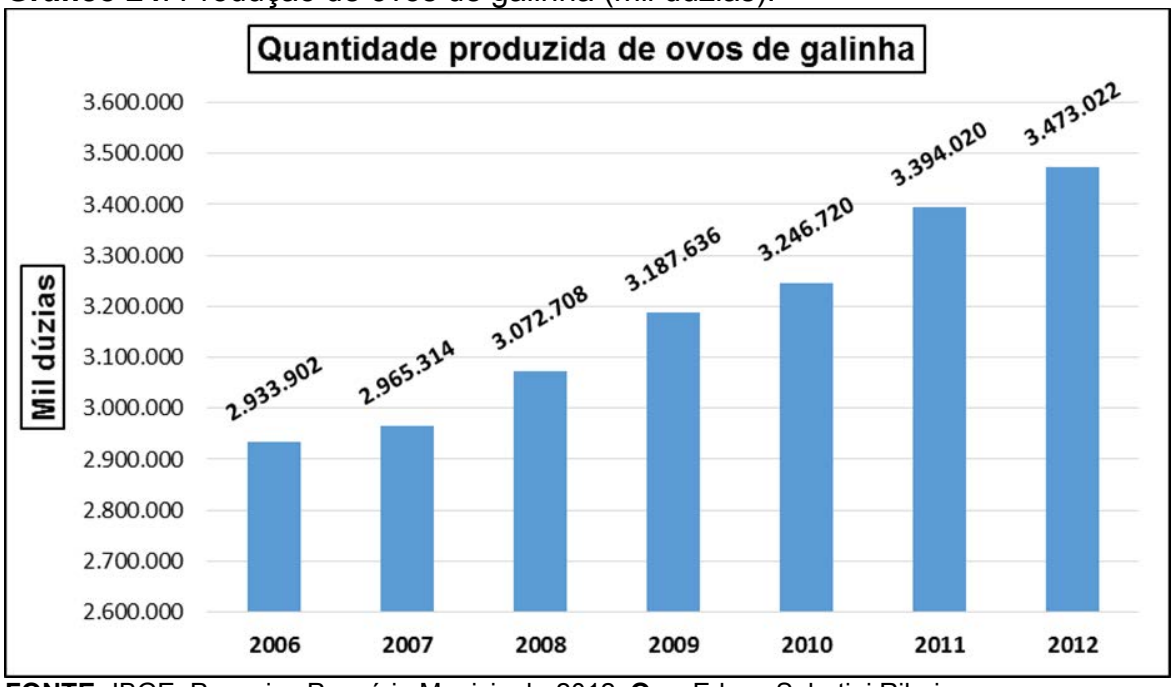
30% nos últimos seis anos. A produção de carne suína no Brasil teve uma expansão significativa, apoiada principalmente na melhoria dos sistemas produtivos e tecnologia envolvida na produção, bem como o manejo e a melhoria nos padrões de abate do animal.

Mapa 24 – Distribuição territorial da produção de ovos de galinha em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012

Gráfico 24: Produção de ovos de galinha (mil dúzias).



FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 25: Dez microrregiões maiores produtoras de ovos de galinha (Mil dúzias)

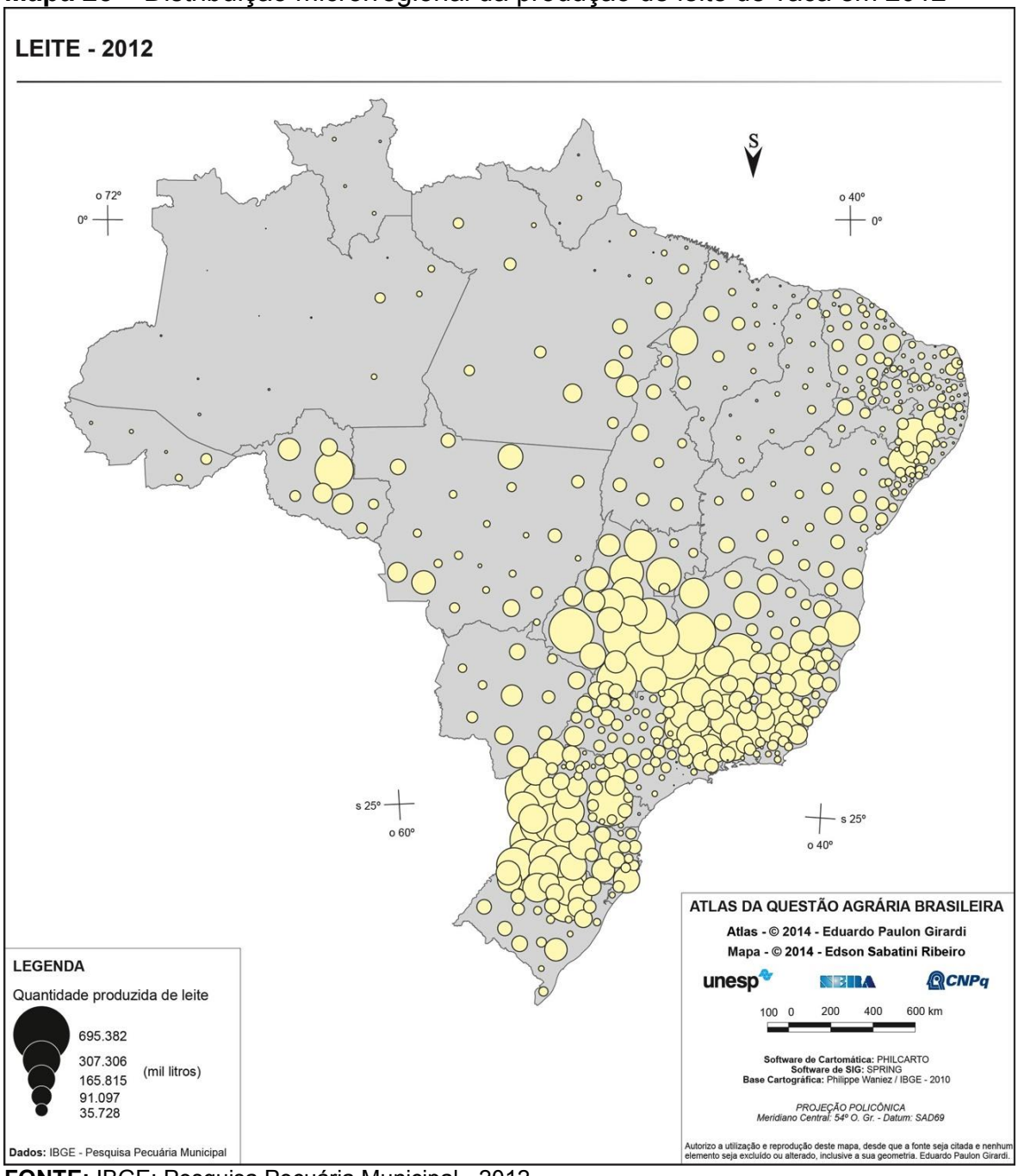
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Tupã - SP	249.711	255.909	272.066	278.787	291.808	312.664	325.982
Santa Teresa - ES	119.045	118.927	126.846	161.485	163.668	163.000	183.425
São Lourenço - MG	123.832	122.774	122.223	120.643	121.925	121.985	128.993
Primavera do Leste - MT	25.904	32.140	32.165	47.383	65.809	89.427	103.908
Montenegro - RS	42.102	47.840	54.583	56.208	56.567	64.939	69.380
Vale do Ipojuca - PE	26.149	27.685	36.639	41.613	44.786	52.254	67.869
Francisco Beltrão - PR	38.302	47.213	49.991	54.555	56.257	76.711	64.119
Caxias do Sul - RS	52.754	54.268	56.172	56.213	60.216	62.892	62.051
Goiânia - GO	54.106	53.756	58.249	61.600	67.982	62.893	60.930
Manaus - AM	42.497	45.924	48.822	60.410	61.740	66.273	59.536

FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

As exportações de ovos somaram 26,8 mil toneladas em 2012, com crescimento de 61,2% em relação a 2011. Os principais compradores foram Angola, com 47% do total, e Emirados Árabes Unidos, com 38% das importações. Os principais municípios produtores de ovos são (milhões de dúzias): Bastos – SP (microrregião de Tupã) (226,03), Santa Maria de Jetibá - ES (153,65), Itanhandu – MG (84,09), Primavera do Leste - MT (62,23), Manaus - AM (56,00) e Montes Claros – MG (41,82).São Paulo é o principal estado produtor de ovos de galinha,

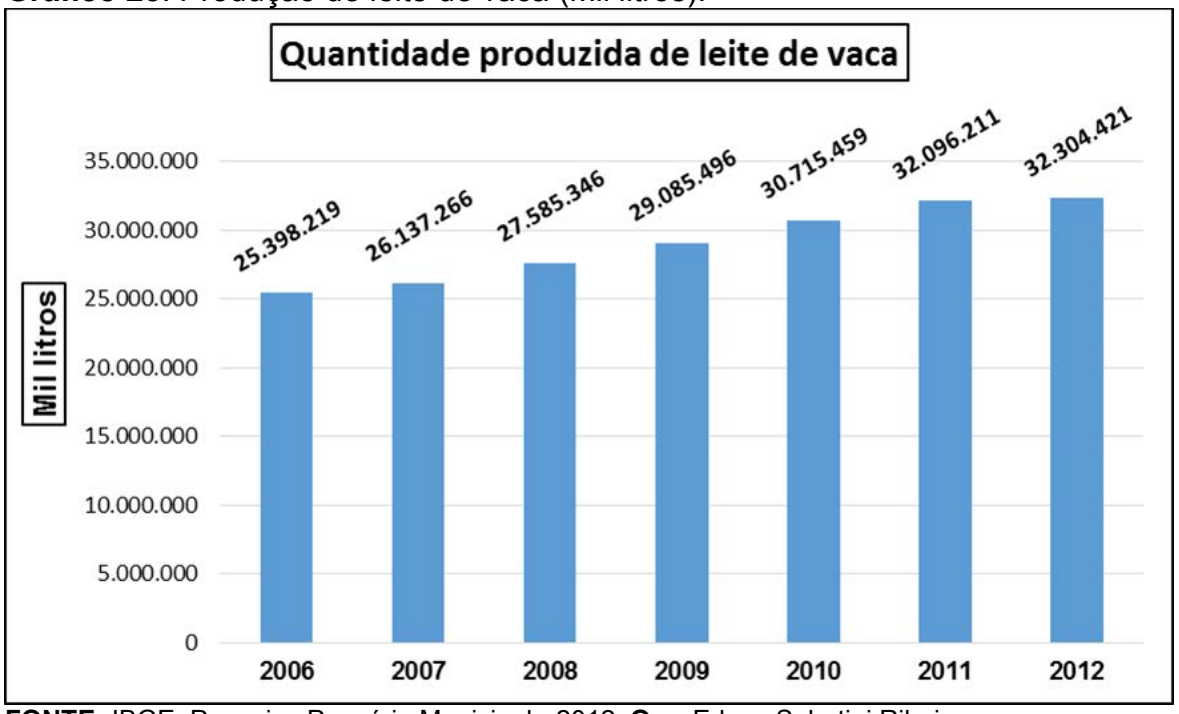
participando com 29,22% do total nacional, seguido por Minas Gerais (10,87%), Paraná (9,54%), Rio Grande do Sul (7,77%), Espirito Santo (7,15%), Mato Grosso (6,10%), Santa Catarina (5,49%), e Goiás (5,47%).

Mapa 25 – Distribuição microrregional da produção de leite de vaca em 2012



FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012

Gráfico 25: Produção de leite de vaca (Mil litros).



FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 26: Dez microrregiões maiores produtoras de leite de vaca (Mil litros)

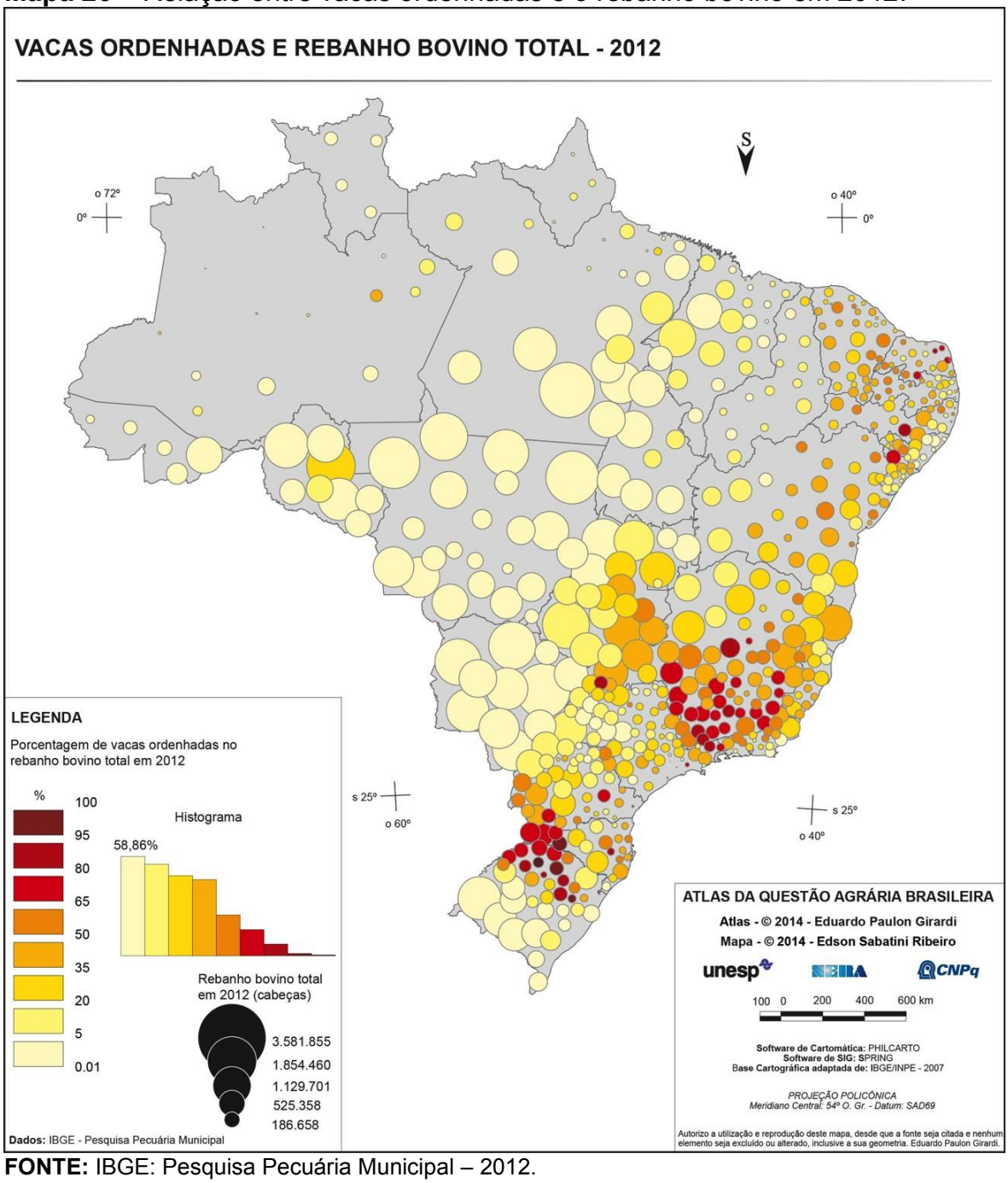
NOME	2006	2006	2006	2006	2006	2006	2006
Chapecó - SC	405.082	502.768	606.795	578.977	638.029	656.374	695.382
São Miguel do Oeste - SC	365.915	346.846	379.277	424.207	447.636	503.646	558.943
Meia Ponte - GO	360.852	392.474	410.861	440.732	467.610	506.226	535.294
Patos de Minas - MG	320.126	328.368	367.043	424.674	452.134	462.725	511.534
Passo Fundo - RS	309.645	325.626	413.599	425.088	475.121	482.710	506.785
Ponta Grossa - PR	301.892	299.935	269.896	300.998	317.395	400.500	430.400
Sudoeste de Goiás - GO	284.655	296.775	329.000	337.474	378.659	426.995	429.654
Araxá - MG	300.947	317.268	440.747	443.195	412.894	444.011	422.070
Toledo - PR	424.608	440.924	398.654	430.154	417.108	430.497	407.614
Francisco Beltrão - PR	258.496	265.695	288.353	371.865	390.063	398.000	402.636

FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

A produção leiteira cresceu 3% no Brasil em 2012, com mais de 32 bilhões de litros. O país também consome mais leite. Hoje, a média anual é de 180 litros por pessoa, enquanto que, há 10 anos, era de 125 litros. Em uma análise rápida sobre os dados acima apresentados observa-se a distribuição dessa produção. Interessante ver como que no Estado de São Paulo, a atividade diminuiu e está concentrada em seu entorno, o que leva à hipótese de uma "expulsão" desse tipo de produção ocasionada pelo aumento expressivo do

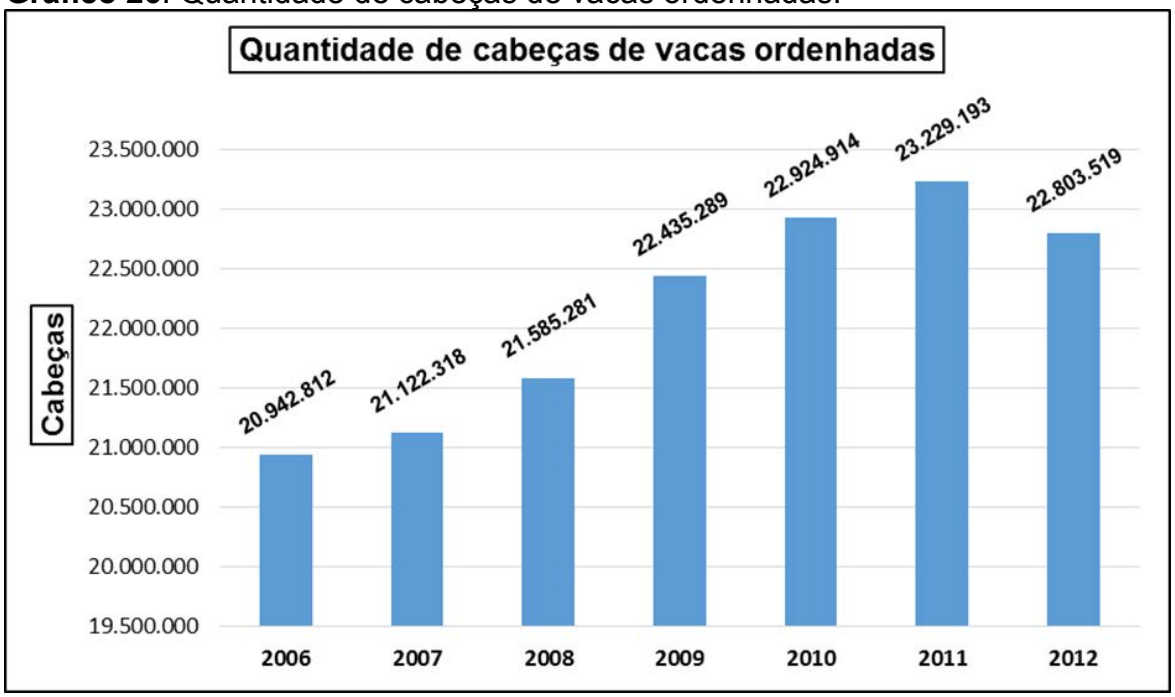
avanço canavieiro sobre as pastagens paulistas. Em recente reportagem veiculada no jornal “O Estadão” (29/07/2013), apontava que na região do Vale do Paraíba, no interior de São Paulo, o mercado imobiliário é um dos responsáveis pela queda da produção leiteira. Na região de Taubaté, os fazendeiros estão recebendo propostas para vender as propriedades que podem se tornar loteamentos, ou fazendas canavieiras.

Mapa 26 – Relação entre vacas ordenhadas e o rebanho bovino em 2012.



FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal – 2012.

Gráfico 26: Quantidade de cabeças de vacas ordenhadas.



FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro.

Tabela 27: Dez microrregiões maiores produtoras de vacas ordenhadas (Cabeças)

NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Meia Ponte - GO	314.705	338.840	353.850	373.040	383.040	385.300	391.710
Ji-Paraná - RO	454.701	477.307	472.252	482.677	488.797	408.580	379.586
Porto Seguro - BA	242.197	244.371	241.470	310.912	360.578	345.752	373.068
Frutal - MG	311.879	315.341	301.308	309.732	300.263	318.821	315.006
Chapecó - SC	152.895	173.299	198.067	193.428	219.705	230.823	241.148
Uberlândia - MG	182.572	203.499	197.129	203.135	224.042	235.468	235.391
Sudoeste de Goiás - GO	194.700	201.650	207.860	213.620	211.044	228.093	228.680
Araxá - MG	148.243	155.677	195.833	194.453	209.917	238.401	211.718
Ceres - GO	176.870	167.110	167.160	169.625	174.220	199.800	210.280
Entorno de Brasília - GO	188.230	181.830	185.250	189.310	194.002	197.915	209.275

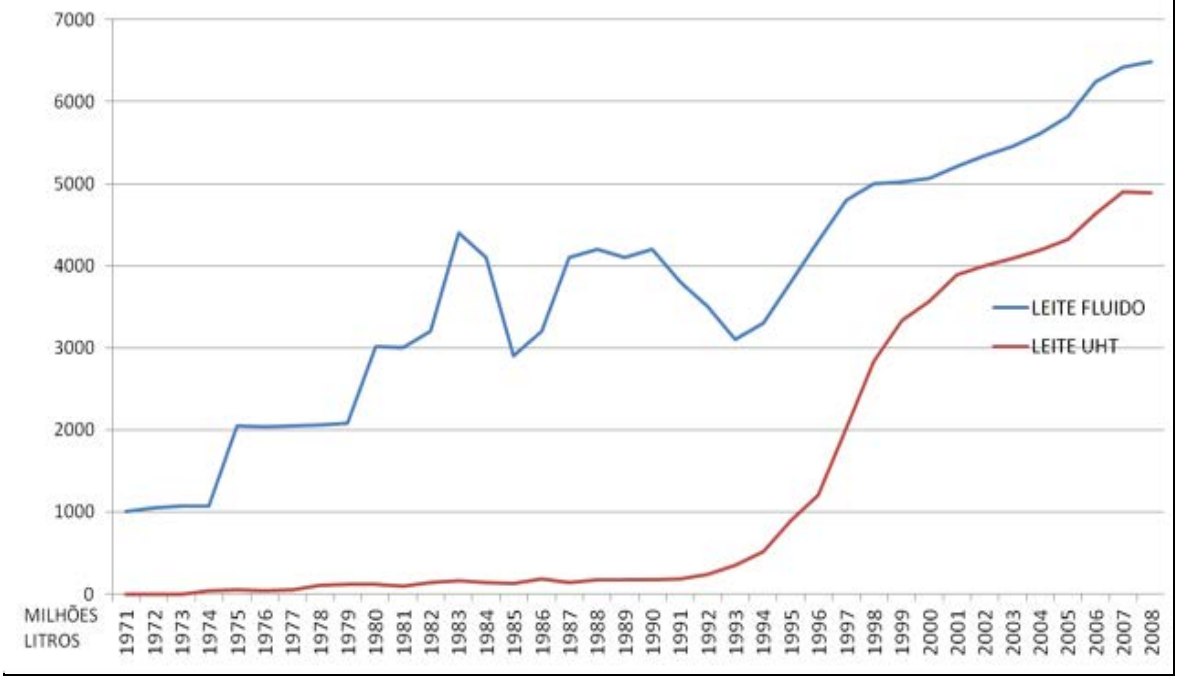
FONTE: IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

A relação entre vacas ordenhadas e o rebanho bovino é indissociável. Da mesma maneira, o deslocamento de um provoca a mudança do outro, na mesma intensidade. Assim, a “expulsão” da atividade pecuarista de corte em solo paulista, deslocou a produção leiteira para os estados vizinhos, o que pode explicar, em parte, a industrialização na conservação do leite, com o aumento expressivo do produto tipo UHT. Até a década de 1960, o consumo de leite era extremamente regional, pois ainda era engarrafado em garrafas de vidro e as empresas conseguiam distribuir o produto num raio máximo de 100 km ao redor da sua sede.

Com a eclosão do golpe civil-militar em 1964, houve um impulso no sentido de ocupar o Centro-Oeste brasileiro, e a pecuária foi incentivada a se deslocar para lá, tanto por causa do preço da terra, quanto pelos incentivos fiscais que o Governo ofereceu.

A partir da década de 1970, entra em cena o uso de embalagens plásticas descartáveis e sistemas aperfeiçoados de transporte refrigerado que permitiram a ampliação da distribuição em mercados inseridos em até 300/400 km das sedes das empresas. Também foi em meados dessa década que o Brasil passou a desenvolver o uso do álcool como combustível automotivo necessitando, para atender o mercado, de enormes áreas plantadas com cana. São Paulo, que sofria uma transição em sua área rural e passava da produção cafeeira para a pecuária, transformando os antigos cafezais em pastos foi sentindo a lenta, mas constante transferência do gado para as novas áreas no centro do país. Isso ajudou a ampliação dos canaviais existentes em solo paulista, concomitantemente com os incentivos para a produção do álcool combustível, vez que a maior frota automotiva estava aqui. Na década de 1980, começou a ser implantado pela indústria e a se popularizar o processamento longa vida, que deu às empresas condições sanitárias, técnicas e operacionais de atender mercados a milhares de quilômetros de distância da sua sede.

Gráfico 27: Evolução do processo industrial UHT



Fonte: EMBRAPA; wikienocooke, 2009; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

3.4 – Silvicultura

A Silvicultura é a ciência que se ocupa das atividades ligadas à implantação e regeneração de florestas. Visa desta forma o aproveitamento e manutenção racional das florestas, em função do interesse ecológico, científico, econômico e social. Segundo o IBGE, o setor florestal brasileiro conta com aproximadamente 530 milhões de hectares de florestas nativas, 43,5 milhões de hectares em unidades de conservação federal e 5 milhões de hectares de florestas plantadas com pinus, eucalipto e acácia-negra.

As florestas plantadas estão distribuídas estrategicamente, em sua maioria, nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, conforme pode ser observado por meio dos mapas apresentados. Essas florestas visam a garantia do suprimento de matéria-prima para as indústrias de papel e celulose, siderurgia a carvão vegetal, lenha, serrados, compensados, lâminas e painéis reconstituídos como aglomerados, chapas de fibras e MDF.

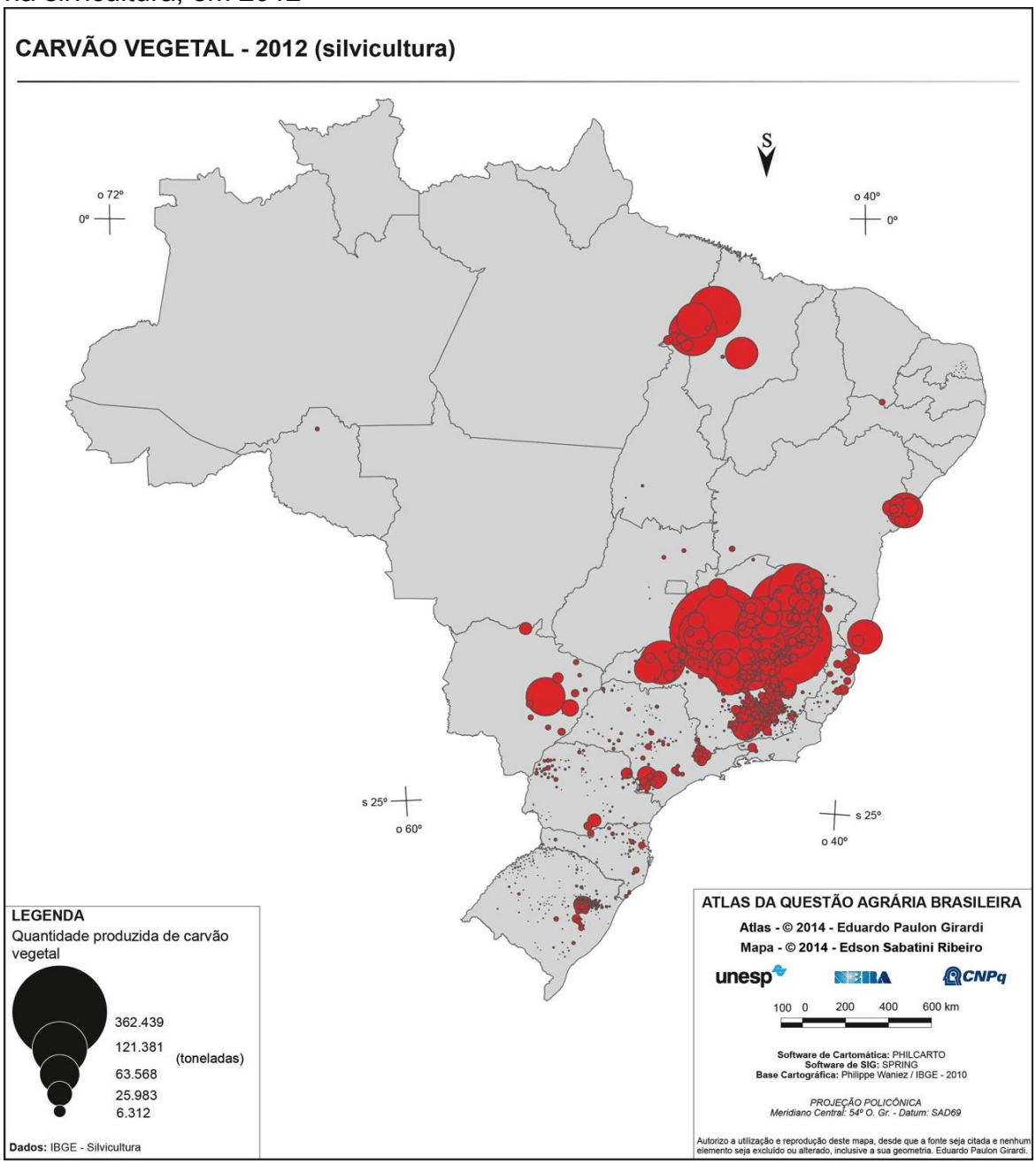
Apesar da participação das plantações florestais estarem aumentando em todos os segmentos em relação às florestas nativas, o setor acredita que com base nas expectativas de crescimento de demanda, haverá uma necessidade de plantio em torno de 630 mil hectares ao ano. Isso acende a luz vermelha do desmatamento das florestas naturais, que darão lugar às florestas replantadas, conhecidas como florestas sem vidas, devido à monocultura de espécies que impossibilitam a existência de um conjunto de seres vivos habitando esse ambiente ecológico, impossibilitando a estreita correspondência com suas características físicas, químicas e biológicas, conhecida como biota.

No entanto, é uma atividade que comtempla vasta gama de oportunidades, sejam elas desenvolvidas com plantações de espécies exóticas, ou com espécies nativas, às quais estão despertando os interesses de órgãos ambientalistas e governamentais, dada a possibilidade de sua exploração com vantagens econômicas.

O plantio de espécies florestais nativas, além de visar os aspectos socioeconômicos e de recuperação ambiental, desempenha relevante contribuição à conservação da biodiversidade. A implementação da

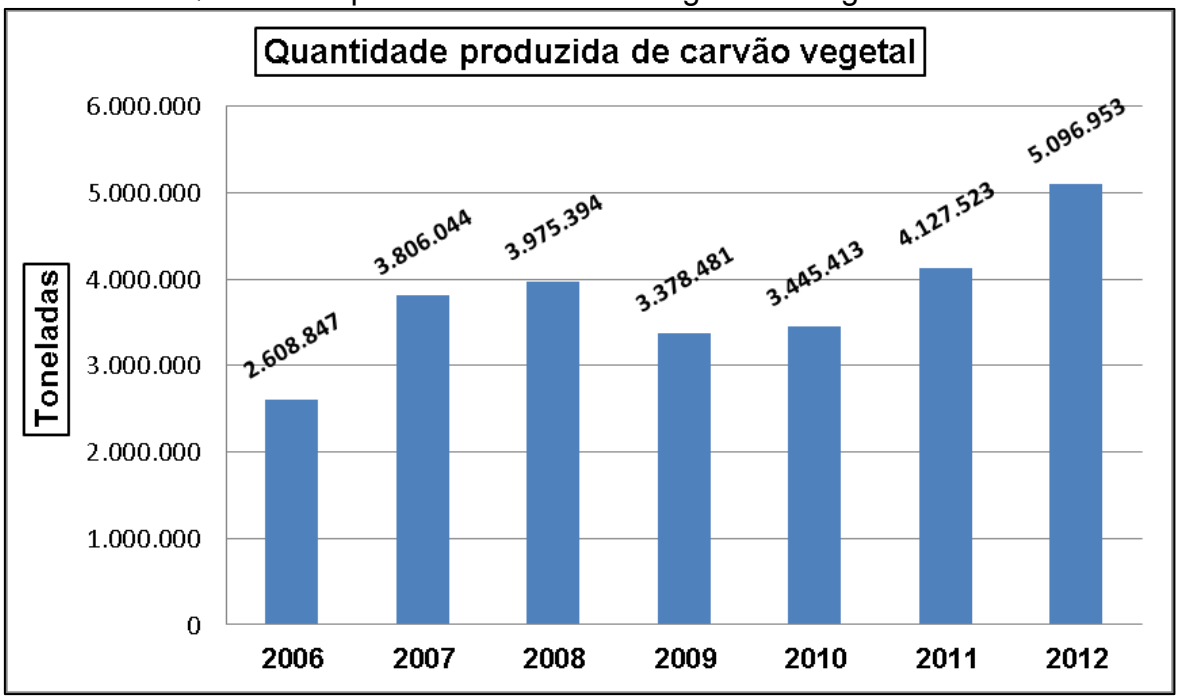
silvicultura com espécies nativas e dos sistemas agroflorestais proporcionará a conservação genética das espécies pelo uso produtivo. Isso resultará na ampliação da base genética à medida que a dinâmica florestal permite a ocorrência de interações eco fisiológicas e a evolução das espécies, mesmo que manejadas em plantações florestais (MMA, 2006).

Mapa 27 – Distribuição microrregional da produção de carvão vegetal com origem na silvicultura, em 2012



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012

Gráfico 28: Quantidade produzida de carvão vegetal de origem na silvicultura



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 28: Dez microrregiões maiores produtoras de carvão vegetal, na silvicultura (Toneladas)

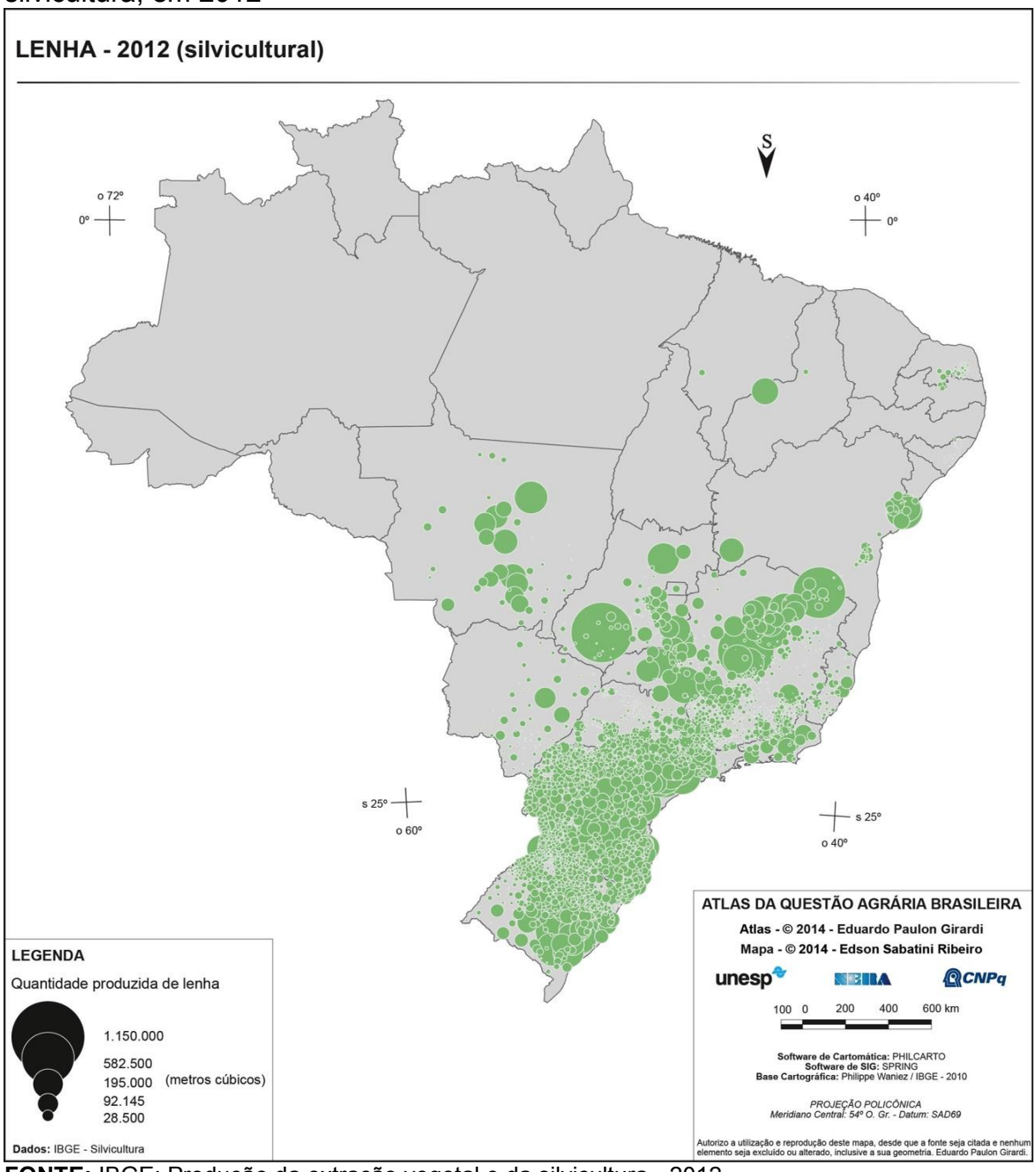
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Capelinha - MG	171.496	585.716	391.272	234.498	296.555	620.996	816.812
Paracatu - MG	146.997	231.493	247.273	303.978	335.349	597.467	631.594
Grão Mogol - MG	81.477	81.460	89.009	86.344	85.160	86.197	526.370
Bocaiúva - MG	97.214	94.780	85.883	83.808	82.170	82.898	363.540
Curvelo - MG	124.734	233.791	414.972	485.890	475.065	431.049	328.433
Pirapora - MG	492.928	629.708	152.994	398.874	297.944	217.151	269.823
Três Marias - MG	123.434	229.606	484.058	275.200	154.177	232.908	261.297
Salinas - MG	169.278	254.972	252.970	216.166	234.214	246.735	258.518
Imperatriz - MA	176.693	331.184	295.335	171.898	143.399	208.245	160.620
Bom Despacho - MG	78.125	98.610	177.152	139.601	160.341	156.459	136.141

FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

O Brasil é líder mundial absoluto na produção de aço usando carvão vegetal como agente redutor do minério de ferro, resultado das condições favoráveis existentes no país para a produção de biomassa. O segmento siderúrgico brasileiro, usuário de redutores bioenergéticos ou de seus derivados, demonstra crescimento expressivo na produção de aço a partir de carvão vegetal, o que pode ser observado pelo aumento de 61,4% do consumo de carvão vegetal originado de plantações florestais para produção de ferro gusa no país, no

período entre 2009 e 2012. Também é uma explicação para a concentração da produção em Minas Gerais, visto que há grandes siderúrgicas nesse estado.

Mapa 28 – Distribuição microrregional da produção de lenha com origem na silvicultura, em 2012



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012

Gráfico 29: Produção de Lenha com origem na silvicultura (M³)

FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 29: Dez microrregiões maiores produtoras de lenha, originária da silvicultura (M³)

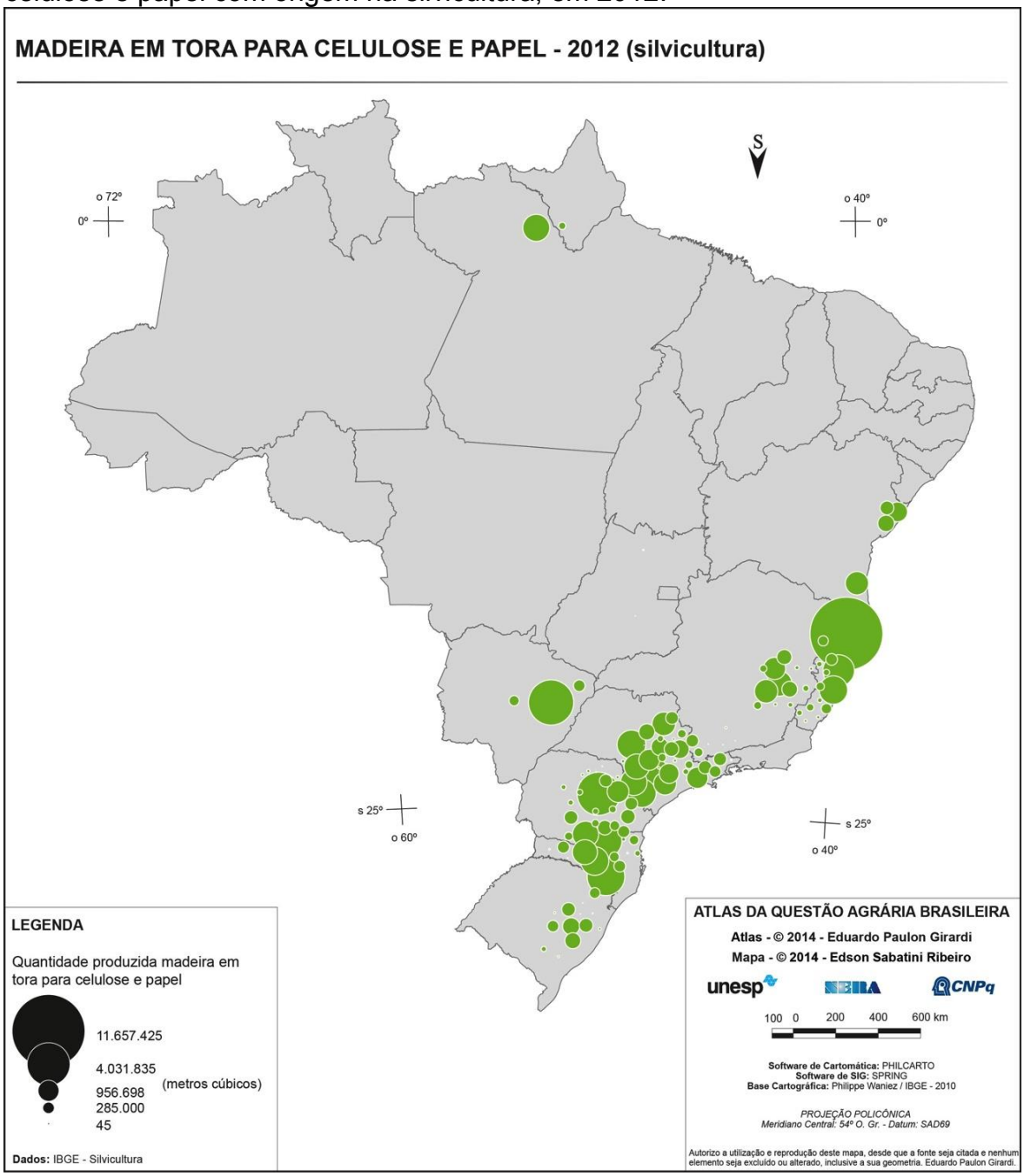
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Telêmaco Borba - PR	281.134	338.291	383.466	463.185	1.071.620	2.548.611	2.050.308
Lajeado-Estrela - RS	2.160.552	2.439.186	2.214.501	2.189.523	2.045.069	2.194.924	2.039.521
São Jerônimo - RS	1.837.783	1.824.270	2.099.391	1.286.227	1.698.825	1.576.700	1.831.024
Santa Cruz do Sul - RS	2.052.233	1.735.433	1.721.998	1.732.727	1.748.112	1.851.048	1.757.590
Canoinhas - SC	635.000	799.000	905.000	1.238.000	1.428.310	1.647.000	1.624.000
Wenceslau Braz - PR	67.088	83.583	82.543	82.330	1.891.745	1.388.210	1.523.047
Guaporé - RS	996.040	1.039.184	1.079.443	1.088.056	1.119.434	1.136.851	1.166.340
Curvelo - MG	169.079	376.907	300.129	272.163	421.569	956.207	1.057.042
Itapetininga - SP	1.000.222	1.055.070	1.048.580	1.049.855	1.109.650	1.050.320	1.024.850
Itapeva - SP	1.009.320	1.115.716	1.037.736	962.846	836.138	894.097	980.392

FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

A substituição da lenha do extrativismo pela lenha produzida na silvicultura, associada ao crescimento das indústrias de celulose e papel, cerâmicas, siderurgia a carvão vegetal e da agroindústria, entre outras, faz com que o volume consumido e a produção de lenha de árvores plantadas aumentem a cada ano. Entre 2002 e 2012, a produção de lenha cresceu a uma taxa de média anual de 1,2%. Em 2012, a produção atingiu 56,8 milhões m³, um aumento

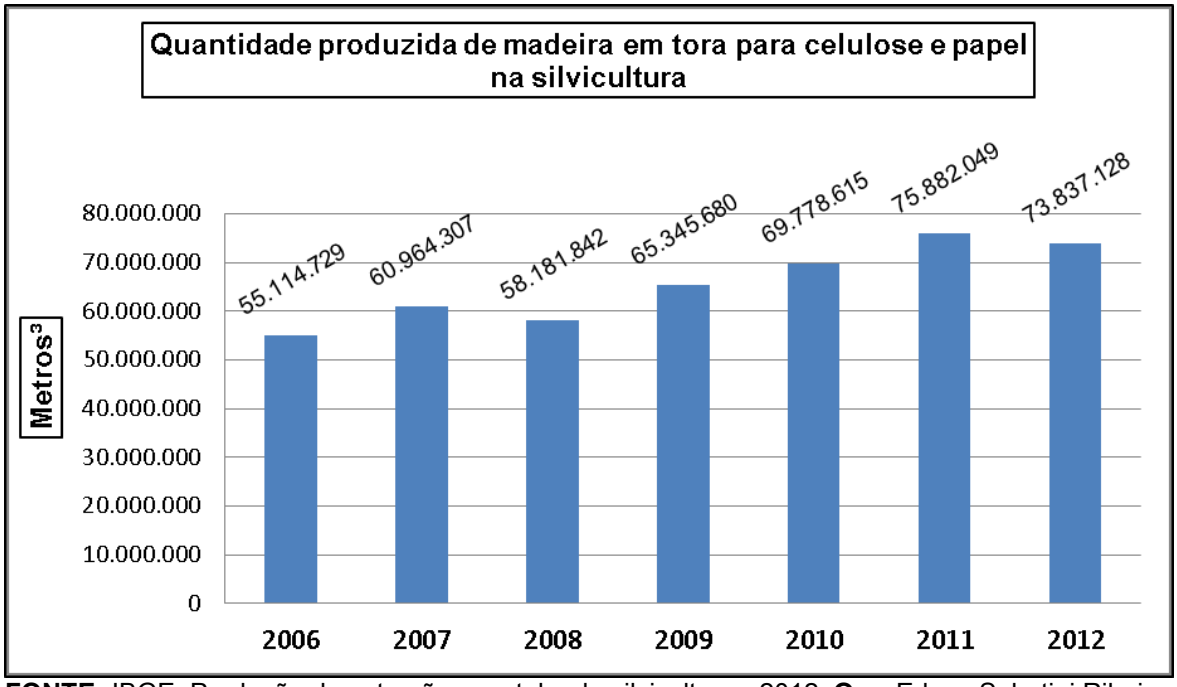
de 9,7% em relação ao ano de 2011. Os principais Estados produtores, em ordem decrescente, são: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais, que juntos respondem por 89,3% do total nacional, segundo o IBGE.

Mapa 29 – Distribuição microrregional da produção de madeira em tora para celulose e papel com origem na silvicultura, em 2012.



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012

Gráfico 30: Produção de madeira em tora para celulose e papel, com origem na silvicultura



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 30: Dez microrregiões maiores produtoras de madeira em tora para celulose e papel, originária da silvicultura (M³)

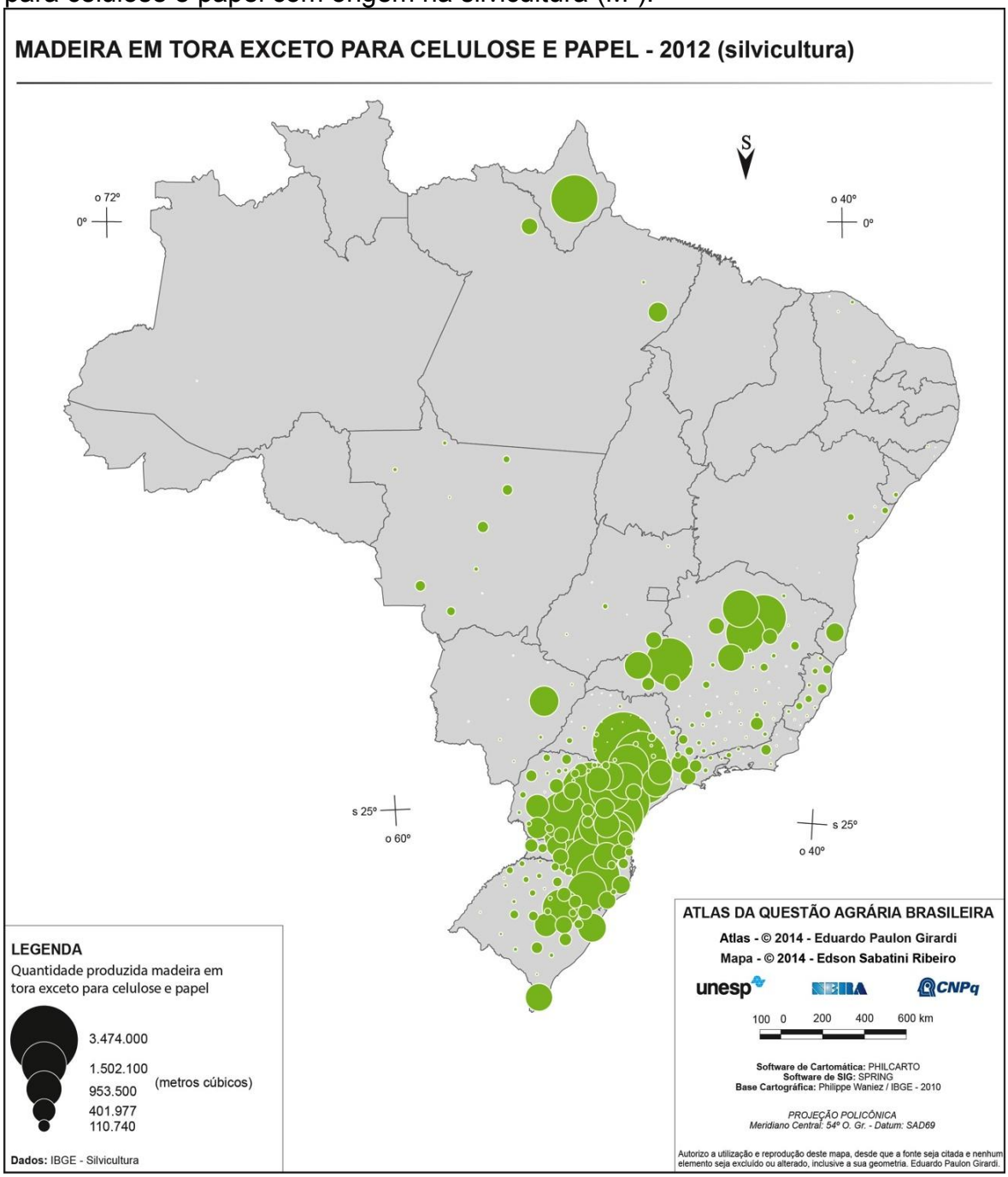
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Porto Seguro - BA	6.835.041	10.576.543	9.997.255	11.958.550	12.300.754	14.699.669	11.657.425
Três Lagoas - MS	181.685	57.232	85.848	2.867.507	2.636.786	4.372.201	4.445.777
Telêmaco Borba - PR	2.399.878	2.616.633	3.129.157	4.704.091	3.078.254	4.107.555	4.031.835
Campos de Lages - SC	1.663.850	1.633.380	2.064.489	2.468.590	2.958.750	3.410.100	3.087.600
Itapetininga - SP	3.907.419	3.660.990	3.235.480	3.227.180	3.370.750	3.046.480	2.913.790
Canoinhas - SC	1.546.000	1.938.000	1.664.000	2.243.000	2.574.000	2.351.000	2.467.000
São Mateus - ES	3.302.646	2.494.903	3.193.802	4.052.531	3.724.997	2.538.180	2.184.031
Bauru - SP	1.882.461	1.094.791	1.103.968	1.058.993	1.516.999	2.717.737	1.807.884
Capão Bonito - SP	1.467.250	1.292.300	1.216.500	1.149.870	1.241.365	1.355.700	1.785.850
Curitibanos - SC	1.442.400	1.346.200	1.233.200	1.183.900	1.522.382	1.485.700	1.779.450

FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

De um total de 146,8 milhões de metros cúbicos (m³) de madeira em tora produzidos no país, em 2012, 89,8% são provenientes da silvicultura. Em 2012, a produção de madeira em tora originada da silvicultura destinada a papel e celulose contribuiu com 56% no total nacional. Quando comparado a 2011, o número mostra aumento de cerca de 180 mil hectares. As áreas plantadas com eucalipto ocupam 70,8% desse total, em seguida aparece o pinus (22%) Os

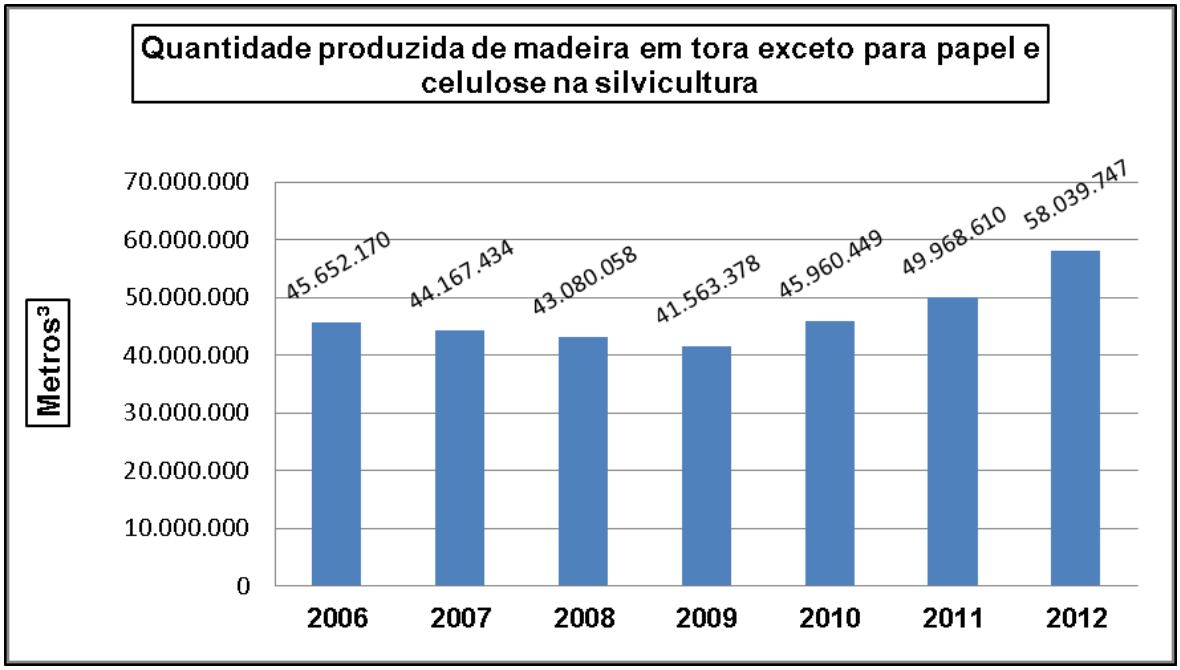
plantios de eucalipto e pinus estão concentrados em Minas Gerais, São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina, na Bahia e em Mato Grosso do Sul.

Mapa 30 – Distribuição microrregional da produção de madeira em tora exceto para celulose e papel com origem na silvicultura (M³).



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012

Gráfico 31: Produção de madeira em tora para outras finalidades, com origem na silvicultura



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 31: Dez microrregiões maiores produtoras de madeira em tora exceto para celulose e papel, originário da silvicultura (M³).

NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Joaçaba - SC	3.263.800	3.321.850	3.046.900	965.500	1.970.500	3.392.000	3.474.000
Aquidauana - MS	2.145.312	2.236.460	2.049.557	2.109.202	2.133.736	2.660.197	2.855.535
Três Lagoas - MS	2.134.056	2.321.894	1.503.215	1.775.015	1.896.019	2.274.649	2.677.639
Fred. Westphalen - RS	2.342.842	2.247.890	2.358.990	2.362.120	2.565.480	2.695.790	2.674.290
Ribeirão Preto - SP	759.061	1.921.500	1.926.440	1.885.820	1.890.000	2.030.207	2.125.212
Andradina - SP	905.301	890.708	864.378	932.261	1.138.539	1.198.937	2.120.888
Sorocaba - SP	2.459.480	2.358.670	1.564.590	1.555.470	1.955.138	2.041.072	1.963.828
Almeirim - PA	1.152.293	935.374	1.067.958	1.202.375	1.193.772	1.212.945	1.728.980
Moji Mirim - SP	1.448.800	1.515.000	1.522.000	1.501.000	1.700.000	1.657.000	1.687.000
Juruá - AM	171.808	272.356	447.401	1.400.357	1.170.579	1.200.616	1.667.315

FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Em 2012 foram produzidas no Brasil 58.041.847 m³ de madeira em tora para outras finalidades, com alta de 16,2% em relação a 2011. O Paraná contribuiu com 19.191.900 m³ (33,1% do total), São Paulo (11.900.773 m³), Santa Catarina (9.648.887 m³), Minas Gerais (7.768.014 m³) e Rio Grande do Sul (5.276.105 m³), Itapetininga (1.810.320 m³) e Botucatu (1.196.306 m³) em São Paulo; Porto Grande, no Amapá (1.648.911 m³); Telêmaco Borba (1.531.989 m³),

General Carneiro (1.360.000 m³) no Paraná e Estrela do Sul (1.400.00 m³) em Minas Gerais são os seis maiores municípios produtores.

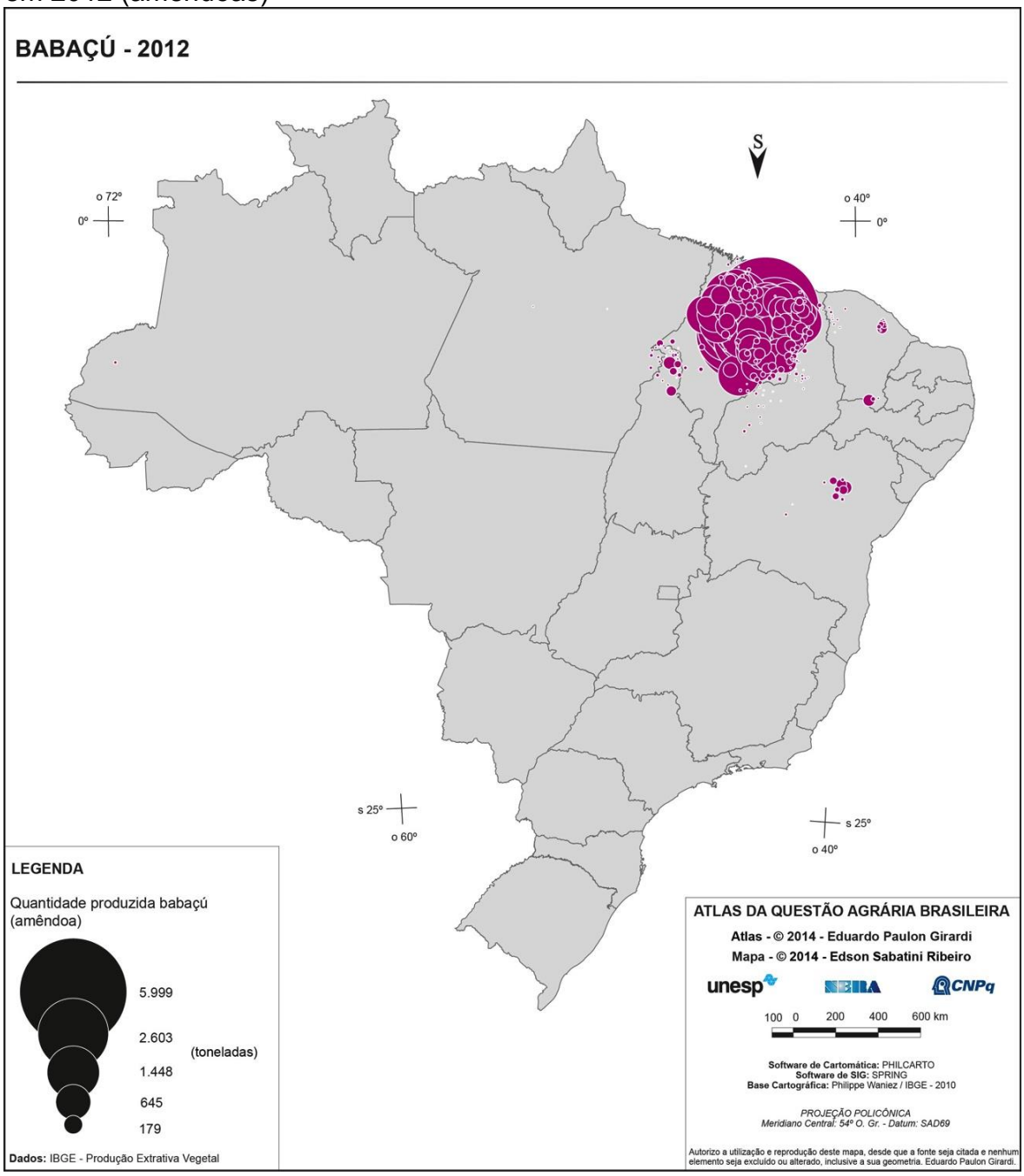
3.5 - Extração vegetal

Extrativismo é a atividade de extrair da natureza os recursos que está à disposição do homem sejam estes produtos de origem animal, vegetal ou mineral. É considerada a mais antiga atividade humana, antecedendo a agricultura, a pecuária e a indústria. O extrativismo é praticado mundialmente através dos tempos por todas as sociedades.

Existem três tipos de extrativismo, sendo eles o extrativismo animal: pesca e caça; extrativismo vegetal, onde há a simples extração de produtos vegetais que não foram cultivados pelo homem, como madeira, óleos, frutos, borracha, entre outros; extrativismo mineral, que é a extração dos minerais úteis que existem na crosta terrestre, como o ferro, o alumínio, o cobre e muitos outros. O extrativismo mineral também recebe o nome de mineração.

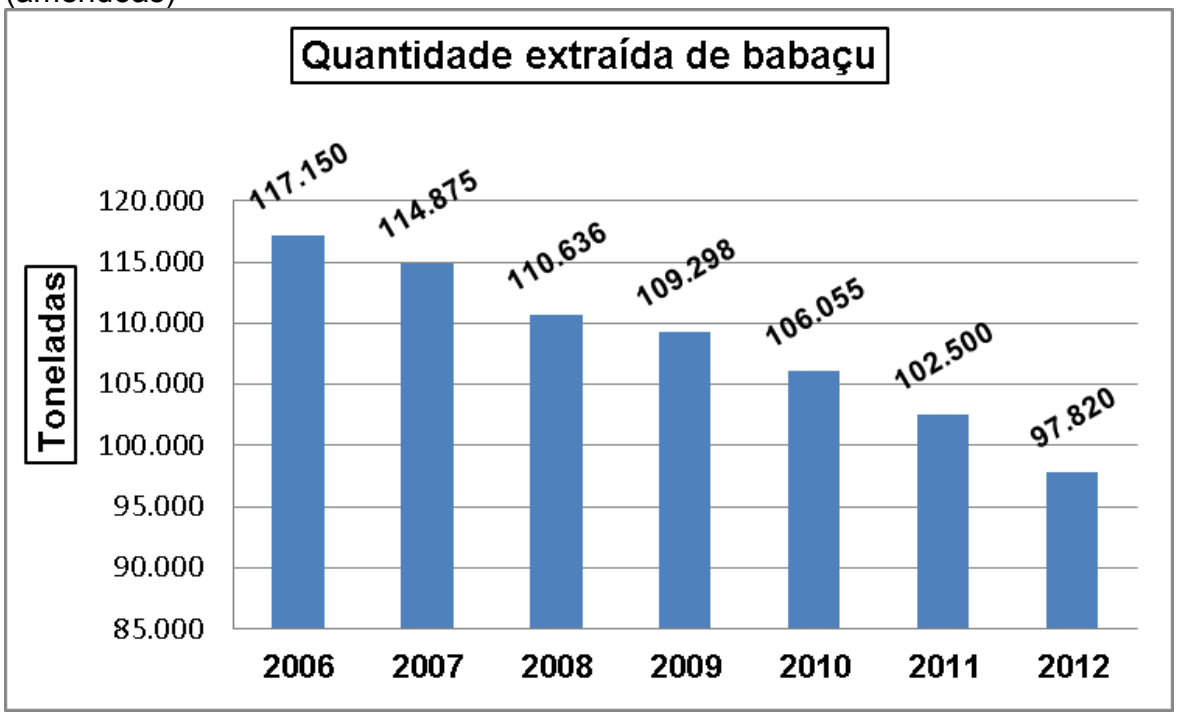
Não se pode confundir extrativismo vegetal com agricultura. No extrativismo, o homem somente coleta os recursos que a natureza lhe proporciona; na agricultura, o homem faz a colheita daquilo que plantou e cultivou. O extrativismo vegetal também é chamado de coleta vegetal e a grande luta dos agricultores que sobrevivem dessa atividade econômica, é proteger as florestas e mantê-las em pé.

Mapa 31 – Quantidade produzida de babaçu, com origem na extração vegetal em 2012 (amêndoas)



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura – 2012.

Gráfico 32: Quantidade produzida de babaçu, com origem na extração vegetal (amêndoas)



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 32: Dez microrregiões maiores produtoras de babaçu, originário da extração vegetal (amêndoas) (Toneladas)

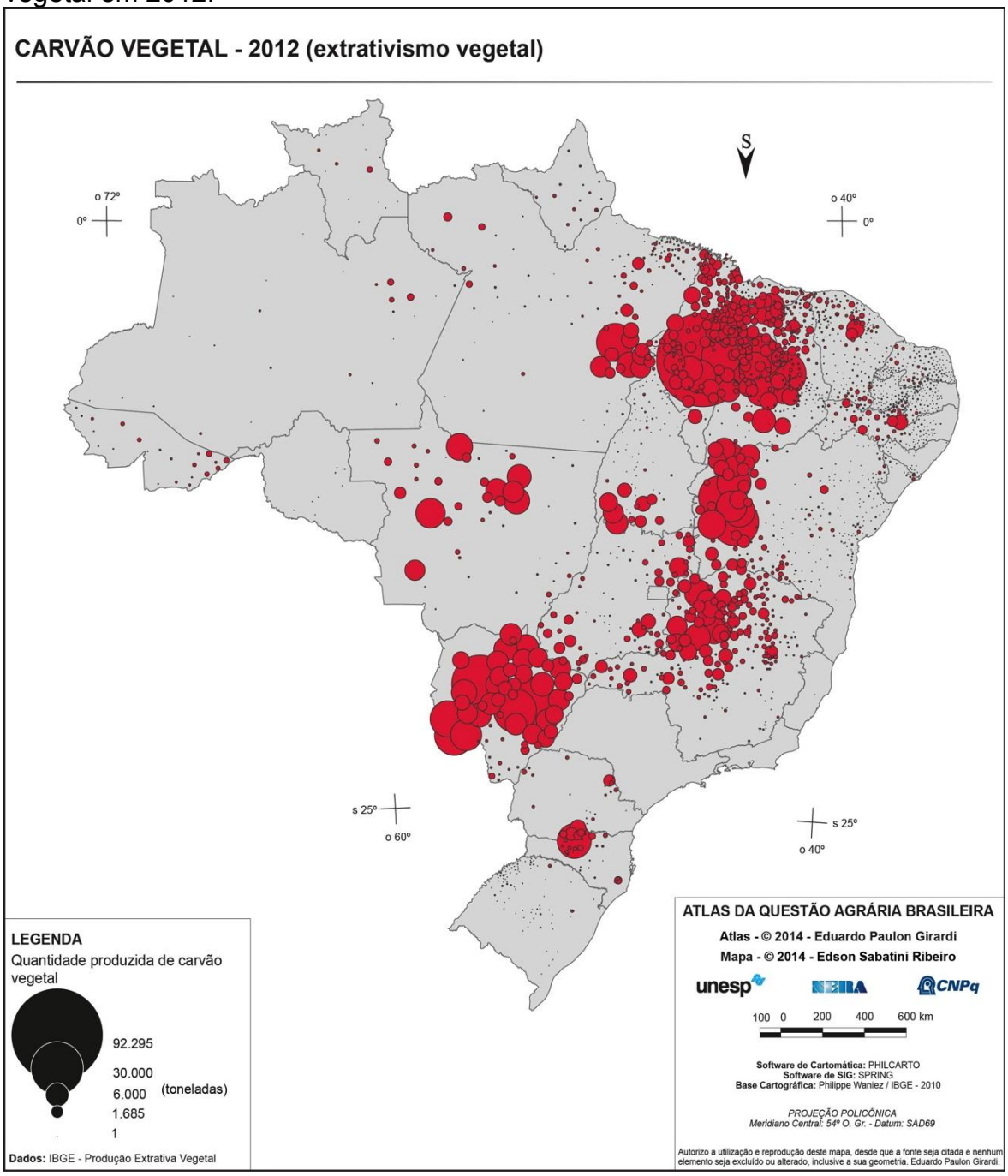
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Médio Mearim - MA	37.213	37.467	38.125	38.076	37.712	37.138	34.938
Pindaré - MA	15.273	14.187	13.281	12.891	12.244	11.809	11.667
Baixada Maranhense - MA	13.550	13.314	12.390	11.943	11.188	10.489	9.742
Itapecuru Mirim - MA	9.633	9.214	8.790	8.893	8.983	9.051	9.100
Codó - MA	11.622	11.479	10.966	10.418	9.818	9.291	8.782
Chapadinha - MA	7.240	6.957	5.312	5.048	4.969	4.931	4.982
Baixo Parnaíba Piauiense - PI	3.398	3.350	3.390	3.547	3.438	3.326	3.500
Presidente Dutra - MA	4.517	4.507	4.446	4.542	3.919	3.606	3.476
Caxias - MA	4.128	4.431	4.263	4.069	3.890	3.437	3.047
Alto Mearim e Grajaú - MA	2.183	2.208	2.214	2.227	2.264	2.267	2.113

FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

A produção total de amêndoas de babaçu em 2012 foi de 97.818 toneladas e caiu 4,6% em relação a 2011. O Maranhão é o maior produtor e concentra 93,9% da produção nacional. Essa atividade vem decaindo nos últimos anos. Deixou-se de coletar babaçu para a produção de óleo e, em alguns

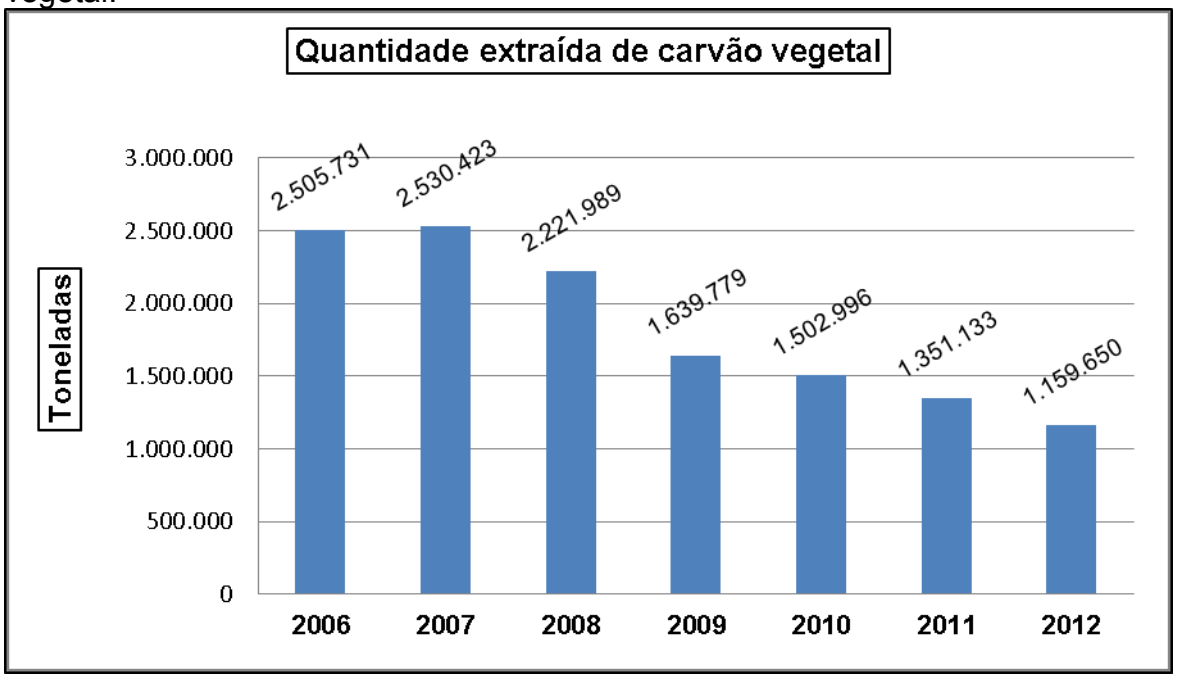
municípios, o produto é utilizado em fornos de cerâmicas e indústrias. O principal município produtor é Vargem Grande (MA).

Mapa 32 - Quantidade produzida de carvão vegetal, com origem na extração vegetal em 2012.



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura – 2012.

Gráfico 33: Quantidade extraída de carvão vegetal, com origem na extração vegetal.



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 33: Dez microrregiões maiores produtoras de carvão vegetal, originário da extração vegetal (Toneladas).

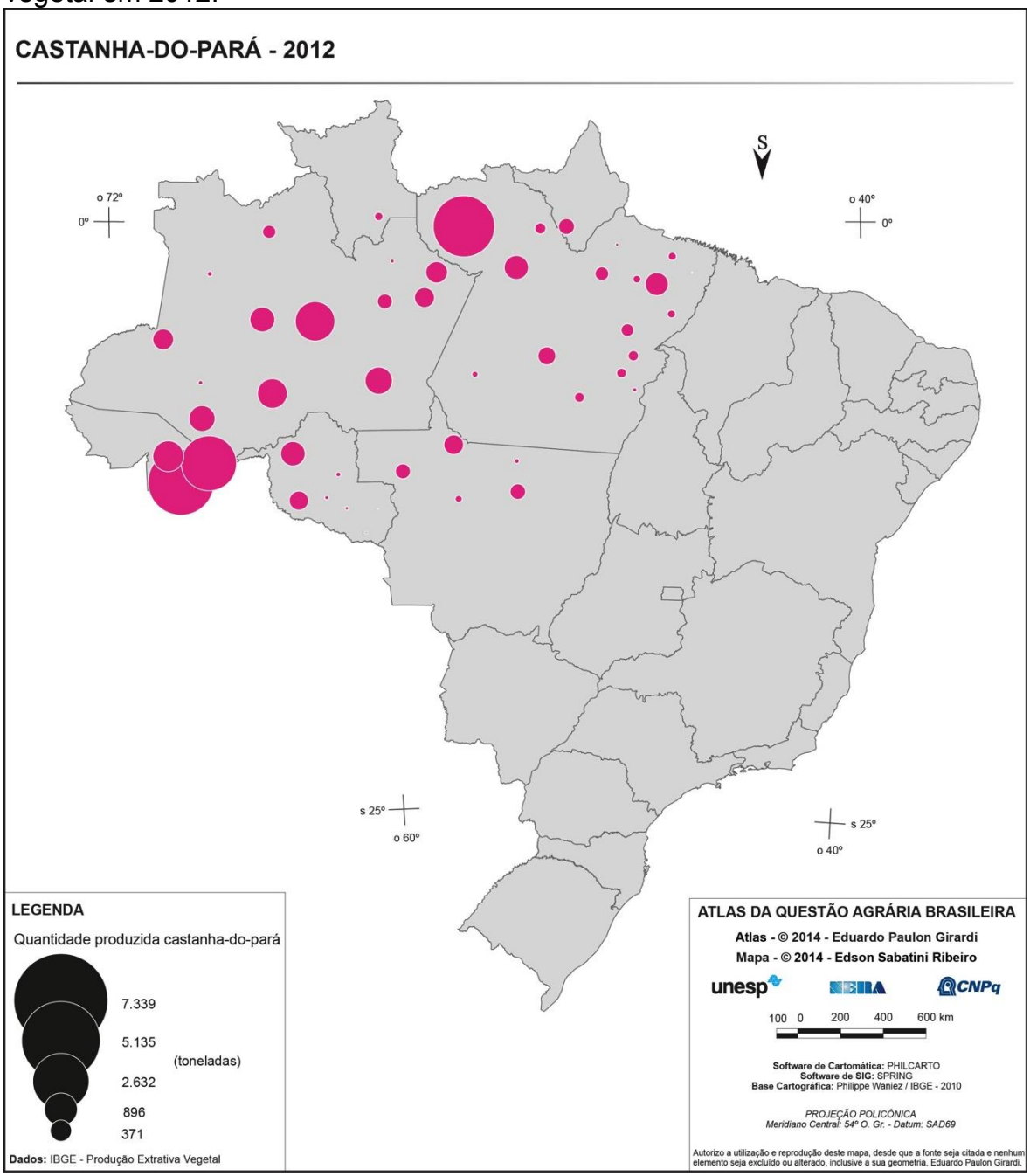
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Alto Mearim e Grajaú - MA	110.622	156.092	148.444	126.729	114.350	119.891	133.130
Barreiras - BA	151.242	18.832	69.080	64.096	58.560	54.059	53.780
Caxias - MA	5.101	38.755	31.864	27.408	24.925	32.784	51.997
Três Lagoas - MS	227.258	139.650	94.019	70.092	62.364	119.152	49.631
Aquidauana - MS	41.777	37.387	74.630	41.200	40.728	41.800	48.000
Bodoquena - MS	43.197	32.250	50.101	32.200	43.100	38.500	40.508
Cotegipe - BA	15.919	4.741	51.346	47.288	43.000	40.094	39.244
Campo Grande - MS	64.322	78.200	53.635	42.501	38.500	48.136	37.500
Alto Taquari - MS	85.951	59.869	72.000	54.000	34.800	41.500	34.000
Chapadas do Extremo Sul Piauiense - PI	1.453	22.398	22.182	5.901	33.457	40.358	27.642

FONTE: IBGE: Extração vegetal; Org. Ribeiro, E.S.

Em 2012, a quantidade de carvão vegetal obtida do extrativismo vegetal no país chegou a 1,1 milhões de toneladas. A produção do estado do Maranhão foi de 346,2 mil toneladas e de Mato Grosso do Sul de 259,6 mil toneladas, participando com 52,2% na produção nacional. O Piauí, Minas Gerais e a Bahia registraram produção superior a 100 mil toneladas. A tendência de queda na

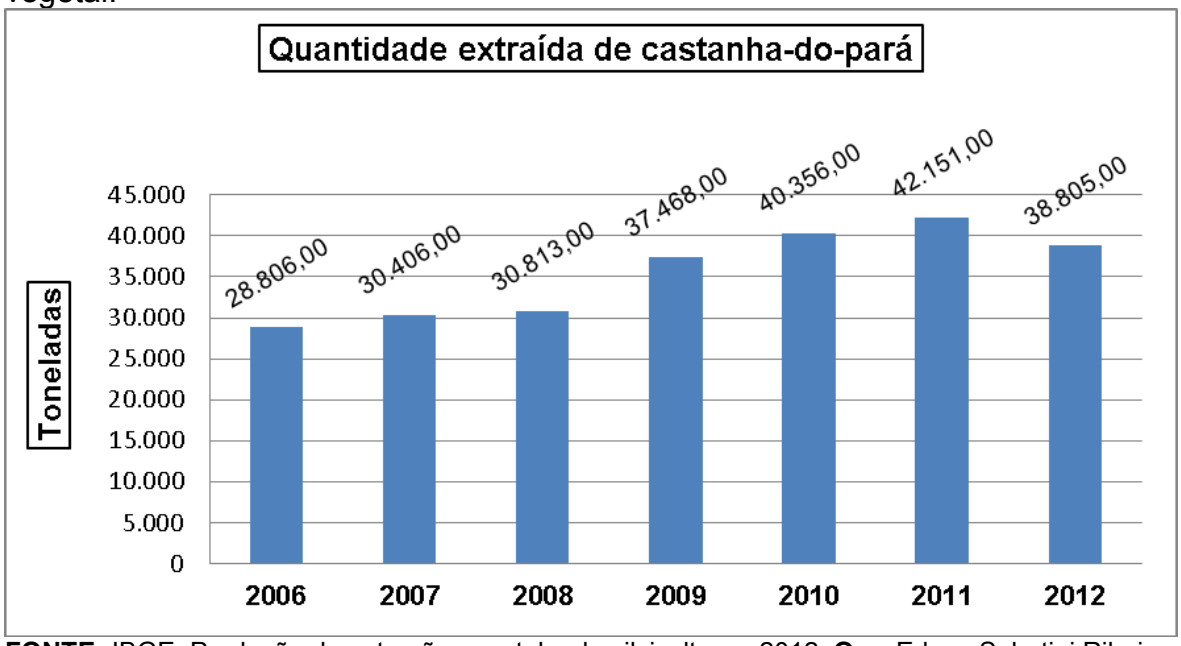
produção extrativista de carvão vegetal (-14,2%) se manteve, e uma das possibilidades apontadas foi devido à fiscalização e à crescente oferta de carvão e lenha provenientes de florestas plantadas: a produção de carvão vegetal da silvicultura de 5.097.809 de toneladas cresceu 23,5%, enquanto a de lenha com essa origem (56.761.788 m³) cresceu 9,7% em relação a 2011, mas a produção de carvão no extrativismo teve queda de 14,91% em relação à 2011.

Mapa 33 - Quantidade extraída de castanha-do-pará, com origem na extração vegetal em 2012.



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura – 2012.

Gráfico 34: Quantidade produzida de castanha-do-pará, com origem na extração vegetal.



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

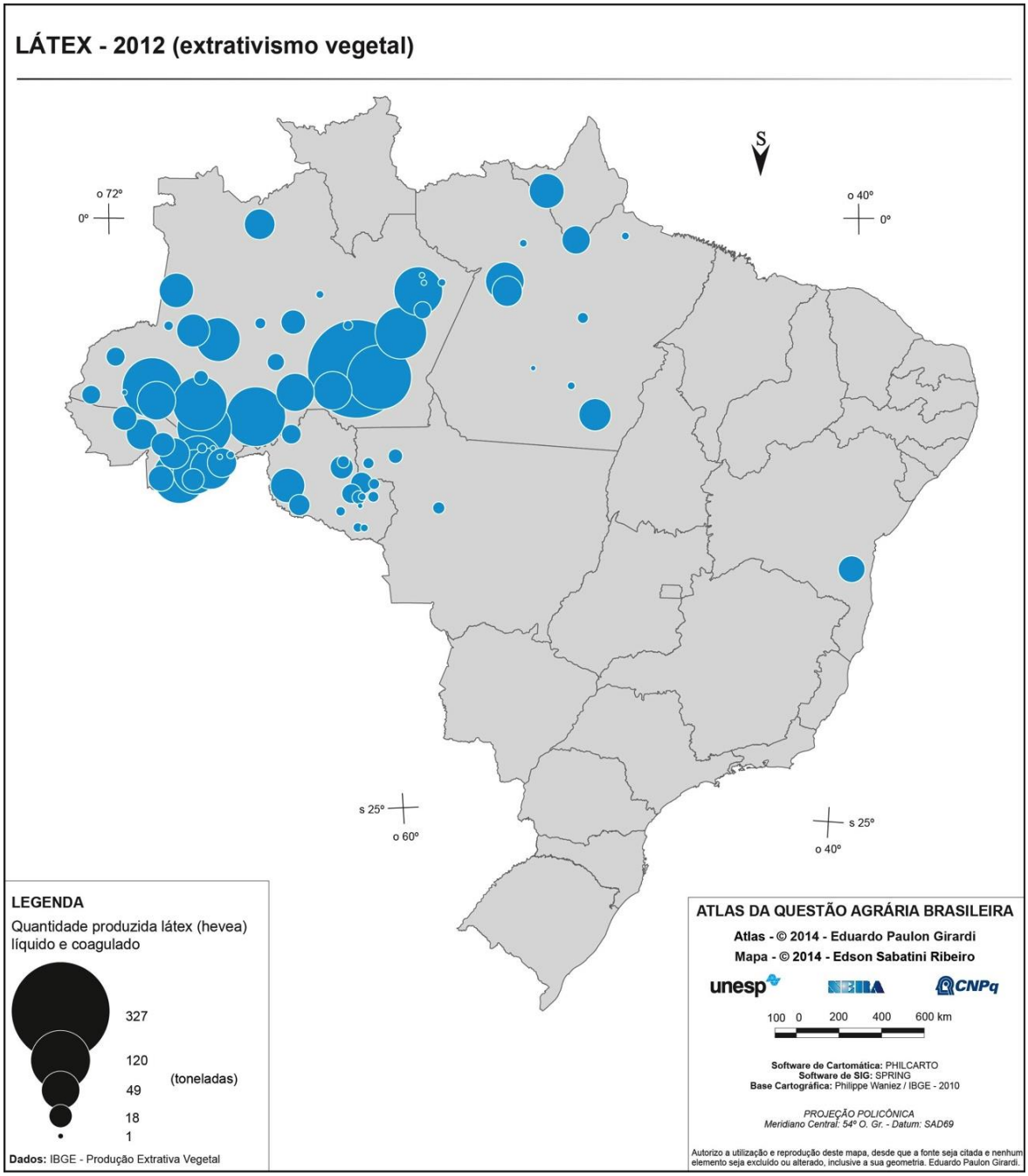
Tabela 34: Dez microrregiões maiores produtoras de castanha-do-pará, originária da extração vegetal (Toneladas).

NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brasiléia - AC	4.116	4.309	5.003	4.441	6.525	6.832	7.339
Óbidos - PA	1.915	3.550	2.268	3.175	4.344	3.307	6.358
Rio Branco - AC	4.212	4.171	4.579	4.049	4.453	5.228	5.135
Coari - AM	437	517	531	7.445	7.092	6.660	2.632
Sena Madureira - AC	1.889	1.897	1.939	1.822	1.384	1.975	1.614
Purus - AM	1.885	1.306	1.345	1.372	1.455	1.384	1.494
Madeira - AM	2.547	2.624	2.711	2.422	2.550	1.917	1.244
Boca do Acre - AM	932	960	998	1.010	1.290	1.280	1.140
Tefé - AM	1.913	1.970	1.966	2.025	1.453	1.270	1.035
Porto Velho - RO	2.319	1.711	1.565	1.724	1.431	1.024	1.008

FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

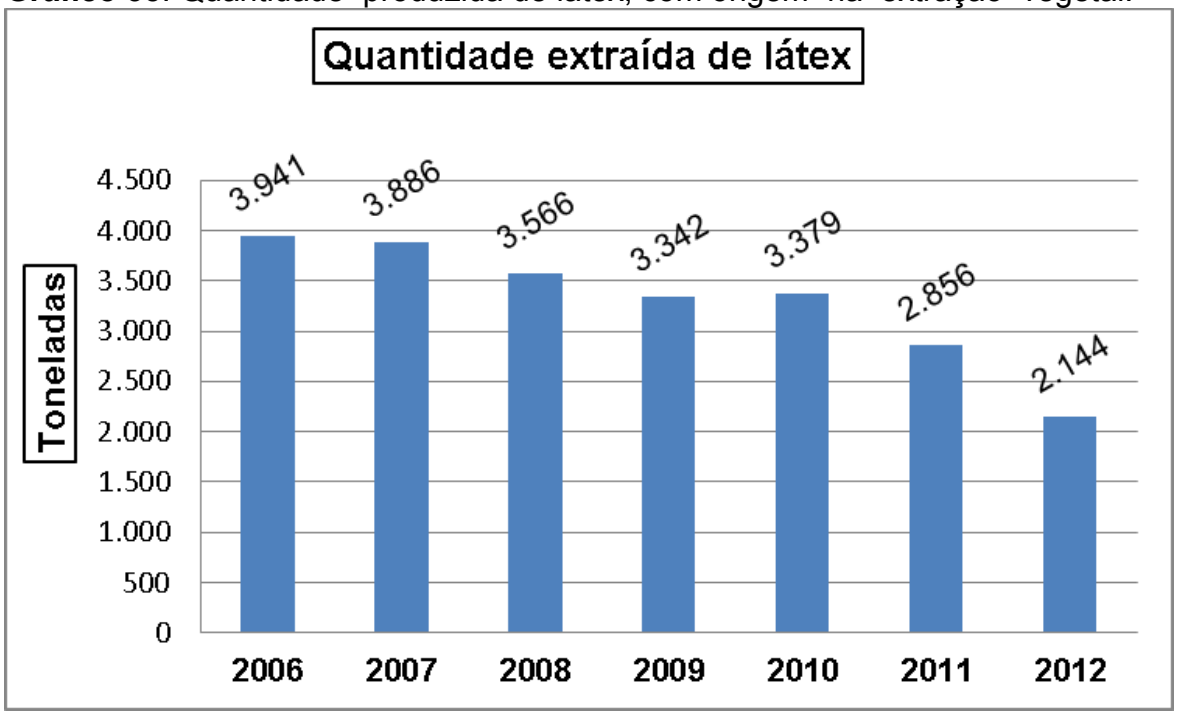
Em 2012, a produção de castanha-do-pará foi de 38.805 toneladas. A baixa produtividade no Amazonas e os baixos preços em Rondônia foram os principais motivos da queda de 7,9% em relação a 2011. Os principais estados produtores foram Acre com 14.088 t, Amazonas com 10.478 t e Pará com 10.449 t. O município líder é Brasiléia, no Acre, com 4.169 t.

Mapa 34 - Quantidade produzida de látex, com origem na extração vegetal em 2012.



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura – 2012.

Gráfico 35: Quantidade produzida de látex, com origem na extração vegetal.



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 35: Dez microrregiões maiores produtoras de látex, originário da extração vegetal (coagulado e líquido) (Toneladas).

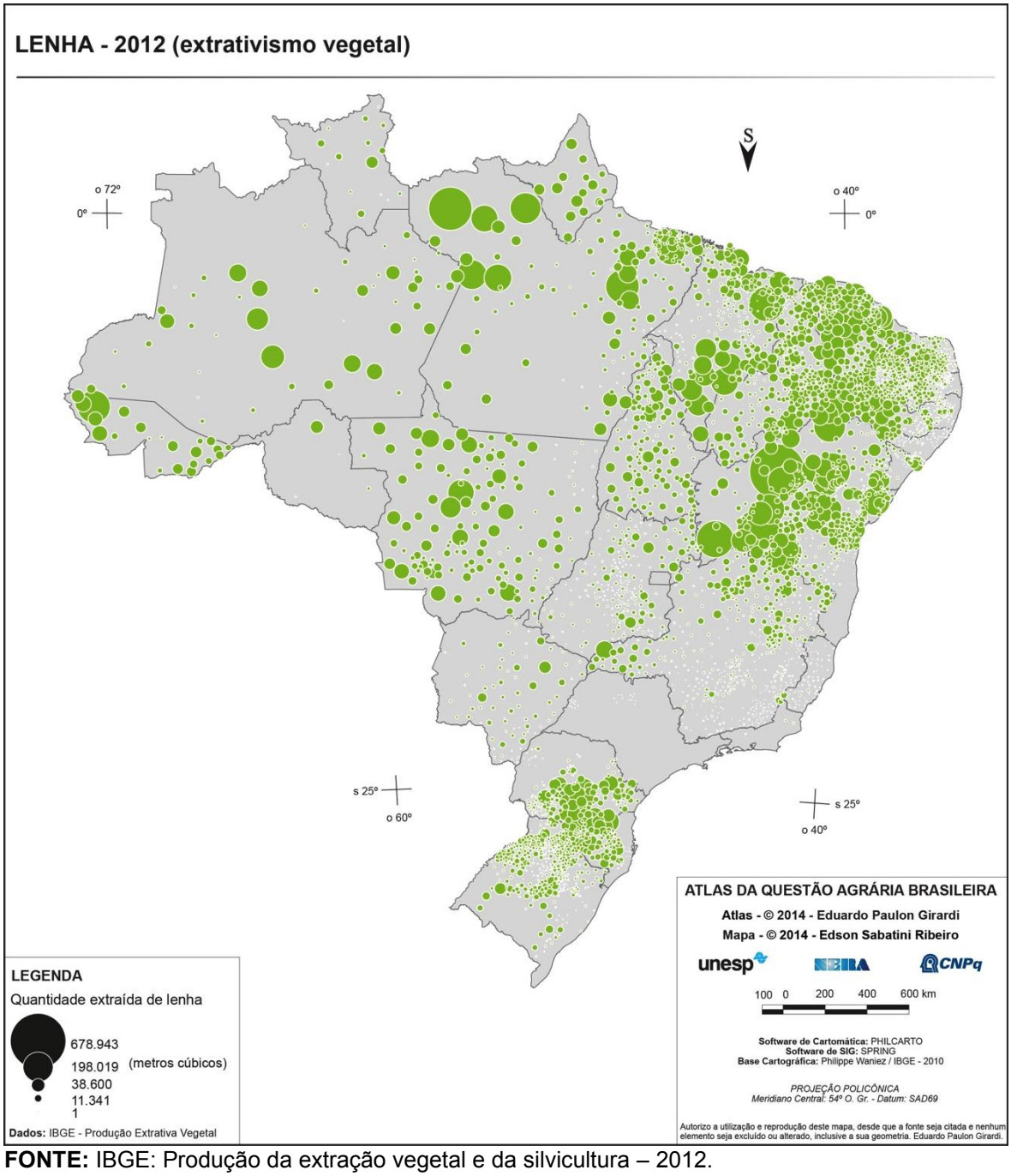
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Madeira - AM	916	944	962	979	872	620	607
Juruá - AM	142	145	146	151	223	311	255
Boca do Acre - AM	359	369	381	385	405	439	200
Brasiléia - AC	421	452	239	204	315	312	200
Purus - AM	490	504	520	526	501	298	179
Rio Branco - AC	570	229	114	96	139	199	166
Itacoatiara - AM	5	6	6	6	160	153	94
Alto Solimões - AM	2	2	2	2	45	95	92
Santarém - PA	165	164	81	79	75	8	83
Mazagão - AP	69	83	71	69	76	65	68

FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Em um ano, o preço internacional pago pelo quilo do látex caiu 42% devido à super oferta do produto no mercado internacional. O látex produzido na Ásia mais que dobrou de volume, o que derrubou os preços internacionais. A produção extrativista do látex também enfrenta a concorrência interna exercida pela silvicultura praticada no sudeste, com grandes plantações e aumento da

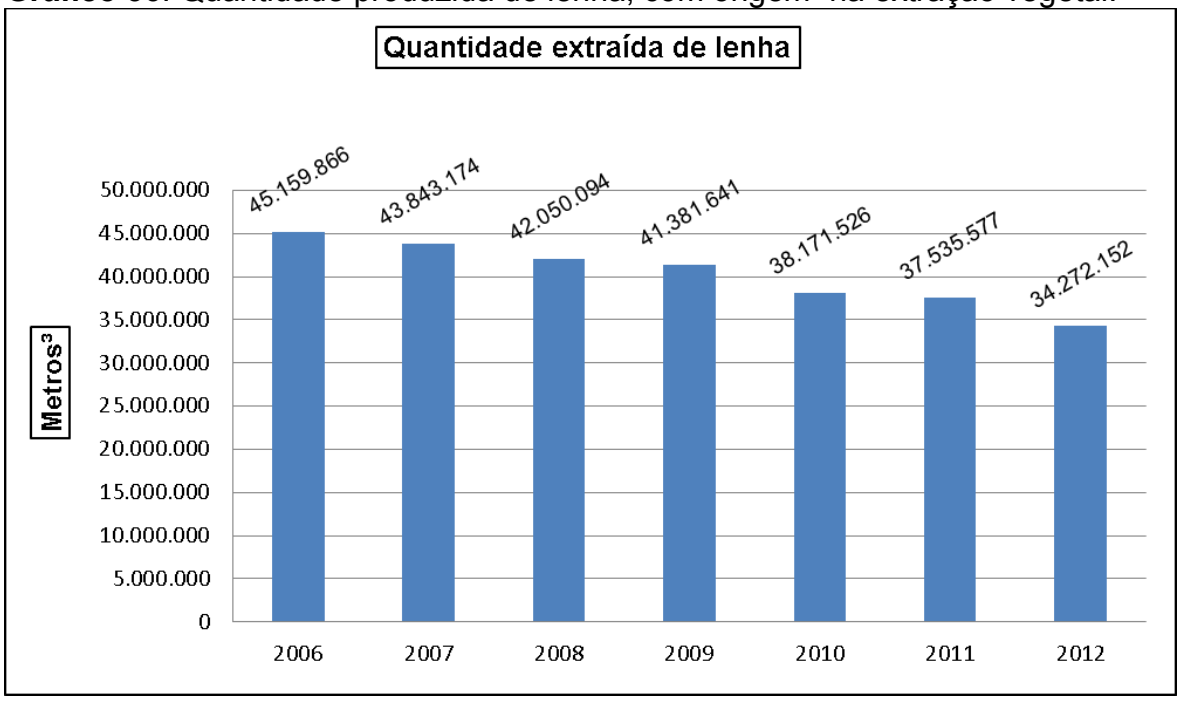
produção. Além desses fatores, há que se considerar a derrubada da mata amazônica como uma variante importante e inibidora da produção.

Mapa 35 - Quantidade produzida de lenha, com origem na extração vegetal em 2012



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura – 2012.

Gráfico 36: Quantidade produzida de lenha, com origem na extração vegetal.



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 36: Dez microrregiões maiores produtoras de lenha, originária da extração vegetal (M³)

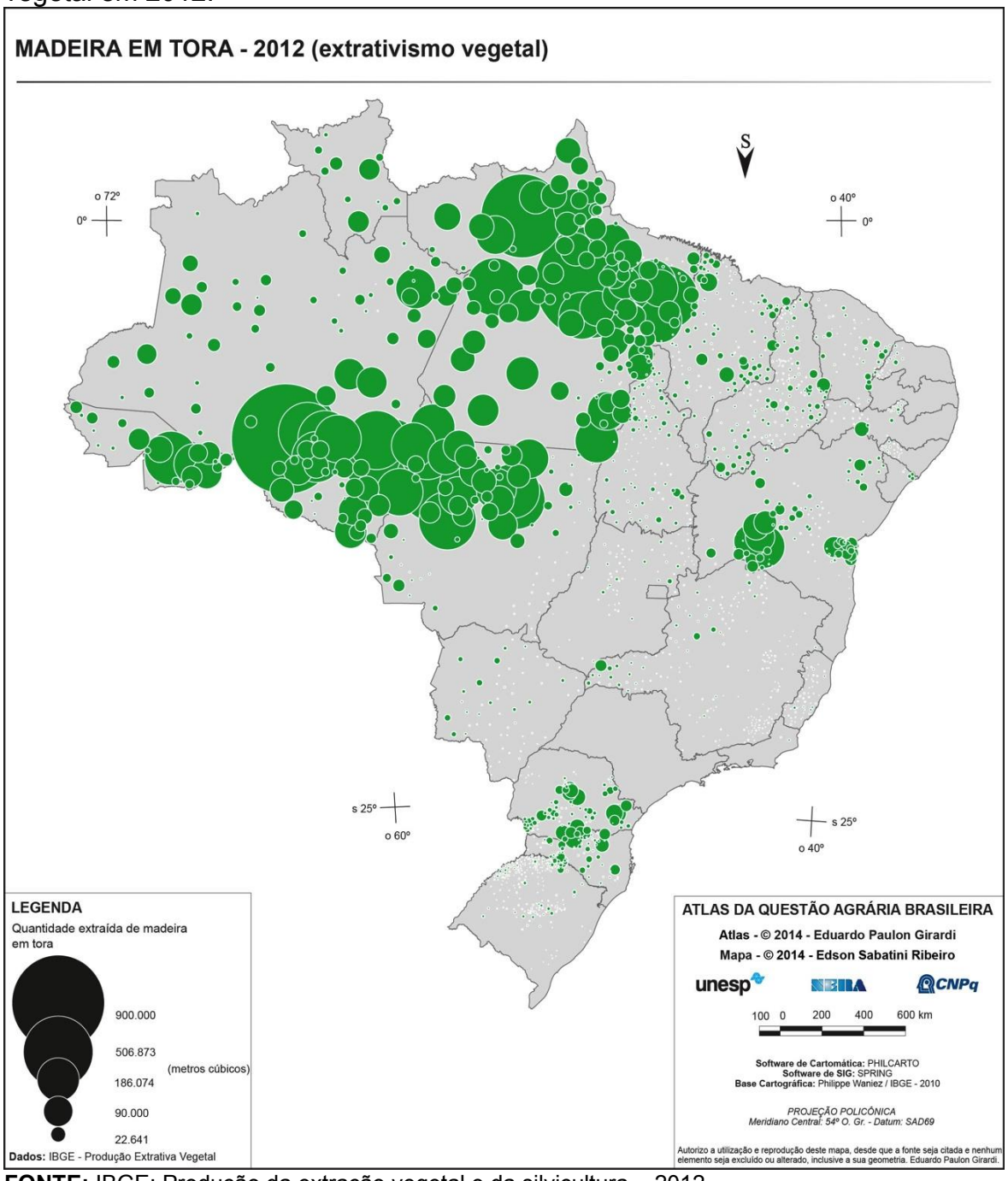
NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Guanambi - BA	2.198.317	1.954.791	1.919.902	1.808.005	1.712.612	1.730.374	1.342.845
Bom Jesus da Lapa - BA	2.127.740	2.113.123	2.109.118	2.102.651	2.085.918	2.124.116	1.004.113
Jacobina - BA	840.946	875.116	848.634	836.609	933.346	940.902	952.365
Óbidos - PA	761.200	826.000	776.800	716.970	762.835	832.222	841.341
Barra - BA	767.984	772.990	776.468	782.985	785.516	780.458	780.096
Araripina - PE	317.765	303.920	591.270	540.300	769.800	802.000	729.100
Canoinhas - SC	909.000	861.000	729.000	681.000	660.886	605.500	614.800
Cametá - PA	558.986	532.564	548.283	547.087	569.459	577.837	557.500
Cruzeiro do Sul - AC	380.608	388.355	405.363	404.400	418.781	430.815	436.320
Alto Médio Canindé - PI	346.257	357.998	366.955	359.072	365.330	387.626	435.262

FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Foram extraídos das matas nativas 34.313 637 m³ de lenha em 2012, 8,7% a menos que em 2011. Um dos possíveis fatores para a queda observada nesta atividade foi a intensificação da fiscalização em liberar o corte. A Bahia (7.257.950 m³) foi o maior produtor, com Ceará (3.855.195 m³), Pará (3.150.592 m³), Maranhão (2.764.706 m³), Pernambuco (2.170.136 m³) e Mato Grosso (2.168.714 m³) a seguir. Juntos, os seis estados produziram 62,3% do total nacional. Xique-Xique (BA) foi o município líder. Entre os 20 principais municípios

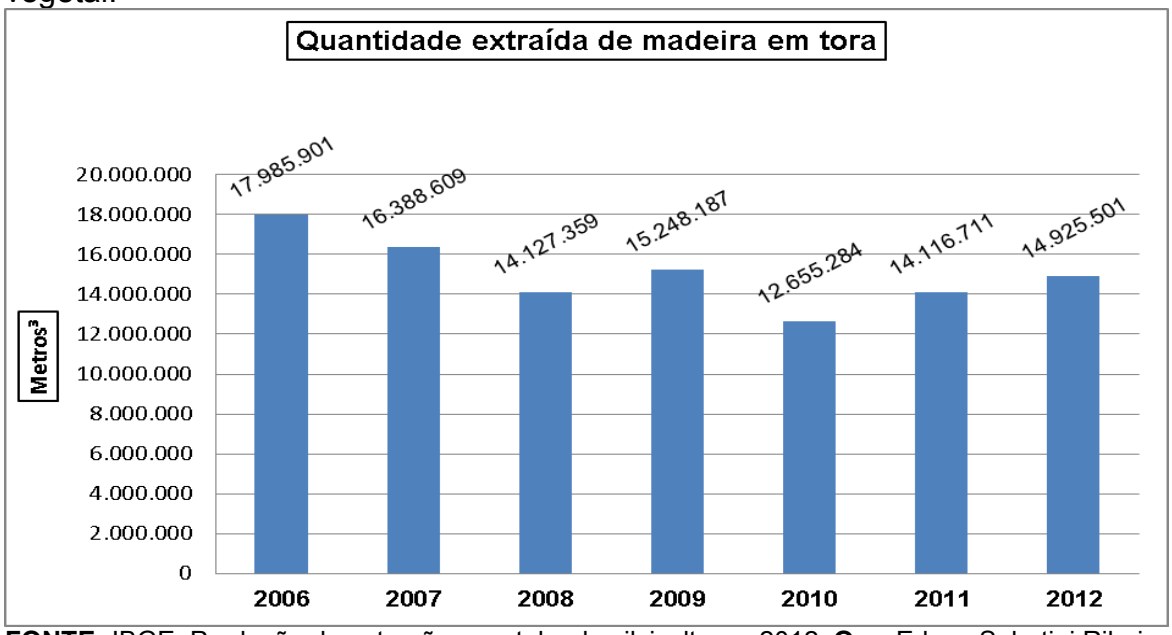
produtores, nove estão na Bahia, cinco no Pará, quatro em Pernambuco, um no Acre e um no Maranhão.

Mapa 36: Quantidade produzida de madeira em tora, com origem na extração vegetal em 2012.



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura – 2012.

Gráfico 37: Quantidade produzida madeira em tora, com origem na extração vegetal.



FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Tabela 37: Dez microrregiões maiores produtoras de madeira em tora, originário da extração vegetal (M³).

NOME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Porto Velho - RO	395.587	370.860	291.670	672.309	808.976	860.999	1.444.780
Aripuanã - MT	851.761	658.053	493.945	1.128.748	504.734	519.627	1.171.884
Arinos - MT	415.413	316.065	201.398	1.013.982	578.688	670.379	1.065.048
Portel - PA	1.316.234	1.277.400	965.500	801.200	713.080	732.418	1.022.966
Sinop - MT	457.491	395.564	361.489	766.227	283.202	339.377	771.958
Alta Floresta - MT	93.226	84.709	81.319	612.215	361.285	259.750	596.700
Paragominas - PA	1.806.685	1.465.400	1.284.801	817.240	747.719	644.537	547.315
Almeirim - PA	782.481	767.669	700.980	548.484	504.620	527.035	538.478
Altamira - PA	437.836	645.631	649.271	607.042	850.731	669.709	488.269
Ariquemes - RO	525.130	498.080	401.750	319.298	330.277	291.225	450.419

FONTE: IBGE: Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012; **Org**. Edson Sabatini Ribeiro

Em 2012 a produção de madeira em tora oriunda do extrativismo vegetal cresceu 5,2% em relação a 2011, mas sua produção tem oscilado. É uma atividade que sofre a concorrência direta da madeira produzida pela silvicultura, que se expande e sofre menos vigilância de ambientalistas, por ser produto plantado pelo homem. Foram produzidos 14.925.501 m³, principalmente no Pará (4.877.005 m³), Mato Grosso (4.050.383 m³) e Rondônia (2.386.044 m³) responsáveis por 75,8% do total. Portel (900.000 m³) no Pará, Porto Velho (876.934 m³) em Rondônia e Aripuanã (532.105 m³) no Mato Grosso, são os três municípios líderes.

4 - Análise pontual dos dados apurados

Tomando como base os mapas, gráficos e as tabelas acima apresentados, é possível dizer que os produtos agropecuários do agronegócio foram aqueles que tiveram maior expansão, tanto em área plantada, quanto em quantidade produzida e financiamentos governamentais.

O discurso oficial e também mundial sobre a necessidade de preservação da Amazônia é produzido e insistentemente veiculado pelos meios midiáticos, para o consumo de uma população que desconhece as reais intenções sobre a ocupação daquele território. Também desconhece os agentes que fomentam a sua ocupação que, protegidos pelo anonimato, agem em pontos estratégicos onde realmente as coisas acontecem, como por exemplo, no Congresso Brasileiro com seus poderosos *lobbies*.

Organizações internacionais poderosíssimas como o Banco Mundial e o FMI, financiam projetos de ocupação e destruição da vegetação nativa, quando incentivam a produção das *commodities* pelo agronegócio brasileiro, que quer atrair o capital agrário internacional representado pelas corporações transnacionais a se instalar e produzir no país. Estes, por sua vez, necessitam de um ambiente jurídico que garanta a sua atuação em bases que lhes sejam muito favoráveis, tanto na produção quanto na movimentação dos capitais gerados.

Por outro lado, a agricultura camponesa está sufocada e vem sofrendo com a falta de apoio por parte do governo. A sufocação desse setor é comprovada nos dados do próprio governo. Segundo dados do IBGE, o número de estabelecimentos ligados à agricultura familiar sofreu uma redução de 10% entre 1985 e 2006. Perspectivas indicam que essa redução pode ter sido ainda maior, pois não foram analisados os dados mais recentes. Mas há fortes sinais de resistência.

A Agricultura Camponesa é responsável pela maior parte dos produtos da alimentação do povo brasileiro, representa 84,4 % dos estabelecimentos agrícolas e corresponde a 77% dos empregos gerados no setor. O apoio público é mínimo (GALGARO, 2014). O governo federal, por meio da aliança com os latifundiários e bancada ruralista, aplica uma política que fortalece sistematicamente o modelo

concentrador de terras, renda e da especulação financeira. Isso ocorre através da transferência massiva de dinheiro público para o setor através dos Planos Safra.

4.1 - Lavoura temporária

O descaso do governo com o campesinato pode ser observado no Gráfico 06: Produção de feijão em toneladas, demonstrando que entre os anos de 2006 a 2011, houve pequenas oscilações na produção e, em 2012 ocorreu uma queda de 19%, reduzindo a oferta em 662.890 mil toneladas, e provocando um aumento no preço final ao consumidor. Como é sabido, boa parte da produção de feijão está em estabelecimentos camponeses, portanto, pode-se deduzir que esta diminuição da produção pesou sobre sua renda.

Por outro lado, no mesmo período a produção canavieira obteve um aumento de 51%, e acrescentou mais de 200 milhões de toneladas em sua produção, conforme pode ser observado no Gráfico 05. O Estado de São Paulo reina soberano na produção dessa gramínea e, através da tabela 03, entre as dez das maiores microrregiões produtoras em 2012, oito estão localizadas neste Estado. Essa cultura está se alastrando por todo o território paulista, expulsando outras culturas alimentares, e começa a invadir outros estados como o Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso, sudoeste e oeste mineiro, facilmente observável no Mapa 05.

A mandioca é outro produto com larga produção nas mãos do campesinato, para autoconsumo e como cultura mercantil. Ela compõe a mesa de grande parte da população brasileira, e tem sua produção difundida por todo o território nacional, conforme se observa no Mapa 08, mas no período de 2006 a 2012 sofreu redução de 3,5 milhões de toneladas, o que representa uma safra 13,5% menor, conforme está representado no Gráfico 08. A realidade escondida por trás desses números é perversa porque, sendo a atividade praticada pelo camponês, essa redução, por dedução, significa que o impacto na renda familiar desses agricultores pode ter sido bem maior.

A cultura do milho é praticada por pequenos, médios e grandes produtores, e está presente por todo o território nacional, mas sua maior concentração se encontra na região centro-oeste, juntamente com a soja, conforme se pode observar no Mapa 09. Os produtores capitalistas recebem do

Governo amplo apoio e segurança financeira, enquanto o camponês está entregue à própria sorte e boa vontade do tempo.

A cultura da soja migrou da região Sul para o Centro-Oeste, que está representado por nove das dez maiores microrregiões produtoras, conforme a tabela 08. Essa *commodity* representa o médio e o grande produtor do agronegócio, responsável pela balança positiva das exportações brasileiras, endeusada pela mídia como a salvação do campo e exemplo de agricultura moderna.

Esse discurso encobre a realidade do avanço sobre a mata nativa da Amazônia Legal e expande a fronteira agrícola para o norte, conforme demonstrado no Mapa 10. Provoca grandes danos ao meio-ambiente devido ao uso dos defensivos e insumos aplicados na sua produção. Essa cultura experimentou um aumento enorme em sua produção, sendo motivo para o Governo dar apoio quase que incondicional aos grandes produtores, em troca de apoio político.

4.2 - Lavoura permanente

A lavoura permanente no Brasil tem no café e na laranja seus principais representantes do agronegócio. No período pesquisado o café manteve-se estável quanto ao volume produzido, e sua área de produção está concentrada em Minas Gerais e Espírito Santo. A cultura da laranja está concentrada no Estado de São Paulo, que é o maior produtor e detém as dez maiores microrregiões produtoras. Pelo gráfico 16 que representa a produção anual percebe-se uma grande irregularidade ano-a-ano, pois o maior consumidor do suco brasileiro é o mercado norte-americano, que também é o segundo maior produtor e dita o preço internacional, porém, sua produção é toda consumida internamente.

A uva é outro produto analisado na lavoura permanente e tem sua produção maior nos estados do Sul, parte em São Paulo, e parte nos estado de Pernambuco e Bahia, graças à irrigação da lavoura e de um clima propício em Petrolina-PE, e Juazeiro-BA. As culturas de castanha-de-caju e coco-da-baía, significativamente ocorrem no nordeste e norte brasileiro.

Os produtos da lavoura permanente são produzidos majoritariamente em pequenas propriedades, porém, como o mercado é dominado pelas grandes corporações, os pequenos produtores ficam à mercê do mercado.

4.3 - Pecuária e produção animal

A pecuária brasileira é diversificada em sua produção, porém a carne bovina é a grande atratividade para o agronegócio. Sua produção ocorre em grandes áreas latifundiárias e justifica sua existência como terra produtiva, livrando-a das políticas sociais de assentamentos rurais. A criação bovina se estende por todo o território brasileiro, mas é na região Centro-Oeste que se concentra a grande produção, na esteira dos desmatamentos para o plantio de pastos. O Brasil está entre os maiores exportadores desse tipo de carne.

A produção de aves (galinhas, galos, frangos e frangas) é outro produto animal importante da pauta das exportações brasileiras. Sua produção se concentra nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Sua produção acontece em estabelecimentos pequenos, mas o mercado é dominado por poucas e enormes empresas, o que subjuga o pequeno produtor às regras de mercado.

Outros produtos animais como leite e ovos são produzidos por pequenos estabelecimentos rurais e destinam ao abastecimento do mercado interno. Mesmo assim, o domínio das grandes empresas colocam os pequenos produtores sob sua orientação produtiva e econômica, e ditam os preços.

4.4 - Silvicultura

A silvicultura tem suas atividades desenvolvidas pelos grandes estabelecimentos, porque requer um tempo considerável de maturação do investimento, além de imobilizar o uso da terra. Pelos gráficos 27- carvão vegetal, 28 - lenha, 29 - madeira para celulose e papel, 30 - madeira para outras atividades, representando as várias formas de exploração da silvicultura, pode-se perceber que houve aumento de produção em todas elas. Notadamente no cultivo de madeira dedicada à produção de papel e celulose, os estados de MS, SP, SC e PR, se destacaram, conforme indica a tabela 30. No capítulo que trata da

Agricultura Camponesa, nos apontamentos sobre o extrativismo pode ser encontradas informações mais detalhadas sobre essa atividade.

4.5 - Extrativismo vegetal

O extrativismo vegetal está mais concentrado nas regiões norte e nordeste do Brasil. Isso denota que a floresta é a grande fornecedora de vários produtos como o babaçu, carvão vegetal, castanha-do-pará, látex, lenha e madeira em tora. Decorre daí, a necessidade de se manter a floresta em pé.

Com exceção da extração de castanha-do-pará, que teve crescimento, conforme mostra o gráfico 33, todas as outras atividades extrativistas tiveram queda no nível de atividade, um fato que demanda estudos mais aprofundados sobre as reais causas desse acontecimento e que deverá ser apresentado aqui, com o desenvolvimento dos trabalhos. No entanto, as políticas públicas desenvolvidas para a preservação da mata nativa, pressionada pela cobrança internacional tem levado o Governo a reforçar a fiscalização e coibir abusos.

5 - A Agricultura Camponesa

5.1 – A construção e a institucionalização do conceito

A Agricultura Familiar[4] teve sua conceituação, estruturação e implantação a partir da edição da Lei nº 11.326/2006, que estabeleceu oficialmente o entendimento do Estado Brasileiro, tornando-se o seu marco regulatório. As semelhanças com as variáveis estabelecidas pelo estudo FAO/INCRA para a conceituação da Agricultura Familiar[5], aqui serão lembradas. Antes do Projeto FAO/INCRA, esse segmento era denominado de *pequeno produtor rural*. Há que ser observada a completa ausência dos termos *camponês* e *agricultura camponesa* nas políticas públicas. Em nenhum momento, documento legal ou discussões oficiais eles são citados. Deliberadamente, o termo empregado é *agricultor* ou *agricultura familiar*. Talvez porque os termos omitidos trazem à memória as lutas camponesas pela posse da terra, por uma maneira de explorar o campo que fuja do modelo produtivista capitalista neoliberal, pela preservação do meio ambiente enquanto um aliado na produção de alimentos saudáveis e diversificados, na conservação do solo e a reprodução social, que não prioriza o mercado (Fernandes, 2005).

Kautsky nos ensina que o camponês tem como uma de suas características o suprimento de grande parte das suas necessidades por meio do seu próprio trabalho, produz seus alimentos, constroi sua casa e confecciona os seus equipamentos para trabalhar a terra, enfim, fabrica e tem controle sobre seus meios de produção. Ele não nega o mercado como um fim inevitável, mas tão-somente necessário para se abastecer com o supérfluo, por meio da venda do que é produzido pelo núcleo familiar e exceda o suprimento das suas necessidades. Assim, "[...] o camponês depende do mercado apenas para

---

[4] Concordamos com Fernandes (2005) e Girardi (2008) no fato de que agricultor familiar e camponês são sinônimos e que, por questões relacionadas ao entendimento das causas e importância da questão agraria, utilizamos com mais frequência em nossos trabalhos o termo camponês. Nesta monografia o termo camponês tem maior emprego, mesmo que toda a legislação não utiliza esta expressão. Não entraremos mais profundamente na discussão sobre a conceituação porque não é o escopo desta monografia.

[5] O termo Agricultura e Agricultor Familiar surge com intensidade na literatura brasileira sobre a questão agrária, a partir do estudo FAO/INCRA, realizado entre 1994/1998. Em 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, o termo aparece em documento oficial do Estado Brasileiro e pauta toda a literatura, desde então, quando se refere à questão agrária.

satisfazer seu luxo, porém, jamais depende dele para a sua existência." (KAUTSKY, 1980, [1899], p.86). Certamente que a autossuficiência sofreu fortes alterações e é cada vez menos concreta, mas trata-se de uma característica que ainda permanece em certa medida.

Considerando que as transformações ocorridas na agricultura brasileira em décadas mais recentes foram profundas e provocaram uma reconfiguração da realidade produtiva do campo, observamos que uma das suas consequências foi a sua profissionalização, ou seja, na divisão territorial internacional coube ao Brasil assumir a posição de destaque no mercado mundial de *commodities*. Essas mudanças afetaram a vida das pessoas que vivem dessa atividade, seja quanto às formas de produção que vêm tomando conta do espaço agrícola, seja na maneira como o mercado passou a se relacionar com esse setor, ou como as políticas públicas passaram a ser pensadas e implementadas, a partir do momento em que o objetivo é fazer do campo a grande base exportadora nacional, e gerar saldo positivo na balança comercial (OLIVEIRA, 2014).

Nesse cenário, as mudanças institucionais ocorridas nas últimas décadas visaram transformar o campo em um ponto de atração para o capital, de origem nacional ou estrangeira. Assim, o homem que nele vive e produz é inserido legalmente, ainda que compulsoriamente, em "[...] um projeto maior que tem como objetivo ampliar constantemente as bases produtivas, por meio de altos investimentos em valores monetários e tecnológicos, que atendam as expectativas mercadológicas" (MIRANDA NETO, 1981, p.52). Era necessário, portanto, institucionalizar e sistematizar esses objetivos para dar segurança jurídica ao aporte desses capitais, o que ocorreu com a criação de diversas leis dirigidas a regulamentar, tanto a propriedade, quanto o sujeito e o produto por ele elaborado.

A formulação legal pode ser mais bem entendida se observarmos como foi sendo construído o termo *agricultura* e *agricultor familiar*. De acordo com Lamarche (1993), surgiu em decorrência de acomodações basilares ocorridas na estrutura agrária francesa que já vinham se desenvolvendo desde a Idade Média. No início do século XIX, a agricultura camponesa conseguiu sua emancipação e, em meados desse mesmo século atingiu seu apogeu alcançado graças ao que ele chama de *Revolução Agrícola*. Consistia na aquisição de equipamentos novos muito mais eficazes para trabalhar a terra e as colheitas, além de iniciar a cultura

de forrageiras que permitiu criar gado em um sistema de produção sobre o qual ainda prevalecia a produção cerealista. (LAMARCHE, 1993)

Essa nova realidade permitiu o domínio do campesinato na sociedade rural e trouxe segurança ao campo, no sentido de possibilitar que o produtor se estruturasse, modernizasse e industrializasse, o que alterou profundamente o seu sistema de produção. As mudanças trouxeram o amargo fruto da ociosidade sobre a mão-de-obra e, consequentemente, o êxodo da população agrícola antes ativa e a diminuição das explorações camponesas, principalmente afetando os camponeses mais pobres e pouco estruturados para acompanharem esse ritmo, impedindo sua reprodução social. Ao abandonarem o campo e as propriedades, geralmente pequenas extensões, essas são liberadas para aqueles que permaneceram (LAMARCHE, 1993).

Até meados do século XX, mais da metade das propriedades de até cinco hectares havia desaparecido sob incentivo tácito do Estado e das empresas agrícolas, já fortemente estruturadas e que tinham muito interesse em transformar a sociedade rural semi autárquica em um setor dinâmico de produção, e de consumo dos produtos tecnológicos destinados à agricultura. Essa mudança poderosa levou a uma enorme crise de identidade do campesinato causada pela perda do domínio da produção, da reprodução social e do controle sobre os meios de produção em face à nova ordem estabelecida pelos produtores rurais mais jovens, que buscavam conhecimento técnico para o desenvolvimento produtivo em suas propriedades (LAMARCHE, 1993).

Houve uma enorme influência do poderoso desenvolvimento urbano-industrial e o estabelecimento de novos valores sociais que ele criou, chegando até o campo graças aos novos atores, filhos dos antigos camponeses que adquiriram um nível educacional elevado de alta especialização produtiva. Foi o ocaso definitivo do camponês e do campesinato e o surgimento vigoroso do moderno agricultor familiar (LAMARCHE, 1993). Essa mudança, segundo Abramovay, é a atual realidade capitalista do campo onde “[...] o camponês pode ser, no máximo, um resquício cuja integração à economia de mercado significará fatalmente sua extinção” (ABRAMOVAY, 1998, p.52).

Quanto à realidade brasileira, antes que houvesse a existência da lei da agricultura familiar, as manifestações sociais de descontentamento com a realidade agrária nacional, já promoviam grandes preocupações no Governo e na

elite agrária, ambos lenientes com o descaso como a questão agrária sempre foi tratada. O volume dos conflitos na luta pela terra gerou a violência do Estado, de tal forma que a elite percebeu a necessidade de criar leis que atendessem, ainda que parcialmente, aos anseios dessa maioria desassistida, mas também que estendesse o controle social a ela (GIRARDI, 2009).

A questão da terra, segundo Martins (2013) está na gênese do processo de ocupação do território brasileiro quando, por decisão além-mar, ele foi dividido em Capitanias Hereditárias e entregue aos nobres e cidadãos capitalizados da Coroa Portuguesa. A realidade fundiária concentradora perdurou por meio das sesmarias e atravessou vários períodos da sociedade brasileira.

No ano de 1850, quando o movimento anti escravocrata começa a ganhar força, o governo edita a Lei de Terras, tornando-a um bem vendável. Se, antes o acesso a ela era por meio das benesses Reais e pela posse, a partir dessa data a sua posse é determinada por quem pode pagá-la. A nova configuração excluiu de uma vez só os pobres, negros ou brancos e também a mão-de-obra europeia que começava a chegar para substituir os negros. Eles se tornaram “[...] homens livres somente para venderem a sua força de trabalho para o rico fazendeiro, branco em grande parte, latifundiários desenvolvendo a cafeicultura, no caso de São Paulo, e a produção açucareira, no caso do Nordeste” (MARTINS, 2013, p.74).

Contextualizando hodiernamente a força da agricultura familiar é preciso apontar o grau de participação que os seus produtos assumem no cenário nacional. Dessa maneira, segundos dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE nos permite dizer que mais de 70% do alimento que chega à mesa do brasileiro é produzido pelo agricultor familiar. Mais de 40% do arroz, 63% do feijão, 84% da farinha de mandioca, 49% do milho, 72% da cebola e 52% do leite. Outro dado interessante é que dos 80,25 milhões de hectares de área da agricultura familiar, 45,0% destinam-se às pastagens; 28,0% são compostos de matas, florestas ou sistemas agroflorestais; e 22% de lavouras. Segundo o IBGE, a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos no país.

De acordo com o último Censo Agropecuário, toda essa produção vem do trabalho realizado por um contingente de 4.367.902 estabelecimentos rurais que praticam a agricultura familiar, 84,4% do total dos estabelecimentos rurais, 24,3% da área agriculturável total, sendo habitado por cerca de 16.568.197 de pessoas

(IBGE, 2006). Isso revela uma concentração fundiária e uma distribuição desigual de terras no Brasil. A média do tamanho das propriedades familiares e não familiares, teríamos, respectivamente, 18,37 e 309,18 de hectares. A tabela abaixo (38) traz os apontamentos dessa realidade por meio de duas metodologias, ou seja, a da FAO e a do MDA. As diferenças entre elas devem-se tão-somente aos métodos aplicados, mas, percebe-se que não há um distanciamento contundente que possa invalidá-las. A realidade é preocupante.

Tabela 38: Agricultura familiar e não familiar, metodologia da FAO e MDA

FAMILIAR							
ESTABELECIMENTOS - MDA				ESTABELECIMENTOS - FAO			
NÚMERO		ÁREA		NÚMERO		ÁREA	
ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
4.366.267	84	80.102.694	24	4.304.553	87	106.788.460	32
NÃO FAMILIAR							
ESTABELECIMENTOS - MDA				ESTABELECIMENTOS - FAO			
NÚMERO		ÁREA		NÚMERO		ÁREA	
ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
809.369	16	253.577.343	76	616.064	13	226.891.577	68
FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE Org: E. P. Girardi							

Ou seja, é um abismo muito grande entre minifúndio e latifúndio. Mesmo assim, conduzem suas atividades com bravura sobrevivendo a uma realidade na qual recebem pouca atenção do poder público, porque ele não desenvolve políticas públicas eficazes a fim de amparar o agricultor familiar. Apesar disso, a agricultura familiar gera, em média, 38% da receita dos estabelecimentos agropecuários do país e emprega aproximadamente 74% dos trabalhadores agropecuários do país.

Esse cenário já foi causa do acirramento das reivindicações dos movimentos sociais os quais tiveram nas Comissões Pastorais da Terra, em 1975, o seu grande fomentador das lutas pela posse da terra e por uma Reforma Agrária que fosse capaz de distribuir de forma justa os recursos e as terras. As lutas conduzidas pelos movimentos sociais organizadas a partir das Comunidades Eclesiásticas de Base – CEB das pastorais sociais, unificaram-se em 1984/5 e culminou com a criação do Movimento dos Sem-Terra – MST, que passou a

organizar a ocupação dos latifúndios improdutivos e terras devolutas (Fernandez, 1999).

Para Oliveira, quando o MST promove uma ocupação ele está dentro da lógica capitalista, mesmo contrariando um de seus preceitos basilares que é a propriedade privada, vez que a retomada da terra para plantar os alimentos usados na sua manutenção está subjacente a necessidade de produzir excedentes que se tornarão produtos para o mercado, e com o qual o camponês conseguirá meios de adquirir o que não produz. Por essa ótica, ele já está inserido no movimento capitalista e "[...] isso acontece sem que ele possa se opor ou evitar, porque é o processo contraditório do capitalismo servindo para a sua expansão" (OLIVEIRA, 2007, p. 42). Porém, articulando a necessidade do camponês produzir tais excedentes para suprir parte das suas necessidades, revela a forma de como o capital se apropria da mais-valia do camponês.

A pressão social dos movimentos em pró da Reforma Agrária teve desdobramentos e despertou a atenção para o problema. Em 1996, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por meio do Decreto nº 1.946/96, com o objetivo explícito de abrir linhas de crédito para o camponês e assim, esperava-se que ele gerasse renda e saísse da condição de miséria.

Em seu escopo sistematizador a Lei refletia a orientação neoliberalizante do Governo Fernando Henrique Cardoso, pois, as diretrizes orientadoras das ações do Programa visavam fomentar o aprimoramento profissional daquele personagem até então conhecido como *pequeno produtor,* agora denominado de *agricultor familiar*, para facilitar o seu acesso e permanência no mercado, via concessão de crédito, em condições competitivas. Da mesma maneira propunha mecanismos mais adequados para a obtenção de crédito (MDA, 2015).

Originalmente[6], o Pronaf estabeleceu seis grupos; A, A/C, B, C, D, E, e os caracterizou pela forma de aquisição das propriedades, origens sociais e pela renda bruta anual. Elaborou as condições de acesso ao financiamento e o montante que cada grupo poderia dispor, assim como as condições de liquidação dos valores. As pretensões em relação ao Pronaf não se desenvolveram da forma como eram esperadas. De fato, para uma vasta parcela dos pequenos

[6] O texto original detalhado pode ser encontrado em: *http://www.ceplac.gov.br/radar/artigos/artigo26.htm*

agricultores a realidade pouco mudou, pois, o Pronaf se mostrou um conjunto de medidas que privilegiava uma minoria e era inacessível aos agricultores que tinham menor capacidade técnica, pouco conhecimento da burocracia, nenhum acesso ao sistema bancário e carentes de informações sobre o Programa. (GUANZIROLI, 2007).

Assim, o Programa se tornou mais um elemento de concentração de recursos para os produtores mais desenvolvidos. Essa realidade mostrou que houve desvios dos objetivos iniciais. Era necessário achar outra maneira de atender a porção mais marginalizada financeiramente, a fim de mantê-los produzindo alimentos e, a partir disso, auferirem renda.

A alternativa que surgiu foi a criação do Pronaf B, no ano 2000. Um programa de microcrédito rural com o objetivo de atender ao público de menor renda, que é a grande massa excluída. O foco foi a ampliação da capacidade produtiva, a melhoria de renda e erradicação da pobreza rural. Esta modalidade visou atender os agricultores familiares com rendimento anual de até R$ 3.000,00, calculando-se 30% da renda familiar com rebate, sendo que boa parte deles estão classificados pelo Pronaf como estabelecimento agropecuário Pronaf B (MDA, 2015).

Concomitante a essas medidas e no mesmo ano, ou seja, em 2000 o governo criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, por meio do Decreto nº 3.338/2000. Ele foi encarregado de assumir a coordenação do Pronaf, o qual estava desde a sua criação sob os cuidados do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MDA, 2015). Dessa forma, Como medida de gerenciamento das classes foi instituída nova classificação do público-alvo do Pronaf que aglutinou as características semelhantes, a fim de estabelecer metodologias que se aproximassem das diversas realidades do trabalhador rural (MDA, 2015).

O enquadramento das famílias pelo Pronaf seguiu as seguintes orientações sendo assim classificadas: Pronaf A, agricultores assentados pelo Programa Nacional da Reforma Agrária – PNRA do INCRA, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF que contrataram até 01/08/2002 e/ou beneficiários do Programa de Recuperação de Assentamentos – PRA do INCRA; Pronaf A/C, produtores egressos do Grupo A ou do PROCERA; Pronaf B, dentre outras exigências, a mais contundente foi o cálculo de 30% da renda anual

com rebate, apresentando um valor menor ou igual a R$ 20.000,00, e não tiveram contratado trabalho assalariado permanente, permanecendo as demais classes.

Posteriormente, o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº 3559[7], de 28 de março de 2008, informando que o Conselho Monetário Nacional (CMN) alterou as disposições estabelecidas no Manual de Crédito Rural, Capítulo 10 (MCR 10). Uma das alterações está no item 10, extinguindo os grupos C, D, e E, unificando-os em *Agricultores familiares*, definidos pelos mesmos critérios estabelecidos na Lei da Agricultura Familiar, ou seja, estar na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA; residir na propriedade ou próximo dela; possuir área de até quatro módulos fiscais; mínimo de 70% da renda familiar advinda da exploração no estabelecimento; predominância do trabalho familiar na exploração do estabelecimento, eventualmente usando o trabalho assalariado, podendo manter até dois empregados permanentes (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

Todo esse direcionamento está de acordo com o texto da Lei da Agricultura Familiar, uma vez que ela conceituou como deve ser entendido esse segmento social (MDA, 2015). Como pode ser percebido, o Estado foi moldando suas metodologias em torno do conceito de Agricultura Familiar, e se distanciando do termo camponês.

O IBGE adaptou sua metodologia analítica para os dados do Censo Agropecuário de 2006, a fim de atender a Lei 11.326/06, visto que a pesquisa já estava sendo desenvolvida em campo, quando houve a promulgação da Lei. Também a adotou como marco legal da Agricultura Familiar, permitindo sua inserção nas estatísticas oficiais admitindo que, até então, havia várias formas de enquadramento, porém "[...] era necessária uma delimitação conceitual categorizada da agricultura familiar que procurasse atender ao enunciado legal de 2006" (IBGE, 2007).

Algumas críticas a esse modelo surgem e são contundentes, apontando que não é de crédito que esses produtores precisam, mas sim, de políticas sociais. Segundo Guanziroli (2007), as políticas de crédito e de assistência técnica têm se mostrado caras e os seus resultados são bastante questionáveis,

[7] Disponível em:h*ttp://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp? tipo=res&ano =2008&numero=*

principalmente para aqueles classificados na classe B do perfil montado pelo Pronaf. Ele acredita que “[...] esses grupos deveriam ser alvo de políticas agrárias e sociais e não de crédito.” (GUANZIROLI, 2007, p. 6).

Atento às críticas formuladas, o Governo Federal passou a adotar providências que aperfeiçoassem o atendimento a essa parcela importante do campesinato. Por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, instituiu o Comitê Permanente de Desenvolvimento Territorial, criado em 2005 por meio da Resolução CONDRAF nº 54, com as seguintes atribuições:

- acompanhar e avaliar a implementação da estratégia de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nos Programas do MDA;
- formular e propor diretrizes para o apoio às dinâmicas territoriais;
- propor a articulação com demais políticas e programas de governo voltados para o desenvolvimento territorial, em especial aqueles tratados na Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional;
- propor políticas e programas complementares voltadas ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais;
- propor estratégias de fortalecimento das redes de apoio aos territórios rurais;
- estudar e propor orientações às institucionalidades territoriais responsáveis pela gestão e controle social do Programa;
- estudar e propor fontes alternativas de financiamento para viabilizar a implementação do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais;
- analisar as metas gerais programadas para o Programa, bem como sobre os resultados do monitoramento e avaliação dos projetos realizados, procurando identificar obstáculos à sua implementação e propondo medidas corretivas que assegurem a execução do que foi planejado;
- solicitar informações que julgar necessárias ao desempenho de suas atribuições à Secretaria de Desenvolvimento Territorial, órgão gestor do Programa;
- propor aos Conselhos Estaduais e Municipais a constituição de comitês ou câmaras semelhantes para acompanhar as ações direcionadas aos territórios rurais nos estados;
- manter o CONDRAF informado sobre as atividades e resultados do Comitê de Desenvolvimento Territorial, por meio de relatórios periódicos (MDA, 2015).

Também foram criados no âmbito da Secretaria da Agricultura Familiar– SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, vários programas que trabalham a questão da agricultura camponesa para lhe dar condições de autossustentação e perenização da posse da terra, tais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Talentos do Brasil, Agroindústria, Plano da Sociobiodiversidade, Turismo Rural, Sistema Único de Inspeção Sanitária (SUASA), Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), Selo Combustível Social, Selo da Agricultura Familiar (Sipaf).

Foram criados departamentos para prestar orientações técnicas como o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), Assistência Técnica e Extensão Rural, Departamento de Financiamento e Proteção da Produção (DFPP), além da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT com o Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais (Proinf), Desenvolvimento dos Territórios Rurais, Projeto Dom Hélder Câmara, Dinamização Econômica dos Territórios Rurais. Todos esses órgãos e programas vão muito além da dimensão econômica, e desqualifica a afirmação daqueles que se posicionam contrários aos investimentos na proteção e promoção do camponês.

As políticas discutidas acima foram estabelecidas em um momento posterior à pesquisa desenvolvida pela FAO/INCRA[8], que ocorreu a partir do ano de 1994 até 1998. Criada em 16 de outubro de 1945, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization - FAO) atua como um fórum neutro, onde todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, se reúnem em condições de igualdade para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas. (VIA CAMPESINA, 2013) Atualmente conta com 191 países membros, mais a Comunidade Europeia. A rede mundial compreende cinco oficinas regionais e 78 escritórios nacionais. Também lidera os esforços internacionais de erradicação da fome e da insegurança alimentar (FAO, 2015).

Desde sua fundação, a FAO tem dado atenção especial ao desenvolvimento das áreas rurais, onde vivem 70% das populações de baixa renda, e que ainda passam fome. É, também, fonte de conhecimento e

[8] *Novo retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto.* Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO, março de 2000.

informação. Seus programas visam ajudar os países a aperfeiçoar e modernizar suas atividades agrícolas, florestais e pesqueiras, para assegurar uma boa nutrição a todos e o desenvolvimento agrícola e rural sustentável. A opinião da Via Campesina sobre a FAO é de ser um órgão que conversa com os movimentos sociais se tornando uma porta de acesso às tentativas de interferir nas decisões da Organização Mundial do Comércio – OMC, que tem uma postura deliberadamente favorável ao agronegócio exportador e, portanto, prejudicial à soberania alimentar[9] das Nações (VIA CAMPESINA, 2013).

Desmarais (2013) acredita que um dos grandes problemas para a agricultura mundial, quando visa a exploração efetuada pelos pequenos produtores é que os mecanismos de controle impostos pela OMC, para atender os interesses das transnacionais, é a falta de vontade política dos Estados-Nação em protegerem seus agricultores contra os baixos preços praticados pelas Nações Industrializadas, que conseguem super safras e forçam a queda dos preços dos produtos nos mercados internacionais, atingindo diretamente a renda dos pequenos agricultores nos países em desenvolvimento.

No caso do Brasil, a revisão das leis brasileiras que fundamentam a agricultura familiar revela uma profunda relação com a proposta elaborada pela FAO/INCRA, vez que foi a partir da institucionalização dada pela Lei nº. 1.946/96, criando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que os termos *Agricultura Familiar* e *Agricultor Familiar* substituíram o termo *Pequeno produtor Rural* presente, até então, em todos os provimentos legais que versavam sobre esse assunto.

Considerando que os estudos realizados pela FAO/INCRA abrangeu o período de 1994-98, é possível delinear que o Pronaf sofreu inspiração dos métodos aplicados por aquela organização, pois a configuração da lei que o criou está muito semelhante ao modelo utilizado pela organização. As variações são sutis.

Foi nesse estudo que surgiu a primeira classificação por tipologia dos agricultores familiares, o que permitiu a diferenciação dentro desse segmento, respeitando os diferentes graus de desenvolvimento social e econômico dos

[9] A Via Campesina entende que a soberania alimentar é o direito dos povos plantarem o que decidirem para os seus povos, na escala das comunidades e não plantar o que as transnacionais querem para o mercado exportador.

produtores, assim como as mais variadas lógicas de produção e meios de sobrevivência (Guanziroli, 2001). Embora a caracterização dos grupos pela FAO utilizasse outros critérios tal como o tamanho das propriedades, entre outros, a forma mais presente para estabelecer os grupos se deu através da Renda Total por entender que era a maneira mais próxima das suas realidades quanto à inserção no mercado, transformação e beneficiamento da produção, e o auto consumo. Após a definição da estratificação, outro dado utilizado no relatório FAO/INCRA para definir os parâmetros dos tipos de agricultor familiar foi a *diária média estadual*[10], o qual teve como elemento formador o *Valor do Custo de Oportunidade – VCO*[11]*,* comparando com uma renda anual e definindo os tipos da seguinte maneira:

1) TIPO A: com Renda Total[12] superior a três vezes o VCO;
2) TIPO B: com Renda Total superior a uma vez até três vezes o VCO;
3) TIPO C: com Renda Total superior à metade até uma vez o VCO;
4) TIPO D[13]: com Renda Total igual ou inferior à metade do VCO.

Tabela 39: Tipologia da Agricultura Camponesa por área, estabelecida pela FAO

ESTABELECIMENTOS FAMILIARES - FAO				
	Estabelecimentos	**%**	**Área**	**%**
Familiar - tipo A	445.114	10	21.589.336	20
Familiar - tipo B	932.790	22	24.944.931	23
Familiar - tipo C	546.204	13	11.869.793	11
Familiar - tipo D	2.380.445	55	48.384.401	45
Total	4.304.553	100	106.788.461	100
FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE **Org:** E. P. Girardi				

[10] O valor da diária estadual foi obtido pelo cálculo da média dos valores informados de remuneração de diarista na agricultura para os meses de junho de 1995, dezembro de 1995 e junho de 1996, segundo os dados do Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas (FAO/INCRA, 2000, p.12).

[11] Operacionalmente, tomou-se o *Valor do Custo de Oportunidade (VCO)* como sendo o valor da diária média estadual, acrescido de 20% (a inclusão deste percentual, embora arbitrário, justifica-se porque as diárias são muito baixas e não asseguram a estabilidade do agricultor), e multiplicado pelo número de dias úteis do ano (calculado em 260), tendo em vista a comparação com a renda anual (FAO/INCRA, 2000, p.40).

[12] Renda Total é o cálculo do Valor Bruto da Produção + Receita Agropecuária Indireta + Valor da Produção da Indústria Rural – Valor Total das Despesas (FAO/INCRA, 2000, p.15)

[13] De acordo com a tipologia elaborada pelo PRONAF, o Tipo D definido pela FAO/INCRA, está representado pelo Tipo B, nas tabelas do PRONAF.

Em uma rápida análise dos dados da tabela 39 (acima), sobre a classificação da FAO por renda, observamos que mais da metade dos estabelecimentos com agricultura familiar são do tipo D. O tipo D é representado por 55% dos estabelecimentos familiares, 45% da área, 11% do VBP, 2% da Renda Total e 22% do financiamento destinado à agricultura familiar. Este tipo familiar representa, em sua grande maioria, a pobreza do meio rural brasileiro (FAO, 2000). Os agricultores familiares do tipo D dependem de rendas externas para garantir sua sobrevivência, viabilizada em sua maioria por aposentadorias, pensões, venda de mão-de-obra na agricultura ou mesmo de atividades não agrícolas.

Assim, baseada na metodologia de sistemas agrários desenvolvida pela escola francesa de estudos agrários, fica muito evidente que o objetivo maior é capacitar o agricultor para gerar renda e se inserir no mercado. Obedecendo a essa lógica percebe-se que a classificação do agricultor familiar de acordo com a sua renda, atende interesses do mercado vez que o capitalismo altera o caráter social da agricultura praticada em pequenas escalas, porque obriga a geração da sua subsistência a integrar-se com as divisões sociais tanto do trabalho quanto do mercado, e isso sujeita o agricultor familiar à diferenciação de classes (Bernstein, 2011).

Para Buaianin (2003), essa realidade corrobora a afirmação de que a lógica capitalista da diferenciação de classe torna o agricultor familiar um “lavrador capitalista” em pequena escala, diferenciado pela renda que aufere, pelo tamanho da sua propriedade, pela escala de sua inserção no mercado e pelos mecanismos oficiais de amparo à prática de produção que deve atender os interesses mercadológicos para receber algum apoio financeiro.

Girardi (2008) acredita que por não ser uma prática direcionada exclusivamente a produzir somente para o mercado, o agricultor familiar vive uma situação marginal no contexto econômico, pois representa as lutas pela posse da terra e a produção de boa parte do alimento servido na mesa do brasileiro, em oposição aos latifúndios que desenvolvem a monocultura voltada aos interesses do agronegócio exportador.

Essa realidade está muito presente no direcionamento dado pela política econômica quando destina altas quantias para financiar o agronegócio, mas pequena porcentagem desse montante para financiar o setor da agricultura

familiar. Percebe-se assim, que o Estado age em defesa dos interesses dos oligopólios agropecuaristas.

Esses, por sua vez, detém grande parcela das terras agricultáveis, embora representem uma pequena parcela das propriedades rurais, conforme está demonstrado na tabela 40, abaixo.

Tabela 40: Configuração da Agricultura Patronal (não Camponesa) pela metodologia da FAO

ESTABELECIMENTOS NÃO FAMILIARES - FAO				
	Estabelecimentos	**%**	**Área**	**%**
Patronal 1	221.951	36	90.454.513	40
Patronal 2	327.045	53	96.416.666	42
Patronal 3	27.774	5	35.709.492	16
Subtotal patronal (1, 2 e 3)	576.770	94	222.580.671	98
Instituição de utilidade pública	1.427	0	441.475	0
Governo	4.109	1	655.854	0
Não identificado	33.758	5	3.213.577	1
Total	616.064	100	226.891.577	100
FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE Org: E. P. Girardi				

Os agricultores patronais (não Camponeses) são representados por 576.770 estabelecimentos, ocupando 222.580.671 milhões de ha. Em 2007/08 foi disponibilizado para ao financiamento da agricultura brasileira R$ 70 bilhões, 16% acima daquele disponibilizado para a safra anterior. Para a agricultura patronal, ou o grande agronegócio, foi destinado a maior parte deste bolo, ou R$ 58 bilhões, o que corresponde a 82,85% deste volume. Assim, atendeu à grita dos produtores patronais, colocando para o financiamento da safra agrícola para este setor R$ 58 bilhões, a grande maioria (82,8%) de todo recurso para o financiamento da safra agrícola no Brasil (DESER, 2007).

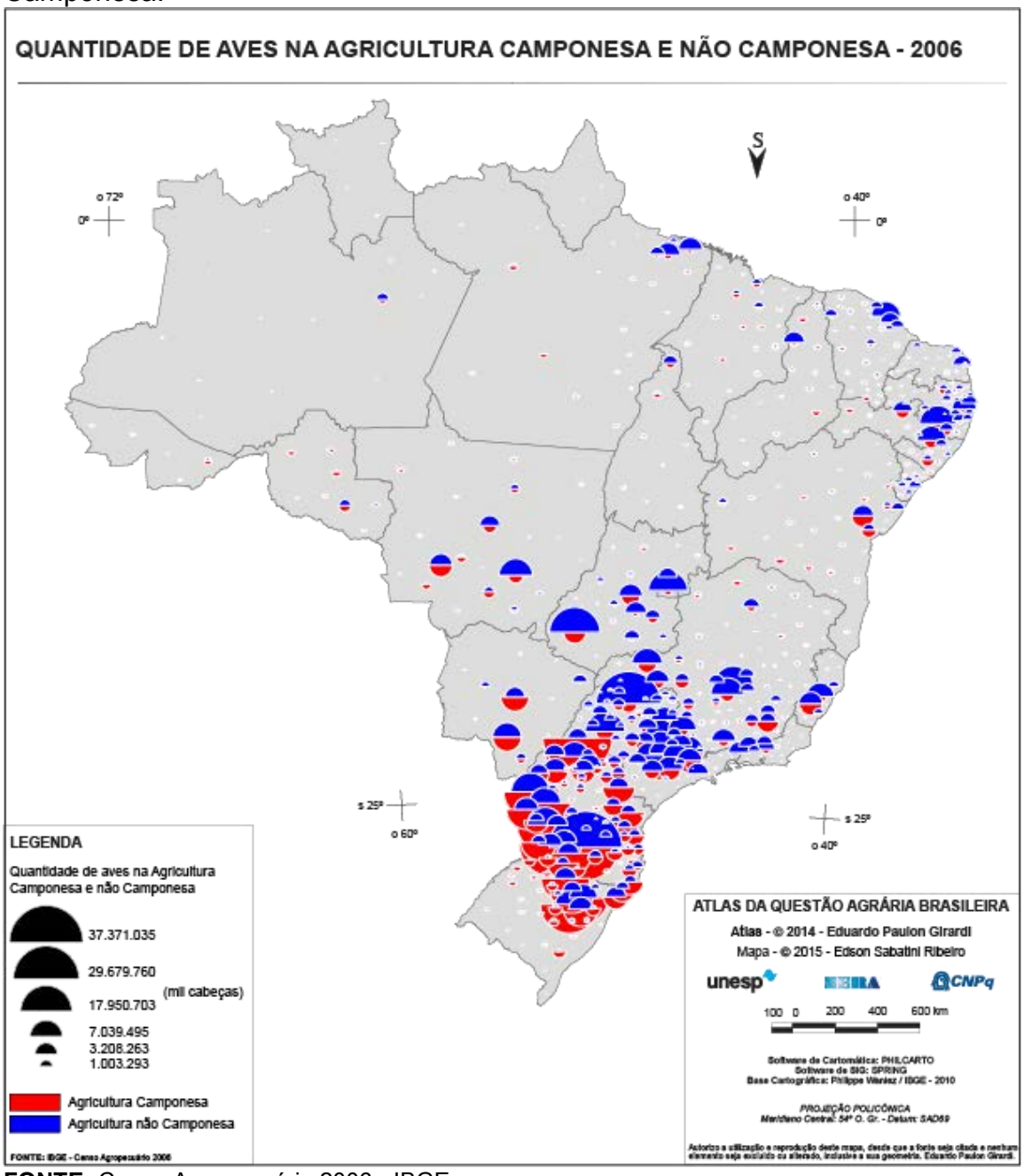
Além disso, aumenta os subsídios diretos a este setor, aumentando o volume de recursos a juros controlados, no qual o Tesouro vai ter que arcar com o custo maior da equalização, além da própria redução da taxa de juros. Num país onde quem garante o superávit da balança de pagamentos é a balança comercial, que por sua vez é garantida pelos superávits do setor agrícola, é de se entender como a fração vencedora de nosso capitalismo, especialmente a grande propriedade fundiária, tenha a força que tem na gestão do Estado.

Dessa forma, segundo dados do IBGE, os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e

são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado a agricultura revelando a força da agricultura não familiar e os interesses do Governo em apoiá-los de várias formas.

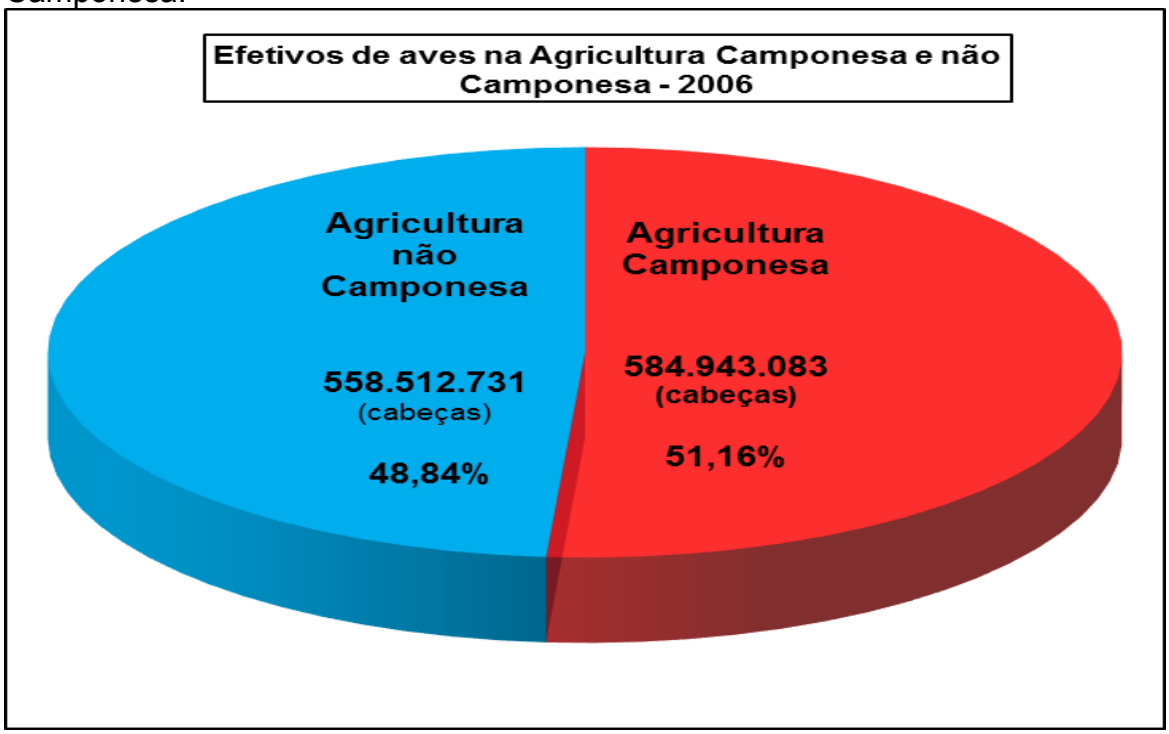
5.2 – Alguns parâmetros sobre a Agricultura Camponesa e não Camponesa

Mapa 37: Quantitativo de cabeças de aves na Agricultura Camponesa e não Camponesa.



FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE.

Gráfico 38: Efetivo de cabeças de aves na Agricultura Camponesa e não Camponesa.



FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

Tabela 41: Dez maiores microrregiões produtoras de frangos na Agricultura Camponesa (Cabeças)

Efetivo de cabeças de aves nos dez maiores produtores: BASE: Agricultura Camponesa-2006					
MUNICÍPIO	Agric. Camponesa	Agric. não Camponesa	TOTAL	%_Agric. Camponesa	%_Agric. não Camponesa
Presidente Prudente - SP	33.630.780	2.571.277	36.202.057	92,90	7,10
Joaçaba - SC	29.908.739	37.371.035	67.279.774	44,45	55,55
Chapecó - SC	26.703.558	3.914.740	30.618.298	87,21	12,79
Lajeado-Estrela - RS	23.420.774	5.527.027	28.947.801	80,91	19,09
Francisco Beltrão - PR	22.063.844	8.826.331	30.890.175	71,43	28,57
Toledo - PR	19.765.568	10.198.362	29.963.930	65,96	34,04
Cascavel - PR	18.345.058	7.039.495	25.384.553	72,27	27,73
Caxias do Sul - RS	17.339.801	5.437.625	22.777.426	76,13	23,87
Passo Fundo - RS	16.336.585	3.322.363	19.658.948	83,10	16,90
Concórdia - SC	15.016.766	3.220.443	18.237.209	82,34	17,66

FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

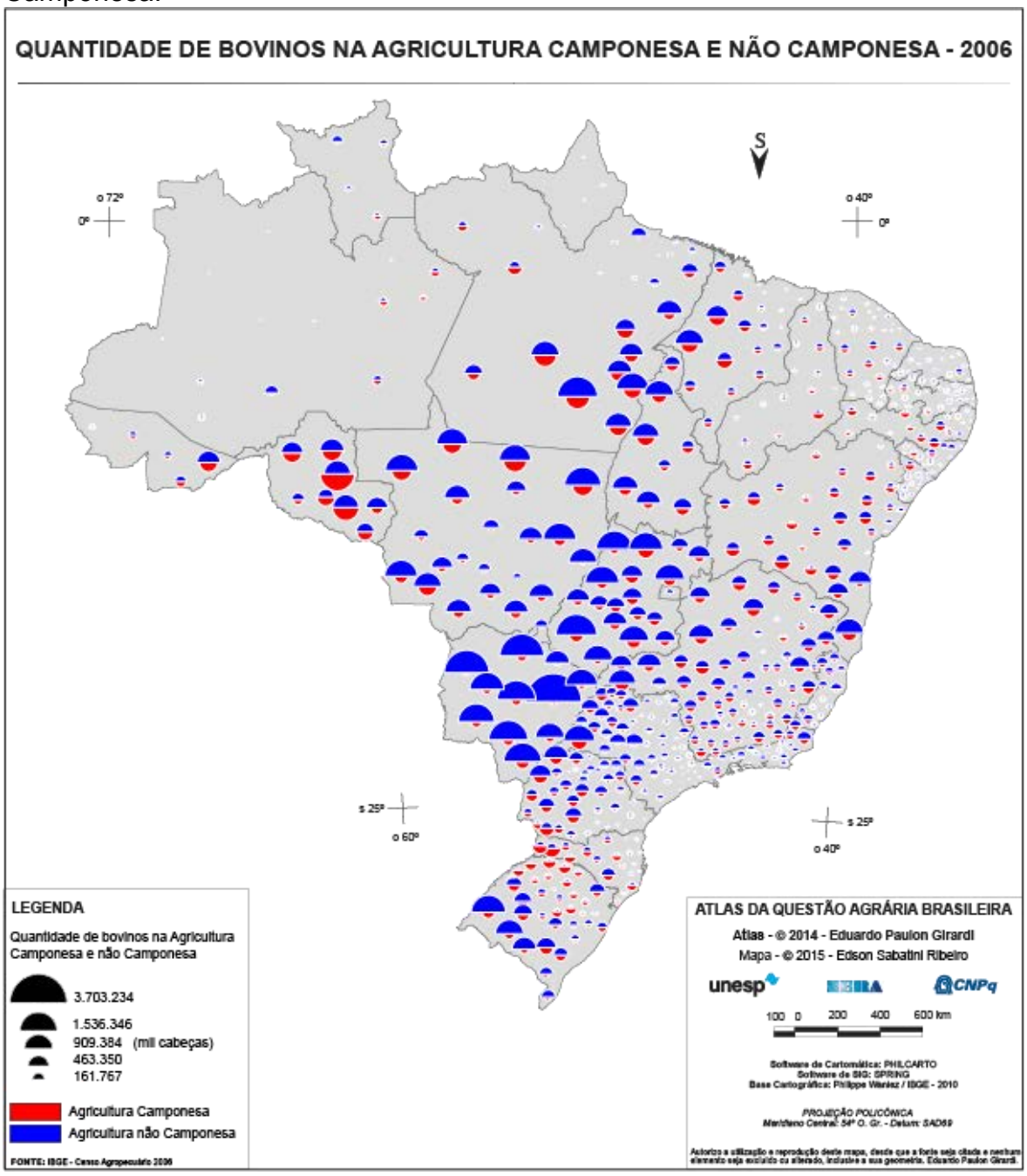
Tabela 42: Dez maiores microrregiões produtoras de frangos na Agricultura não Camponesa (Cabeças)

Efetivo de cabeças de aves nos dez maiores produtores: BASE: Agricultura Não Camponesa-2006					
MUNICÍPIO	Agric. Camponesa	Agric. não Camponesa	TOTAL	%_Agric. Camponesa	%_Agric. não Camponesa
Joaçaba - SC	29.908.739	37.371.035	67.279.774	44,45	55,55
São José do Rio Preto - SP	2.059.982	29.679.760	31.739.742	6,49	93,51
Sudoeste de Goiás - GO	3.563.191	17.950.703	21.513.894	16,56	83,44
Tupã - SP	2.270.878	11.146.707	13.417.585	16,92	83,08
Tatuí - SP	7.306.762	11.088.596	18.395.358	39,72	60,28
Pará de Minas - MG	1.042.975	10.885.189	11.928.164	8,74	91,26
Brasília - DF	567.669	10.830.272	11.397.941	4,98	95,02
Toledo - PR	19.765.568	10.198.362	29.963.930	65,96	34,04
Vale do Ipojuca - PE	1.336.890	9.220.480	10.557.370	12,66	87,34
Francisco Beltrão - PR	22.063.844	8.826.331	30.890.175	71,43	28,57

FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

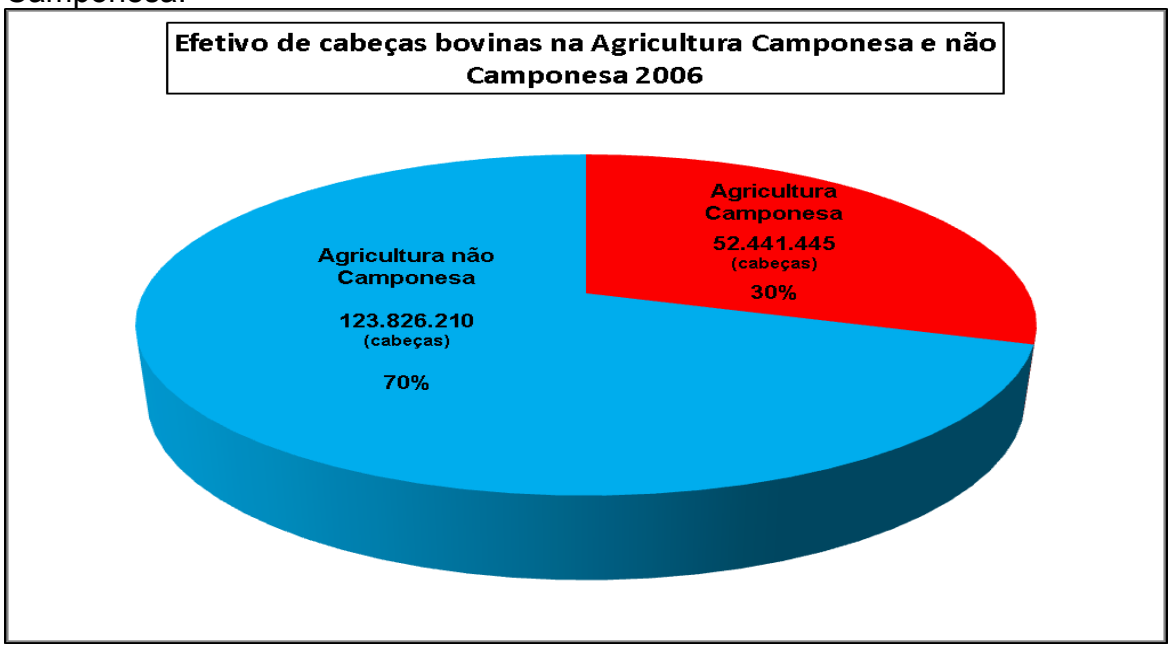
A atividade de criação de aves na agricultura camponesa tem boa parte da sua produção diretamente ligada às grandes empresas do setor alimentício. A produção ocorre em sistema intensivo, em ambientes confinados e recursos tecnológicos fornecidos pelas empresas. A avicultura de corte se constitui em uma importante opção de renda para o produtor rural, utilizando relativamente pouca mão-de-obra que, na maior parte das vezes, é de ordem familiar. Ocupa reduzida quantidade de área com construções e o Centro-Sul é o maior produtor.

Mapa 38: Quantitativo de cabeças de bovinos na Agricultura Camponesa e não Camponesa.



FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE.

Gráfico 39: Distribuição de cabeças de bovinos na Agricultura Camponesa e não Camponesa.



FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

Tabela 43: Dez maiores microrregiões com rebanho bovino na Agricultura Camponesa (Cabeças).

Efetivo de bovinos nos dez maiores produtores: BASE: Agricultura Camponesa - 2006					
MUNICÍPIO	Agric. Camponesa	Agr não Camponesa	TOTAL	% Agric. Camponesa	% Agric. não Camponesa
Ji-Paraná - RO	1.399.286	813.443	2.212.729	63,2	36,8
Cacoal - RO	829.794	797.491	1.627.285	51,0	49,0
São Félix do Xingu - PA	712.768	1.898.189	2.610.957	27,3	72,7
Colíder - MT	652.866	1.188.881	1.841.747	35,4	64,6
Altamira - PA	618.843	953.571	1.572.414	39,4	60,6
Norte Araguaia - MT	527.268	1.559.927	2.087.195	25,3	74,7
Ariquemes - RO	486.554	701.305	1.187.859	41,0	59,0
Aripuanã - MT	475.769	1.273.724	1.749.493	27,2	72,8
Porto Velho - RO	444.520	588.751	1.033.271	43,0	57,0
Alta Floresta - MT	442.727	1.162.314	1.605.041	27,6	72,4

FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

Tabela 44: Dez maiores microrregiões com rebanho bovino na Agricultura não Camponesa (Cabeças).

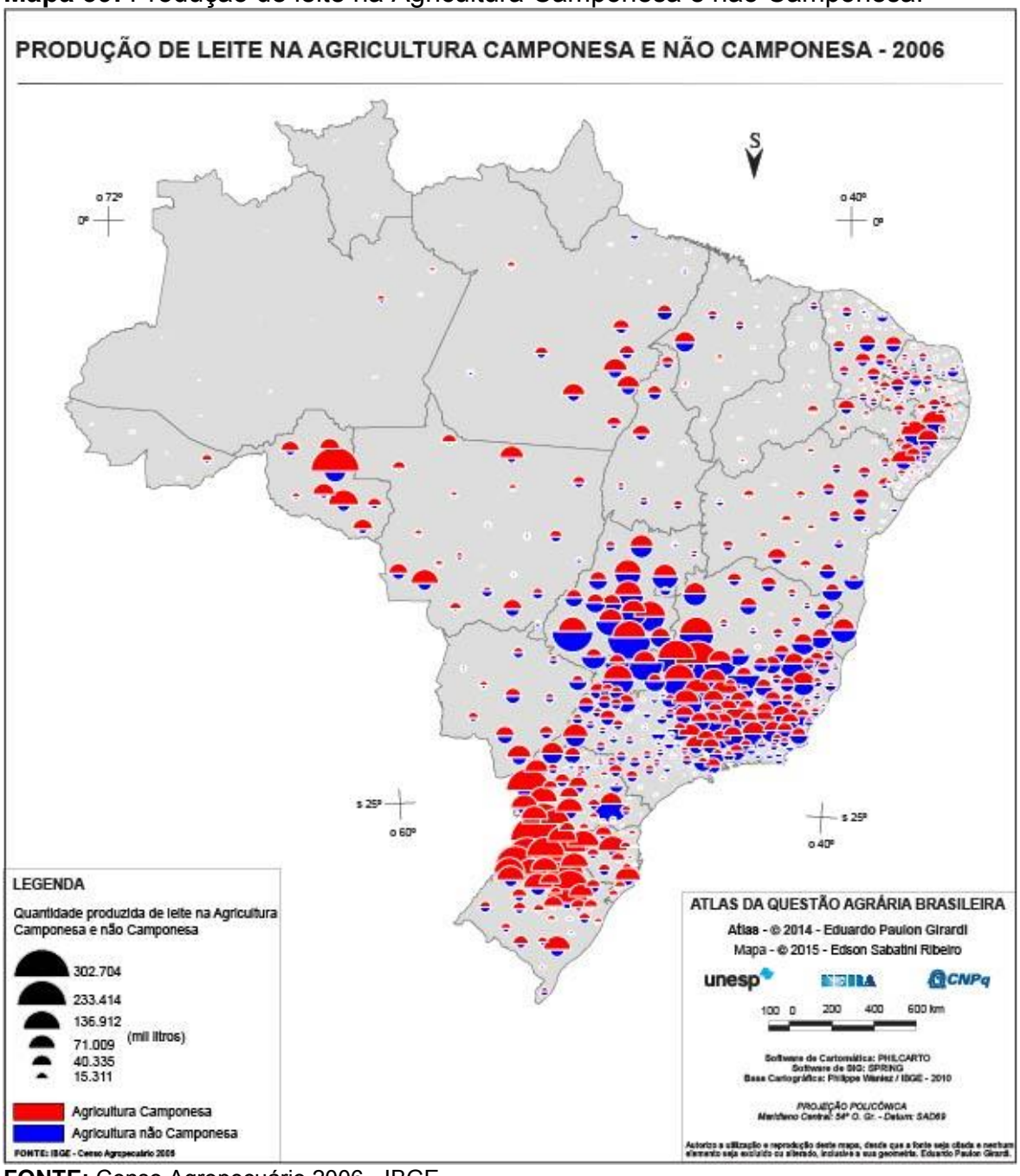
Efetivo de bovinos nos dez maiores produtores: BASE: Agricultura Não Camponesa - 2006					
MUNICÍPIO	Agric. Camponesa	Agr. não Camponesa	TOTAL	% Agric. Camponesa	% Agric. não Camponesa
Três Lagoas - MS	53.305	3.703.234	3.756.539	1,42	98,58
Baixo Pantanal - MS	32.390	2.354.417	2.386.807	1,36	98,64
Alto Taquari - MS	132.198	2.297.968	2.430.166	5,44	94,56
Sudoeste de Goiás - GO	245.747	1.982.508	2.228.255	11,03	88,97
São Félix do Xingu - PA	712.768	1.898.189	2.610.957	27,30	72,70
Dourados - MS	154.247	1.810.866	1.965.113	7,85	92,15
Campo Grande - MS	136.757	1.747.539	1.884.296	7,26	92,74
Iguatemi - MS	240.196	1.675.420	1.915.616	12,54	87,46
São Miguel do Araguaia - GO	114.014	1.575.389	1.689.403	6,75	93,25
Norte Araguaia - MT	527.268	1.559.927	2.087.195	25,26	74,74

FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro

O rebanho bovino de corte está fortemente concentrado na agricultura não Camponesa, por ser uma atividade voltada às exportações. A bovinocultura tem se destacado na economia nacional e vem assumindo posição de liderança no mercado mundial de carnes. O Brasil possui hoje o maior rebanho comercial

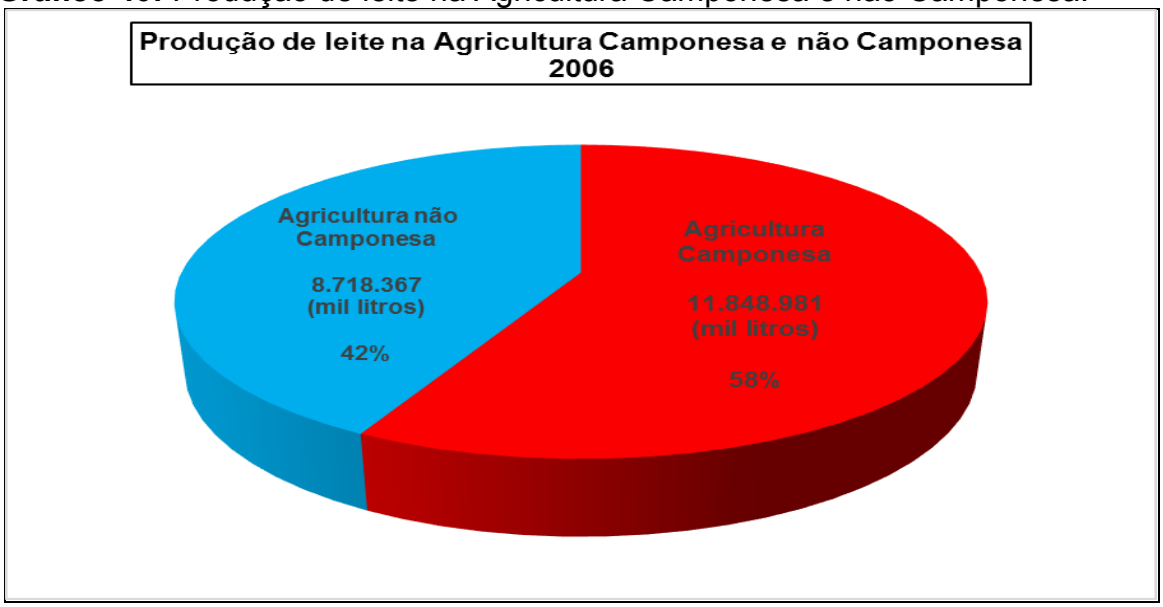
do mundo; é o segundo maior produtor mundial de carne bovina, com cerca de oito milhões de toneladas, e a partir de 2003 passou a ser o primeiro exportador mundial, com destaque tanto no comércio de carnes frescas como no de industrializadas. Mato Grosso do Sul possui o maior rebanho bovino do país com cerca de 24,5 milhões de cabeças. O desenvolvimento da bovinocultura está concentrado na região centro-oeste, denotando seu caráter decisivo na expansão da fronteira agrícola, concentração de terras e fortalecimento do agronegócio.

Mapa 39: Produção de leite na Agricultura Camponesa e não Camponesa.



FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE.

Gráfico 40: Produção de leite na Agricultura Camponesa e não Camponesa.



FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

Tabela 45: Dez maiores microrregiões produtoras de leite na Agricultura Camponesa (Mil litros).

Produção de leite nos dez maiores produtores: BASE: Agricultura Camponesa - 2006					
MUNICÍPIO	Agric. Camponesa	Agric. não Camponesa	TOTAL	% Agric. Camponesa	% Agric. não Camponesa
Chapecó - SC	302.704	36.084	338.788	89,35	10,65
São Miguel do Oeste - SC	268.088	22.183	290.271	92,36	7,64
Ji-Paraná - RO	233.414	48.152	281.566	82,90	17,10
Patos de Minas - MG	191.959	105.894	297.853	64,45	35,55
Toledo - PR	187.484	45.748	233.232	80,39	19,61
Lajeado-Estrela - RS	174.860	14.225	189.085	92,48	7,52
Três Passos - RS	170.834	13.533	184.367	92,66	7,34
Passo Fundo - RS	167.192	35.711	202.903	82,40	17,60
Francisco Beltrão - PR	165.656	27.166	192.822	85,91	14,09
Erechim - RS	160.305	15.542	175.847	91,16	8,84

FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

TABELA 46: Dez maiores microrregiões produtoras de leite na Agricultura não Camponesa (Mil litros).

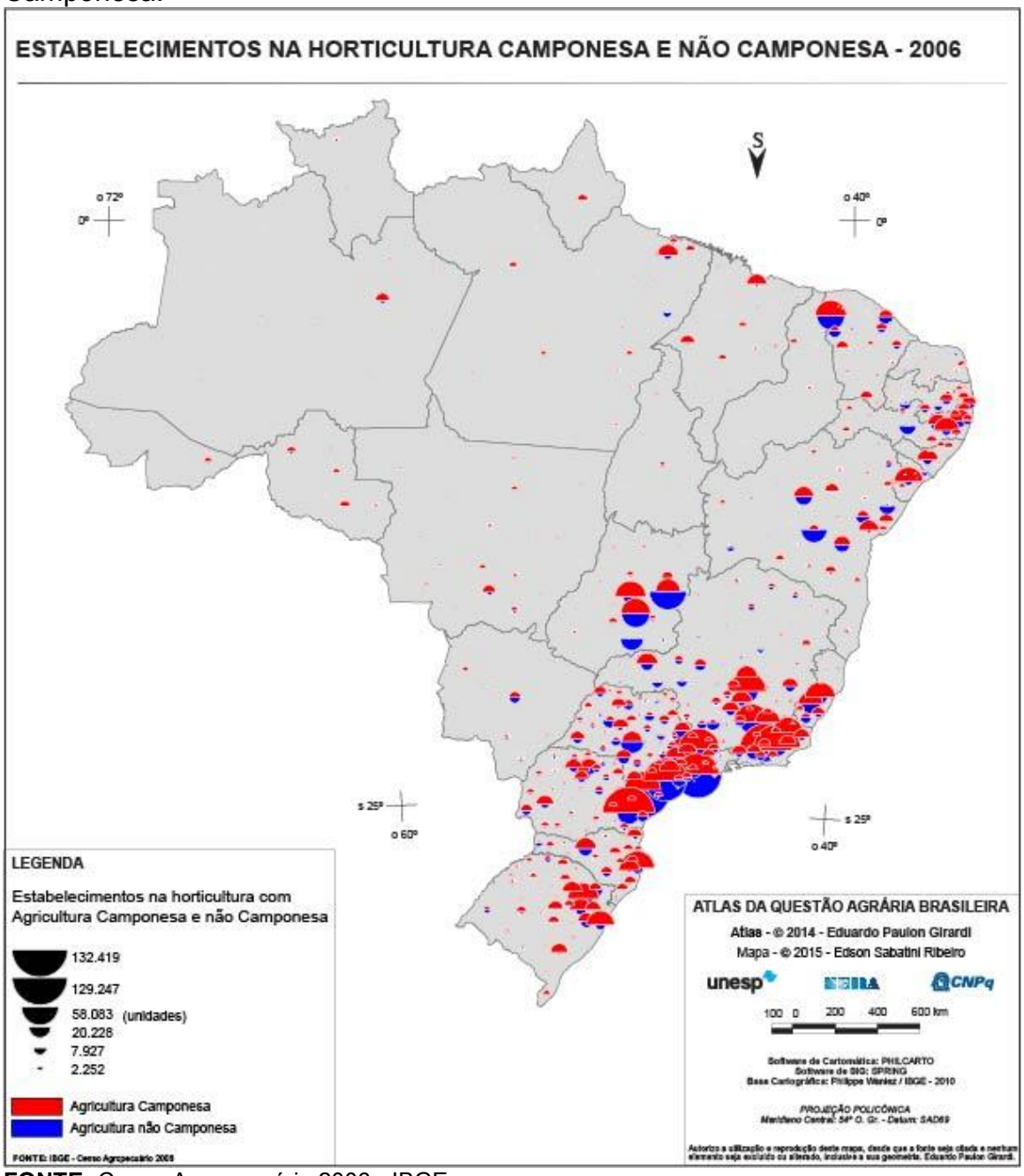
Produção de leite nos dez maiores produtores: BASE: Agricultura não Camponesa - 2006					
MUNICÍPIO	Agric. Camponesa	Agric. não Camponesa	TOTAL	% Agric. Camponesa	% Agric. não Camponesa
Meia Ponte - GO	108.964	193.265	302.229	36,05	63,95
Sudoeste de Goiás - GO	83.063	169.307	252.370	32,91	67,09
Bom Despacho - MG	63.241	141.950	205.191	30,82	69,18
Ponta Grossa - PR	49.579	141.301	190.880	25,97	74,03
Patrocínio - MG	136.912	141.125	278.037	49,24	50,76
Uberlândia - MG	52.460	138.712	191.172	27,44	72,56
Araoá - MG	93.210	127.804	221.014	42,17	57,83
Paracatu - MG	113.577	119.919	233.496	48,64	51,36
Passos - MG	71.009	108.880	179.889	39,47	60,53
Três Marias - MG	53.760	108.122	161.882	33,21	66,79

FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

Por sua vez, a produção bovina leiteira é mais forte na agricultura camponesa. Nesse setor, a mão-de-obra feminina assume papel importante em propriedades de economia camponesa. É utilizada em aproximadamente um terço dos estabelecimentos. As esposas executam trabalhos relacionados com a

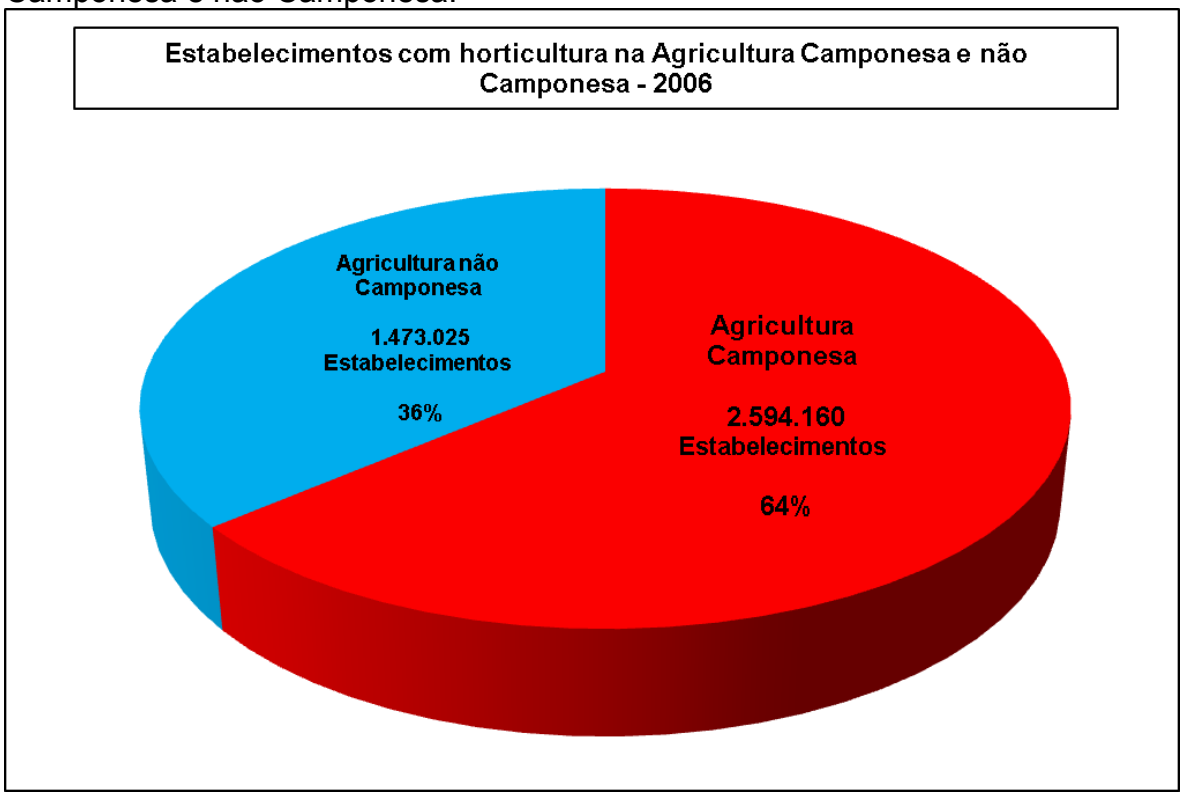
ordenha dos animais, fabricação de derivados, como queijos e doces de leite, trato dos animais, lida com os bezerros e limpeza dos utensílios. A mão-de-obra temporária é empregada em 72% dos estabelecimentos, para a limpeza dos pastos, plantio ou colheita de culturas, produção de silagem e construções de cercas. A comercialização do produto ocorre principalmente com a indústria ou cooperativa, chegando a ser vendido para esses setores cerca de 80% da produção.

MAPA 40: Estabelecimentos com horticultura na Agricultura Camponesa e não Camponesa.



FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE.

Gráfico 41: Distribuição dos estabelecimentos com horticultura na Agricultura Camponesa e não Camponesa.



FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

Tabela 47: Dez maiores microrregiões com estabelecimentos na horticultura na Agricultura Camponesa (Estabelecimentos).

Estabelecimentos com horticultura e os dez maiores produtores: BASE: Agricultura Camponesa - 2006					
MUNICÍPIO	Agric. Camponesa	Agric não Camponesa	TOTAL	% Agric. Camponesa	% Agric.não Camponesa
Serrana - RJ	117.545	23.712	141.257	83,21	16,79
Curitiba - PR	114.081	21.691	135.772	84,02	15,98
Nova Friburgo - RJ	91.239	14.184	105.423	86,55	13,45
Piedade - SP	81.206	74.222	155.428	52,25	47,75
Mogi das Cruzes - SP	77.178	93.707	170.885	45,16	54,84
Pouso Alegre - MG	70.508	15.959	86.467	81,54	18,46
Belo Horizonte - MG	61.658	20.228	81.886	75,30	24,70
Capão Bonito - SP	55.485	132.419	187.904	29,53	70,47
Barbacena - MG	54.649	21.540	76.189	71,73	28,27
Florianópolis - SC	48.360	5.573	53.933	89,67	10,33

FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

Tabela 48: Dez maiores microrregiões com estabelecimentos na horticultura na Agricultura não Camponesa (Estabelecimentos).

Estabelecimentos com horticultura e os dez maiores produtores: BASE: Agricultura não Camponesa - 2006					
MUNICÍPIO	Agric. Camponesa	Agric. não Camponesa	TOTAL	% Agric. Camponesa	% Agric. não Camponesa
Capão Bonito - SP	55.485	132.419	187.904	29,53	70,47
Bragança Paulista - SP	14.691	129.247	143.938	10,21	89,79
Mogi das Cruzes - SP	77.178	93.707	170.885	45,16	54,84
Piedade - SP	81.206	74.222	155.428	52,25	47,75
Brasília - DF	25.182	58.083	83.265	30,24	69,76
Goiânia - GO	37.691	33.590	71.281	52,88	47,12
Ibiapaba - CE	41.874	31.905	73.779	56,76	43,24
Campinas - SP	17.207	29.725	46.932	36,66	63,34
Seabra - BA	4.295	28.172	32.467	13,23	86,77
Bauru - SP	17.204	24.389	41.593	41,36	58,64

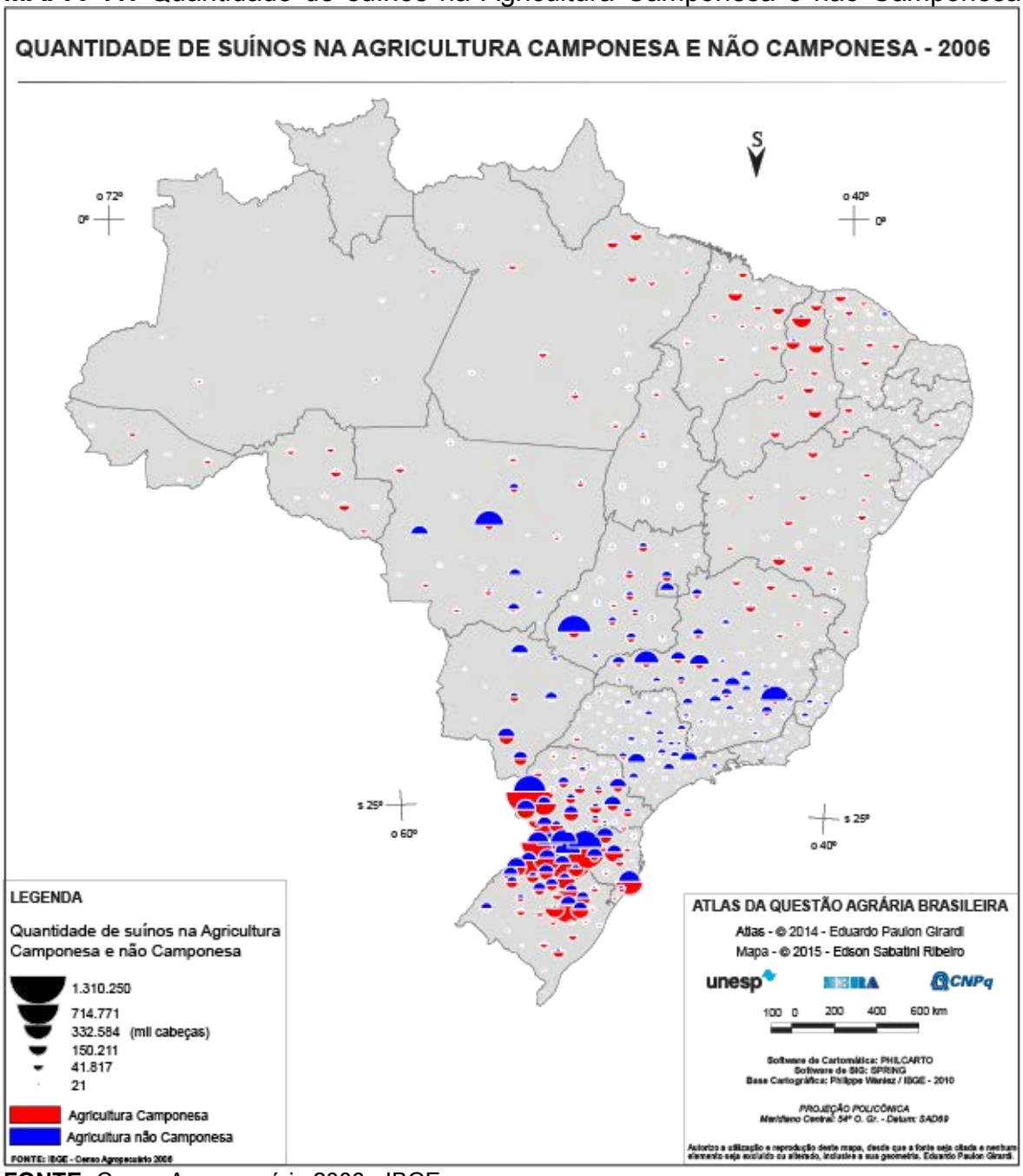
FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

A produção de hortaliças, tanto comercial como para a subsistência, possui um papel importante para a agricultura camponesa, contribuindo para o seu fortalecimento e garantindo sua sustentabilidade. É uma cultura praticada, geralmente, em uma extensão de terra pequena sendo assim economicamente viável, exige pouco conhecimento técnico e baixo nível de investimento.

A alta perecibilidade desses produtos, a sua distribuição pulverizada e falta de homogeneidade, impõe vários problemas à comercialização. As grandes redes varejistas estão se integrando verticalmente realizando investimentos na construção de centrais de compra, aumentando o abastecimento feito diretamente pelo produtor.

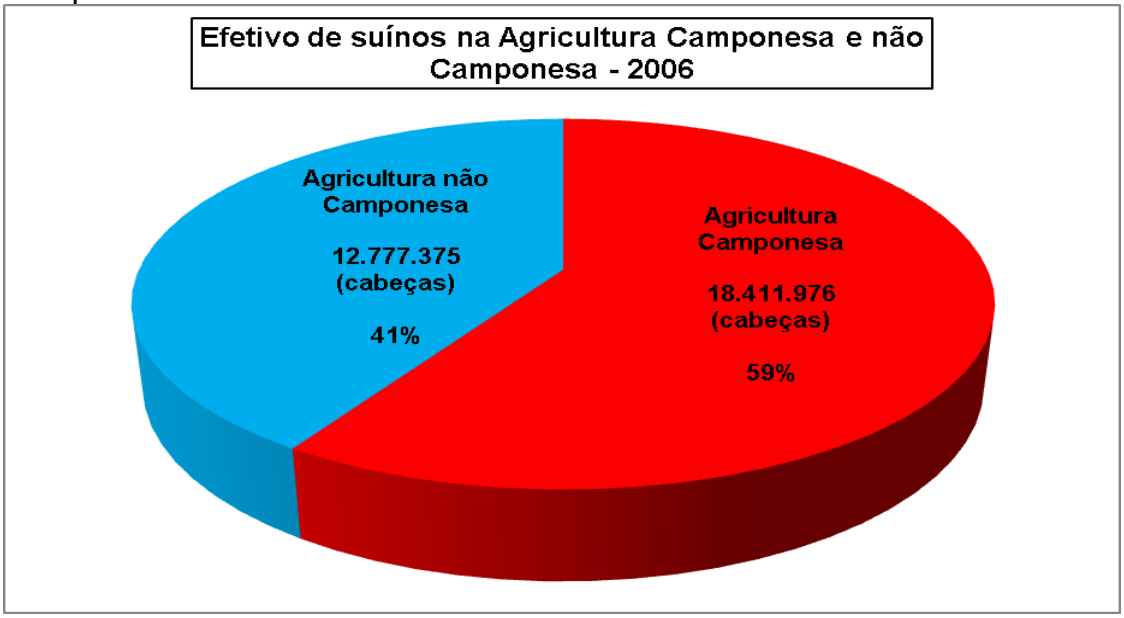
O reflexo dessa nova realidade pode ser visto na região do cinturão verde da cidade de São Paulo, na tabela 48, com um número elevado de produtores na agricultura não familiar.

MAPA 41: Quantidade de suínos na Agricultura Camponesa e não Camponesa



FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE.

Gráfico 42: Distribuição de cabeças de suínos na Agricultura Camponesa e não Camponesa.



FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

TABELA 49: Dez maiores microrregiões com cabeças de suínos na Agricultura Camponesa (Cabeças)

Efetivo de cabeças de suínos nos dez maiores produtores: BASE: Agricultura Camponesa - 2006					
MUNICÍPIO	Agric. Camponesa	Agric. não Camponesa	TOTAL	% Agric Camponesa	% Agric não Camponesa
Concórdia - SC	1.310.250	293.997	1.604.247	81,67	18,33
Toledo - PR	966.822	458.628	1.425.450	67,83	32,17
Joaçaba - SC	788.851	504.094	1.292.945	61,01	38,99
Chapecó - SC	714.771	250.877	965.648	74,02	25,98
Lajeado-Estrela - RS	581.040	126.227	707.267	82,15	17,85
São Miguel do Oeste - SC	497.464	198.725	696.189	71,46	28,54
Erechim - RS	394.478	110.711	505.189	78,09	21,91
Guaporé - RS	383.954	71.550	455.504	84,29	15,71
Três Passos - RS	381.261	111.544	492.805	77,37	22,63
Frederico Westphalen - RS	332.584	125.706	458.290	72,57	27,43

FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

TABELA 50: Dez maiores microrregiões com cabeças de suínos na Agricultura não Camponesa (Cabeças).

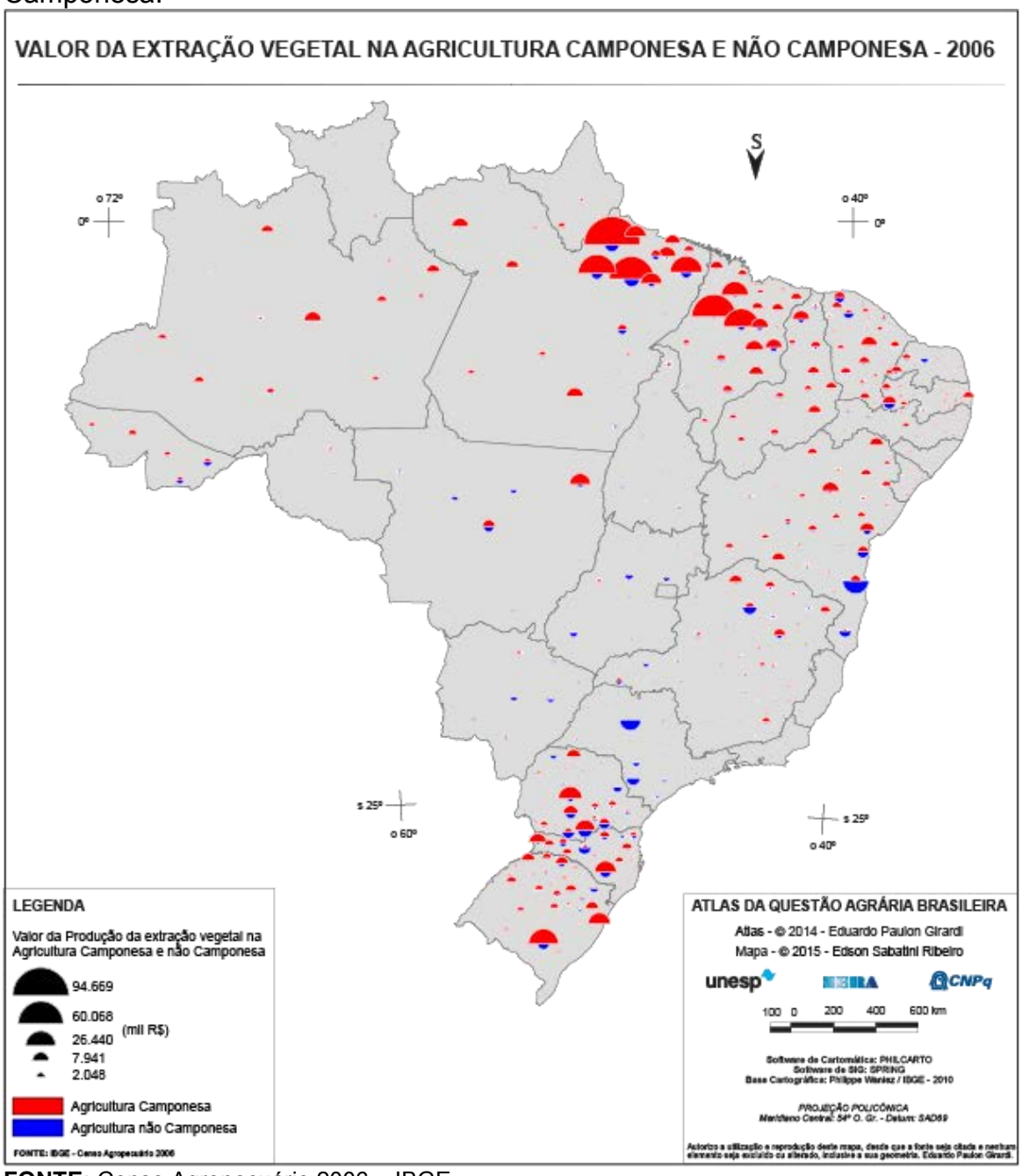
Efetivo de cabeças de suínos nos dez maiores produtores: BASE: Agricultura não Camponesa - 2006					
MUNICÍPIO	Agric. Camponesa	Agric. não Camponesa	TOTAL	% Agric. Camponesa	% Agric. não Camponesa
Joaçaba - SC	788.851	504.094	1.292.945	61,01	38,99
Sudoeste de Goiás - GO	63.735	498.069	561.804	11,34	88,66
Toledo - PR	966.822	458.628	1.425.450	67,83	32,17
Alto Teles Pires - MT	38.802	377.079	415.881	9,33	90,67
Ponte Nova - MG	24.395	375.642	400.037	6,10	93,90
Concórdia - SC	1.310.250	293.997	1.604.247	81,67	18,33
Xanxerê - SC	265.175	293.524	558.699	47,46	52,54
Uberlândia - MG	35.689	274.440	310.129	11,51	88,49
Chapecó - SC	714.771	250.877	965.648	74,02	25,98
Tubarão - SC	310.102	205.139	515.241	60,19	39,81

FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

As atividades relacionadas à suinocultura ocupam lugar de destaque na matriz produtiva do agronegócio brasileiro, destacando-a como uma atividade de importância no âmbito econômico e social. Segundo estimativas, mais de 730 mil

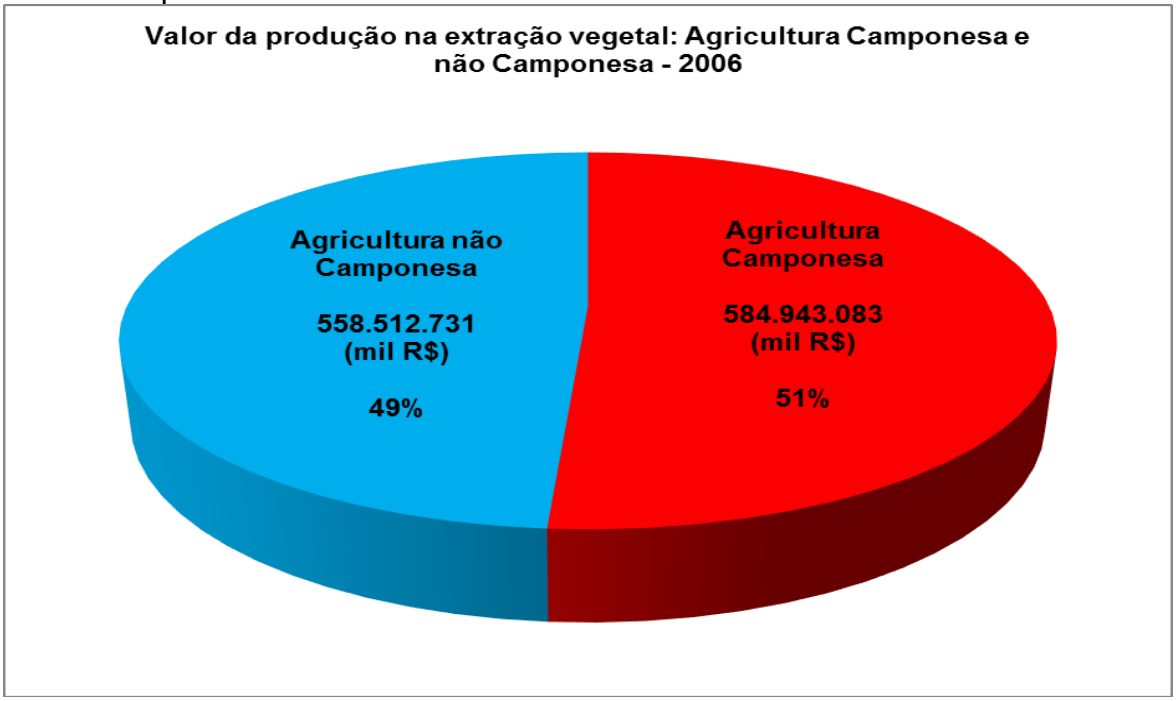
pessoas dependem diretamente da suinocultura, sendo essa atividade responsável pela renda de mais de 2,7 milhões de pessoas. As regiões de agricultura familiar, e o meio rural como um todo, vêm enfrentando cada vez mais modificações nas suas formas de produzir em razão da modernização e introdução de tecnologias nos mais variados sistemas de produção. Na região Oeste do estado de Santa Catarina, uma das principais atividades realizadas pelos agricultores familiares é a criação de suínos, fato demonstrado no Mapa 41.

MAPA 42: Valor da extração vegetal na Agricultura Camponesa e não Camponesa.



FONTE: Censo Agropecuário 2006 – IBGE.

Gráfico 43: Distribuição do Valor da extração vegetal na Agricultura Camponesa e não Camponesa.



FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

Tabela 51: Dez maiores microrregiões por Valor com extração vegetal na Agricultura Camponesa (Mil R$).

Valor da produção da extração vegetal nos dez maiores produtores: BASE: Agricultura Camponesa - 2006					
MUNICIPAL	Agric. Camponesa(mil R$)	Agric. não Camponesa(mil R$)	Total	% Agric. Camponesa	% Agric. não Camponesa
Furos de Breves - PA	94.669	6.336	101.005	93,73	6,27
Cametá - PA	60.739	7.660	68.399	88,80	11,20
Pindaré - MA	60.068	491	60.559	99,19	0,81
Portel - PA	42.916	4.118	47.034	91,24	8,76
Médio Mearim - MA	38.886	1.701	40.588	95,81	4,19
Guamá - PA	31.411	3.983	35.394	88,75	11,25
Serras de Sudeste - RS	26.440	4.105	30.545	86,56	13,44
Baixada Maranhense - MA	22.033	783	22.816	96,57	3,43
Pitanga - PR	17.058	1.322	18.380	92,81	7,19
Osório - RS	14.730	80	14.810	99,46	0,54

FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

Tabela 52: Dez maiores microrregiões por Valor com extração vegetal na Agricultura não Camponesa (Mil R$).

Valor da produção da extração vegetal nos dez maiores produtores: BASE: Agricultura não Camponesa - 2006					
MUNICIPAL	Agric. Camponesa(mil R$)	Agric. não Camponesa(mil R$)	Total	% Agric. Camponesa	% Agric. não Camponesa
Ilhéus-Itabuna - BA	3.615	20.311	23.926	15,11	84,89
Novo Horizonte - SP	0	13.503	13.503	0,00	100,00
Cametá - PA	60.739	7.660	68.399	88,80	11,20
União da Vitória - PR	12.194	7.008	19.202	63,50	36,50
Furos de Breves - PA	94.669	6.336	101.005	93,73	6,27
Montes Claros - MG	2.723	6.068	8.791	30,97	69,03
Itapeva - SP	0	6.060	6.060	0,00	100,00
Joaçaba - SC	1.236	5.325	6.561	18,84	81,16
Palmas - PR	1.875	4.860	6.735	27,84	72,16
Valença - BA	3.774	4.797	8.571	44,03	55,97

FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

A importância econômica de produtos extrativos tem apresentado modificações ao longo da história. Vários produtos extrativos tiveram grande importância na formação econômica, social e política. Podem ser mencionadas as “drogas do sertão” e o cacau, a borracha, a castanha-do-pará, o palmito, o fruto do açaí e a extração da madeira, entre os principais. A sustentabilidade da extração dos recursos naturais apresenta modificações com o progresso tecnológico, o surgimento de alternativas econômicas, o crescimento populacional, a redução dos estoques, os níveis salariais da economia, as mudanças nos preços relativos e outros fatores. No Norte e no Sul estão os maiores volumes dessa atividade econômica, e a participação familiar é enorme.

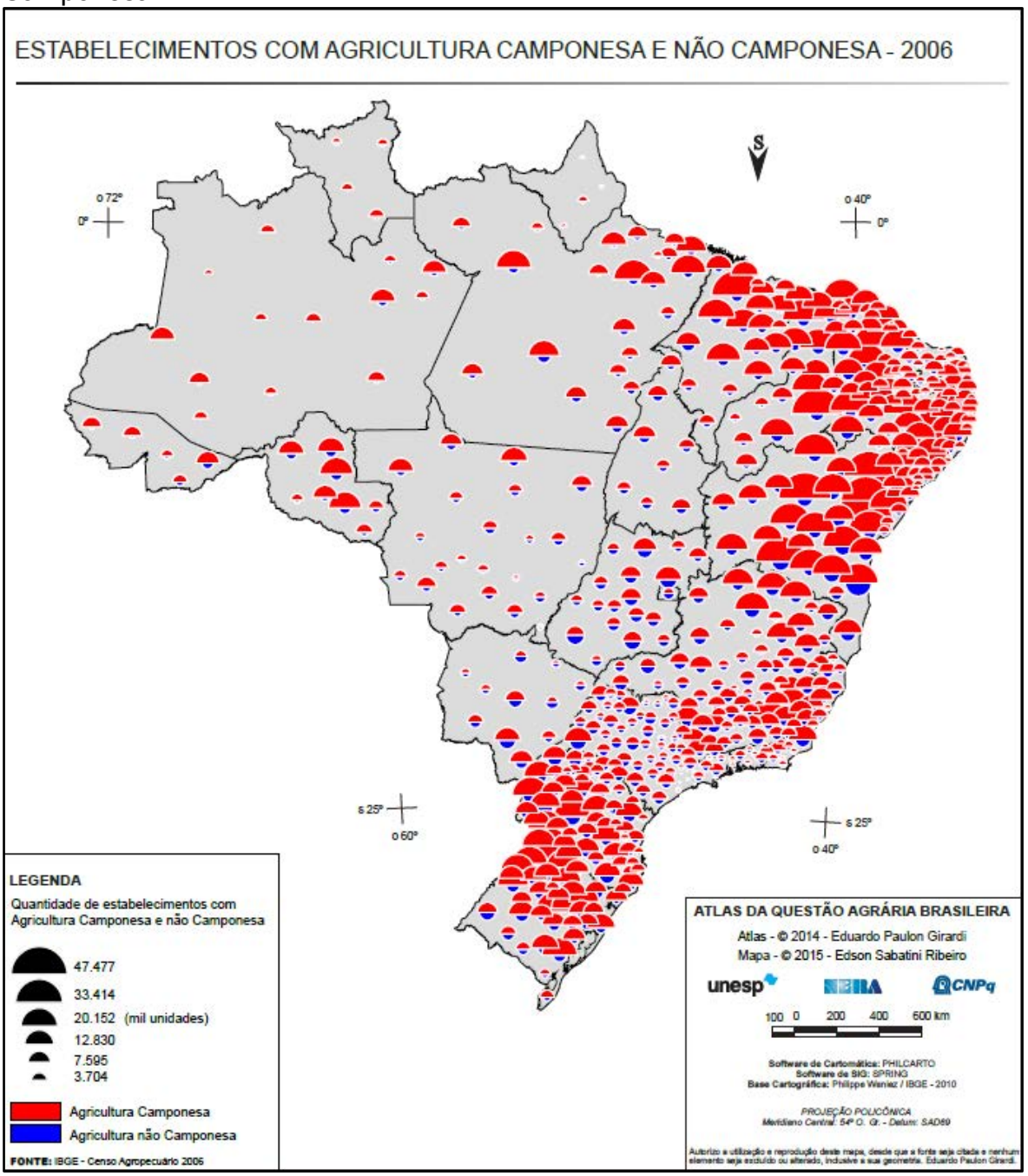
No entanto, outro sistema produtivo que vem recebendo atenção do Governo e incorporando os agricultores camponeses em seu viés produtivo é a silvicultura. Foi criado o Programa Nacional de Florestas que é constituído de projetos concebidos e executados de forma participativa e integrada pelos governos federal, estaduais, distrital e municipais e a sociedade civil organizada tendo os seguintes objetivos, entre outros: fomentar as atividades de reflorestamento, notadamente em pequenas propriedades rurais; recuperar florestas de preservação permanente, de reserva legal e áreas alteradas; apoiar as iniciativas econômicas e sociais das populações que vivem em florestas.

O Programa Nacional de Florestas – PNF, criado pelo Decreto n° 3.420 de 20 de abril de 2000, é um programa prioritário da Presidência da República como reconhecimento da importância do setor florestal para o Brasil. É um programa inserido na estrutura do Ministério do Meio Ambiente coordenado pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas que, por meio da articulação governamental, promove a integração multissetorial organizada na forma da Comissão Nacional de Florestas – CONAFLOR (MMA), e visa atender principalmente os seguintes objetivos: fomentar as atividades de reflorestamento, notadamente em pequenas propriedades rurais; recuperar florestas de preservação permanente, de reserva legal e áreas alteradas; apoiar as iniciativas econômicas e sociais das populações que vivem em florestas.

Também foi criada a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER pelo Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – passaram a ser coordenadas pelo Departamento de Ater –

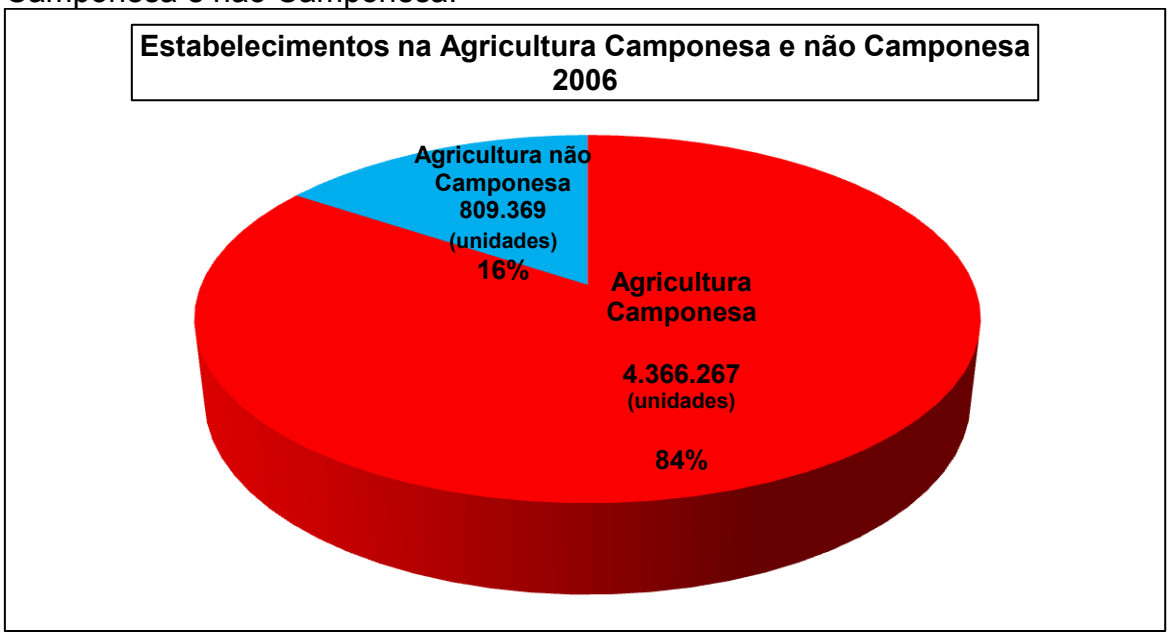
Dater, da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. A Política Nacional de Ater pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho. Entre os pilares fundamentais que a sustentam, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. Sobretudo, cabe enfatizar que a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre será elemento central de todas as ações orientadas pela Política Nacional de Ater (MDA).

Mapa 43: Número de estabelecimentos na Agricultura Camponesa e não Camponesa.



FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE.

Gráfico 44: Distribuição numérica dos estabelecimentos na Agricultura Camponesa e não Camponesa.



FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

Tabela 53: Dez microrregiões com maior número de estabelecimentos na Agricultura Camponesa (Estabelecimentos).

Número de estabelecimentos nos dez maiores produtores: BASE: Agricultura Camponesa - 2006					
MUNICÍPIO	Agric. Camponesa	Agric. não Camponesa	TOTAL	% Agric. Camponesa	% Agric. não Camponesa
Feira de Santana - BA	47.477	6.498	53.975	87,96	12,04
Ribeira do Pombal - BA	43.139	4.323	47.462	90,89	9,11
Irecê - BA	41.411	4.005	45.416	91,18	8,82
Baixada Maranhense - MA	39.262	2.272	41.534	94,53	5,47
Guanambi - BA	39.016	5.092	44.108	88,46	11,54
Alto Médio Canindé - PI	38.539	3.175	41.714	92,39	7,61
Euclides da Cunha - BA	37.392	4.540	41.932	89,17	10,83
Serrinha - BA	35.974	4.774	40.748	88,28	11,72
Garanhuns - PE	33.414	3.593	37.007	90,29	9,71
Vale do Ipojuca - PE	31.279	3.625	34.904	89,61	10,39

FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

TABELA 54: Dez microrregiões com maior número de estabelecimentos na Agricultura não Camponesa (Estabelecimentos)

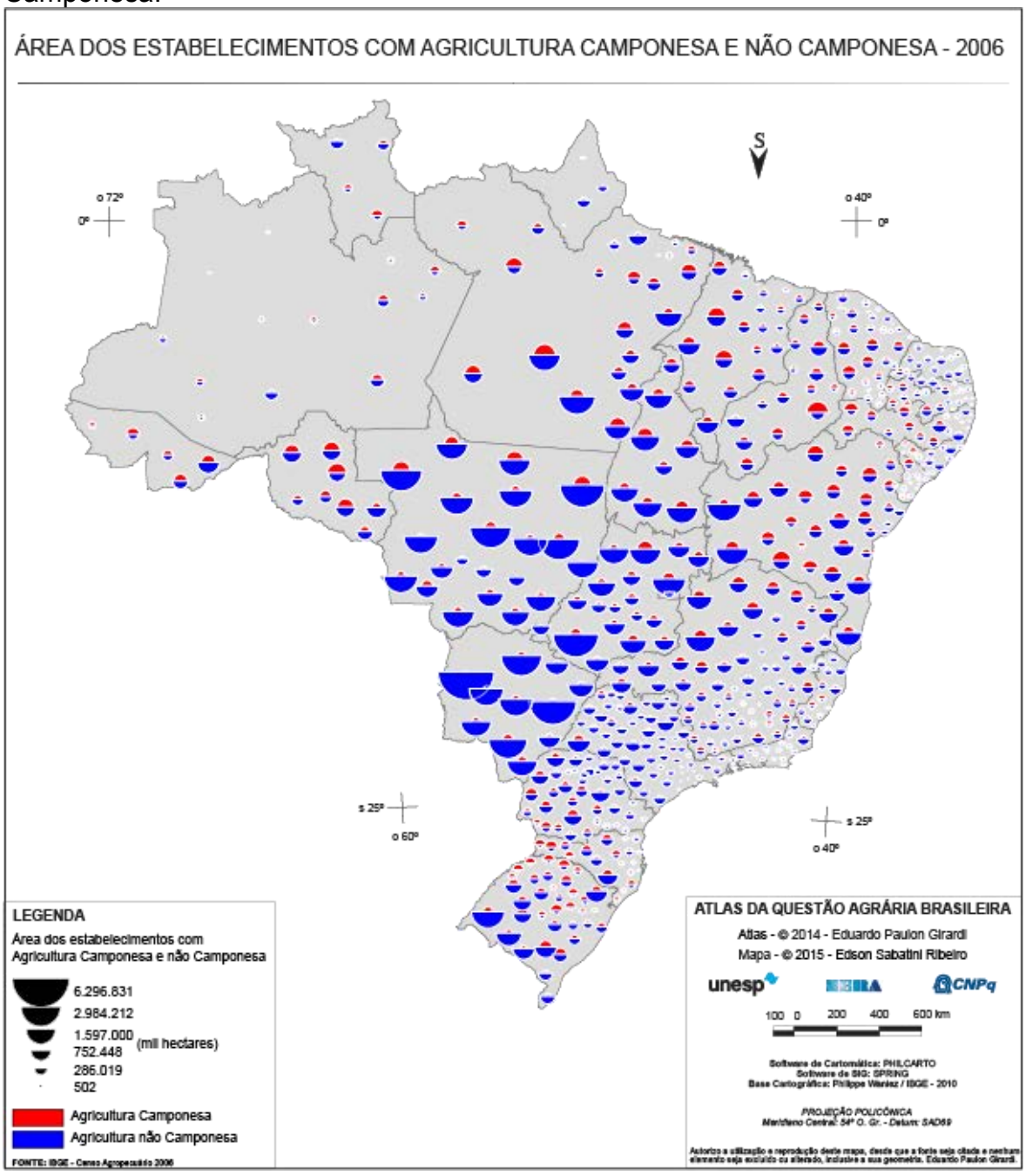
Número de estabelecimentos nos dez maiores produtores: BASE: Agricultura não Camponesa - 2006					
MUNICÍPIO	Agric. Camponesa	Agric. não Camponesa	TOTAL	% Agric. Camponesa	% Agric. não Camponesa
Ilhéus-Itabuna - BA	23.934	10.322	34.256	69,87	30,13
Feira de Santana - BA	47.477	6.498	53.975	87,96	12,04
Sudoeste de Goiás - GO	5.386	5.260	10.646	50,59	49,41
Guanambi - BA	39.016	5.092	44.108	88,46	11,54
Jequié - BA	26.241	4.852	31.093	84,40	15,60
Serrinha - BA	35.974	4.774	40.748	88,28	11,72
Guarapuava - PR	20.152	4.700	24.852	81,09	18,91
Entorno de Brasília - GO	11.032	4.691	15.723	70,16	29,84
Euclides da Cunha - BA	37.392	4.540	41.932	89,17	10,83
Dourados - MS	10.101	4.490	14.591	69,23	30,77

FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

No Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos

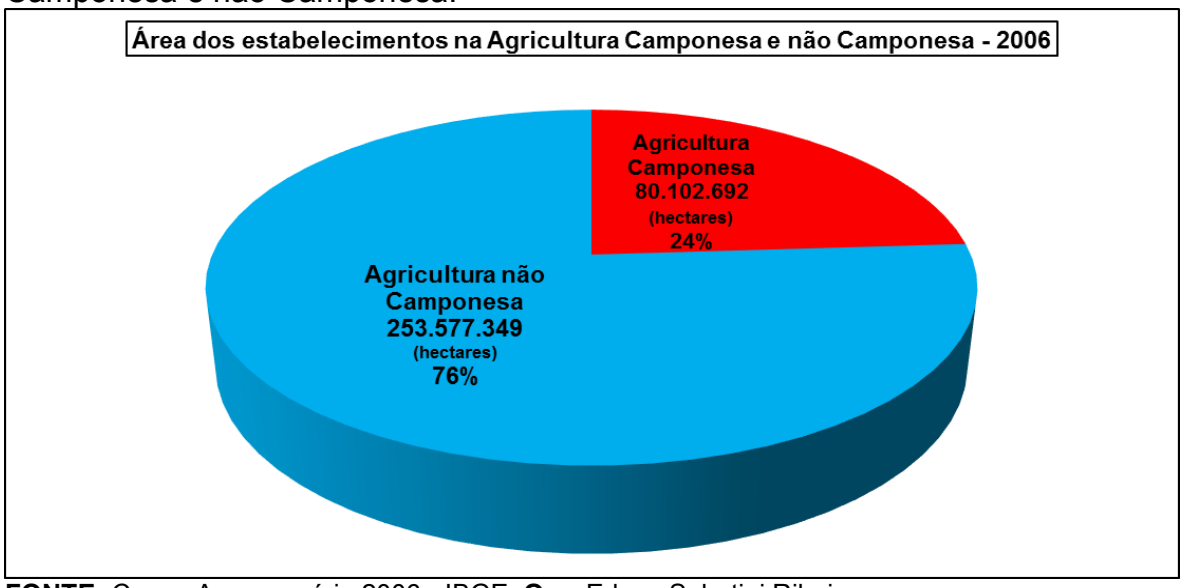
estabelecimentos brasileiros. Os estabelecimentos com agricultura não familiar ficaram com 807.587 unidades, representando 15,6% do total. O Censo 2006 abrangeu 5.175.489 estabelecimentos. O número inferior em quantidade de propriedades entre a agricultura familiar e a não familiar, esconde uma das mazelas do campo brasileiro, ou seja, a área ocupada por cada uma dessas condições é inversamente proporcional ao número de unidades.

Mapa 44: Área ocupada pelos estabelecimentos na Agricultura Camponesa e não Camponesa.



FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE.

Gráfico 45: Distribuição da área ocupada pelos estabelecimentos com Agricultura Camponesa e não Camponesa.



FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

Tabela 55: Dez microrregiões com as maiores áreas ocupadas pela Agricultura Camponesa (Mil hectares).

Área dos estabelecimentos nos dez maiores produtores: BASE: Agricultura Camponesa - 2006					
MUNICÍPIO	Agric. Camponesa	Agric. não Camponesa	TOTAL	% Agric. Camponesa	% Agric. não Camponesa
Unaí - MG	985.526	436.513	1.422.039	69,30	30,70
Muriaé - MG	963.290	2.053.121	3.016.411	31,93	68,07
Guanambi - BA	784.603	593.723	1.378.326	56,92	43,08
Jauru - MT	748.740	672.422	1.421.162	52,69	47,31
Baixo Parnaíba Piauiense - PI	695.010	694.404	1.389.414	50,02	49,98
Alto Taquari - MS	685.581	878.015	1.563.596	43,85	56,15
Anápolis - GO	659.318	438.531	1.097.849	60,06	39,94
Aglomeração Urbana de São Luís - MA	639.089	4.049.978	4.689.067	13,63	86,37
Itanhaém - SP	628.390	3.521.783	4.150.173	15,14	84,86
Salgueiro - PE	621.023	590.299	1.211.322	51,27	48,73

FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

Tabela 56: Dez microrregiões com as maiores áreas ocupadas pela Agricultura não Camponesa (Mil hectares).

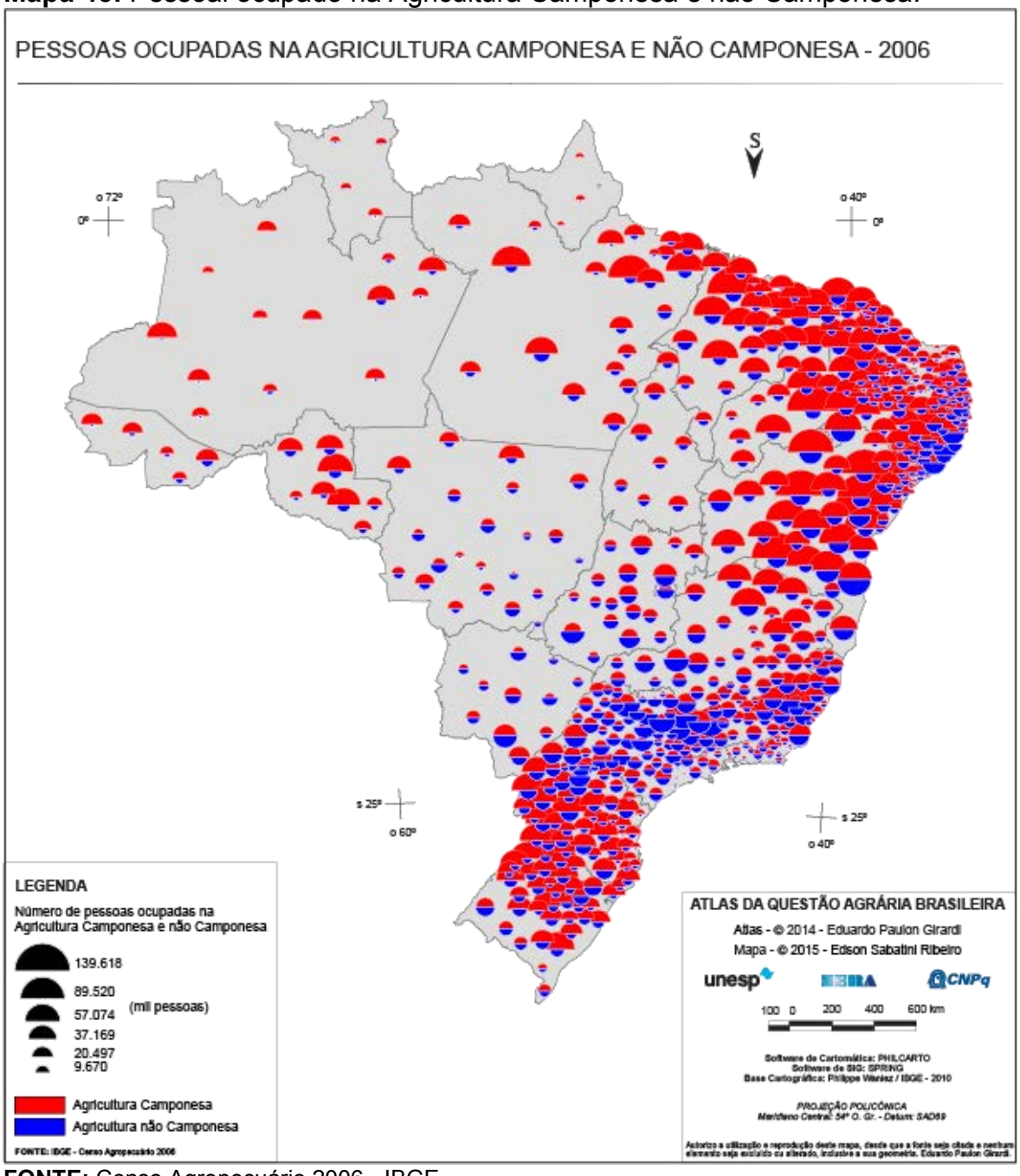
Área dos estabelecimentos nos dez maiores produtores: BASE: Agricultura não Camponesa - 2006					
MUNICÍPIO	Agric. Camponesa	Agric. não Camponesa	TOTAL	% Agric.Camponesa	% Agric. não Camponesa
Litoral Sul - PB	39.563	6.296.831	6.336.394	0,62	99,38
Cruzeiro do Sul - AC	56.299	4.509.962	4.566.261	1,23	98,77
Caraguatatuba - SP	276.618	4.165.306	4.441.924	6,23	93,77
Aglomeração Urbana de São Luís - MA	639.089	4.049.978	4.689.067	13,63	86,37
Itanhaém - SP	628.390	3.521.783	4.150.173	15,14	84,86
Alagoana do Sertão do São Francisco - A	269.098	3.483.392	3.752.490	7,17	92,83
Campos do Jordão - SP	276.398	3.386.260	3.662.658	7,55	92,45
Maceió - AL	135.191	3.347.877	3.483.068	3,88	96,12
Itacoatiara - AM	217.285	2.984.212	3.201.497	6,79	93,21
Campo Mourão - PR	394.243	2.629.780	3.024.023	13,04	86,96

FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

Os agricultores familiares ocupavam uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos

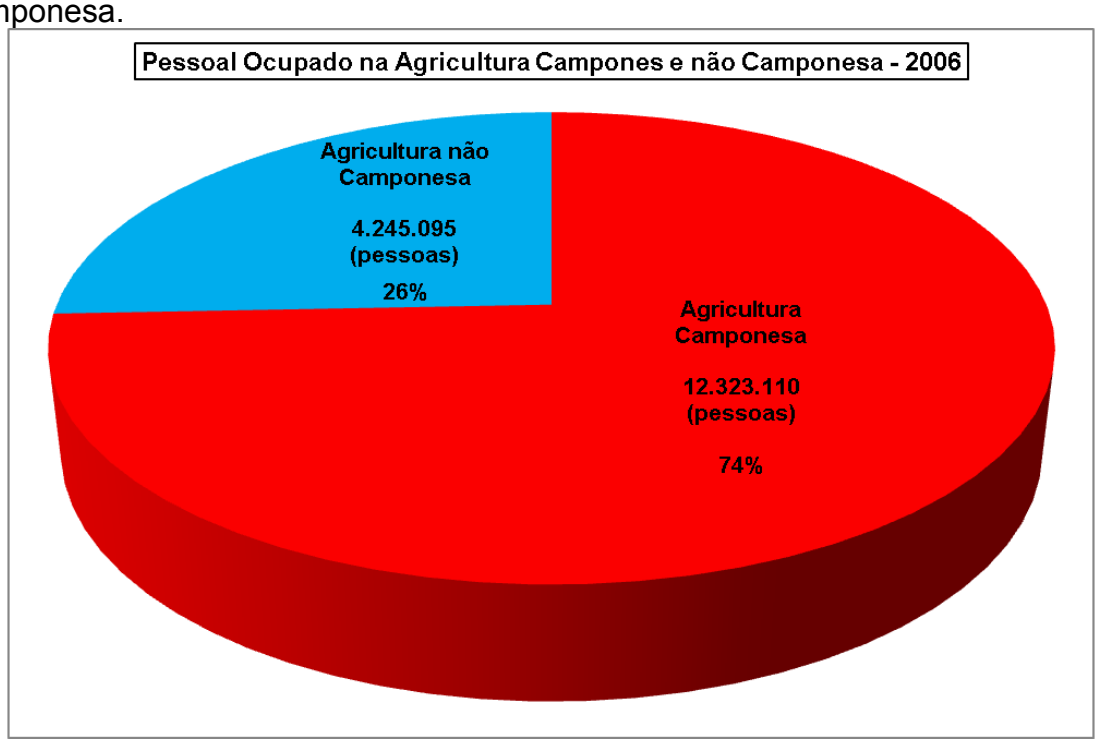
estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37ha, e a dos não familiares, de 309,18ha (IBGE, 2006). A área média dos estabelecimentos familiares segundo as Regiões variou de um mínimo de 13ha no Nordeste a um máximo de 43,3ha no Centro Oeste. A área média dos estabelecimentos não familiares segundo as Regiões variou de um mínimo de 177,2ha no Nordeste a um máximo de 944,3ha no Centro-Oeste.

Mapa 45: Pessoal ocupado na Agricultura Camponesa e não Camponesa.



FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE.

Gráfico 46: Distribuição do Pessoal ocupado na Agricultura Camponesa e não Camponesa.



FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

Tabela 57: Dez maiores contingentes de pessoal ocupado na Agricultura Camponesa (Mil pessoas).

Pessoal ocupado nos dez maiores produtores: BASE: Agricultura Camponesa - 2006					
MUNICÍPIO	Agric Camponesa	Agric não Camponesa	TOTAL	% Agric Camponesa	% Agric não Camponesa
Feira de Santana - BA	139.618	23.335	162.953	85,68	14,32
Baixada Maranhense - MA	125.903	13.343	139.246	90,42	9,58
Alto Médio Canindé - PI	122.904	12.462	135.366	90,79	9,21
Guanambi - BA	115.924	18.154	134.078	86,46	13,54
Irecê - BA	115.144	19.117	134.261	85,76	14,24
Ribeira do Pombal - BA	109.187	14.336	123.523	88,39	11,61
Serrinha - BA	101.645	16.367	118.012	86,13	13,87
Euclides da Cunha - BA	100.988	14.797	115.785	87,22	12,78
Baixo Parnaíba Piauiense - PI	100.658	14.138	114.796	87,68	12,32
Garanhuns - PE	97.764	14.836	112.600	86,82	13,18

FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

Tabela 58: Dez maiores contingentes de pessoal ocupado na Agricultura não Camponesa (Mil pessoas).

Pessoal ocupado nos dez maiores produtores: BASE: Agricultura não Camponesa - 2006					
MUNICÍPIO	Agric Camponesa	Agric não Camponesa	TOTAL	% Agric. Camponesa	% Agric. não Camponesa
Ilhéus-Itabuna - BA	55.943	50.121	106.064	52,74	47,26
Varginha - MG	31.551	43.447	74.998	42,07	57,93
São José do Rio Preto - SP	13.471	36.300	49.771	27,07	72,93
Ribeirão Preto - SP	3.990	34.931	38.921	10,25	89,75
São Sebastião do Paraíso - MG	31.663	34.600	66.263	47,78	52,22
Mata Alagoana - AL	13.777	32.169	45.946	29,99	70,01
Patrocínio - MG	17.595	32.017	49.612	35,47	64,53
Manhuaçu - MG	59.135	31.817	90.952	65,02	34,98
Petrolina - PE	62.991	29.517	92.508	68,09	31,91
Sudoeste de Goiás - GO	13.019	27.641	40.660	32,02	67,98

FONTE: Censo Agropecuário 2006 - IBGE; **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

O Censo Agropecuário registrou 12,3 milhões de pessoas vinculadas à agricultura familiar (74,4% do pessoal ocupado) em 31.12.2006, com uma média de 2,6 pessoas, de 14 anos ou mais de idade, ocupadas. Os estabelecimentos não familiares ocupavam 4,2 milhões de pessoas, o que corresponde a 25,6% da mão de obra ocupada. Entre as pessoas da agricultura familiar, a maioria eram homens (2/3), mas o número de mulheres ocupadas também era expressivo: 4,1 milhões de mulheres (1/3 dos ocupados). Em média um estabelecimento familiar possuía 1,75 homens e 0,86 mulheres ocupados com 14 anos ou mais de idade, e é o grande empregador no campo.

6 - Considerações finais

A atualização do Atlas da Questão Agrária Brasileira vai permitir conhecer a evolução ocorrida na Questão Agrária brasileira, desde 2006, ano que se iniciou o projeto e coleta dos dados nele existentes. Muitas mudanças ocorreram no campo e no modo de produção agrícola nesse período, sendo esse um dos principais motivos para a elaboração desse projeto.

Qualquer propositura de mudança só é válida quando se conhece o problema em sua extensão e profundidade. Assim, toda elaboração teórica e prática baseada em dados colhidos das organizações governamentais e outros organismos confiáveis que também estudam esse tema permitirá, ao final, uma forma de conhecer a realidade desse momento, fazer comparações e proposituras, em direção a novas maneiras de encarar um problema que é secular, ou seja, o acesso à terra e aos meios de produção agrícolas.

A realidade do agronegócio impõe a necessidade de ser repensada toda a questão agrária brasileira. Por um lado, o país se tornou um grande produtor agropecuário e passou a ter maior expressão no quadro internacional atraindo capitais externos, que estão em busca do lucro por meio da exploração da terra, promovendo o avanço da monocultura, o uso em larga escala de defensivos e toda gama de insumos. Isso possibilita a maior concentração e expansão dos latifúndios, a expulsão do homem do campo, industrializa a agricultura e proporciona grande produtividade de produtos que são modificados geneticamente e, sobre os quais ainda não se tem a real extensão dos perigos que isso possa provocar no homem e no meio ambiente.

Por outro lado, há o dilema de se praticar uma agricultura que permita produzir os alimentos mais saudáveis e com menos agrotóxicos para saciar a população, manter o homem no campo com condições econômicas suficientes para permitir a sua reprodução, promover a Reforma Agrária justa e de acordo com a realidade do país, criar programas e políticas públicas que amparem o campesinato, garantir preços mínimos nas safras, amparar financeiramente o seu acesso às tecnologias modernas para aumentar sua produtividade, além de segurar a plantação em caso de ocorrências severas do tempo.

Essas indagações impingem a uma escolha: ser conivente de vários modos com o contexto imposto a partir do exterior, por meio do Banco Mundial e do FMI,

que querem transformar a agricultura somente em mercadoria, colocando um preço e negociando como qualquer outro produto, ou, rejeitando-o, questionar e elaborar teorias e práticas que possam modificar suas estruturas. Dessa maneira, permite-se o acesso a uma grande parcela de agricultores aos meios de produção no campo, trazendo assim, tranquilidade e condições de se reproduzirem enquanto uma classe social.

Neste sentido, os mapas, gráficos e tabelas aqui apresentados procuram demonstrar possíveis rumos que podem ser tomados, valorizando os conhecimentos geográficos, políticos e econômicos. A fundamentação teórica valoriza o debate, privilegiando a criação acadêmica, teórica e prática, que entende os problemas do campo pela perspectiva do Paradigma da Questão Agrária.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigma do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, Anpocs, Ed. da Unicamp, 1992.

BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Anuário estatístico do crédito rural – 2012**. Brasília: BNDES, 2013.

BRASIL. Câmara dos deputados. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/356.asp>. Acesso em 10 jul 2014.

_____. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências**. Coleção de Leis do Brasil, Brasília, Vol. 6, Página 2888.1996.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Lei da Agricultura Familiar: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília, p. 1-3, jul 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília. 2003.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Plano nacional de silvicultura com espécies nativas e sistemas agroflorestais – PENSAF**. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/pnf/_arquivos/pensaf_v1.pdf. Acesso em 09 set 2015.

_____. Senado Federal. **Pequena propriedade e agricultura familiar.** Disponível em < http://www12.senado.gov.br/codigoflorestal/infoGRÁFICOs/pequena-propriedade-e-gricultura-familiar>. Acesso em 20 jun 2015.

BUAINAIN, A. M. et al. A Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias,** Porto Alegre, n.01-16, jun, 2003.

CAMPOS, J. F. de S; COCA, E. L. de F.; FERNANDES, B. M (Orgs.). **Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento.** São Paulo: Outras Expressões, 2014.360 p.

CARVALHO, H. M. de. **A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário brasileiro**. Revista da ABRA. Edição especial; julho 2013. p.31-44.

CARVALHO, H. M. de. **Chayanov e o campesinato.** São Paulo: Expressão Popular, 2014. 304 p.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. **Migrantes: êxodo forçado.** Coord. Luiz Bassegio; Isabel de Carvalho. São Paulo: Edições Paulinas, 1980. 107 p.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro:** Ganhar tempo é possível?. Brasília: CGEE, 2013. 62 p.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.**Trad. Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1974. 342 p.

CPT – COMISSAO PASTORAL DA TERRA. **Caderno Conflitos no Campo 2012**. Goiânia: CPT, 2013.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra – Relatório 2011. FCT/Unesp – NERA:Presidente Prudente, 2012. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em 06 jun 2014.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

DESMARAIS, A. A. **A via campesina:** a globalização e o poder do campesinato. Trad. Carlos A. S. N. Soares. São Paulo: Cultura Popular; Expressão Popular, 2013. 338 p.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Disponível em < http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>. Acesso em 08 jun 2015.

FELICIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário.** 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

FERNANDES, B. M. **Por uma educação do campo.** Clarice Ap. dos Santos (Org.). Brasília: Incra; MDA, 2008. 116 p.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Políticas fundiárias no Brasil:** UMA ANÁLISE GEO-HISTÓRICA DA GOVERNANÇA DA TERRA NO BRASIL. Debate Series, no. 2. Roma: International Land Coalition-ILC, 2012. 61 p.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNADES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na américa latina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. 157 p.

FERREIRA, R. M. **A definição de Pequena Propriedade Rural: a indefinição legal e o entendimento dos tribunais**. Disponível em <http://fjradvogados.jusbrasil.com.br/noticias/126322854/a-definicao-de-pequena-propriedade-rural>. Acesso em 19 jun 2015.

FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata.** 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp. 254 p.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Paz e terra, 1975.

GALEANO, E. **As veias abertas da américa latina.** Col. Estudos latino-americanos. Vol. 12. Trad. Galeno de Freitas. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GALGARO, F. **De olho no voto do agronegócio, Dilma lança plano de R$ 156 bilhões.** <http://noticias.oestado.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/0519/de-olho-no-voto-do-agronegocio-dilma-lanca-plano-de-r-1561-bilhoes.htm>. Acesso em 20 jul 2014.

GIRARDI, E. P. **Manual de utilização do programa Philcarto 4.xx para Windows**. Presidente Prudente [s.n.], 2007. Disponível em <www.fct.unesp.br/nera/atlas/downloads.htm>. Acesso em 10 ago 2014

GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira**. FCT/Unesp: Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/atlas>. Acesso em 24 jul 2014.

GIRARDI, E. P. A construção de uma cartografia geográfica crítica. **Revista Geográfica de América Central.** v.2, n.47e. San José: Universida Nacional de Costa Rica, 2011, p. 1-17.

GIRARDI, E P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/atlas>. Acesso em 10 jun 2014.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: FERNANDES, B. M. et al. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 339-368.

GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de economia e sociologia rural.** Brasília, v.45, n. 2, p. 16-32, abr/jun, 2007.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. 251 p.

HARVEY, D. **Urbanismo y desigualdad social.** Trad (Espanhol). Marina Gonzalez Arenas. Madrid: Siglo XXI de España Editores. 1977. 340 p.

HÉLIO DA SILVA, J. **Um perfil da expansão canavieira na Alta Paulista**. Revista Pegada. Presidente Prudente. vol. 10 n.1, p. 46, jun 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em 09 jun 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/bda/censo/default.asp?z=t&o= 11&i=P>. Acesso em 01 set 2015.

INTINI, J. M.; FERNANDES, U. F. **Bancada ruralista: a face política do agronegócio**. Revista da ABRA. Edição especial; julho 2013. p.88.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1986 [1899]. 329 p.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas.** Trad. Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira.12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. 323 p.

LAMARCHE, H (Coord.). **A Agricultura familiar.** Trad. Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. 336 p.

LENIN, V. I. **Obras escogidas.** Trad. V. Uribes. Tomo I. Moscú: Editorial Progreso, 1975. 526 p.

MARTINS, J. de S. **O cativeiro da terra.** 9. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. 282 p.

MIRANDA NETO, M. J. **A nova economia mundial e as crises**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1981.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica.** 4. ed. São Paulo: Hucitec-VIP, 1985. 138 p.

NUVLAC. **Inovação, produção e consumo em produtos lácteosUHT**. Disponível em http://pt-br.uht.wikia.com/wiki/Inova%C3%A7%C3%A3o/consumo _em_produtos_l%C3%A1cteosUHT. Acesso em 24 ago 2014.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p. Disponível em: <http://www.fflch.usp. br/dg/gesp>. Acesso em 08 set 2014.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB, n.21, p.113-156, 2º sem. 2003.

PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E (Orgs.). C**ampesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. 496 p.

Pecuária. Disponível em http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/pecuaria.htm. Acesso em 11 nov 2015.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo.** 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972. 390 p.

RECLUS É. **Geografia.** Trad. B. F. Ramiz Galvão. Org. Manuel Correia de Andrade. São Paulo: Ática. 1985. 201 p.

RIBEIRO, D. **O processo civilizatório.** São Paulo: Editora Vozes, 1978. 270 p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: **Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002, 85 p.

SAUER, S. **Luta pela terra, movimentos sociais e rearticulações dos povos da terra, das águas e das florestas**. Revista da ABRA. Edição especial; julho 2013. p.69.

SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F (Orgs). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira:** diferentes visões do censo agropecuário 2006. Brasília: IPEA, 2014.391 p.

SILVA FILHO, J. B. **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – Pronaf<**http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>. Acesso em 17 mai 2015.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Espaço geográfico uno e múltiplo.** Revista Electrónica de Geografia y ciências sociales. n. 93. Universidad de Barcelona, Barcelona, 2001.

TEIXEIRA, G. **A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil**. Revista da ABRA. Edição especial; julho 2013. p.13.

THOMAZ JR., A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo: Annablume, 2002.

THOMAZ JR., A.; PONTE, K. F. da.; ALVES, J. **Geografia e trabalho no século XXI.** Vol. 6. Presidente Prudente: Centelha, 2011.189 p.

VIGNA, E. A bancada ruralista: um grupo de interesse. **Argumentos**. n.8. Brasília: INESC, 2001.

VINHA, J. F. de S. C. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2011. Tese

(Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

WANIEZ, P. **Philcarto.** Bordeaux, 2014. Disponível em: <http://philcarto.free.fr>. Acesso em 26 jun 2014.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. 143 p.